

# Município de Vila Verde



## **Grandes Opções do Plano e Orçamento 2013/2016**

# **Grandes Opções do Plano e Orçamento**

## **2013/2016**



Município de Vila Verde  
novembro de 2012



Proposta .....	3
I – PRIMEIRA PARTE .....	5
Introdução .....	6
Enquadramento legal .....	9
Desenvolvimento estrutural .....	9
Linhas estratégicas para o desenvolvimento estrutural .....	9
INTERVENÇÕES SETORIAIS .....	12
1. FUNÇÕES GERAIS .....	13
1.1- Administração geral .....	13
1.1.1- Modernização administrativa .....	13
1.1.2- Instalações Municipais .....	15
1.2- Segurança e ordem pública .....	16
1.3- Proteção civil e luta contra incêndios .....	16
2. FUNÇÕES SOCIAIS .....	18
2.1- Educação .....	18
2.2- Saúde .....	21
2.3- Ação social .....	22
2.4- HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS .....	26
2.4.1- Habitação e serviços coletivos .....	26
2.4.2- Ordenamento do território .....	27
2.4.3- Águas residuais.....	29
2.4.4- Abastecimento público de água .....	31
2.4.5- Resíduos sólidos .....	32
2.4.6- Proteção do Meio Ambiente e conservação da Natureza .....	33
2.5- SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS .....	34
2.5.1- Cultura .....	34
2.5.2- Desporto, recreio e lazer .....	39



3. FUNÇÕES ECONÓMICAS .....	41
3.1- Agricultura e pecuária .....	41
3.2- Indústria .....	43
3.3 - Comunicações e transportes .....	44
3.4 - Comércio e turismo .....	46
3.4.1- Mercados e feiras .....	46
3.4.2 - Turismo .....	47
3.5 - Outras funções económicas .....	50
3.5.1 - Inovação e Conhecimento .....	50
3.6. - OUTRAS FUNÇÕES .....	53
3.6.1- Recursos humanos .....	53
Nota final .....	55
II – SEGUNDA PARTE .....	56
1. ORÇAMENTO DA RECEITA .....	57
2. ORÇAMENTO DA DESPESA .....	64
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO .....	78
3.1- Grandes Opções do Plano .....	79
3.2. - Distribuição do Investimento por Funções .....	97
3.3- Plano Plurianual de Investimentos .....	100
3.4- Atividades mais relevantes .....	111
3.5- Resumo Orçamental .....	124
4- NORMAS REGULAMENTARES DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE .....	126
5. ANEXOS .....	135
ANEXO I – Resumo orçamental das Grandes Opções do Plano .....	136
ANEXO II – Orçamento por Capítulos .....	158
ANEXO III – Resumo da Despesa por Classificação Económica .....	160
ANEXO IV – Resumo da Despesa por Classificação Orgânica .....	165
ANEXO V – Passivos Financeiros .....	167
ANEXO VI – Mapa de Pessoal .....	172



## PROPOSTA

- As linhas de desenvolvimento sustentado do Concelho de Vila Verde que apresentamos expressam de forma clara os compromissos assumidos no contrato que estabelecemos com os cidadãos e dão-nos confiança para prosseguirmos o projeto e a estratégia que definimos para o Município, um concelho moderno, solidário e dinâmico, construído a pensar nos Vilaverdenses.
- O presente documento apresenta, para o período de 2013-2016, uma estratégia de progresso alicerçada em vetores estruturantes como o desenvolvimento económico, o emprego, a educação, a ação social, o ambiente e a qualidade de vida. Pretende-se que através da canalização de recursos e sinergias para estes eixos prioritários seja possível continuar a fazer de Vila Verde um Concelho moderno, atrativo e competitivo.
- Com energia, determinação e total confiança no trabalho dos Vilaverdenses, a atividade municipal deve orientar-se pelos valores da solidariedade, da inovação e da mobilização em torno do grande desígnio de fazer deste Concelho um espaço onde seja cada vez melhor viver.
- Solidariedade, antes de mais, porquanto, numa conjuntura de especiais dificuldades económicas para os cidadãos, mas também de particular exigência financeira para os municípios, é imprescindível garantir que a Câmara Municipal de Vila Verde continue a assumir a responsabilidade social de estar próxima das pessoas, de apoiar os setores mais débeis da sociedade através de políticas inclusivas e solidárias que fomentem ativamente os cidadãos.
- Inovação, porque para garantirmos os elevados padrões de qualidade que procuramos induzir na vida dos cidadãos, precisamos de determinação e rigor mas também de criatividade. O futuro constrói-se com novas ideias e, num momento de singular vicissitude financeira por toda a Europa, a crise tem de ser enfrentada com inovação, de forma a termos uma estratégia de atuação que garanta que os recursos disponíveis são utilizados de forma eficiente.
- Mobilização, porque pretendemos fomentar a cidadania ativa, combater a indiferença, mobilizar os cidadãos para participarem, no que é deles, no que é nosso, na causa pública. Mobilizar os cidadãos, para vencermos a crise, para derrotarmos a apatia e, pela positiva, fazermos mais e melhor.

Assim,

1. O Orçamento para o ano de 2013 foi elaborado de acordo com as regras previsionais definidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e, com base numa estratégia de racionalização de despesas de funcionamento e de promoção do desenvolvimento sustentado, visa alcançar reflexos positivos quer no que concerne à valorização do património da autarquia quer ao progresso económico e social que se preconiza para o Município.
2. As Grandes Opções do Plano para o ano de 2013 integram projetos, ações e investimentos a desenvolver pela autarquia, direta ou indiretamente, com financiamento assegurado no Orçamento de exercício.



3. Com base nos documentos previsionais de gestão em anexo, elaborados nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, fica a Câmara Municipal autorizada a cobrar, no ano económico de 2013, os impostos diretos e indiretos, taxas, licenças, coimas e outras receitas previstas no Orçamento, para fazer face às despesas inscritas no mesmo.
  4. Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento os **elementos relativos aos recursos humanos**, integrando o **Regulamento dos Serviços**, o **Organograma** e o **Mapa de Pessoal**, que se encontram harmonizados com a o disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que aprovou o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, bem como as adaptações impostas pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração local do Estado.
  5. As **receitas** para o ano de 2013 são estimadas em **€45.353.017,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil e dezassete euros)**, assim discriminadas:
    - i. **Receitas correntes: €20.718.632,00**
    - ii. **Receitas de capital: €24.634.385,00**
  6. As **despesas** municipais para o ano económico de 2013 são fixadas em **€45.353.017,00 (quarenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e três mil e dezassete euros)**, com a seguinte classificação:
    - i. **Despesas correntes: €20.608.205,00**
    - ii. **Despesas de capital: €24.744.812,00**
  7. Na angariação das receitas e na realização das despesas deverão observar-se as **Normas de Execução do Orçamento para o ano de 2013**, em anexo.
- Nestes termos, e tendo em conta o definido no n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho que o Executivo aprove e delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos de gestão para o ano de 2013, que a seguir se discriminam:
- a) Orçamento para o ano de 2013;
  - b) Grandes Opções do Plano 2013/2016;
  - c) Normas Regulamentares da Execução do Orçamento;
  - d) Elementos relativos aos recursos humanos e respetivo mapa de pessoal.

Vila Verde, 20 de novembro de 2012,

O Presidente da Câmara,

António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela

# I Parte



## I- Primeira parte

### Introdução

O presente documento reveste-se de uma importância fundamental em termos de orientação estratégica e de criação de condições para o desenvolvimento de uma ação tendente à prossecução do objetivo da construção de um Concelho moderno, competitivo e atrativo, alicerçada num modelo de crescimento sustentado, em que se procura harmonizar o equilíbrio ambiental com o propósito de elevação dos níveis de bem-estar e de qualidade de vida da população.

Este desiderato não se afigura fácil mercê de fatores inescamoteáveis que não podem deixar de ser reiteradamente sublinhados. Por um lado, a conjuntura económica desfavorável do país, com todas as repercussões daí decorrentes, sobretudo em matéria de desinvestimento público e privado. Por outro lado, os Municípios portugueses, desde 2005, foram objeto da aplicação de medidas crescentemente gravosas que lhes impuseram sucessivas dificuldades financeiras. Acresce ainda referir a questão crucial do endividamento líquido que coloca muitos Municípios em situação de ultrapassagem administrativa dos limites sem que, em bom rigor, a sua dívida haja aumentado.

Apesar de todas estas vicissitudes, o Município de Vila Verde vai continuar a apostar no desenvolvimento de políticas proativas, mobilizadoras de sinergias e de parcerias potenciadoras do reforço da atratividade do território. Assim, entre os principais eixos estratégicos do desenvolvimento importa realçar a consolidação da **atratividade urbana e rural**, a promoção de um modelo de **território sustentável**, a criação de condições para a **dinamização do tecido empresarial** e da economia local em geral e o investimento em setores de nuclear importância para a efetiva melhoria das condições de vida das pessoas.

Reconhecendo que, num contexto de escassez de recursos financeiros, é maior o risco de se acentuarem as assimetrias regionais e as situações de desigualdade social, esta proposta de GOP visa contrariar o conformismo e a resignação, assentando numa filosofia de atuação política direcionada para o **incremento da economia local**, para a dinamização de projetos que propiciem a realização de **investimentos estruturantes** e que coloquem o Município de Vila Verde em contra ciclo com a tendência para o afrouxamento do investimento público.

Embora não escamoteando que os tempos que vivemos não se compadecem com a realização de gastos avultados, tal não significa que nos conformemos com situação ou que abduquemos das grandes linhas de ação indispensáveis para que se consolide a dinâmica de um Concelho próspero e moderno que concilia as suas enormes potencialidades naturais e humanas com a sua capacidade de inovar, de se projetar na região e no país e de se afirmar também pela elevada qualidade das infraestruturas, equipamentos e serviços que disponibiliza.

A simbiose entre ricas e multifacetadas tradições seculares e a atenção e valorização permanente do conhecimento e da inovação tecnológica representa um outro valor acrescentado cuja otimização se concretiza numa estratégia de promoção das potencialidades locais, de realização de programas articulados de incremento cultural e económico e de alavancagem de áreas nevrálgicas do desenvolvimento, como a educação, a cultura e o turismo. Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, terá lugar a dissolução da PROVIVER, mas o Município logrará encetar a prossecução das atividades da mesma tendo em vista a consolidação do forte dinamismo alcançado nas áreas cultural, de lazer e desportiva, assim como no domínio do desenvolvimento do turismo. A EPATV, desde que desinserida do âmbito do setor empresarial local, continuará a ser uma importante mola impulsora destes setores nevrálgicos do desenvolvimento.

A vertente ambiental é indissociável da aposta na elevação da qualidade de vida das pessoas e será potenciada com mais investimentos em determinados serviços públicos, nomeadamente o abastecimento de água e as águas residuais, e com a externalização da recolha de resíduos sólidos.

Este documento tem, indiscutivelmente, no seu epicentro, a firme vontade de encetar um trabalho planeado e consequente em torno da **dignificação e valorização das pessoas**, colocando o enfoque em projetos e ações de proximidade, envolvendo instituições locais, agentes económicos, sociais e culturais em intervenções céleres e eficazes que potenciem o apoio criterioso a todos os Vilaverdenses, principalmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. Esta afirmação de um modelo político de pendor humanizante far-se-á, também e principalmente, sentir na defesa dos direitos fundamentais da população, em matéria de educação, de equipamentos e serviços sociais e de saúde, e na prioridade a projetos suscetíveis de atrair investimento privado gerador de riqueza e de novos empregos, condição *sine qua non* para a fixação das pessoas e para a dignificação das suas condições de vida. A revisão do PDM será um outro relevante contributo neste sentido, promovendo uma ocupação e desenvolvimento do território ajustada às reais necessidades das freguesias.

O crescimento e a afirmação do Município tem e vai continuar a ser o resultado da capacidade de trabalho e do empenho e dedicação de todos, por isso, a realização das Jornadas Locais de Desenvolvimento, sob a epígrafe “**Vila Verde Cada Dia Melhor**” e em torno dos grandes eixos estratégicos do desenvolvimento sustentado do Concelho, visará aglutinar os atores do progresso local e grandes especialistas em áreas de crucial importância para que, todos juntos, possam pensar Vila Verde, avaliando o passado, vivendo o presente e promovendo o futuro.

Os jovens são a principal garantia do futuro, razão porque as suas enormes potencialidades e a sua capacidade para ajudarem a construir um Concelho cada vez melhor devem ser aproveitadas e impulsionadas. A progressiva melhoria dos espaços educativos e dos equipamentos desportivos, assim como o apoio à formação desportiva são prioritárias. É ainda determinante o avanço de políticas e medidas de **incentivo à fixação das famílias e empresas**, através, por exemplo, da implementação de medidas de discriminação positiva que contemplem as regiões mais periféricas, as atividades e o turismo de feição mais ruralizante e os mais jovens, nomeadamente as isenções e/ou reduções de taxas de licenciamento de edificações e de projetos especialmente vocacionados para o aproveitamento das potencialidades do mundo rural.

Este firme propósito de alavancar o Concelho rumo a patamares ainda mais elevados de desenvolvimento não invalida que, em função da conjuntura e da situação macroeconómica do país, não haja lugar para a consolidação de uma linha de orientação que privilegia a racionalização das despesas, em ordem ao reforço do equilíbrio financeiro. Assim, de uma forma responsável e tendo em vista a superior defesa dos interesses do Município, voltarão a ser adotadas medidas de contenção dos custos, sem comprometer os compromissos essenciais do projeto de desenvolvimento do Concelho.

Não deixaremos, contudo, de apostar num programa de investimento que contribua para impulsionar a modernização e a atratividade do território concelhio, priorizando projetos estruturantes em setores de vital importância para o desenvolvimento sustentado do Concelho. A concretização deste desiderato assentará numa lógica de máxima execução dos fundos do QREN, na perspetiva de não serem desperdiçadas quaisquer oportunidades para a realização de obras/intervenções que se afiguram da maior relevância para a elevação dos índices de competitividade do território e da qualidade de vida dos Vilaverdenses.

As grandes instituições de que o Concelho beneficia e o trabalho sério e consequente levado a bom porto pelas Juntas de Freguesia, numa lógica de proximidade e de preocupação essencial com a célere e eficaz resolução dos problemas reais das pessoas, avultam entre as mais-valias do Concelho de Vila Verde, consubstanciando fatores incontornáveis do desenvolvimento local.

## Enquadramento legal

Em conformidade com a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A /2002, de 11 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, conjugados com o estabelecido pela Lei n.º 12-A/2008, em matéria de gestão de pessoal, e ainda com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Órgão Executivo do Município de Vila Verde elabora e submete à aprovação os documentos previsionais de gestão, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2013.

## Desenvolvimento estrutural

### Linhas estratégicas para o desenvolvimento estrutural

Numa época em que assistimos à afirmação dos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios reclama, crescentemente, organizações autárquicas firmemente apostadas em elevar os níveis de eficácia e de eficiência, preparadas para prestar serviços qualificados e com efetiva capacidade para responder de forma adequada e assertiva às exigências e expectativas de todos os Municípios.

Assim, os principais **objetivos estratégicos** do Município são os seguintes:

- Melhorar o desempenho operacional e promover a modernização administrativa com reflexo na real e percecionada satisfação das necessidades e expectativas dos clientes/utentes;
- Aumentar a atratividade de novos investimentos para o Concelho, com base numa melhor qualidade de resposta do Município aos investidores;
- Otimizar os recursos do Concelho e os investimentos a realizar, alavancando-os no QREN e em outras oportunidades de financiamento;
- Potenciar a criação de riqueza, privilegiando os jovens empreendedores e o reforço da evolução tecnológica;

- Melhorar a qualificação e a qualidade de vida da população através da otimização das infraestruturas e serviços de apoio;
- Consolidar medidas de equilíbrio e de contenção financeira;
- Promover o Concelho como um destino turístico de excelência e estimular a permanência da população e a atração de novos habitantes para o Concelho;
- Valorizar os recursos locais, o enquadramento geográfico do Concelho e a preservação do ambiente, assumindo-os como eixos prioritários no desenvolvimento sustentado.

A problemática da constante reforma e inovação do poder local, nas suas múltiplas dimensões e áreas de intervenção, alicerçada na proximidade com as pessoas e na descentralização administrativa, comporta vetores estratégicos indispensáveis para a implementação de um paradigma de transparência e de responsabilidade que valorize a eficiência na afetação de recursos tendentes ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do território. O seu desenvolvimento e implementação terão, pois, que continuar a pautar-se pelo princípio da subsidiariedade, refletido nos esforços em ordem à descentralização e reforma administrativa e no profícuo trabalho de parceria com os vários agentes do desenvolvimento local, principalmente as Juntas de Freguesia, as Associações e todas as Instituições concelhias empenhadas na promoção do bem-estar, no reforço da coesão social e na alavancagem da competitividade territorial.

O maior desafio reside, por isso, na premente necessidade de a Autarquia ser, cada dia que passa, mais eficiente e capaz de promover políticas municipais e ações, no terreno, ajustadas às novas necessidades da sociedade e da economia. O investimento na educação, o planeamento e a gestão territoriais, a requalificação urbanística e uma gestão financeira rigorosa avultam entre os grandes vetores do desenvolvimento de um Município atento à situação do país e às reais necessidades e anseios das populações. Não se pode também e principalmente perder de vista premissas como a sustentabilidade ambiental, a preservação e valorização do património, a dinamização e aprofundamento da vida cultural, a ação social e a valorização do conhecimento e da inovação enquanto molas propulsoras de um Concelho com os olhos postos no futuro.

O **empreendedorismo** e a **captação de investimentos** emergem igualmente como palavras-chave de um Concelho que não se resigna aos ditames de uma situação económica e financeira nacional devastadora e tudo se propõe fazer para dinamizar uma política de promoção e valorização das potencialidades endógenas do território e para promover o avanço de projetos de desenvolvimento local em áreas nevrálgicas para o progresso e bem-estar das populações.

A Casa do Conhecimento será um valor acrescentado no capítulo da inovação, uma vez que terá todas as condições para exploração das infindáveis potencialidades das tecnologias de informação e apostará fortemente na melhoria das competências digitais das populações.

O **estruturante investimento na educação** far-se-á sentir na edificação de centros escolares que potenciam um ensino de elevada qualidade e proporcionam uma indeclinável igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens Vilaverdenses. Porque o ensino superior representa um decisivo passo em frente no reforço da atratividade do Concelho e contribui para a concretização do objetivo de elevação dos níveis de qualificação da população, ao mesmo tempo que se pode traduzir em mais uma importante âncora ao serviço do desenvolvimento cultural, social e económico da comunidade, o projeto pioneiro de criação de uma Escola Superior de Gastronomia, com a particularidade de incidir sobre um setor de reconhecida relevância estratégica, tanto mais numa altura em que a gastronomia e os vinhos surgem entre os dez produtos de eleição do do Plano Estratégico Nacional do Turismo, constituirá um primeiro avanço importante na estratégia de implementação deste nível de ensino no Concelho. Neste domínio, é ainda de relevar a prossecução do curso de Mestrado em Ciências da Educação - Área de Especialização em Tecnologias Educativas -, em parceria com a Universidade do Minho, que vem complementar a formação dos licenciados nas áreas de ensino, educação e formação.

O **incremento da formação desportiva** é um outro contributo para a formação integral de cidadãos responsáveis e civicamente ativos, complementado pelo investimento na ampliação e melhoria da rede de instalações e equipamentos desportivos.

A **defesa e valorização das imensas potencialidades naturais e culturais** do território concelhio e a implementação de políticas de coesão territorial, de afirmação da identidade do Concelho e de projeção de uma imagem exterior positiva, representa um outro vetor estratégico a aprofundar tendo em vista a atracção de novos públicos e a dinamização do turismo e da economia locais. É nesta linha que se insere também a atenção permanente e a efetiva valorização do mundo rural, promovendo atividades, produtos, saberes e sabores ancestrais que fazem as delícias do número crescente de visitantes e consubstanciam ainda uma importante fonte de rendimento para muitas famílias Vilaverdenses. Neste tempo em que os problemas sócio económicos se agravam, o regresso à terra e a valorização da sua fecundidade e de toda panóplia de tradições, usos e costumes tradicionais que estão associados ao pendor rural de várias freguesias do Concelho, surgem como uma alternativa de vida passível de ser incentivada e apoiada.

# Intervenções Setoriais



## INTERVENÇÕES SETORIAIS

### 1. – FUNÇÕES GERAIS

#### 1.1. – Administração geral

##### 1.1.1. – Modernização administrativa

A administração local tem que estar preparada para responder de forma célere e eficaz às solicitações dos Municípios e dos diversos agentes económicos, culturais, sociais e desportivos que solicitam os seus serviços e que esperam a resolução dos seus problemas em tempo útil.

Hoje, uma autarquia moderna e funcional pauta a sua ação por uma total transparência e os seus recursos humanos encontram na agilização de procedimentos, no atendimento personalizado e na capacidade de organização as expressões chave do seu papel de prestadores de serviços de excelência. Este lema é consequência direta do trabalho de proximidade inerente aos organismos da administração local e das expectativas criadas na comunidade no tocante à vocação das autarquias para, muito mais do que a administração central, aquilatar as reais necessidades e anseios das pessoas, empresas e instituições e desencadear os mecanismos imprescindíveis para um rápido diagnóstico das situações, assim como a definição das correspondentes respostas e/ou medidas em ordem à sua colmatação.

Para a prossecução destes desideratos e tendo também em vista a redução dos custos de funcionamento dos serviços, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- **Diminuição dos custos de exploração** dos sistemas de informação municipais pela via do desenvolvimento interno de aplicações e sistemas; o objetivo é proceder à substituição e ampliação dos sistemas de informação por via do desenvolvimento interno de aplicações de pequeno e médio porte;
- **Atividades de verificação e monitorização.** Terá lugar a realização de reuniões e de relatórios de atividades e indicadores e monitorização dos processos e a implementação atenta e permanente das propostas de melhoria internas e das melhores práticas identificadas (planeando, fazendo, avaliando e corrigindo), para uma cada vez mais eficiente e eficaz gestão autárquica, orientada para o Município;

- **Implementar a desmaterialização.** No âmbito da modernização administrativa e do esforço multidisciplinar pretende-se proporcionar a receção, de forma desmaterializada, de documentação relativa às operações urbanísticas, o que implicará a alteração dos fluxos de trabalho, de forma a acomodar as novas e necessárias alterações, proporcionando maior eficiência entre os serviços com reflexos no aumento da satisfação das necessidades e expectativas das empresas e dos cidadãos;
- **Melhorar o balcão único.** Ao nível do serviço de atendimento, o objetivo é continuar com o projeto *Atendimento Único*, implementando novas medidas que permitam um crescimento sustentado da qualidade do serviço prestado, mas também dos níveis de satisfação de quem o procura; a formação dos recursos humanos e a implementação de novos *softwares* de atendimento serão fulcrais para o cumprimento dos objetivos das políticas de simplificação e de administração eletrónica, colocando as infraestruturas tecnológicas ao serviço das prioridades da modernização administrativa, designadamente através do Balcão do Empreendedor (BdE), no âmbito da “Diretiva Serviços”;
- **Alargar o SGQ e certificar novos processos.** Pretende-se preparar outros serviços para a implementação da NP EN ISO 9001:2008, no sentido da reorganização e reengenharia de serviços, completando trabalhos já iniciados, revendo procedimentos ainda não simplificados ou concentrando funcionalidades em função das necessidades dos cidadãos, nomeadamente no domínio dos licenciamentos;
- **Reforçar a comunicação interna.** Considerando essencial promover a comunicação, continuar-se-á com o sistema de difusão interna da informação através da intranet do Município – WIKI e, externamente, através do boletim da qualidade;
- **Melhorar os sistemas de recolha de opiniões,** sugestões e reclamações através da implementação de um novo Sistema de Reclamações, Elogios e Sugestões, articulado com o inquérito de avaliação da satisfação dos munícipes;
- **Recurso à faturação eletrónica** associada à solução aplicacional da área financeira;
- Adoção de um serviço de **atendimento multicanal**, através da implementação de um sistema CRM (*Custom Relationship Management*) que faculta uma visão integrada do cidadão, preservando uma memória consolidada sobre as suas interações com o Município, o desenvolvimento dos seus processos e um modelo de atendimento mais personalizado;

- Aposta na **monitorização e controle**, através da extração de informações e indicadores fundamentais relativos à execução dos processos, tendo em vista a otimização dos mesmos, através da implementação de uma arquitetura BPM (*Business Process Management*) que proporcione a gestão do ciclo de vida dos processos;
- Continuar com a implementação de um sistema de **arquivo digital** que viabilizará a guarda de documentos digitais em formatos abertos e a interoperabilidade com outros sistemas.

### 1.1.2. – Instalações municipais

A aposta na agilização dos serviços municipais e no reforço permanente da sua capacidade de resposta às solicitações cada vez mais exigentes num Concelho que aposta na modernização e na elevação dos índices de competitividade, a par da firme vontade de prosseguir com a prestação de serviços de qualidade, reclama também a valorização das condições existentes em termos de instalações.

As instalações municipais estão hoje preparadas para a realização das tarefas inerentes aos múltiplos serviços que o Município proporciona à população e aos vários agentes económicos e para o desenvolvimento de atividades que vão de encontro às expetativas dos munícipes, centrando-se principalmente no propósito de otimização da qualidade e da celeridade dos serviços prestados. Os munícipes encontram, hoje, instalações modernas que também contribuem para a realização de um atendimento de excelência. As instalações municipais de Gême estão preparadas, em termos de espaço, de organização e de funcionalidade, para a prestação de todo um importante trabalho de apoio às diferentes obras e intervenções que decorrem em várias zonas do Concelho, tendo igualmente em linha de conta o propósito de racionalização de meios humanos e tecnológicos e a sua utilização alicerçada em critérios de rigor e eficiência.



## 1.2. – Segurança e ordem pública

A segurança é um indeclinável fator de bem-estar e, conseqüentemente, condição fundamental para o desenvolvimento sustentado de um território. Num contexto de dificuldades económicas, favorável à emergência de crescentes situações de vulnerabilidade social, as questões relativas à segurança adquirem foros de algum relevo e não podem deixar de suscitar respostas adequadas por parte das autoridades competentes. O Município estará, por conseguinte, atento a todos os sinais e apostará na criação de condições para que as pessoas possam sempre viver com dignidade e dará o seu contributo, através de um permanente trabalho de cooperação com as entidades com competência em matéria de segurança, para que a ordem pública e a salvaguarda da integridade física das pessoas e dos seus bens jamais possa estar em causa. Uma obra fundamental, a este nível, será a **requalificação e ampliação do quartel da GNR** de Vila Verde, cujo projeto se encontra em elaboração.

A promoção da coesão social e a intransigente defesa dos legítimos direitos dos cidadãos serão também preocupações de fulcral importância na ação a desenvolver neste capítulo.

## 1.3. – Proteção civil e luta contra incêndios

A Proteção Civil vai continuar a beneficiar de um trabalho de planeamento sustentado na **articulação entre** as diferentes **instituições/entidades** com responsabilidades nesta sensível área de intervenção com um papel insubstituível na promoção do bem-estar das populações.

A **defesa e proteção das pessoas e bens**, assim como dos patrimónios edificado e natural, emerge como a grande prioridade do serviço de Proteção Civil e a eficácia do mesmo prende-se sobremaneira com a capacidade que todos os protagonistas forem capazes de continuar a evidenciar para o desenvolvimento de um persistente e bem organizado trabalho de cooperação, de comunhão de objetivos, de partilha de tarefas e de complementaridade de funções.

Em matéria de **defesa do património florestal**, o Município de Vila Verde vai voltar a apostar na qualidade do trabalho de técnicos especializados e na prossecução do desempenho das equipas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) – duas equipas de Sapadores Florestais em exercício de funções em cumprimento dos protocolos celebrados com a Associação Florestal do Cávado e uma equipa Agris que integra os serviços municipais.

Terá igualmente continuidade a estratégia de criação de áreas piloto, em distintas freguesias do território concelhio, tendo em vista o desenvolvimento de ações práticas e de grande interesse ambiental, designadamente a **arborização** de determinadas parcelas de terreno e a **prevenção de fogos** florestais.

Para concretização destes objetivos essenciais serão ainda levadas a cabo as seguintes ações:

- Recurso à técnica de Fogo Controlado com vista à realização de Faixas de Gestão de Combustível (FGC), visando a criação de descontinuidades, a proteção dos aglomerados populacionais e das áreas de implantação industrial; esta ferramenta, fruto também da estreita cooperação com a AFN deverá permitir que, neste ano, as áreas executadas atinjam os 100 ha;
- Consolidação do trabalho de parceria com as Associações de Caçadores e com as Juntas de Freguesia no tocante à definição das áreas prioritárias de intervenção.

As condicionantes de natureza económica têm também impacto neste setor, razão porque se continuará a apostar na redução das despesas, insistindo na adoção das seguintes medidas:

- Criar condições para a **racionalização do abastecimento de viaturas** com intervenção direta em matéria de combate aos incêndios florestais, privilegiando os pontos de água mistos, mediante o recurso a meios terrestres e aéreos;
- **Cooperação com o CDOS e a AFN**, no âmbito do desenvolvimento de ações de fogo controlado e do reforço da realização de sessões informativas e de sensibilização das entidades envolvidas na prevenção e combate de incêndios para a crescente aposta em medidas de racionalização de meios, nomeadamente para a utilização preferencial de água que não seja da rede pública;
- Prossecução de **sessões de formação** em matéria de execução de faixas de contenção, fogo controlado e manobra de fogo em cenário noturno.

Em termos operacionais, importa relevar a conjugação de esforços em ordem à construção de fortes âncoras propiciadoras de uma ação determinada e eficaz na prevenção e combate ao grande flagelo que constituem os incêndios florestais no período estival, especialmente a **aposta na formação dos bombeiros voluntários**, claramente potenciada pelo funcionamento da Escola de Formação de Bombeiros, em Godinhaços.

Assim, o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) irá levar a bom porto, entre outras, as ações que se passa a elencar:



- **Otimização de recursos** disponíveis no concelho em matéria de socorro e emergência;
- Promoção de iniciativas no sentido da **sensibilização** da comunidade escolar no que aos cuidados a ter em termos de preservação e valorização do património florestal;
- Dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial da Proteção Civil;
- Preparação e realização de **exercícios/simulacros**;
- Colaboração na **elaboração de Planos** Prévios de Intervenção;
- **Incremento da formação** dos elementos do SMPC.

## 2. - FUNÇÕES SOCIAIS

### 2.1. – Educação

A Educação é, indubitavelmente, uma vertente prioritária em qualquer sociedade e/ou território que almeja patamares cada vez mais elevados de desenvolvimento e que coloca no topo das suas prioridades a dignificação e o bem-estar de todos os cidadãos. Sendo um fator determinante do progresso, a Educação é um dos principais pilares do desenvolvimento sociocultural, político e económico.

Assim, proporcionar a todas as crianças e jovens uma educação de qualidade e contribuir para a construção de um sistema educativo que promova o mérito, cultive os mais edificantes valores de cidadania e de sã convivência em sociedade é uma das mais nobres e frutíferas formas de preparar, no presente, um futuro que vá de encontro às melhores expectativas dos cidadãos, tendo em vista não só a prosperidade económica mas também e principalmente o desenvolvimento humano.

O **elevado investimento** que volta a perspetivar-se para a Educação é um claro sinal de que esta continua a ser vista como um ativo primordial para o desenvolvimento sustentado do Concelho e para o reforço da sua competitividade. É consabido que nos encontramos no meio de uma crise, que a nossa economia está debilitada e que o país e a Europa enfrentam agora desafios que devemos encarar como o início de uma nova era que, através de mudanças profundas, nos ajudem a retomar a confiança no futuro. A resposta a esta situação passa por novos paradigmas de desenvolvimento, em que a aposta nas pessoas e no conhecimento que são capazes de produzir é absolutamente indispensável.

A concretização dos objetivos e medidas delineados na **Carta Educativa** é, naturalmente, a grande prioridade, até no pressuposto de que a mesma constitui um instrumento fundamental de planeamento que, além de considerar a realidade existente, tem em conta as novas dinâmicas e políticas educativas nacionais e principalmente as pessoas e a realidade sociocultural e económica que pretende servir com eficiência.

Não estamos, obviamente, perante um documento acabado, consubstanciando antes uma proposta de metodologia de intervenção criteriosa e focalizada na realidade concelhia e nos desafios do presente e do futuro, pelo que se reconhece a sua natureza dinâmica e o seu carácter evolutivo, apresentando como grande desiderato a promoção da igualdade no acesso a uma educação de elevada qualidade. A aposta na educação e a reorganização da rede escolar está a exigir grandes sacrifícios às autarquias, atribuindo-lhes mais competências e imputando-lhes novas e elevadas despesas sem que um compatível pacote financeiro seja disponibilizado pelo Estado, mas, com persistência e na convicção de que esta área é o grande desígnio do desenvolvimento local e nacional, tudo voltará a ser feito para que o acesso a um ensino de excelência se universalize no Concelho de Vila Verde.

Assim, e reconhecendo que os primeiros anos de ensino são estruturantes no processo de educação e formação das crianças e jovens, em conformidade com as diretrizes da Carta Educativa, terão continuidade os **investimentos na construção de modernos centros escolares** com vista a que todo o território concelhio fique coberto com uma rede de edifícios modernos e bem apetrechados para o desenvolvimento de uma atividade de ensino aprendizagem consentânea com as exigências de um ensino de elevada qualidade, à altura das exigências da sociedade do conhecimento e da informação, profundamente competitiva e em mutação constante.

No que se refere à **rede de centros escolares** prevê-se a realização das seguintes intervenções:

- O Centro Educativo da Vila de Prado, que apresentará 12 salas de aula, um espaço biblioteca/informática, um refeitório/sala polivalente, uma sala de professores e outros espaços complementares e vai agregar os alunos dos quatro edifícios do 1.º ciclo daquela Vila;
- Conclusão do Centro Educativo de Turiz;
- Requalificação e ampliação dos estabelecimentos de ensino da Lage, Cervães e Soutelo;
- Desenvolvimento de esforços para que o Ensino Secundário, na Vila de Prado, seja uma realidade;



- Consolidação do projeto de desenvolvimento da Escola Profissional Amar Terra Verde.
- Criação da Escola Superior de Gastronomia;

Complementarmente, voltará a revelar-se estratégica a **edificação de recintos desportivos junto aos centros escolares**, para que os mesmos estejam disponíveis para a utilização dos alunos, mas também possam proporcionar às populações locais o acesso a melhores condições para a prática desportiva.

Este desenho do parque escolar, numa lógica de proximidade entre os centros escolares e as escolas sede dos agrupamentos resulta na promoção de um ensino integrado, permitindo que os alunos percorrem vários ciclos de ensino numa mesmo espaço escolar e, concomitantemente, reflete-se numa economia de recursos, colocando determinadas instalações ao serviço de mais do que um estabelecimento de ensino. Ademais, propicia ganhos em matéria de condições ao nível da rede do ensino pré-escolar, que beneficia dos edifícios libertados pelo 1.º ciclo.

Uma nota, ainda, para a aposta na **melhoria da rede de internet** em todas as escolas, em consequência do reconhecimento das suas virtualidades pedagógicas.

Serão também levadas a bom termo as seguintes iniciativas:

- Prossecução do programa de **promoção de hábitos alimentares saudáveis** através do Regime da Fruta Escolar, que visa a introdução de fruta nas refeições, complementado com a promoção do uso de legumes na alimentação de todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas do Concelho;
- Organização de ações de sensibilização centradas nos objetivos da **educação ambiental** e de promoção da saúde em contexto escolar;
- Implementação do **projeto “Escola + Verde”** no intuito de ajudar a enraizar hábitos de vida ecológicos;
- Adesão do Município de Vila Verde à **“Rede de Cidades Educadoras”**, tendo em vista o desenvolvimento de um trabalho ainda mais colaborativo e integrador no Concelho, promovendo e partilhando práticas educativas consentâneas com os ditames de um ensino proactivo e numa lógica construtivista;
- Prossecução da implementação do **projeto “Escola Mágica”**, dirigido aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico; um programa de aplicações multimédia de ensino interativo que disponibiliza recursos didáticos para o desenvolvimento das competências definidas nos programas oficiais.

No âmbito da **ação social escolar** destaque para a continuidade das seguintes ações:

- Disponibilização de serviço de **refeições** em todas as escolas dos ensinos pré-escolar e do 1.º Ciclo;

- **Comparticipação na aquisição de livros escolares** para os alunos do 1.º Ciclo integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos nos termos definidos na lei;
- Implementação da rede de **transportes** ajustada às necessidades de deslocação dos alunos do 1.º Ciclo e do Pré-Escolar para os respetivos estabelecimentos de ensino;
- Comparticipação, na totalidade, nos **passes escolares** dos alunos dos 2.º e 3.º ciclos e, em 50%, nos passes dos alunos do ensino secundário;
- Atribuição de **bolsas de estudo** aos alunos do ensino superior do Concelho.

Vila Verde dispõe de um estabelecimento de Ensino Profissional amplamente reconhecido a nível nacional, a **Escola Profissional “AMAR TERRA VERDE”**, que vai continuar a pautar a sua atividade de ensino aprendizagem pela preocupação fundamental de proporcionar às várias centenas de jovens que a frequentam um ensino de pendor profissionalizante que os habilite ao cabal exercício de profissões ajustadas às necessidades do mercado de trabalho local e regional. Um outro projeto que deverá conhecer avanços significativos é a criação de uma unidade de **ensino superior na área da Gastronomia**, uma área estratégica não só para Vila Verde mas também para o país porque assenta no potencial e na força de uma das nossas maiores âncoras: uma gastronomia muito genuína e de excelente qualidade, com um papel inegavelmente relevante em termos de atração turística.

## 2.2. – Saúde

É consabido que as políticas de saúde são da exclusiva iniciativa e responsabilidade da administração central, do mesmo modo que não se pode escamotear a relevância dos serviços de saúde de proximidade para a qualidade de vida e para o bem-estar das pessoas.

Assim, a **articulação com as instituições locais** com responsabilidades e competências neste sensível setor e o estabelecimento de pontes com o poder central afiguram-se primordiais para que as populações locais beneficiem de instalações e de serviços diversificados e de elevada qualidade. Neste capítulo merecem destaque as extensões de saúde modernas e funcionais, nomeadamente as que integram a Unidade de Saúde Familiar Sá de Miranda, que se encontram ao serviço dos Vilaverdenses.

Neste setor, releva-se igualmente o crescimento sustentado da Santa Casa da Misericórdia e os meritórios serviços de saúde prestados pelo seu Hospital, que lhe valeram já prémios de reconhecimento da excelente qualidade que logrou alcançar. De facto, o Hospital de Vila Verde continua a ser um exemplo modelar no que toca a inovação e a uma efetiva aposta em serviços que concorrem para que os Vilaverdenses tenham à sua disposição recursos humanos e técnicos de excelência.

Uma referência também para o desenvolvimento de esforços, junto da ARS Norte, em ordem à realização de investimentos na melhoria das condições dos centros de saúde de Cervães, de Pico de Regalados e da Portela do Vade.

Uma palavra ainda para o exemplar trabalho que continua a ser encetado pelos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, constatação que justifica a prossecução do apoio do Município e a sua disponibilidade para incentivar e ajudar a promover projetos que contribuam para o reforço dos meios de assistências às populações.

### 2.3. - Ação Social

A crise económico-financeira que grassa no país tem vindo a repercutir-se numa clara acentuação dos problemas sociais, colocando as famílias numa situação orçamental bastante difícil. Nesta conjuntura, o objetivo central da ação do município terá que gravitar em torno de uma sistemática mobilização social e empenho concertado de todas as instituições e agentes sociais no combate às situações de maior vulnerabilidade.

Assim, nesta área particularmente sensível, impõe-se colocar o enfoque no planeamento, organização e execução de políticas assertivas e consequentes na área da solidariedade e da intervenção social, tendo em vista a prevenção e resolução de situações de pobreza e exclusão social e a minimização das desigualdades e disfunções sociais, com base na metodologia de investigação ação e no trabalho de proximidade.



Nas últimas décadas, ocorreram mudanças sociais com fortes implicações nas relações familiares, razão pela qual muitos agregados sentem agora acentuadas dificuldades no que se prende com a conciliação da vida profissional com a vida e os laços familiares, tendo deixado de assegurar o necessário apoio e carinho aos seus idosos.

Uma relevante vertente da intervenção na área social centrar-se-á no atendimento e acompanhamento técnico e na implementação de medidas de política destinadas essencialmente a **prevenir e combater o recrudescimento de fenómenos de pobreza e exclusão social**. O enfoque irá igualmente para a intervenção junto das famílias e grupos sociais no sentido de ajudar a resolver problemas emergentes, em múltiplos domínios, como a habitação, formação e qualificação, saúde e a educação. Terá também continuidade o **apoio e a interação com as instituições de solidariedade social concelhias**, assim como o trabalho de **dinamização das redes de parceria** para a resolução dos problemas sociais e a realização de iniciativas e projetos suscetíveis de promoverem a inclusão social.

É incontroversa a afirmação de que o fator proximidade se reveste da maior importância em matéria de intervenção social e a Câmara Municipal, mercê também do precioso contributo dos vários parceiros sociais e do profícuo trabalho desenvolvido em sede de rede social, encontra-se numa posição privilegiada a este nível, porquanto conhece detalhadamente a realidade social concelhia, aposta num diagnóstico rigoroso e circunstanciado das problemáticas emergentes e convoca o saber de experiência feita e os conhecimentos técnicos dos seus recursos humanos para o desenvolvimento de um trabalho apurado sistemático de ação social dirigido para as situações e valências tidas como prioritárias.

As pessoas continuarão a ser o centro das atenções do Município e a principal razão de ser da atuação do serviço de ação social, mobilizando recursos para programas de ajuda às famílias em situação de maior vulnerabilidade económico- social.

Sabe-se que os problemas estruturais não se solucionam com simples ações de natureza assistencial, revelando-se antes e primordialmente necessários investir na efetiva concretização de políticas de desenvolvimento integrado que alavanquem a economia, ajudem a produzir riqueza e a criar postos de trabalho determinantes para a consolidação da atratividade do Concelho.

As políticas de ação social consubstanciar-se-ão na concretização do seguinte conjunto integrado de medidas:

- **Festa Concelhia do Idoso** destinada a criar um espaço que concilia o lazer e o convívio social com a forte religiosidade vivida pela população idosa;
- Festa de animação que visa incentivar o convívio entre os idosos institucionalizados e os idosos que participam no programa “**Séniores Ativos**”;

- **Festa da Família** enriquecida com a realização de atividades de animação dirigidas para as famílias que terá lugar na Vila de Prado.
- Implementação e manutenção das **Lojas Sociais** que têm por objetivo proporcionar o acesso das famílias mais vulneráveis a bens essenciais, ao mesmo tempo que pretende incentivar a partilha e a solidariedade entre as pessoas;
- Criação do **Banco de Voluntariado**, visando a constituição de uma bolsa de voluntários, entidades promotoras, que irão desenvolver um trabalho muito relevante em termos de respostas social;
- O **projeto “Idade Maior”**, depois de um trabalho inicial de levantamento do número de idosos a viver isolados e sem retaguarda familiar, contando com a intervenção de um conjunto de parceiros sociais (GNR; Bombeiros Voluntários; Centro de Saúde e Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC); Proteção Civil e Município de Vila Verde), visa o desenvolvimento de iniciativas em ordem à melhoria da qualidade de vida através da promoção do envelhecimento ativo, da solidariedade inter geracional e institucional e do combate ao isolamento.
- O **Cabaz de Natal** consubstancia-se na aquisição de cabazes de bens alimentares de primeira necessidade para distribuir por agregados familiares em situação de debilidade económica.
- O apoio nas **refeições e prolongamento de horário** destina-se a comparticipar a componente familiar nas despesas de refeições e prolongamento de horário das crianças que frequentam o ensino pré-escolar, oriundas de famílias sem capacidade económica.
- O **projeto “Com Cabeça, Mãos e Pés”** visa estimular o desenvolvimento motor das crianças com necessidades educativas especiais integradas nos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho, através de atividades desenvolvidas em contexto de piscina.
- O apoio à **frequência das piscinas municipais** visa assegurar o acesso gratuito à frequência das piscinas municipais por crianças e jovens com multideficiências ou problemas de saúde.



- O **apoio à autoconstrução** a famílias carenciadas tem como objetivo resolver o problema habitacional de agregados familiares, no âmbito do “Regulamento Municipal de Apoio à Autoconstrução de Municípios e Famílias Carenciadas”
- Prossecução da implementação do **projeto “Qualidade em Rede”** para sensibilização das IPSS para a importância da implementação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ);
- Dinamização do **projeto “Igualdade na Diferença”**, que visa elaborar e implementar um Plano Municipal para a Igualdade no Concelho de Vila Verde;
- Desenvolvimento de **campanhas de solidariedade** para assegurar a doação e distribuição de alimentos e apoio com equipamentos domésticos para famílias desfavorecidas;

Por seu turno, o trabalho da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)** de Vila Verde continuará a ser desenvolvido na senda de uma efetiva **articulação com os vários agrupamentos de escolas e instituições** concelhias, particularmente numa conjuntura económica que poderá fazer emergir crescentes situações de emergência social. Neste âmbito, serão encetadas as seguintes ações:

- Diagnóstico das situações de risco/perigo e acompanhamento e apoio a todas as situações;
- Realização de atendimentos, visitas domiciliárias, reuniões com diferentes entidades e organismos parceiros no acompanhamento familiar;
- Definir a Medida de Execução a aplicar e o respetivo Acordo de Promoção e Proteção e acompanhar a medida em execução.

A atividade da CPCJ estender-se-á ainda às seguintes ações:

- Continuidade da implementação do **projeto “(Re)Construir Vidas”** centrado na promoção de competências pessoais e sociais de famílias de risco sinalizadas pela Comissão;
- Desenvolvimento de **ações de formação** destinadas a agregados familiares em acompanhamento;
- Continuação da realização de **sessões com docentes dos Agrupamentos de Escolas** do Concelho, de natureza informativa relativas ao funcionamento da CPCJ e com vista a potenciar a identificação de situações de perigo, a sinalização das mesmas e a definição de estratégias e procedimentos a adotar;
- **Encaminhamento de situações de absentismo e abandono escolar** para o PIEC (Plano para a Inclusão e Cidadania);
- Comemoração do **Dia Mundial da Criança** através da dinamização de atividades como pinturas, natação, futebol, jogos tradicionais, jogos radicais e outras atividades lúdicas;
- **Acompanhamento psicológico** individualizado de menores e respetivas famílias, com base em consultas de psicologia clínica;
- Realização de **consultas de PLA (Problemas Ligados ao Álcool)** para pais dos menores em acompanhamento na CPCJ.

O arrefecimento da economia e o consequente crescimento da taxa de desemprego reclamam a intensificação do trabalho do **Gabinete de Inserção Profissional** do Serviço de Qualificação e Inserção Profissional do Município (SQIP), que se focará na promoção das seguintes iniciativas:

- **Preparação para a participação em ações e entrevistas** promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e/ou pelas entidades empregadoras;
- Inscrição na **base de dados** informática de pessoas à procura de trabalho e/ou formação;
- Ações propiciadoras da aprendizagem e implementação de **técnicas de procura de emprego**;
- Apoio na atividade de **prospecção de ofertas de emprego** e encaminhamento de candidatos;
- **Elaboração de candidaturas** a programas de incentivo ao empreendedorismo e ao emprego;
- **Articulação com entidades da região** (IPSS, associações, Segurança Social, juntas de freguesia, entidades formadores, empreendedores locais e regionais...).

## 2.4. – HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

### 2.4.1. Habitação e serviços coletivos

Uma condição essencial de bem-estar e qualidade de vida é o acesso a uma habitação condigna, revelando-se, assim, prioritário ajudar a criar condições para que todas as famílias vilaverdenses possam ver garantido este direito universal constitucionalmente consagrado. As pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social veem-se, muitas vezes, privadas deste direito e, independentemente das circunstâncias que estiveram na origem dos problemas com que se debatem, é imperioso que tudo se faça para que tenham acesso a habitação. É nesse sentido que o Município vai continuar a investir neste setor em diferentes modalidades, seja ao nível do apoio **técnico** seja no fornecimento criterioso de materiais de construção indispensáveis para a realização de obras de requalificação em habitações que já não se encontrarem consentâneas com a dignidade que se impõe.

Entre as medidas a adotar encontram-se as seguintes:

- **Atribuição de materiais de construção** para a realização de obras de requalificação de habitações insalubres e/ou em mau estado de conservação, em obediência ao disposto no “Regulamento Municipal de Apoio à Autoconstrução de Municípes e Famílias Carenciadas”;
- **Criação de um Centro de Recursos para a Habitação** que permitirá a recolha de materiais de construção junto das empresas do Concelho;
- Apresentação de **candidatura ao programa SOLARH**, tendo em vista a execução de obras de conservação das habitações próprias permanentes de famílias comprovadamente carenciadas;

- Apresentação de **candidatura ao PROHABITA** com vista à reconstrução de habitações devolutas e a integração habitacional de famílias em manifesta situação de vulnerabilidade sócio económica;
- **Monitorização** do estado de conservação **das habitações sociais**;
- **Incentivos aos mais jovens** para a construção de habitações no território concelhio.

### 2.4.2. Ordenamento do território

O Ordenamento do Território, o Planeamento Urbanístico e um Urbanismo de crescente qualidade relevam entre os vetores estratégicos da política de desenvolvimento sustentado do Concelho e constituem condição basilar para a consolidação do crescimento harmonioso de um território que, simultaneamente, se pretende atrativo e competitivo em múltiplos aspetos.

Esta visão do desenvolvimento consubstancia-se no investimento em projetos que potenciam uma ocupação do território criteriosa e ajustada às suas características e potencialidades. A ampliação e requalificação de espaços por excelência da convivalidade das freguesias contribuem para a revitalização de espaços públicos que se convertem em novas e mais atrativas centralidades. Assim, além da melhoria das acessibilidades, importa relevar a importância do investimento, por exemplo, na dignificação de adros, zonas ajardinadas e outros espaços de interesse e utilização pública. A **manutenção e modernização dos espaços e equipamentos urbanos**, nomeadamente praças, parques infantis, espaços verdes e/ou ajardinados e áreas de lazer, representa também um relevante fator de elevação da atratividade das freguesias urbanas.

Preconiza-se, assim, a aposta em **intervenções planeadas de regeneração urbana** que tornem as zonas centrais das freguesias mais apelativas e concorram para a reanimação das atividades económicas locais. O comércio tradicional e os serviços, a braços com as preocupantes repercussões da crise económica e financeira que assola o país, necessitam de antídotos eficazes para se poderem reabilitar e fazer face ao acentuado decréscimo do consumo.



Neste contexto, destaca-se o propósito de avançar com a execução do projeto de **requalificação do núcleo urbano da Vila de Prado**, uma obra de crucial importância nesta lógica de revitalização da economia e da dinâmica social e cultural desta freguesia.

Os diferentes núcleos urbanos verão, assim, reforçados os seus focos de atração, tornar-se-ão mais competitivos e ajudarão a alavancar o tecido económico local.

O **PDM**, reformulado e adequado às reais necessidades e características do território concelhio, será um outro importante catalisador do crescimento equilibrado do Concelho, propiciando a concretização dos seguintes objetivos:

- Promover o **ordenamento da ocupação do território**, adaptando a precedente matriz a novas linhas de orientação estratégica e a distintas dinâmicas de desenvolvimento;
- Proporcionar a criação de **novas zonas de desenvolvimento industrial**;
- **Reorganizar os perímetros das zonas extrativas** de modo a facilitar a requalificação urbanística futura e a compatibilizar o respetivo enquadramento paisagístico com as áreas urbanas contíguas;
- Abrir novas janelas de oportunidade em matéria de **valorização da diversidade ambiental** e do aproveitamento das potencialidades de um turismo de feição rural beneficiado por condições naturais de excelência;
- **Reforçar a coesão territorial** criando Polos de Desenvolvimento a serem dotados de infraestruturas, equipamentos e áreas de apoio funcional e empresarial às envolventes territoriais;
- **Promover a equidade territorial** consolidando o investimento em equipamentos e acessibilidades nas zonas mais periféricas;
- Criar amarras para a fixação das populações das freguesias mais rurais;
- Ajudar a criar condições para a **sustentabilidade económica e ambiental das atividades tradicionais**, designadamente a agricultura, a pecuária e o artesanato;
- **Prevenir as situações de risco ambiental**;
- **Melhorar as acessibilidades** intra e intermunicipais.

O PDM procura cumprir os seguintes critérios gerais:

- **Redução das assimetrias** entre os principais núcleos urbanos e as freguesias de pendor rural;
- Emergência de áreas com capacidade construtiva para o **combate à desertificação**;
- **Ajustamento dos perímetros urbanos** marcados por forma a conseguir um crescimento equilibrado de zonas de edificação e de zonas destinadas a outras funções, nomeadamente espaços verdes e/ou de lazer;
- Salvaguarda de um **equilíbrio entre a oferta e a procura de terrenos**;
- **Conservação e recuperação da riqueza patrimonial**, assinalando nas Plantas de Ordenamento e Condicionantes todo o património a preservar;

- Criação e/ou redefinição de **áreas para indústrias e armazéns** e áreas para depósitos de sucatas;
- Delimitação e reserva de **áreas para equipamentos** de apoio social e escolar;
- **Ajustamento das manchas agrícolas e florestais à aptidão do solo.**

### 2.4.3. – Águas residuais

Proporcionar o acesso de grande parte das habitações ao saneamento básico é um desiderato de nuclear importância que vai conhecer progressos muito significativos, mercê da **intensificação dos investimentos no significativo alargamento da rede.**

A qualidade de vida dos Vilaverdenses e o equilíbrio ambiental dependem sobremaneira dos avanços que se conseguir encetar nesta área, razão porque a mesma emerge como um dos principais vetores do desenvolvimento sustentável que se impõe consolidar em 2013.

A continuação da **instalação de interceptores** e da **construção da grande ETAR** da zona sul do Concelho constituem dois pilares alicerçantes desta estratégia de progressiva evolução no sentido da universalização do acesso ao saneamento que se revela de primordial importância em termos de melhoria das condições de vida da população e no tocante à preservação da qualidade ambiental.

Terão, ainda, continuidade os trabalhos no sentido do **alargamento da rede de saneamento em baixa**, tendo em vista servir um número cada vez mais elevado de munícipes.

Assim, na área do saneamento básico, serão objeto de construção no âmbito da concessão às “Águas do Noroeste” importantes **infraestruturas da rede em alta**, a saber:

- Conclusão da construção da ETAR de Cabanelas;
- Conclusão da ETAR da Ribeira do Neiva;
- Conclusão da ETAR do Vade;
- Conclusão da implantação dos seguintes interceptores:
  - Intercetor Homem-Cávado (1.ª fase);
  - Intercetor do Poriço;
  - Intercetor do Neiva e Ovelha;
  - Intercetor do Vade;
  - Intercetor de Barges.

Prevê-se, ainda, a implantação dos seguintes intercetores:

- Intercetor de Pedome (2.ª fase);
- Intercetor do Paúl (1.ª fase);
- Intercetor de Febros (2.ª fase).

Outras intervenções em ordem à significativa melhoria deste setor em vários pontos do território concelhio, que incluem a **drenagem de águas residuais em baixa** com vista à ligação de intercetores e ETAR, serão as que se passa a enumerar:

- Instalação e/ou ampliação das redes de saneamento num elevado número de freguesias:
- Rede de saneamento de Cabanelas e Cervães;
- Rede de saneamento na freguesia de Soutelo;
- Rede de saneamento na Vila de Prado;
- Rede de saneamento na freguesia de Esqueiros;
- Rede de saneamento de Turiz;
- Rede de saneamento da Loureira;
- Rede de saneamento da Lage;
- Rede de saneamento de Moure;
- Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo;
- Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte (S. Vicente);
- Rede de saneamento de Gondíães, Mós, Pico de Regalados, Pico (S. Cristóvão) e Gême;
- Rede de saneamento de Oleiros e Atiães;
- Rede de saneamento do Vade;
- Rede de saneamento da Ribeira do Poriço (Parada de Gatim, Cervães, Escariz (S. Mamede), Escariz (S. Marinho) e Freiriz);
- Rede de saneamento da Ribeira do Neiva (Azões, Rio Mau, Goães, Duas Igrejas, Pedregais e Godinhaços).



#### 2.4.4. - Abastecimento público de água

A rede de abastecimento público de água atingiu já uma taxa elevada, mas continuarão a ser feitos investimentos para que mais Vilaverdenses tenham acesso a este serviço de basilar importância, ao mesmo tempo que prosseguirão os esforços para que a qualidade do mesmo seja cada vez melhor.

A implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), do controlo operacional dos Sistemas Locais de Abastecimento e de intervenções – beneficiação e manutenção – tem em vista a progressiva melhoria da qualidade da água distribuída, equalizando os caudais e implementando tecnologias para a desinfeção da água.

A conjuntura económica desfavorável e os sucessivos atentados à capacidade financeira das câmaras municipais impõem a adoção de medidas de contenção de despesas e, mesmo neste setor nevrálgico para a saúde pública e para o bem-estar dos Municípios, torna-se necessário reforçar os índices de rigor, por exemplo, em matéria de consumo nos edifícios e serviços públicos e no atinente à redução do consumo de água potável por substituição pelo consumo de água pluvial.

A concretização destes desideratos será potenciada com as seguintes medidas:

- **Reforço do sistema de captação e tratamento de água em alta**, designadamente da ETA do rio Homem;
- **Construção de reservatórios, estações elevatórias e adutoras;**
- Implementação de processos de tratamento de pequenos sistemas locais de abastecimento de água;
- Requalificação das redes de distribuição e dos reservatórios dos pequenos sistemas;
- **Dotação, nas novas urbanizações, de infraestruturas pluviais** que conduzam o efluente devidamente filtrado a reservatórios, sendo a água armazenada utilizada em rega de espaços verdes, lavagens de arruamentos e utilização para eventual combate a incêndios;
- Promoção da construção de bacias de retenção de água ou poços de infiltração para devolver a água ao solo nos casos de solos permeáveis;
- Criação de condições para que obras a edificar, reconstruir e/ou ampliar se apetrechem de reservatórios para armazenamento de águas pluviais;
- Execução de infraestruturas de recolha e armazenamento de águas pluviais para sistema de rega de jardins.

No âmbito do **alargamento da rede a novos pontos de consumo** perspectiva-se, entre outras, a concretização das seguintes ações:

- Abastecimento de água às freguesias de Portela das Cabras, Carreiras S. Miguel, Carreiras S. Tiago, Nevogilde e Dossãos;
- Prolongamento da rede de abastecimento de água municipal na zona da Ribeira do Neiva;
- Prolongamento da rede de abastecimento de água municipal no Vale do Homem;
- Abastecimento de água à freguesia de Covas.

#### **2.4.5. – Resíduos sólidos**

Terão continuidade as diligências para a conciliação de uma gestão racional de recursos com avanços em termos de eficiência dos serviços, recorrendo ao planeamento e a metodologias de trabalho que privilegiam a capacidade de organização e o rigor, condição fundamental para que as populações sejam servidas com zelo e o asseio e a higiene pública jamais possam ser questionadas.

Prosseguirá, assim, o propósito de **aproximar a recolha dos resíduos sólidos domésticos dos cidadãos** e a preocupação de **aumentar os níveis de eficácia** dos serviços municipais numa lógica de complementaridade com o contributo do setor privado quando a mesma se traduzir em ganhos no tocante ao binómio custo/qualidade. Esta vertente pode conduzir mesmo à externalização de alguns serviços muito por força dos constrangimentos legalmente estabelecidos no que respeita à contratação de pessoal.

Os esforços em ordem a uma tendencial **universalização da recolha seletiva de resíduos** passarão por medidas como as que infra se elenca:

- Aposta em campanhas de sensibilização ambiental de modo a promover um reforço da separação, deposição e recolha de resíduos passíveis de serem reciclados (papel, embalagens, vidro, óleos usados, pilhas...) bem como a expansão da prática da compostagem;
- Aumento da recolha seletiva através da colocação de novos ecopontos em lugares estratégicos;
- Criação de um ecocentro para recolha de “monstros”.

A **melhoria do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU)** incluirá, ainda:

- A colocação/construção de contentores subterrâneos para resíduos domésticos indiferenciados;
- A redefinição dos circuitos de recolha.

## 2.4.6. – Proteção do Meio Ambiente e conservação da Natureza

A promoção da qualidade ambiental é um incontornável fator de atratividade e, em Vila Verde, a beleza ímpar das paisagens, a genuinidade das praias fluviais e dos cursos e trechos de água que percorrem grande parte do território suscitam um cuidado redobrado na preservação do equilíbrio natural e no aproveitamento de potencialidades turísticas únicas.

O desenvolvimento sustentável constitui um desiderato a alcançar tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos Vilaverdenses e na perspetiva do incremento de um turismo de qualidade, em torno das mais-valias naturais e culturais do Concelho. A conservação da biodiversidade e a consciencialização das populações para a adoção de estilos de vida em harmonia com o equilíbrio ambiental constituem dois dos grandes pilares da política ambiental, a par do investimento no alargamento da rede de saneamento igualmente relevante em matéria de preservação da qualidade do ambiente e em prol da saúde pública.

A política de **promoção ambiental** desenvolver-se-á em articulação com várias outras entidades, nomeadamente escolares, e centrar-se-á na realização diversas ações:

- Divulgação e fornecimento de **material didático** aos estabelecimentos de ensino;
- Dinamização de diversas atividades em matéria de **educação ambiental**, entre as quais concursos, palestras, sessões de esclarecimento, ações de sensibilização e educação ambiental e apoio técnico;
- Implementação do **Projeto “Escola+Verde”** nas EB1, com vista a propiciar o aprofundamento da implementação de boas atitudes e práticas amigas do ambiente;
- Prossecução dos esforços no sentido da implementação do **projeto “Rios”**, em parceria com outras entidades, designadamente os agrupamentos de escolas e associações concelhias, tendo em vista a conservação dos espaços fluviais e que contribuirá para a implementação da Carta da Terra e da Diretiva Quadro da Água, sob o lema - “Adote um troço de um rio”;
- Aposta num trabalho sistemático de **monitorização** de espécies endémicas e de habitats prioritários;
- **Preservação e valorização das margens ribeirinhas** dos principais cursos de água que percorrem o território concelhio.

A floresta é um património de valor incalculável e a sua preservação e valorização afigura-se de crucial importância para a promoção da biodiversidade, sendo de realçar todos os esforços que os Bombeiros Voluntários de Vila Verde levam a bom termo em matéria de combate aos incêndios florestais. Nesta conformidade, esta associação humanitária continuará a ser objeto do incentivo e apoio do Município. Igualmente relevante é o trabalho realizado pelos Sapadores Florestais na conservação e defesa da floresta concelhia.

## 2.5. SERVIÇOS CULTURAIS E RECREATIVOS

A consciencialização da população acerca da relevância da nossa identidade cultural e do interesse da **preservação e valorização das raízes históricas e culturais** vai continuar a constituir o vetor central de uma política cultural e recreativa também centrada no propósito de elevar a qualidade de vida das pessoas.

A nossa história e a nossa cultura constituem uma inestimável memória coletiva e um legado ancestral que nos apraz reconhecer e valorizar.

Uma outra componente do desenvolvimento humano é a **valorização das atividades recreativas e de lazer** que também relevam na construção de um projeto de vida salutar e edificante e contribuem para a realização pessoal. Assim, o meritório trabalho levado a bom porto pelas associações e clubes concelhios continuará a merecer todo o incentivo e apoio, tendo em vista a dinamização de iniciativas e atividades que vão de encontro aos anseios das populações.

### 2.5.1. - Cultura

O desenvolvimento cultural volta a merecer uma atenção especial e far-se-á sentir em várias modalidades de **dinamização e apoio do fomento da cultura** e das raízes identitárias do Concelho.

Por um lado, prosseguirão a promoção de iniciativas com grande impacto regional e nacional; por outro, serão dados mais passos firmes em ordem à projeção de tradições culturais seculares e no sentido da criação de condições para que, a par da valorização da cultura, se concorra para a sustentabilidade económica de atividades que, de outro modo, correrão o risco de extinção.

Esta linha de ação sustentar-se-á na realização das seguintes iniciativas e atividades:

- Instalação do **Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva**, no Albergue de Peregrinos S. Pedro de Goães, versando sobre a Ribeira do Neiva nos seus mais variados aspetos culturais, entre os quais, o património construído, natural e paisagístico, as tradições e usos e costumes, assim como personalidades ilustres que ali viveram, principalmente, Francisco Sá de Miranda;
- Criação do **Centro Interpretativo do Património Cultural em Cerâmica** através da recuperação do edifício dos antigos Paços do Concelho da Vila de Prado, um imóvel de grande interesse arquitetónico e histórico;
- Criação de um **Núcleo Museológico do Linho** com instalações na antiga Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Marrancos;
- Desenvolvimento de ações tendentes à criação do **Museu da Ribeira do Neiva** a instalar num espaço da Junta de Freguesia de Duas Igrejas;
- Publicação do **Boletim Cultural**, uma publicação com manifesto interesse em matéria de divulgação cultural;
- Publicação da **Agenda Cultural** de Vila Verde destinada a dar continuidade ao processo de difusão das principais iniciativas e atividades a realizar trimestralmente no Concelho nos domínios da cultura, desporto e lazer, de acordo com a informação disponibilizada pelo Município, pelas Juntas de Freguesia, Associações Culturais e Desportivas, IPSS e estabelecimentos de ensino;
- Terá continuidade o trabalho desenvolvido no percurso da **Via Romana XIX**, que visou o estudo, preservação e valorização do Caminho Romano que no passado ligava *Bracara Augusta* (Braga), a *Lucus Augusti* (atual cidade de Lugo), sobretudo em matéria de manutenção;
- Prosseguirá a realização da **Feira de Velharias e Colecionismo** de Vila Verde, dado o interesse da divulgação e comercialização de produtos antigos de diversa jaez, atendendo, também, aos benefícios que da mesma decorrem em termos de atratividade de público e de dinamização da economia local;



- A **Feira de Artesanato** representa uma mais-valia que deverá ter continuidade, já que tem como objetivo primordial a valorização do artesanato - designadamente Lenços dos Namorados, Bordados, Linho, Madeiras, Cestaria, Cerâmica, Tapeçarias, Croché, Bijuteria, Cantaria, Granitos -, promovendo a sua venda e contribuindo ainda para a dinamização económica da sede concelhia;
- O **Encontro de Reis** de Vila Verde é um outro impulso na senda dos esforços que estão a ser desenvolvidos para defender as tradições culturais concelhias, promovendo a proteção da música tradicional de cariz popular e a demais componente etnográfica que a enquadra;
- O evento **Namorar Portugal** adquiriu já um papel de relevo e notoriedade, numa perspetiva nacional e internacional, consubstanciando um investimento importante na defesa e valorização dos lenços de namorados - ex-libris de Vila Verde -, através do qual se procura conciliar um rico elemento do património cultural, símbolo da tradição e ruralidade, com uma vertente mais contemporânea: o *design* e a moda;
- A programação **“Fevereiro – Mês do Romance”**, que voltará a decorrer ao longo do mês de fevereiro, terá como epicentro a Gala Namorar Portugal, na noite de 14 de fevereiro (Dia de S. Valentim), mas pautar-se-á por uma grande dinâmica, assumindo uma superior dimensão, mobilizando todos os agentes associados ao artesanato e promovendo uma permanente animação ao longo de todo o mês;
- A atividade **“Sá de Miranda por Terras de Vila Verde”**, dado o sucesso alcançado e considerando que, em nome da divulgação e promoção de um vulto da literatura nacional que viveu e escreveu grande parte da sua obra na zona da Ribeira do Neiva, mobiliza um elevado número de instituições concelhias, particularmente os agrupamentos de escolas e outros estabelecimentos de ensino, continuará a proporcionar aos Vilaverdenses e a um significativo número de visitantes um programa cultural revestido do maior interesse, ao mesmo tempo que representará mais um catalisador do dinamismo da economia local;
- As **Festas Concelhias** de Santo António continuarão a assumir um lugar de destaque enquanto cartaz de visita para o Concelho e para a região, concentrando uma panóplia de atividades que traduzem o melhor da tradição e da animação popular e ilustram também muitos dos encantos do mundo rural;
- A programação **“Vila Verde – Vila Criativa”**, em torno da Bienal Internacional de Arte Jovem, que decorrerá de junho a outubro, aposta na consolidação de um trabalho em rede, através do envolvimento e participação de um leque de parceiros do município e da região, compreendendo um variado leque de atividades: exposições, workshops, ateliês criativos, música, pintura, fotografia e outras manifestações de arte, apresentação de biografias de artistas consagrados, assim como a realização da 4.ª edição do projeto ‘A Bienal na Escola’, uma iniciativa desenvolvida

em colaboração com os Agrupamentos de Escolas do concelho e com a EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde e que conta com o apoio da Associação D´Arte e o IPDJ-Instituto Português do Desporto e da Juventude;

- A **Festa das Colheitas** – Feira Mostra dos Produtos Regionais de Vila Verde divulga, promove e valoriza as potencialidades económicas, culturais e turísticas do Concelho, ao nível da agricultura, da pecuária, do artesanato, da gastronomia, do folclore, do associativismo e da solidariedade social, sendo que a sua programação e execução voltará a resultar de um frutuoso trabalho de parceria com os vários agentes do desenvolvimento local e regional;
- “**Na Rota das Colheitas**” é uma iniciativa conjunta do Município e das Juntas de Freguesia, dinamizada em parceria com as associações culturais, sociais e outras entidades, com o objetivo de promover a autenticidade da vida rural, a genuinidade das tradições e a riqueza da cultura popular do Concelho de Vila Verde, integrando um leque diversificado de eventos de cariz cultural, atividades agrícolas, quadros da vida rural, mostras de artesanato, de gastronomia, de pastelaria e de doçaria típica;
- A **Feira de Natal** “Artesanato e Mel” tem-se revelado um importante meio de escoamento dos produtos rurais típicos, próprios da época natalícia, demonstrando também o que melhor se faz ao nível do artesanato no concelho de Vila Verde;
- Atualização permanente dos conteúdos culturais da página Web do Município.

Neste contexto, merece uma menção especial a **Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela**, um espaço interativo de incentivo à leitura e à escrita e de promoção do conhecimento e da cultura enquanto pilares fundamentais na construção de uma sociedade moderna e de um território atrativo e competitivo. A sua permanente abertura aos desafios da sociedade da informação e do conhecimento e todo o trabalho de articulação com os vários agentes do desenvolvimento educacional e cultural do Concelho pontuam entre os segredos da dinâmica e da projeção que logrou alcançar.



Com produtos e atividades diversificadas, apelativas para diferentes públicos, representa um valor acrescentado e uma peça importante no processo de desenvolvimento cultural do Concelho.

Entre a vasta panóplia de atividades e iniciativas que leva a bom termo, relevam as que se passa a enumerar:

- Implementação do **projeto “Sábado Especial”**, um espaço de contacto com diversos autores do mundo da cultura, especialmente destinado a crianças e familiares interessados no contacto com o livro e com a leitura;
- Continuação da atividade **“Hora do Conto”** e **encontros com escritores**;
- Prossecução do **projeto “História Andarilha”**, o qual consiste na apresentação de um conto, de escola em escola (ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico), ao longo do ano letivo;
- Continuação do **projeto “...Porque ler é importante”**;
- Realização de **visitas guiadas** propiciadoras do primeiro contacto (alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico) entre a Biblioteca Municipal e os potenciais leitores;
- Animação de secções/espacos, entre as quais o **“Autor do mês”**;
- Apresentação de escaparates com **novidades e recomendações de leitura** e de montras subordinadas a temáticas diversificadas e a comemoração de efemérides;
- Realização de **exposições**;
- Aquisição de fundos bibliográficos e de outros recursos com vista à **atualização do acervo** e a garantir, renovadamente, o interesse do mesmo;
- Realização de **publicações informativas** e culturais;
- Publicação de uma brochura mensal a enviar a todas as entidades culturais e educativas do Município;
- Continuidade da **iniciativa “Cinema Infantil”**, destinada a grupos de crianças do ensino pré-escolar e dos 1.º e 2.º Ciclos;
- Prosseguimento da **iniciativa “Terças Metragens”**, dirigida a todo o tipo de público que passa pela promoção de ciclos de cinema centrados em determinadas temáticas aglutinadoras;
- **Iniciativa “Cinema Especial”**, dirigida a utentes portadores de deficiência;
- Continuação do **projeto SELESE** (Serviço de Leitura em Suportes Especiais) dirigido para pessoas invisuais e/ou amblíopes, analfabetos e minorias étnicas disponibilizando ações de formação para a utilização de tecnologias da informação com recurso a diversos instrumentos e técnicas indispensáveis à autonomia funcional individual;
- Continuidade da dinamização de **ateliês temáticos**: desenho, pintura, máscaras, música, ilustração, reciclagem, livros e leitura.

A melhoria dos projetos culturais não é indissociável das estruturas físicas que potenciam a sua implementação e o seu desenvolvimento. Neste âmbito, estão previstas intervenções visando:

- **Requalificar e ampliar a Casa da Cultura** para reforçar o desenvolvimento do projeto educativo, artístico e cultural da Academia de Música de Vila Verde;
- **Reabilitar o edifício da Biblioteca Municipal** Professor Machado Vilela de modo a dignificar um dos elementos patrimoniais de maior relevo da sede do concelho e criar melhores condições de conforto para todos os utentes dos importantes serviços culturais e de apoio ao conhecimento prestados pela Biblioteca;
- Prosseguir a **requalificação do edifício e área envolvente da antiga Adega Cooperativa** para a transformar numa nova centralidade económica e cultural.

### 2.5.2. – Desporto, recreio e lazer

É, hoje, consensual, o importante papel que a prática desportiva, seja de manutenção ou de competição, tem nos esforços dos Estados para a elevação da qualidade de vida e dos níveis de bem-estar das pessoas. Reconhece-se-lhe, ademais, o seu contributo para a existência de estilos de vida saudáveis, arredios de um sedentarismo desolador e mórbido.

Por outro lado, importa também salientar que as escolas de formação desportiva constituem escolas de valores em que emergem princípios de vida como a organização, a disciplina, o respeito pelas regras e o *fair play*, entre outros de fundamental importância na formação integral das crianças e jovens e na preparação de cidadãos ativos, dinâmicos, empreendedores e com um forte sentido cívico.

O Clube Náutico é um dos bons exemplos desta forte aposta no desenvolvimento desportivo e o excelente percurso que tem vindo a realizar, com uma elevada projeção a nível nacional e internacional, será coroado com a organização do **Campeonato da Europa de Maratonas 2013**, em Canoagem, uma organização conjunta desta muito prestigiada coletividade com a Federação Portuguesa de Canoagem e com o Município de Vila Verde.



Investir-se-á, pois, no **desenvolvimento de uma política desportiva que valorize grandemente a formação e promova hábitos de vida edificantes.**

Nesse sentido, tomar-se-ão as seguintes medidas:

- Criação do **Complexo Desportivo e Zona de Lazer da Ribeira do Neiva**;
- **Atribuição de apoios e/ou subsídios** aos Clubes, Associações e Coletividades do Concelho no âmbito do Regulamento Municipal, tendo em vista ajudá-los na concretização das atividades previstas nos respetivos planos anuais de atividades e, bem assim, na prossecução dos seus fins;
- Continuará o **Programa Seniores Ativos**, vocacionado para a promoção e desenvolvimento da atividade física da população com mais de 65 anos de idade ou reformada;
- Investimento em infraestruturas e equipamentos desportivos, em zonas estratégicas do território concelhio;
- **Construção de polidesportivos e de novos pavilhões gimnodesportivos**, como os de Cervães e da Portela do Vade;
- Primazia ao **apoio a projetos de formação desportiva** consubstanciados na atividade de técnicos habilitados;
- Continuidade da **aposta nas escolas municipais de desporto** tendo em vista a generalização da prática desportiva;
- Continuar a investir na **manutenção e na melhoria das instalações** e equipamentos da Piscina da Vila de Prado e do Complexo de Lazer de Vila Verde;
- Proporcionar a um número crescente de Vilaverdenses a oportunidade de frequentar o **Complexo de Lazer de Vila Verde** e as **Piscinas Municipais da Vila de Prado**, continuando a estabelecer preços sociais.

O trabalho de fundo que as associações e clubes concelhios têm vindo a encetar, mercê do esforço de muitos Vilaverdenses que, pelo mero amor ao desporto, se dedicam de vida e alma às modalidades e organizações da sua predileção, está a dar maravilhosos frutos de que todos devem orgulhar-se. O considerável número de campeões nacionais em algumas modalidades já com reconhecida expressão a nível nacional e internacional é um bom exemplo desta evolução desportiva muito positiva e que continuará a ser sublinhada e enaltecida nas cerimónias oficiais do dia do Município, reconhecendo o mérito de atletas, responsáveis técnicos, dirigentes e coletividades que se tiveram destacado. O futebol feminino, o andebol, a canoagem, a pesca desportiva, o trial e o BTT são bons exemplos da elevada qualidade do trabalho de base efetuado e que está agora a dar bons frutos.

### 3. FUNÇÕES ECONÓMICAS

A economia é um dos motores da evolução das sociedades e, embora a definição das políticas económicas não seja da competência dos municípios, à Câmara Municipal compete estar atenta às dinâmicas da economia local e funcionar como um dos indutores do **empreendedorismo** e da **atração de investimento**, condições essenciais para a alavancagem da produção local de riqueza e para a consequente criação de postos de trabalho.

#### 3.1. – Agricultura e pecuária

Apesar da depreciação do mundo rural que se fez sentir de há algumas décadas a esta parte, em benefício de uma quase incontrolada inclinação do país para o litoral, Vila Verde não pode esquecer as suas raízes nem tão pouco subestimar as enormes potencialidades de um território ainda marcado por uma profunda ruralidade, não obstante a inevitável tendência para a desertificação das freguesias mais periféricas.

Reconhecendo as fragilidades dos tecidos económico e social das zonas rurais e as dificuldades em fixar os mais jovens nas freguesias que os viram nascer, em consequência das vicissitudes da interioridade, este Município tem vindo a empreender **políticas concretas de efetiva defesa e promoção do mundo rural**, criando condições para a emergência de dinâmicas muito próprias que concorrem para a recuperação da sua vitalidade.



Para tal, **aposta-se numa imagem positiva do mundo rural**, difundindo e projetando as suas potencialidades naturais e culturais, a genuinidade dos métodos de produção agropecuária e a elevada qualidade dos produtos. Além disso, a diversidade e a beleza paisagística, a ancestralidade das tradições, dos usos e dos costumes, assim como a produção artesanal constituem mais-valias para um turismo alternativo ao turismo de massas do litoral.

As vias de comunicação amplas e modernas, os caminhos agrícolas e florestais, os espaços centrais das freguesias requalificados, o progressivo alargamento das redes de abastecimento público de água e de saneamento e apoio à auto- construção emergem como alguns dos investimentos mais significativos para a valorização do mundo rural e para o conseqüente reforço da sua atratividade.

A manutenção das **isenções do pagamento de taxas para operações urbanísticas ligadas a empreendimentos agrícolas e florestais** constitui um exemplo significativo no sentido de criar condições fiscais mais favoráveis aos investimentos neste importante setor da atividade económica.

A dinamização de **grandes eventos de promoção das atividades e produtos rurais** releva igualmente nesta estratégia de aumento da visibilidade e projeção das atividades típicas desenvolvidas pelas populações do meio rural. O programa da Rota das Colheitas será novamente dinamizado com base numa sempre profícua parceria com as Juntas de Freguesia e associações concelhias também apostadas em contribuir para a revitalização do mundo rural, levando a bom porto iniciativas que incrementam a atividade agropecuária e o artesanato e ajudando a criar condições para a sustentabilidade económica de produtos tipicamente rurais.

Relevo igualmente para o desenvolvimento de ações de apoio ao desenvolvimento da agricultura e para a criação de uma **“bolsa de terras”** para produtores agrícolas poderem apresentar projetos de investimento e desenvolvimento neste setor.

A Festa das Colheitas atrai à sede concelhia muitos milhares de visitantes rendidos à qualidade e diversidade de produtos resultantes da aplicação de metodologias tradicionais que patenteiam elevado valor nutricional e são fator de saúde e bem-estar. Simultaneamente, os produtores encontram neste evento um espaço privilegiado de divulgação e escoamento de produtos. Voltaremos, pois, a apostar no aprofundamento de uma pedagogia do mundo rural que potencie a simbiose entre a preservação e valorização de tradições cujas origens se perdem na bruma dos tempos e o desenvolvimento sustentável e harmonioso do território concelhio, na perspetiva de que os mais jovens encontrem oportunidade de trabalho e de futuro nas suas aldeias e assim ajudem a inverter a tendência para o despovoamento de certas zonas mais limítrofes.

Esta estratégia é, naturalmente, indissociável da continuidade da cooperação com um parceiro incontornável, a ATAHCA, que, reconhecidamente, tem chamado a si um papel determinante na revitalização do património rural e no avanço de projetos que contrariam os arautos da desdita do mundo rural, ajudando a mantê-lo vivo e a viabilizar atividades, produtos e *modus vivendi* a que muitos já haviam traçado um irremediável fim há muito tempo.

Uma palavra ainda para o contributo da AMIBA, que continuará a desenvolver um trabalho muito positivo em matéria de apuramento/purificação de raças e, conseqüentemente, na criação de condições para que se mantenha ou eleve a qualidade na atividade pecuária. Continuarão a ser feitas diligências para que a instalação de um Ecoparque na Quinta do Penedo em Lanhas venha a ser uma realidade.

### 3.2. - Indústria

A contração económica que o país enfrenta neste momento está a afetar sobremaneira as micro, pequenas e médias empresas que representam uma fatia muito importante do tecido industrial do país. Vila Verde não foge à regra e as dificuldades de algumas empresas conduziram a situações de vulnerabilidade social e de receio relativamente ao futuro

Numa conjuntura deste jaez, além da relevância de se estar atento a esta realidade e de se procurar criar uma espécie de almofada social que devolva alguma estabilidade e confiança das pessoas no futuro, é imperioso apostar na criação de incentivos à dinamização e ao crescimento do tecido empresarial. Este desiderato, embora não muito fácil, consegue-se alcançar mercê de muita tenacidade e de abertura a propostas de investimento passíveis de gerarem riqueza e empregos.

O PDM deverá perspetivar a criação de novas zonas de implementação industrial fulcrais para a elevação do dinamismo económico e para a revitalização da economia de determinadas zonas do Concelho, mas é também imperioso que se continue a melhorar as condições existentes no Parque Industrial de Gême e nas zonas industriais de Oleiros, Cervães, Cabanelas, Arcozelo e Vila de Prado, investindo nos trabalhos de manutenção e modernização das infraestruturas e equipamentos de apoio, assim como das acessibilidades.

Se é certo que nos propomos continuar a explorar as virtualidades das raízes históricas e culturais, também não é menos verdade que os caminhos do progresso passam indiscutivelmente pela valorização da inovação e do conhecimento, fatores fundamentais para o aumento da competitividade. O Centro de Dinamização Empresarial e a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, em Soutelo, tal como a Casa do Conhecimento, na sede concelhia, constituem âncoras muito fortes de um desenvolvimento industrial vocacionado para o aproveitamento das potencialidades da inovação tecnológica e de novas oportunidades de negócio.

Uma palavra também para a importância do recurso a **incentivos fiscais**, nomeadamente a isenção da Taxa de Derrama, como forma de atrair a instalação de indústrias no Concelho.

### 3.3. - Comunicações e Transportes

As vias de comunicação que percorrem o território concelhio apresentam boas condições de transitabilidade, proporcionando uma fácil, cómoda e célere deslocação de pessoas e transporte de mercadorias. Assim, hoje, a ligação do Concelho com os municípios vizinhos faz-se de forma célere e a circulação interna tem também uma maior fluidez, favorecendo o avanço de novos empreendimentos num território com inúmeras potencialidades e dinâmicas muito próprias.

O investimento avultado nesta área lançou as bases de um Concelho moderno e atrativo, suscetível de captar investimentos nos diferentes setores da atividade económica e de oferecer condições para que as pessoas se fixem nas suas freguesias de origem.



Está-se agora numa fase de maior valorização de outros equipamentos, em áreas como a educação, a cultura e o lazer, e de aposta na inovação e no conhecimento, tendo em vista a elevação dos níveis de competitividade da economia local. Tal não invalida, contudo, que se continue a investir na sempre necessária **manutenção e requalificação de artérias** sujeitas a uma maior utilização e consequente desgaste.

Eis alguns dos investimentos prioritários a concretizar neste objetivo:

- Requalificação das seguintes vias estruturantes;
- Estrada Municipal - EM 531-2, que liga Coucieiro a Sande;
- Estrada Municipal - EM 537, de Pico de Regalados a Gomide;
- Estrada Municipal - EM 566, que liga Loureira, Turiz e Lage;
- Caminho Municipal - CM 1167, que liga Freiriz, Escariz S. Mamede e Parada de Gatim;
- Conservação/manutenção de estradas e caminhos municipais;
- Manutenção e melhoria dos acessos aos estabelecimentos de ensino e às diversas zonas industriais do Concelho;
- Acesso ao Lar de Idosos de Escariz S. Martinho;
- Requalificação da *Estrada do Amor*, que liga a Vila de Prado a Oleiros;
- Repavimentação de algumas artérias no interior das freguesias;
- Acessos ao Centro Empresarial de Soutelo, até pela sua relevância em matéria de dinamização do setor empresarial;
- Concretização de um projeto de segurança rodoviária consubstanciado na colocação de sinalização vertical e horizontal (pintura de vias).

Prosseguirão também as diligências no sentido de que o investimento do PRODER central em alguns projetos estruturantes se torne uma realidade.

Embora reconhecendo que os tempos não são fáceis e desaconselham avultados investimentos, é imperioso admitir que o desenvolvimento do Concelho continua bastante condicionado pelo sucessivo adiamento da realização alguns projetos estruturantes. A **Variante à sede concelhia**, alternativa à EN 101, é uma das obras de crucial importância e da maior urgência para fazer face às crescentes dificuldades em matéria de fluidez de trânsito e no que toca à necessidade de melhorar a acessibilidade ao Parque Industrial de Gême, sendo ainda de realçar a relevância desta via na ligação ao norte do Concelho e no estreitamento da ligação entre os dois maiores polos urbanos e económicos do Concelho: Vila Verde e a Vila de Prado.

Uma palavra ainda para a convicção de que o desenvolvimento industrial do sul do concelho poderá ser alavancado com a construção de uma nova ligação desde o fim da atual variante, na zona de Prado, à zona industrial de Oleiros, com prolongamento a Cabanelas e Cervães, funcionando como variante à circulação rodoviária que atravessa o centro urbano da Vila de Prado e alternativa à ER 205.

Além dos investimentos na renovação / manutenção das infraestruturas rodoviárias, prevê-se o desenvolvimento de planos de mobilidade, designadamente para os centros urbanos de Vila Verde e da Vila de Prado, instrumentos que deverão contribuir para a melhoria das condições de mobilidade no território concelhio.

### 3.4. Comércio e turismo

#### 3.4.1. Mercados e feiras

As políticas de austeridade em curso estão a contribuir para abalar e fragilizar ainda mais o comércio tradicional já tão afetado pela globalização da economia e pela concorrência das grandes superfícies.

Não se pode, contudo, aceitar este facto como uma fatalidade, impondo-se antes criar novas sinergias no sentido da sua revitalização.

Medidas concretas, como a **redução das taxas aplicadas à ocupação de terrado** nas feiras quinzenais de Vila Verde e do Pico de Regalados ou a instalação da venda ambulante de produtos locais na área aberta das antigas instalações da Adega Cooperativa de Vila Verde, visam combater esta tendência.

Aos investimentos feitos na requalificação urbana e aos trabalhos de manutenção e embelezamento, juntam-se as várias iniciativas que decorrem ao longo do ano e os grandes eventos concelhios que atraem numerosos visitantes e ajudam a dinamizar o comércio local.

Entre esses polos de dinamização do comércio local relevam os que se seguem:

- **A Feira de Velharias e Colecionismo** que realiza uma espécie de simbiose entre as vertentes cultural e económica, atraindo público diversificado que ajuda a catalisar o comércio e a restauração locais;
- **A Feira de Artesanato de Vila Verde**, centrada em torno do objetivo de preservar e alavancar o artesanato Lenços dos Namorados, Bordados, Linho, Madeiras, Cestaria, Cerâmica, Tapeçarias, Croché, Bijutaria, Cantaria, Granitos...);

- Os “**Fins de semana gastronómicos**” que dinamizam a área da restauração, também muito afetada pela descida do poder de compra dos portugueses e com a sua situação económica agravada pela subida do IVA;
- As **Feiras de Stocks** organizadas pela UAC (Unidade de Acompanhamento e Coordenação) Alto Cávado.

Neste contexto importa ainda sublinhar a importância das feiras tradicionais no estímulo a uma produção agropecuária e artesanal de feição mais doméstica, que prima pela variedade e elevada qualidade dos produtos, e em termos de criação de meio de sustentabilidade para os pequenos produtores, ajudando-os assim no escoamento dos excedentes.

### 3.4.2. – Turismo

O **Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo** elenca alguns vetores estratégicos do desenvolvimento desta área que ganha um peso crescente na economia à escala global. Sendo Vila Verde um Concelho recheado de um património histórico-cultural e natural riquíssimo, dotado de infraestruturas de comunicação modernas, com uma oferta hoteleira já com algum significado, com uma dinâmica muito *sui generis* em termos de dinamização de um vasto e integrado programa de realizações e eventos de natureza cultural e artística, reúne os condimentos necessários para que o turismo conheça um crescimento ainda mais apreciável, atraindo um público diversificado.



O avanço de projetos integrados de desenvolvimento do turismo, com base num plano estruturado, com enfoque na otimização das ricas e diversas potencialidades locais, abre perspectivas de crescimento sustentado da atividade turística no território concelhio. O desenvolvimento do turismo não poderá, em circunstância alguma, negligenciar a existência de um rumo estratégico, mas necessita também de se revestir de um carácter mobilizador, no sentido de que todas as entidades e agentes a ele associados estejam imbuídos do mesmo espírito e percebam que é imperioso funcionar-se em rede, de uma forma articulada, para que todas as fases do processo, desde a divulgação e promoção do produto turístico até à oferta de melhores instalações de estadia e de motivos de interesse para um leque heterogéneo de turistas, primem pela qualidade e eficiência e assim concorram para uma maior atração de visitantes.

Preconiza-se, pois, que o turismo se converta numa indústria sustentável, apostando na qualificação dos recursos turísticos, na formação dos recursos humanos e na criação de infraestruturas capazes de assegurar as necessidades e a satisfação dos turistas e da população local, e, bem assim, como promover interna e externamente o território concelhio como destino turístico.

A conceção e desenvolvimento do Plano Integrado de Desenvolvimento Estratégico do Turismo vai continuar a receber contributos no sentido de que esta importante atividade, no território concelhio, patenteie superiores níveis de qualificação e diferenciação e funcione como uma das molas de propulsão da economia local e de fixação das pessoas nas suas freguesias.

A construção da **Loja Interativa de Turismo**, em parceria com a Entidade Regional de Turismo Porto e Norte, integrando uma rede regional de lojas interativas, será um impulso decisivo no que à potenciação económica e social da região no seu todo concerne, tendo por base as linhas orientadoras definidas no documento “Norte 2015”: uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal; otimização do acesso à informação; inovação; promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo associados à Região e o desenvolvimento social e económico. Esta Loja Interativa de Turismo disponibilizará várias valências tecnológicas que farão dela um espaço de lazer/diversão, educativo, formativo e informativo, através da sua componente de interatividade, vertida nos distintos conteúdos contemplados:

- Vídeos sobre o local turístico da loja e gerais sobre o Porto e Norte de Portugal;
- Animações apelativas;
- Mapas;
- Textos e descrições;
- Visitas virtuais com animação 3D;
- Aplicações para *Smart Phones*;
- Pintura Virtual.

Considerando esta panóplia de valências, e tendo em linha de conta a filosofia que lhe está na base, esta loja interativa situada na sede concelhia terá uma forte participação no processo de valorização turística, através das linhas orientadoras definidas nos eixos de “Marketing e Promoção Turística Regional” e de “Recursos e Infraestruturas de Suporte ao Turismo Regional”.

Porque a qualificação do território é incontornável em matéria de posicionamento dos destinos no mercado global, serão adotadas as seguintes medidas de valorização da atividade turística:

- Requalificação da Praia Fluvial do Faial, na Vila de Prado;
- Valorização das margens ribeirinhas;
- Criação e edição de um Guia e Mapa Turístico com tradução em 4 línguas que contemple conteúdos sobre o património cultural (material e imaterial), para além de outra informação complementar sobre alojamento, artesanato, gastronomia, percursos pedestres, história...;
- Realização de exposições temáticas no Posto de Turismo;
- Construção do Portal do Turismo de Vila Verde, que divulgará conteúdos relacionados com a informação turística de uma forma mais atrativa.

O turismo cultural e de natureza voltará a ser incentivado, dadas as excelentes características endógenas do território concelhio e mercê do número crescente de interessados nesta salutar e edificante forma de ocupação dos tempos livres, adotando-se e dando continuidade, entre outras, às seguintes medidas:

- Elaboração, no âmbito da CIM, de um projeto para a criação da Ecovia do Homem e Cávado, com ligação a Esposende;
- Manutenção e dinamização da Rede Municipal de Percursos (Percurso da Nóbrega, do Vade, do Fojo do Lobo e de Mixões da Serra);
- Atividades de controlo da vegetação e de vigilância do estado dos percursos e do património envolvente;
- Dinamização dos percursos de BTT e de percursos equestres, contemplando a beleza da montanha e o carácter idílico das margens ribeirinhas dos rios Homem e Cávado;
- Realização de visitas guiadas;
- Realização de atividades/sessões de educação ambiental;
- Requalificação dos espaços e dos equipamentos de lazer em vários pontos, nomeadamente nas praias fluviais;
- Monitorização da qualidade da água dos rios;
- Isenções e/ou reduções de taxas de licenciamento de edificações e de projetos especialmente vocacionados para o aproveitamento das potencialidades do mundo rural.

A Aliança Artesanal tem desenvolvido um trabalho notável ao nível da preservação e valorização de atividades e produtos ancestrais, projetando o nome de Vila Verde no exterior e atraindo visitantes ao Concelho, ao mesmo tempo que contribui para a viabilização económica de uma vertente artesanal que, de outro modo, corria o risco de cair no esquecimento.

### **3.5. – Outras funções económicas**

Vivemos num mundo global e na sociedade do conhecimento, o que equivale a dizer que a informação flui a um ritmo vertiginoso, a economia alcançou níveis impensáveis de competitividade e os desafios económicos, sociais, políticos e culturais são cada vez mais complexos e exigentes, reclamando abertura e capacidade para inovar. A qualificação das pessoas é fundamental para elas serem capazes de criar o seu modo de vida, de se adaptar a novas metodologias de trabalho e de manifestarem um espírito empreendedor. Assim sendo, é crucial que todos, desde tenra idade, se familiarizem com as novas tecnologias da informação e da comunicação, aprendam a valorizar o conhecimento e entendam que a chave do sucesso está agora, mais do que nunca, na forma criativa e imaginativa como as pessoas e as empresas conseguem criar produtos e fomentar riqueza.

#### **3.5.1. - Inovação e conhecimento**

A criatividade, a inovação, a aposta no conhecimento e a dinamização e apoio do empreendedorismo são fatores críticos para o reforço das condições económicas e sociais de uma região, para o seu desenvolvimento económico e social sustentado, bem como para o reforço das condições de atratividade inerentes.

Na sociedade em rede que caracteriza os tempos atuais, pautada por um ritmo acelerado de mudança, é de referir o papel que as tecnologias de informação assumem ao reduzirem ou até eliminarem distância e tempo, mas também das exigências que impõem ao nível da necessária integração das comunidades locais, como nós ativos de uma sociedade em rede na era da informação e do conhecimento, e ao nível das competências e aptidões que importa que estas desenvolvam. A escola e o mercado de trabalho exigem pessoas, alunos, instituições e empresas mais criativas, inovadoras e empreendedoras, capazes de desenvolverem atividades de valor acrescentado por via das tecnologias, do digital e do conhecimento, que não padeçam de obsolescência nem sejam passíveis de serem externadas em termos de mercado global.

A inovação tecnológica oferece um enorme potencial de desenvolvimento para a regeneração social e económica mas também encerra em si o risco de exclusão social na era pós-industrial. As novas tecnologias oferecem oportunidades para a criação de novas formas de emprego, novos serviços e melhoria das condições de vida mas, em simultâneo, importa obviar o perigo inerente à exclusão, à perda de identidade e do não aproveitar das suas potencialidades para a inovação social e para a sustentabilidade.

Assim, a **Casa do Conhecimento**, um projeto inovador com um forte pendor nas tecnologias de informação, ao disponibilizar um conjunto de serviços que possibilitam o acesso a tecnologias de informação aplicadas em contextos do quotidiano, sejam estes de formação, cidadania, trabalho ou lazer, visa contribuir para o reforço das competências digitais das populações e para o incremento da sua inclusão e fluência digital. Estarão assim garantidas as condições, pelo papel fulcral das tecnologias de informação na economia global e na sociedade em rede, para combater a exclusão digital e consequentemente a exclusão social.

A Casa do Conhecimento representa também um contributo muito relevante para a implementação de uma *Intelligent City* como evolução do conceito de *Digital City*, na medida em que integra os 5 indicadores fundamentais deste novo paradigma, nomeadamente: constituir-se como uma infraestrutura urbana de cariz tecnológico para a conectividade digital; contribuir para o incremento das competências das populações em termos do digital e da tecnologia; assumir-se como um exemplo de inovação pública; promover a inclusão digital e potenciar o desenvolvimento económico e social e a atração de talentos e de investimento.



Atividades a desenvolver no âmbito do projeto da Casa do Conhecimento:

- Gestão e execução da candidatura “Regeneração do Centro Urbano de Vila Verde – Casa do Conhecimento”;
- Gestão e execução da candidatura “Constituição e Implementação da Rede de Casas do Conhecimento”;
- Articulação da integração do Município na Rede Nacional de FabLabs;
- Gestão da parceria com a Universidade do Minho no que respeita à Presença Local da UMinho;
- Gestão da parceria com a CISCO para a Academia CISCO da Casa do Conhecimento;
- Implementação e acompanhamento dos respetivos processos de aquisição, do Teatro Virtual, Área de Exposição e Interação, CAVE, Salas de Formação/Projeto, infraestrutura de comunicações e rede, infraestrutura de equipamentos, no âmbito da candidatura a “Parcerias para a Regeneração Urbana – operações isoladas”;
- Implementação e acompanhamento dos respetivos processos de aquisição, da infraestrutura de comunicações e rede da Praça *Wireless* e da aplicação de conteúdos temáticos distribuídos geograficamente;
- Atividade exploratória de m-learning no contexto das “Praças WiFi”;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas com os “*Electronic Paper Toys*” para a comunidade escolar;
- Realização de atividades lúdico-pedagógicas com o “*Graffiti Wall*” para a comunidade escolar;
- Realização de *Workshops* orientadas para temáticas como a eletrónica criativa, robótica e interatividade, ou outros temas entendidos como mais oportunos no momento;
- Comemorações do Dia Mundial da Sociedade da Informação;
- Realização do “MobiCurtas da Casa do Conhecimento” (Concurso de Ideias; Workshop de edição e montagem de vídeo e Exposição de Curtas-metragens).

Revela-se ainda prioritário assegurar o planeamento, gestão, administração e aprofundamento da presença da Internet do município, pelo que deverão também ter continuidade as seguintes ações:

- Gestão e manutenção do domínio cm-vilaverde.pt e articulação com a empresa fornecedora dos serviços de hospedagem e manutenção do back-office do portal;
- Gestão e manutenção do domínio casadoconhecimento.pt;
- Gestão e administração da presença no Facebook do Município e da Casa do Conhecimento;

O **IEMinho** - Incubadora de Empresas Tecnológicas continuará a desempenhar um papel fundamental no apoio à economia local através do incentivo ao empreendedorismo e à inovação empresarial.

A aposta do Município na inovação far-se-á ainda sentir na procura de instalação de uma rede que permita ligações e serviços em **banda larga suportada em fibra ótica**. Desta forma, pretende-se desenvolver o combate à info-exclusão, promovendo a igualdade de oportunidades e de acesso público à banda larga no território concelhio, corrigir assimetrias de acessibilidade a telecomunicações e viabilizar a iniciativa empresarial de base tecnológica e científica na região.

## 5.6. - OUTRAS FUNÇÕES

### 5.6.1. Recursos humanos

A gestão municipal coloca cada vez mais os princípios como a proximidade, a transparência, a agilidade, a celeridade, a eficiência e a eficácia no topo da suas prioridades e elege-os como fatores insubstituíveis do sucesso na relação que os serviços municipais estabelecem com os Municípios e com os agentes económicos em geral. Nesta conformidade, tudo continuará a ser feito para que os recursos humanos beneficiem de formação e de todo o apoio e condições de trabalho necessárias para que os ganhos em matéria de eficiência e de satisfação dos utentes sejam muito elevados.

Não se pode, não obstante, deixar de referenciar alguns constrangimentos significativos, neste capítulo, designadamente a circunstância de, à imposição legal da redução de 2% do pessoal, no ano transato, acrescer agora a obrigatoriedade, determinada pelo Orçamento de Estado, de uma redução de 2% do pessoal em exercício de funções por tempo indeterminado e de 50% nos funcionários contratados.

Nesta área, as ações visarão sobretudo alcançar os seguintes grandes desideratos:

- **Atrair, reter e desenvolver pessoas**, designadamente através de um sistema de recrutamento, acolhimento e integração, de mobilidade eficiente e eficaz e de uma correta gestão da carreira profissional, tendo em vista a prestação de um serviço de qualidade;
- **Conseguir melhor desempenho dos Colaboradores**, nomeadamente, procedendo ao diagnóstico de necessidades de formação orientada para as competências de cada colaborador, com vista a uma prestação eficaz e eficiente dos serviços, tendo como finalidade a satisfação do cliente interno e externo. Planear e monitorizar a formação ministrada e avaliar o desempenho do colaborador dentro da sua área de atuação.

As medidas a adotar nesse sentido serão, entre outras, as que se passa a enumerar:

- **Melhorar a comunicação e satisfação do colaborador**, através da elaboração de cartões a serem remetidos, em regra por e-mail, por forma a permitir que a entidade patronal marque a sua presença em momentos importantes na vida do colaborador ou seus familiares: aniversário, nascimento de filho/a, aposentação, condolências à família;
- **Partilha de boas práticas**: no pressuposto de que a partilha de conhecimento é fundamental, preconiza-se a realização das segundas jornadas de modernização administrativa, com a abordagem de temas transversais a todas as unidades por forma a promover a participação em bloco dos serviços;
- **Promoção da qualidade dos serviços** através da aposta na formação profissional, na convicção de que a mesma é uma peça chave e tem um papel primordial na condução das equipas para melhores resultados, nomeadamente a formação orientada para a resolução de problemas específicos da autarquia.



## **Nota final**

Os tempos que vivemos não são fáceis, as perspetivas de futuro não são as mais animadoras, mas a esperança, em Vila Verde, não vai desvanecer.

Desde sempre, os Vilaverdenses, as Juntas de Freguesia e as grandes Instituições do Concelho souberam juntar vontades e unir esforços para ultrapassar com reconhecido sucesso as provações que se lhes depararam.

Em 2013, com o envolvimento de todos, será possível continuar a promover o crescimento e o desenvolvimento sustentado de Vila Verde, concretizando os projetos apresentados neste documento, criando mais riqueza e emprego e maior coesão social e construindo um território ainda mais atrativo e competitivo.

## II Parte



# Orçamento da Receita



Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
<b>01</b>	<b>Impostos directos</b>	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	1.827.628
010203	Imposto único de circulação	770.597
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	887.988
010205	Derrama	288.198
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	6.360
01020702	Imposto municipal de sisa	179
01020799	Outros impostos abolidos	100
Total do Capítulo Económico 01:		3.781.050
<b>02</b>	<b>Impostos indirectos</b>	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.loais	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Licenciamento de obras	41.682
0202060202	Serviços de urbanização	50
0202060203	Infraestruturas urbanísticas	29.277
0202060204	Vistorias	511
0202060205	Licença de utilização	3.728
0202060206	Apreciação	13.089
0202060209	Outros	8.517
02020603	Ocupação da via pública	7.491
02020604	Canídeos	50
02020605	Publicidade	19.999
02020606	Saneamento	
0202060601	Esgotos - taxa ligação	50
0202060602	Esgotos - taxa conservação	50
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	50
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	50
0202069999	Outros	667
Total do Capítulo Económico 02:		125.261
<b>04</b>	<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
0401230101	Ocupação de terrados	60.868
0401230103	Outras	105
04012302	Loteamentos e obras	
0401230201	Licenças de Edificação	121.751
0401230202	Licenças de utilização	19.473
0401230203	Infraestruturas urbanísticas	86.838
0401230204	Vistorias	376
0401230205	Apreciação	172.666
0401230209	Outros	37.414
04012303	Ocupação da via pública	1.973
04012305	Caça, uso e porte de arma	799
04012306	Saneamento	50
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	12
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	52
0401239999	Outras	24.726
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	6.019
040202	Juros compensatórios	11.902
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	52.596
040299	Multas e penalidades diversas	6.258
<b>Total do Capítulo Económico 04:</b>		<b>603.878</b>
<b>05</b>	<b>Rendimentos da propriedade</b>	
0501	Juros-Sociedades e quase-socied.não financeiras	
050101	Públicas	50
050102	Privadas	50
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	5.000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050701	Empresas públicas	50
050799	Outras	20.000
0510	Rendas	
051001	Terrenos	500.000
051002	Activos no subsolo	50
051003	Habitações	50
051004	Edifícios	50
051005	Bens de domínio público	5.000

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
051099	Outros	1.118.175
0511	Activos incorpóreos	50
Total do Capítulo Económico 05:		1.648.525
<b>06</b>	<b>Transferências correntes</b>	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.405.282
06030102	Fundo Social Municipal	962.447
06030103	Participação fixa no IRS	585.381
06030199	Outras	
0603019901	Ministério da Educação	740.000
0603019902	Ministério da Agricultura	500
0603019905	DGAL-Direcção Geral das Autarquias Locais	225.000
0603019999	Outras	1.000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	F.S.E.	25.878
06030603	ON2	1.000
06030699	Outras	500
060307	Serviços e fundos autónomos	
06030701	I.E.F.P.	500
06030702	Administração Eleitoral	3.300
06030703	IFAP	49.800
06030705	Instituto de Segurança Social	22.680
06030799	Outras	5.000
0607	Instituições sem fins lucrativos	
060701	Instituições sem fins lucrativos	1.000
Total do Capítulo Económico 06:		11.029.268
<b>07</b>	<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	
0701	Venda de bens	
070105	Bens inutilizados	500
070107	Produtos alimentares e bebidas	23.000
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011099	Outros	1.000
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011102	Outros	
0701110201	Água	1.500.000
0701110202	Outros	500

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
070199	Outros	5.000
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	500
070203	Vistorias e ensaios	100
070204	Serviços de laboratório	100
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	22.200
07020802	Serviços recreativos	
0702080201	Turismo sénior	2.500
0702080299	Outros	1.000
07020803	Serviços culturais	
0702080399	Outros	1.000
07020804	Serviços desportivos	300.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	
0702090101	Saneamento- Ligação	10.000
0702090102	Saneamento - Conservação	206.500
0702090103	Reembolso de Despesas c/ Ramais de Saneamento	5.000
0702090104	Saneamento - Disponibilidade	200.000
07020902	Resíduos sólidos	500.000
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes escolares	60.000
0702090399	Outros	500
07020904	Trabalhos por conta de particulares	5.000
07020905	Cemitérios	6.000
07020906	Mercados e feiras	1.000
07020908	Parques de campismo	100
07020909	Canídeos	100
07020999	Outros	
0702099901	Reemb. despesas c/ ramais e colocação contadores	52.500
0702099902	Água - corte e reinstalação	5.000
0702099903	Água - disponibilidade	550.000
0702099999	Outros	1.000
070299	Outros	
07029901	Encargo de cobrança de receitas	50
07029999	Outros	22.000
0703	Rendas	

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
070301	Habitações	17.500
070302	Edifícios	24.500
070399	Outras	5.000
<b>Total do Capítulo Económico 07:</b>		<b>3.529.150</b>
<b>08</b>	<b>Outras receitas correntes</b>	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	500
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	500
08019999	Diversas	500
<b>Total do Capítulo Económico 08:</b>		<b>1.500</b>
<b>Total das Receitas Correntes:</b>		<b>20.718.632</b>
<b>09</b>	<b>Venda de bens de investimento</b>	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.143.438
090110	Famílias	17.063
0902	Habitações	
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	250.000
090210	Famílias	5.000
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.000.000
090309	Instituições sem fins lucrativos	5.000
090310	Famílias	5.000
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	5.000
09040103	Outros	5.000
090410	Famílias	
09041003	Outros	5.000
<b>Total do Capítulo Económico 09:</b>		<b>2.440.501</b>
<b>10</b>	<b>Transferências de capital</b>	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	2.101.321
10030199	Outras	
1003019999	Outras	100
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Receita**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Económica		€
10030701	FEDER	
1003070104	O.N. 2	4.927.550
1003070199	Outros	100
100308	Serviços e fundos autónomos	
10030899	Outros	100
1005	Administração local	
100501	Continente	
10050101	Câmara Municipal de Terras de Bouro	190.000
	<b>Total do Capítulo Económico 10:</b>	<b>7.219.171</b>
<b>12</b>	<b>Passivos financeiros</b>	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	4.250.000
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	10.718.897
	<b>Total do Capítulo Económico 12:</b>	<b>14.968.897</b>
<b>13</b>	<b>Outras receitas de capital</b>	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	1.000
130199	Outras	1.000
	<b>Total do Capítulo Económico 13:</b>	<b>2.000</b>
<b>15</b>	<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	3.816
	<b>Total do Capítulo Económico 15:</b>	<b>3.816</b>
	<b>Total das Receitas de Capital:</b>	<b>24.634.385</b>
	<b>Total do Orçamento da Receita:</b>	<b>45.353.017</b>

# Orçamento da Despesa



Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica		€
<b>01</b>	<b>Administração Autárquica</b>	
0101	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0101 03	Juros e outros encargos	
0101 0301	Juros da dívida pública	
0101 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0101 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	415.226
0101 030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	
0101 03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	207.028
0101 030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	
0101 03010602	Empréstimos de médio e longo prazos	4.479
0101 0303	Juros de locação financeira	
0101 030305	Material de transporte	50
0101 030308	Outros investimentos	50
0101 0305	Outros juros	
0101 030502	Outros	209.657
0101 0306	Outros encargos financeiros	
0101 030601	Outros encargos financeiros	9.000
Total do Capítulo Económico 03:		845.490
Total das Despesas Correntes:		845.490
0101 10	Passivos financeiros	
0101 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0101 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.507.931
0101 100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	765.636
0101 100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	5.763
Total do Capítulo Económico 10:		2.279.330
Total das Despesas de Capital:		2.279.330
Total da Divisão Orgânica 0101:		3.124.820
0102	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	85.000
Total do Capítulo Económico 01:		85.000
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020108	Material de escritório	563

**Município de Vila Verde**

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<b>€</b>
0102 020121	Outros bens	75
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020213	Deslocações e estadas	50
0102 020217	Publicidade	190
0102 020225	Outros serviços	100
	<b>Total do Capítulo Económico 02:</b>	<b>978</b>
	Total das Despesas Correntes:	85.978
	Total da Divisão Orgânica 0102:	85.978
0103	<b>ÓRGÃOS DE AUTARQUIA</b>	
0103 01	Despesas com o pessoal	
0103 0101	Remunerações certas e permanentes	
0103 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	134.380
0103 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0103 01010401	Pessoal em funções	80.584
0103 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	9.000
0103 010109	Pessoal em qualquer outra situação	75.832
0103 010111	Representação	29.790
0103 010113	Subsidio de refeição	10.334
0103 010114	Subsídio de férias e de Natal	22.555
0103 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	100
0103 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0103 010204	Ajudas de custo	1.000
0103 010213	Outros suplementos e prémios	
0103 01021302	Outros	6.580
0103 0103	Segurança social	
0103 010301	Encargos com a saúde	389.971
0103 010302	Outros encargos com a saúde	2.542
0103 010305	Contribuições para a segurança social	
0103 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.436
0103 01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
0103 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	645.781
0103 0103050202	Regime Geral	202.734
0103 010309	Seguros	
0103 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	55.414
	<b>Total do Capítulo Económico 01:</b>	<b>1.669.033</b>
0103 02	Aquisição de bens e serviços	
0103 0201	Aquisição de bens	

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica		€
0103 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0103 02010201	Gasolina	20.000
0103 02010202	Gasóleo	614.750
0103 02010299	Outros	28.800
0103 020104	Limpeza e higiene	9.700
0103 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100
0103 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	27.170
0103 020107	Vestuário e artigos pessoais	100
0103 020108	Material de escritório	5.000
0103 020115	Prémios, condecorações e ofertas	50.000
0103 020117	Ferramentas e utensílios	100
0103 020118	Livros e documentação técnica	680
0103 020119	Artigos honoríficos e de decoração	700
0103 020120	Material de educação, cultura e recreio	1.000
0103 020121	Outros bens	260.292
0103 0202	Aquisição de serviços	
0103 020201	Encargos das instalações	1.500.000
0103 020202	Limpeza e higiene	2.000
0103 020203	Conservação de bens	1.000
0103 020204	Locação de edifícios	12.700
0103 020205	Locação de material de informática	29.200
0103 020208	Locação de outros bens	8.800
0103 020209	Comunicações	130.000
0103 020210	Transportes	24.673
0103 020212	Seguros	65.000
0103 020213	Deslocações e estadas	4.000
0103 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	61.000
0103 020215	Formação	1.600
0103 020216	Seminários, exposições e similares	5.000
0103 020217	Publicidade	20.000
0103 020218	Vigilância e segurança	60.000
0103 020219	Assistência técnica	5.000
0103 020220	Outros trabalhos especializados	283.000
0103 020222	Serviços de saúde	100
0103 020224	Encargos de cobrança de receitas	168.000
0103 020225	Outros serviços	145.000
Total do Capítulo Económico 02:		3.544.465

**Município de Vila Verde**

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica		€
0103 04	Transferências correntes	
0103 0405	Administração local	
0103 040501	Continente	
0103 04050102	Freguesias	
0103 0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar	386.516
0103 0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo	185.000
0103 0405010204	Outros	54.800
0103 04050104	Associações de municípios	26.000
0103 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0103 040701	Instituições sem fins lucrativos	
0103 04070101	Associações - Actividades gerais	105.114
0103 04070102	Associações - Desporto	190.000
0103 04070103	Colónias balneares	5.000
0103 04070104	Instituições	191.500
0103 04070105	Agrupamentos de Escolas	132.948
0103 04070106	Outros	5.300
0103 0408	Famílias	
0103 040802	Outras	121.749
	<b>Total do Capítulo Económico 04:</b>	<b>1.403.927</b>
0103 05	Subsídios	
0103 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0103 050101	Públicas	
0103 05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.053.470
0103 05010102	Outras	5.000
	<b>Total do Capítulo Económico 05:</b>	<b>1.058.470</b>
0103 06	Outras despesas correntes	
0103 0602	Diversas	
0103 060201	Impostos e taxas	500
0103 060203	Outras	
0103 06020301	Outras restituições	92.500
0103 06020302	IVA pago	25.000
0103 06020304	Serviços bancários	5.000
0103 06020305	Outras	85.000
	<b>Total do Capítulo Económico 06:</b>	<b>208.000</b>
	<b>Total das Despesas Correntes:</b>	<b>7.883.895</b>
0103 07	Aquisição de bens de capital	
0103 0701	Investimentos	

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Montante €</b>
Class. Orgânica/Económica		
0103 070101	Terrenos	30.500
0103 070106	Material de transporte	
0103 07010601	Recolha de resíduos	50.000
0103 07010602	Outro	159.860
0103 070107	Equipamento de informática	9.300
0103 070108	Software informático	149.420
0103 070109	Equipamento administrativo	20.750
0103 070110	Equipamento básico	
0103 07011002	Outro	83.213
0103 070111	Ferramentas e utensílios	8.905
0103 070112	Artigos e objectos de valor	500
0103 070113	Investimentos incorpóreos	500
0103 070115	Outros investimentos	30.271
Total do Capítulo Económico 07:		543.219
0103 08	Transferências de capital	
0103 0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0103 080101	Públicas	
0103 08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	500
0103 08010103	Outras	100.000
0103 0805	Administração local	
0103 080501	Continente	
0103 08050101	Municípios	1.000
0103 08050102	Freguesias	602.500
0103 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0103 080701	Instituições sem fins lucrativos	167.698
Total do Capítulo Económico 08:		871.698
0103 09	Activos financeiros	
0103 0907	Acções e outras participações	
0103 090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	229.726
Total do Capítulo Económico 09:		229.726
Total das Despesas de Capital:		1.644.643
Total da Divisão Orgânica 0103:		9.528.538
Total do Capítulo Orgânico 01:		12.739.336
<b>02</b>	<b>ÁREA DE SUPORTE</b>	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	

**Município de Vila Verde**

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica			€
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02	01010401	Pessoal em funções	793.611
02	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	50
02	010106	Pessoal contratado a termo	
02	01010601	Pessoal em funções	5.820
02	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	100
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	23.616
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	100
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	28.959
02	010111	Representação	6.508
02	010113	Subsidio de refeição	64.068
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	81.242
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	100
02	010204	Ajudas de custo	100
02	010205	Abono para falhas	10.574
02	0103	Segurança social	
02	010302	Outros encargos com a saúde	21.471
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	5.510
02	010304	Outras prestações familiares	1.965
<b>Total do Capítulo Económico 01:</b>			<b>1.046.294</b>
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	100
02	020108	Material de escritório	53.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	400
02	020118	Livros e documentação técnica	1.316
02	020121	Outros bens	250
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020205	Locação de material de informática	5.000
02	020208	Locação de outros bens	100
02	020210	Transportes	100
02	020213	Deslocações e estadas	100
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	15.876
02	020215	Formação	5.400
02	020217	Publicidade	125

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	020220	Outros trabalhos especializados	60.200
02	020225	Outros serviços	2.200
Total do Capítulo Económico 02:			144.167
Total das Despesas Correntes:			1.190.461
Total do Capítulo Orgânico 02:			1.190.461
03	ÁREA OPERACIONAL DE PLANEAMENTO		
03	01	Despesas com o pessoal	
03	0101	Remunerações certas e permanentes	
03	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
03	01010401	Pessoal em funções	635.917
03	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	50
03	010106	Pessoal contratado a termo	
03	01010601	Pessoal em funções	22.616
03	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	100
03	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50
03	010108	Pessoal aguardando aposentação	100
03	010109	Pessoal em qualquer outra situação	28.959
03	010111	Representação	10.847
03	010113	Subsidio de refeição	46.501
03	010114	Subsídio de férias e de Natal	67.524
03	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	100
03	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
03	010202	Horas extraordinárias	6.000
03	010204	Ajudas de custo	500
03	010205	Abono para falhas	100
03	010212	Indemnizações por cessação de funções	5.000
03	0103	Segurança social	
03	010302	Outros encargos com a saúde	37.474
03	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	21.557
03	010304	Outras prestações familiares	1.041
Total do Capítulo Económico 01:			884.436
03	02	Aquisição de bens e serviços	
03	0201	Aquisição de bens	
03	020102	Combustíveis e lubrificantes	
03	02010201	Gasolina	3.000
03	02010202	Gasóleo	64.000

**Município de Vila Verde**

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	02010299	Outros	350
03	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
03	020104	Limpeza e higiene	2.600
03	020107	Vestuário e artigos pessoais	49.000
03	020108	Material de escritório	7.400
03	020117	Ferramentas e utensílios	6.000
03	020118	Livros e documentação técnica	100
03	020121	Outros bens	65.000
03	0202	Aquisição de serviços	
03	020204	Locação de edifícios	100
03	020206	Locação de material de transporte	100
03	020208	Locação de outros bens	100
03	020210	Transportes	100
03	020213	Deslocações e estadas	100
03	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	43.500
03	020215	Formação	4.900
03	020217	Publicidade	100
03	020218	Vigilância e segurança	100
03	020219	Assistência técnica	100
03	020220	Outros trabalhos especializados	87.080
03	020225	Outros serviços	2.700
Total do Capítulo Económico 02:			336.530
Total das Despesas Correntes:			1.220.966
03	07	Aquisição de bens de capital	
03	0701	Investimentos	
03	070103	Edifícios	
03	07010301	Instalações de serviços	767.500
03	07010302	Instalações desportivas e recreativas	40.000
03	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.000
03	07010305	Escolas	561.469
03	07010307	Outros	158.500
03	070104	Construções diversas	
03	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	408.753
03	07010406	Instalações desportivas e recreativas	212.225
03	07010408	Viação rural	4.176.740
03	07010409	Sinalização e trânsito	52.673
03	07010413	Outros	536.065

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
03	070115	Outros investimentos	15.000
Total do Capítulo Económico 07:			6.929.925
Total das Despesas de Capital:			6.929.925
Total do Capítulo Orgânico 03:			8.150.891
04	ÁREA OPERACIONAL DE OBRAS E AMBIENTE		
04	01	Despesas com o pessoal	
04	0101	Remunerações certas e permanentes	
04	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
04	01010401	Pessoal em funções	1.837.254
04	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	50
04	010106	Pessoal contratado a termo	
04	01010601	Pessoal em funções	106.573
04	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	100
04	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	50
04	010108	Pessoal aguardando aposentação	100
04	010111	Representação	2.170
04	010113	Subsidio de refeição	222.169
04	010114	Subsídio de férias e de Natal	247.612
04	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	100
04	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
04	010202	Horas extraordinárias	25.000
04	010204	Ajudas de custo	100
04	010205	Abono para falhas	3.000
04	0103	Segurança social	
04	010302	Outros encargos com a saúde	34.376
04	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	7.130
04	010304	Outras prestações familiares	6.131
Total do Capítulo Económico 01:			2.491.915
04	02	Aquisição de bens e serviços	
04	0201	Aquisição de bens	
04	020102	Combustíveis e lubrificantes	
04	02010201	Gasolina	125
04	02010202	Gasóleo	100
04	02010299	Outros	125
04	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
04	020104	Limpeza e higiene	16.000

**Município de Vila Verde**

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
04	020107	Vestuário e artigos pessoais	8.460
04	020108	Material de escritório	10.000
04	020117	Ferramentas e utensílios	14.340
04	020118	Livros e documentação técnica	100
04	020121	Outros bens	1.217.045
04	0202	Aquisição de serviços	
04	020203	Conservação de bens	220.435
04	020204	Locação de edifícios	100
04	020206	Locação de material de transporte	100
04	020208	Locação de outros bens	100
04	020210	Transportes	100
04	020213	Deslocações e estadas	100
04	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	52.964
04	020215	Formação	2.200
04	020217	Publicidade	4.000
04	020218	Vigilância e segurança	100
04	020219	Assistência técnica	100
04	020220	Outros trabalhos especializados	54.500
04	020225	Outros serviços	1.076.419
Total do Capítulo Económico 02:			2.677.613
Total das Despesas Correntes:			5.169.528
04	07	Aquisição de bens de capital	
04	0701	Investimentos	
04	070104	Construções diversas	
04	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	3.748.959
04	07010403	Estações de tratamento de águas residuais	35.000
04	07010404	Iluminação pública	13.500
04	07010407	Captação e distribuição de água	1.996.518
04	07010412	Cemitérios	163.491
04	07010413	Outros	39.000
04	070110	Equipamento básico	
04	07011002	Outro	63.460
04	070115	Outros investimentos	11.000
Total do Capítulo Económico 07:			6.070.928
Total das Despesas de Capital:			6.070.928
Total do Capítulo Orgânico 04:			11.240.456

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

<b>Código</b>		<b>Designação</b>	<b>Montante</b>
Class. Orgânica/Económica			€
<b>05</b>		<b>ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO</b>	
05	01	Despesas com o pessoal	
05	0101	Remunerações certas e permanentes	
05	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
05	01010401	Pessoal em funções	817.273
05	01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	50
05	010106	Pessoal contratado a termo	
05	01010601	Pessoal em funções	5.820
05	01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	100
05	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	3.196
05	010108	Pessoal aguardando aposentação	100
05	010109	Pessoal em qualquer outra situação	104.053
05	010111	Representação	2.170
05	010113	Subsidio de refeição	86.801
05	010114	Subsídio de férias e de Natal	103.633
05	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	100
05	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
05	010202	Horas extraordinárias	6.500
05	010204	Ajudas de custo	100
05	010205	Abono para falhas	2.900
05	0103	Segurança social	
05	010302	Outros encargos com a saúde	14.752
05	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	10.773
05	010304	Outras prestações familiares	843
Total do Capítulo Económico 01:			1.159.164
05	02	Aquisição de bens e serviços	
05	0201	Aquisição de bens	
05	020102	Combustíveis e lubrificantes	
05	02010201	Gasolina	100
05	02010202	Gasóleo	600
05	02010299	Outros	100
05	020104	Limpeza e higiene	6.700
05	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	326.617
05	020107	Vestuário e artigos pessoais	100
05	020108	Material de escritório	17.700
05	020115	Prémios, condecorações e ofertas	34.100
05	020121	Outros bens	242.833

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	0202	Aquisição de serviços	
05	020202	Limpeza e higiene	100
05	020204	Locação de edifícios	100
05	020205	Locação de material de informática	42.100
05	020206	Locação de material de transporte	100
05	020208	Locação de outros bens	88.206
05	020209	Comunicações	1.800
05	020210	Transportes	1.483.370
05	020213	Deslocações e estadas	957
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	25.211
05	020215	Formação	1.700
05	020217	Publicidade	54.427
05	020218	Vigilância e segurança	100
05	020219	Assistência técnica	2.300
05	020220	Outros trabalhos especializados	291.745
05	020225	Outros serviços	431.657
Total do Capítulo Económico 02:			3.052.723
Total das Despesas Correntes:			4.211.887
05	07	Aquisição de bens de capital	
05	0701	Investimentos	
05	070102	Habitações	
05	07010201	Construção	7.074
05	070103	Edifícios	
05	07010301	Instalações de serviços	1.258.209
05	07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.654.422
05	07010305	Escolas	3.104.057
05	070104	Construções diversas	
05	07010406	Instalações desportivas e recreativas	727.673
05	070107	Equipamento de informática	833.401
05	070108	Software informático	41.340
05	070109	Equipamento administrativo	46.250
05	070110	Equipamento básico	
05	07011002	Outro	75.678

Município de Vila Verde

**ORÇAMENTO PARA O ANO 2013 - Despesa**

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
05	070115	Outros investimentos	71.882
Total do Capítulo Económico 07:			7.819.986
Total das Despesas de Capital:			7.819.986
Total do Capítulo Orgânico 05:			12.031.873
Total do Orçamento da Despesa:			45.353.017

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

## Grandes Opções do Plano



## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2013			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
1				Funções Gerais																			
1	1.1			Administração geral																			
1	1.1	2011/5		Modernização administrativa do município de Vila Verde - Vila Verde 2.0																			
1	1.1	2011/5	1	Hardware	0103 070107	O		15	85		01/2013	12/2013			100	100							100
1	1.1	2011/5	2	Software infra-estrutural	0103 070108	O		15	85		01/2013	12/2013			19.000	19.000							19.000
1	1.1	2011/5	3	Software	0103 070108	O		100			01/2013	12/2013			38.600	38.600							38.600
1	1.1	2011/5	4	Serviços	02 020225	O		100			01/2013	12/2013			100	100							100
1	1.1	2011/5	7	Implementação de um sistema de arquivo digital	02 020220	O		40	60		01/2013	12/2013			100	100							100
1	1.1	2011/5	9	Serviços especializados	02 020220	O		40	60		01/2013	12/2013			100	100							100
1	1.1	2011/5	10	Estudos, projetos e consultoria	02 020214	O					01/2013	12/2013			3.400	3.400							3.400
1	1.1	2011/6		Cávado Digital 2																			
1	1.1	2011/6	1	Hardware	0103 070107	O		15	85		01/2013	12/2014			100	100		5.000					5.100
1	1.1	2011/6	2	Software	0103 070108	O		15	85		01/2013	12/2013			44.590	44.590							44.590
1	1.1	2011/6	3	Serviços	02 020225	O		15	85		01/2013	12/2013			100	100							100
1	1.1	2011/7		e-participation																			
1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	02 020214	O		15	85	02	01/2013	12/2013			12.476	12.476							12.476
1	1.1	2013/1		Aquisição/reparação de imobilizado																			
1	1.1	2013/1	1	Equipamento de transporte - outro	0103 07010602	O					0103	01/2013	12/2013		159.860	159.860							159.860
1	1.1	2013/1	2	Equipamento de transporte - recolha de resíduos	0103 07010601	O					0103	01/2013	12/2013		50.000	50.000							50.000
1	1.1	2013/1	3	Equipamento básico	0103 07011002	O					0103	01/2013	12/2016		83.213	83.213		200.000	150.000	180.000			613.213
1	1.1	2013/1	4	Equipamento administrativo	0103 070109	O					0103	01/2013	12/2016		20.750	20.750		15.000	17.000	15.000			67.750
1	1.1	2013/1	5	Ferramentas e utensílios	0103 070111	O					0103	01/2013	12/2016		8.905	8.905		20.000	12.000	12.000			52.905
1	1.1	2013/1	6	Outros investimentos	0103 070115	O					0103	01/2013	12/2016		22.771	22.771		50.000	15.000	22.000			109.771
1	1.1	2013/1	7	Artigos objetos de valor	0103 070112	O					0103	01/2013	12/2013		500	500							500
1	1.1	2013/1	8	Investimentos incorpóreos	0103 070113	O					0103	01/2013	12/2016		500	500		500	500	500			2.000
1	1.1	2013/1	9	Software informático	0103 070108	O					0103	01/2013	12/2016		27.230	27.230		28.000	29.400	31.000			115.630
1	1.1	2013/1	10	Hardware	0103 070107	O					0103	01/2013	12/2016		9.100	9.100		37.000	39.000	41.000			126.100
1	1.1	2013/1	11	Construção/reparação - serviços	04 020203	O					0103	01/2013	12/2016		220.435	220.435		100.000	150.000	175.000			645.435
1	1.1	2013/1	12	Construção / reparação - empreitada	03 07010301	E					03	01/2013	12/2016		656.000	656.000		25.000	35.000	15.000			731.000
1	1.1	2013/1	13	Aquisição de bens	0103 020121	O					0103	01/2013	12/2016		139.300	139.300		160.000	100.000	180.000			579.300
1	1.1	2013/2		Aquisição de terrenos	0103 070101	O					0103	01/2013	12/2013		10.000	10.000							10.000
1	1.1	2013/3		Estudos, projetos e consultadoria	0103 020214	O					0103	01/2013	12/2016		60.000	60.000		15.000	27.000	21.000			123.000
1	1.1	2013/4		Construção do arquivo municipal	03 07010301	E					03	01/2013	12/2015		1.000	1.000		250.000	80.000				331.000

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes											
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)						
1				Funções Gerais																		
1	1.1			Administração geral																		
1	1.1	2013/5		Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	03 07010301	E				03	01/2013	12/2013			20.000	20.000						20.000
1	1.1	2013/6		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	0103 020220	O				0103	01/2013	12/2016			6.000	6.000		8.400	8.800	9.200		32.400
1	1.1	2013/7		Divulgação de suporte a jornadas	0103 020216	O				0103	01/2013	12/2016			5.000	5.000		5.200	5.500	5.800		21.500
1	1.1	2013/16		Requalificação / ampliação do quartel da GNR	03 07010307	E				03	01/2013	12/2014			300.000	10.000	290.000	400.000				700.000
1	1.1	2013/99		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																		
1	1.1	2013/99	1	Quiosques eletrónicos	0103 070115	O				0103	01/2013	12/2014			82.500	7.500	75.000	35.000				117.500
1	1.1	2013/99	2	Software	0103 070108	O				0103	01/2013	12/2016			20.000	20.000		65.000	40.000	15.000		140.000
1	1.1	2013/99	3	Serviços	0103 020220	O				0103	01/2013	12/2015			1.000	1.000		1.000	1.000			3.000
Totais do Programa 1.1:															2.022.730	1.657.730	365.000	1.420.100	710.200	722.500		4.875.530
1	2.1			Protecção civil e luta contra incêndios																		
1	2.1	2013/8		Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04 07011002	O				04	01/2013	12/2016			15.000	2.500	12.500	15.000	12.000	10.000		52.000
1	2.1	2013/9		Serviço municipal de protecção civil																		
1	2.1	2013/9	1	Bens	04 020121	O				04	01/2013	12/2016			4.050	4.050		4.000	6.000	4.000		18.050
1	2.1	2013/9	2	Vestuário	04 020107	O				04	01/2013	12/2016			3.460	3.460		2.000	2.000	2.000		9.460
1	2.1	2013/9	3	Serviços	04 020225	O				04	01/2013	12/2016			17.600	10.100	7.500	25.000	18.000	18.000		78.600
1	2.1	2013/10		Instituições humanitárias	0103 04070104	T				0103	01/2013	12/2016			43.000	43.000		43.000	45.000	45.000		176.000
1	2.1	2013/11		Protecção florestal																		
1	2.1	2013/11	1	Ferramentas e utensílios	04 020117	O				04	01/2013	12/2016			12.840	5.340	7.500	10.000	8.000	8.000		38.840
1	2.1	2013/11	2	Sapadores florestais	0103 04070104	T				0103	01/2013	12/2016			55.000	55.000		55.000	50.000	55.000		215.000
1	2.1	2013/11	3	Vestuário	04 020107	O				04	01/2013	12/2016			2.500	2.500		5.000	2.000	7.500		17.000
1	2.1	2013/12		Infraestruturas florestais																		
1	2.1	2013/12	1	Caminhos e pontos de água	04 07010413	E				04	01/2013	12/2016			35.000	10.000	25.000	32.000	30.000	30.000		127.000
1	2.1	2013/12	2	Caminhos e pontos de água - bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2016			11.000	11.000		12.000	15.000	15.000		53.000
1	2.1	2013/12	3	Caminhos e pontos de água - serviços	04 020225	A				04	01/2013	12/2016			33.000	18.000	15.000	35.000	35.000	30.000		133.000
1	2.1	2013/13		Operações de silvicultura	04 020220	O				04	01/2013	12/2016			6.500	6.500		10.000	7.500	7.500		31.500
1	2.1	2013/14		Estudos, projetos e consultadoria	04 020214	O				04	01/2013	12/2016			1.000	1.000		2.000	1.000	1.000		5.000
1	2.1	2013/15		Planeamento e gestão de riscos naturais e tecnológicos																		
1	2.1	2013/15	1	Serviços especializados	04 020220	O				04	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
1	2.1	2013/15	2	Publicidade	04 020217	O				04	01/2013	12/2013			1.500	1.500						1.500

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes																
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)											
1		Funções Gerais																									
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																									
1	2.1	2013/15	3	Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04	07011002	O				04	01/2013	12/2013		1.000	1.000						1.000					
															Totais do Programa 2.1:				243.450	175.950	67.500	250.000	231.500	233.000	957.950		
															Totais do Objetivo 1:				0	2.266.180	1.833.680	432.500	1.670.100	941.700	955.500	0	5.833.480
2		Funções Sociais																									
2	1.1	Ensino não superior																									
2	1.1	2011/18		Ensino Básico																							
2	1.1	2011/18	3	Complexos escolares educativos	05	07010305	E					01/2013	12/2013		1.144.391	1.144.391						1.144.391					
2	1.1	2011/18	4	Centro educativo de Ribeira do Neiva	05	07010305	E					01/2013	12/2013		233.518	233.518						233.518					
2	1.1	2011/18	5	Centro educativo de Moure																							
2	1.1	2011/18	5/4	Centro educativo de Moure	03	07010305	E				03	01/2013	12/2013		206.393	206.393						206.393					
2	1.1	2011/18	6	Centro educativo de Vila de Prado																							
2	1.1	2011/18	6/1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85		01/2011	12/2013		15.778	15.778						15.778					
2	1.1	2011/18	6/2	Equipamento informático - hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013		38.250	38.250						38.250					
2	1.1	2011/18	6/3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85		01/2011	12/2013		21.994	21.994						21.994					
2	1.1	2011/18	6/4	Centro educativo da vila de Prado	05	07010305	E		15	85		01/2011	12/2013		1.167.250	1.167.250						1.167.250					
2	1.1	2011/18	8	Ampliação do centro educativo de Turiz																							
2	1.1	2011/18	8/1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85		01/2011	12/2013		12.551	12.551						12.551					
2	1.1	2011/18	8/2	Equipamento informático - hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013		10.161	10.161						10.161					
2	1.1	2011/18	8/3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85		01/2011	12/2013		13.507	13.507						13.507					
2	1.1	2011/18	8/4	Ampliação do centro educativo de Turiz	05	07010305	E		15	85		01/2011	12/2013		558.898	558.898						558.898					
2	1.1	2011/18	14	Plano tecnológico da educação do Vale do Cávado																							
2	1.1	2011/18	14/1	Equipamento informático - Hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013		5.000	5.000						5.000					
2	1.1	2011/18	14/2	Outro equipamento	05	07011002	O		15	85		01/2011	12/2013		5.000	5.000						5.000					
2	1.1	2013/17		Pré-escolar																							
2	1.1	2013/17	1	Ampliação e conservação de jardins de infância	04	020121	A				04	01/2013	12/2016		104.890	104.890		50.000	50.000	50.000		254.890					
2	1.1	2013/17	2	Constr																							

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes											
											2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																		
2	1.1			Ensino não superior																		
2	1.1	2013/17	6	Funcionamento de jardins de infância	0103 0405010201	T				0103	01/2013	12/2014			196.516	196.516		400.000				596.516
2	1.1	2013/17	7	Parques infantis																		
2	1.1	2013/17	7/1	Parques infantis - aquisição	05 07010406	O				05	01/2013	12/2016			100.000	100.000		50.000	45.000	45.000		240.000
2	1.1	2013/17	7/2	Parques infantis - bens	04 020121	O				04	01/2013	12/2014			5.000	5.000		5.000				10.000
2	1.1	2013/18		Ensino Básico																		
2	1.1	2013/18	1	Ampliação / conservação de edifícios	04 020121	A				04	01/2013	12/2016			274.856	274.856		250.000	80.000	75.000		679.856
2	1.1	2013/18	2	Equipamento para escolas	05 07011002	O				05	01/2013	12/2016			52.678	52.678		90.000	75.000	75.000		292.678
2	1.1	2013/18	3	Equipamento informático	05 070107	O				05	01/2013	12/2016			10.000	10.000		45.000	25.000	25.000		105.000
2	1.1	2013/19		Centro educativo de Parada de Gatim	03 07010305	E				03	01/2013	12/2013			9.381	9.381						9.381
2	1.1	2013/20		Centro educativo de Soutelo																		
2	1.1	2013/20	1	Material didático-pedagógico	05 070115	O				05	01/2013	12/2014			11.080	1.662	9.418	10.000				21.080
2	1.1	2013/20	2	Hardware	05 070107	O				05	01/2013	12/2014			9.600	1.440	8.160	12.000				21.600
2	1.1	2013/20	3	Equipamento administrativo	05 070109	O				05	01/2013	12/2014			23.320	3.498	19.822	7.000				30.320
2	1.1	2013/20	4	Centro educativo de Soutelo	03 07010305	E				03	01/2013	12/2014			682.250	100.000	582.250	250.000				932.250
2	1.1	2013/21		Centro educativo da Lage																		
2	1.1	2013/21	1	Material didático-pedagógico	05 070115	O				05	01/2013	12/2014			21.900	3.285	18.615	10.000				31.900
2	1.1	2013/21	2	Hardware	05 070107	O				05	01/2013	12/2014			17.000	2.550	14.450	12.000				29.000
2	1.1	2013/21	3	Equipamento administrativo	05 070109	O				05	01/2013	12/2014			29.800	4.470	25.330	10.000				39.800
2	1.1	2013/21	4	Centro educativo da Lage	03 07010305	E				03	01/2013	12/2014			882.000	100.000	782.000	280.000				1.162.000
2	1.1	2013/22		Centro educativo de Cervães																		
2	1.1	2013/22	1	Material didático-pedagógico	05 070115	O				05	01/2013	12/2014			8.200	1.230	6.970	10.000				18.200
2	1.1	2013/22	2	Hardware	05 070107	O				05	01/2013	12/2014			6.900	1.035	5.865	7.500				14.400
2	1.1	2013/22	3	Equipamento administrativo	05 070109	O				05	01/2013	12/2014			18.540	2.781	15.759	11.000				29.540
2	1.1	2013/22	4	Centro educativo de Cervães	03 07010305	E				03	01/2013	12/2014			720.500	100.000	620.500	220.000				940.500
2	1.1	2013/23		Geral																		
2	1.1	2013/23	1	Aquisição de Terrenos	0103 070101	O				0103	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	1.1	2013/23	2	Apoio a atividades gerais de instituições	0103 04070104	T				0103	01/2013	12/2016			8.000	8.000		10.000	15.000	15.000		48.000
2	1.1	2013/23	3	Funcionamento dos agrupamentos	0103 04070105	T				0103	01/2013	12/2016			50.165	50.165		60.000	50.000	50.000		210.165
2	1.1	2013/23	4	Estudos, Projetos e consultadoria	05 020214	O				05	01/2013	12/2016			10.000	10.000		12.000	10.000	8.000		40.000
2	1.1	2013/23	5	Sociedade Amar Terra Verde, Lda																		
2	1.1	2013/23	5/1	Transferências de capital	0103 08010103	T				0103	01/2013	12/2013			100.000	100.000						100.000

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes														
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)									
2		Funções Sociais																							
2	1.1	Ensino não superior																							
2	1.1	2013/23	5/2	Transferências correntes	0103 05010102	T				0103	01/2013	12/2013		5.000	5.000						5.000				
															Totais do Programa 1.1:			6.864.962	4.755.823	2.109.139	1.937.500	450.000	430.500		9.682.962
2	1.2	Serviços auxiliares de ensino																							
2	1.2	2013/24		Aquecimento escolar	05 070115	O				05	01/2013	12/2016		8.131	8.131		15.000	15.000	10.000		48.131				
2	1.2	2013/25		Transportes escolares																					
2	1.2	2013/25	1	Pré-escolar	05 020210	O				05	01/2013	12/2016		102.386	102.386		100.000	90.000	90.000		382.386				
2	1.2	2013/25	2	1º ciclo	05 020210	O				05	01/2013	12/2016		308.125	308.125		350.000	350.000	350.000		1.358.125				
2	1.2	2013/25	3	2º, 3º ciclo e secundário	05 020210	O				05	01/2013	12/2016		760.000	760.000		950.000	850.000	850.000		3.410.000				
2	1.2	2013/25	4	Componente de apoio à família	05 020210	O				05	01/2013	12/2016		70.915	70.915		55.000	55.000	55.000		235.915				
2	1.2	2013/25	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	0103 04070104	T				0103	01/2013	12/2014		10.000	10.000		7.500				17.500				
2	1.2	2013/26		Cantinas escolares																					
2	1.2	2013/26	1	Pré-escolar	0103 0405010201	T				0103	01/2013	12/2016		190.000	190.000		180.000	160.000	160.000		690.000				
2	1.2	2013/26	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas	05 020105	O				0103	01/2013	12/2016		123.907	123.907		125.000	125.000	130.000		503.907				
2	1.2	2013/26	3	Ensino básico - agrupamento de escolas	0103 04070105	T				0103	01/2013	12/2016		82.783	82.783		50.000	55.000	50.000		237.783				
2	1.2	2013/26	4	Ensino básico - juntas de freguesia	0103 0405010202	T				0103	01/2013	12/2016		185.000	185.000		250.000	250.000	240.000		925.000				
2	1.2	2013/26	5	Ensino básico - Instituições	0103 04070104	T				0103	01/2013	12/2016		53.000	53.000		45.000	45.000	188.000		331.000				
2	1.2	2013/26	6	Ensino básico - serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2016		57.473	57.473		200.000	200.000	200.000		657.473				
2	1.2	2013/26	7	Ensino básico - refeições confeccionadas	05 020105	O				05	01/2013	12/2016		166.500	166.500		170.000	170.000	170.000		676.500				
2	1.2	2013/27		Concessão de bolsas de estudo	0103 040802	T				0103	01/2013	12/2016		48.000	48.000		55.000	55.000	55.000		213.000				
2	1.2	2013/28		Apoio a estratos sociais desfavorecidos	0103 040802	T				0103	01/2013	12/2016		73.749	73.749		60.000	60.000	55.000		248.749				
2	1.2	2013/29		Regime de fruta escolar	05 020105	O				05	01/2013	12/													

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2013			Anos seguintes											
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)			
2				Funções Sociais																			
2	3.2			Acção Social																			
2	3.2	2012/28	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	05	010107	O		30	70		01/2012	12/2013			3.196	3.196						3.196
2	3.2	2012/28	2	Encargos diretos com preparação projeto	05	020225	O		30	70		01/2012	12/2013			10.504	10.504						10.504
2	3.2	2012/28	3	Encargos gerais do projeto	05	020214	O		30	70		01/2012	12/2013			2.627	2.627						2.627
2	3.2	2012/28	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	05	020217	O		30	70		01/2012	12/2013			1.637	1.637						1.637
2	3.2	2012/28	5	Rendas e alugueres	05	020208	O		30	70		01/2012	12/2013			3.003	3.003						3.003
2	3.2	2012/28	6	Encargos com destinatários diretos	05	020225	O		30	70		01/2012	12/2013			1.877	1.877						1.877
2	3.2	2013/32		Implementar lojas sociais																			
2	3.2	2013/32	1	Aquisição de Bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2016			5.738	5.738		5.000	7.500	5.000		23.238
2	3.2	2013/32	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			5.000	5.000		5.000	7.500	5.000		22.500
2	3.2	2013/33		Apoio à habitação de famílias carenciadas																			
2	3.2	2013/33	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2016			103.287	103.287		100.000	90.000	90.000		383.287
2	3.2	2013/33	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			15.000	15.000		10.000	10.000	10.000		45.000
2	3.2	2013/34		Festa do Idoso																			
2	3.2	2013/34	1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000
2	3.2	2013/34	2	Transporte	05	020210	O				05	01/2013	12/2013			68.000	68.000						68.000
2	3.2	2013/35		Apoio a Instituições de Solidariedade Social																			
2	3.2	2013/35	1	Transferências de capital	0103	080701	T				0103	01/2013	12/2013			120.000	120.000						120.000
2	3.2	2013/35	2	Transferências correntes	0103	04070104	T				0103	01/2013	12/2013			22.500	22.500						22.500
2	3.2	2013/36		Cabaz de Natal - apoio a familias carenciadas	05	020115	O				05	01/2013	12/2016			9.000	9.000		10.000	10.000	10.000		39.000
2	3.2	2013/37		Realização de atividades culturais																			
2	3.2	2013/37	1	Comemoração do Dia Mundial da Criança	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	3.2	2013/37	2	Baile de Máscaras	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	3.2	2013/37	3	Festa da Família	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
Totais do Programa 3.2:															389.369	389.369		145.000	140.000	135.000		809.369	
2	4.1			Habitação																			
2	4.1	2011/27		Construção de habitação social em Parada de Gatim	05	07010201	E					01/2011	12/2013			7.074	7.074						7.074
2	4.1	2013/38		Recuperação de habitações sociais	04	020121	A				04	01/2013	12/2015			20.000	20.000		10.000	10.000			40.000
Totais do Programa 4.1:															27.074	27.074		10.000	10.000			47.074	
2	4.2			Ordenamento do território																			
2	4.2	2013/39		Urbanismo																			

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2013			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)		
2		Funções Sociais																					
2	4.2	Ordenamento do território																					
2	4.2	2013/39	1	PDM, PU e Planos de Pormenor	03	020220	O			03	01/2013	12/2013		33.830	33.830					33.830			
2	4.2	2013/39	2	Execução de cartografia de base e sua homologação	03	020220	O			03	01/2013	12/2013		16.760	16.760					16.760			
2	4.2	2013/39	3	Serviços especializados para revisão de PDM	03	020220	O			03	01/2013	12/2013		9.490	9.490					9.490			
2	4.2	2013/39	4	Aquisição de ortofotomapas de todo o concelho	03	020220	O			03	01/2013	12/2013		8.000	8.000					8.000			
2	4.2	2013/39	5	Elaboração do Plano de redução de ruído para o Concelho	03	020220	O			03	01/2013	12/2013		15.000	15.000					15.000			
2	4.2	2013/40		Urbanização																			
2	4.2	2013/40	1	Infraestruturas para urbanizações	03	07010401	E			03	01/2013	12/2013		6.000	6.000					6.000			
2	4.2	2013/40	2	Revitalização de centros urbanos	03	07010401	E			03	01/2013	12/2016		419.753	269.753	150.000	100.000	150.000	120.000	789.753			
2	4.2	2013/40	3	Revitalização de centros urbanos - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		33.751	33.751		75.000	90.000	90.000	288.751			
2	4.2	2013/40	4	Mobiliário Urbano	03	070115	O			03	01/2013	12/2013		15.000	15.000					15.000			
2	4.2	2013/40	5	Parque urbano de Vila Verde	03	07010401	E			03	01/2013	12/2015		25.000	25.000		180.000	250.000		455.000			
2	4.2	2013/40	6	Execução de Plano de Pormenor	03	07010413	E			03	01/2013	12/2013		500	500					500			
2	4.2	2013/40	7	Requalificação urbana do largo de S. Sebastião da Vila de Prado	03	07010401	E			03	01/2013	12/2014		100.000	100.000		450.000			550.000			
2	4.2	2013/40	8	Requalificação urbanística de Portela do Vade	03	07010401	E			03	01/2013	12/2013		8.000	8.000					8.000			
2	4.2	2013/41		Geral																			
2	4.2	2013/41	1	Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2013	12/2014		40.000	40.000		45.000			85.000			
														Totais do Programa 4.2:		731.084	581.084	150.000	850.000	490.000	210.000	2.281.084	
2	4.3	Saneamento																					
2	4.3	2013/42		Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais																			
2	4.3	2013/42	1	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - empreitada	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		1.317.210	967.210	350.000	350.000	300.000	300.000	2.267.210			
2	4.3	2013/42	2	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - Bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		222.081	72.081	150.000	200.000	250.000	200.000	872.081			
2	4.3	2013/42	3	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2013		1.000	1.000					1.000			
2	4.3	2013/43		Rede de saneamento na freguesia de Cabanelas	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		602.500	50.000	55							

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
2				Funções Sociais																			
2	4.3			Saneamento																			
2	4.3	2013/48		Rede de saneamento da Lage	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			95.000	10.000	85.000	100.000	100.000	20.000			315.000
2	4.3	2013/49		Rede de saneamento de Moure	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			67.500	25.000	42.500	150.000	170.000	20.000			407.500
2	4.3	2013/50		Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			47.500	5.000	42.500	150.000	200.000	150.000			547.500
2	4.3	2013/51		Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte S. Vicente	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			48.500	6.000	42.500	150.000	50.000	75.000			323.500
2	4.3	2013/52		Rede sanea. de Gondiaães, Mós, Pico de Regalados, Pico S. Crist. e Gême	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			47.500	5.000	42.500	150.000	50.000	75.000			322.500
2	4.3	2013/53		Rede san. R. Neiva( Azões, Rio Mau, Goães, D. Igrejas, Pedregais e Godinhaços)	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			47.500	5.000	42.500	220.000	150.000	120.000			537.500
2	4.3	2013/54		Rede de saneamento de Oleiros e Atiães	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			50.000	7.500	42.500	100.000	50.000	50.000			250.000
2	4.3	2013/55		Rede de saneamento do Vade	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			146.250	40.000	106.250	125.000	50.000	50.000			371.250
2	4.3	2013/56		Rede de saneamento na Vila de Prado	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			242.500	30.000	212.500	150.000	150.000	75.000			617.500
2	4.3	2013/57		Rede de saneamento da Loureira	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			50.000	7.500	42.500	150.000	75.000	60.000			335.000
2	4.3	2013/58		Rede de saneamento																			
2	4.3	2013/58	1	Ramais domiciliários - empreitada	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			295.000	40.000	255.000	100.000	100.000	100.000			595.000
2	4.3	2013/58	2	Ramais domiciliários - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2016			22.500	22.500		25.000	25.000	25.000			97.500
2	4.3	2013/59		Ampliação das redes de saneamento	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016			2.778.249	2.480.749	297.500	100.000	50.000	75.000			3.003.249
2	4.3	2013/60		Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	04	07010403	E			04	01/2013	12/2016			290.000	35.000	255.000	150.000	100.000	50.000			590.000
2	4.3	2013/61		Lamas de depuração de efluentes	04	020225	O			04	01/2013	12/2013			260.000	260.000							260.000
2	4.3	2013/62		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013			7.000	7.000							7.000
2	4.3	2013/63		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2013	12/2016			25.464	25.464		20.000	20.000	15.000			80.464
2	4.3	2013/84		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	07010413	E			04	01/2013	12/2016			25.000	25.000		80.000	80.000	80.000			265.000
2	4.3	2013/85		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	020121	A			04	01/2013	12/2016			20.000	20.000		50.000	50.000	50.000			170.000
Totais do Programa 4.3:															7.415.754	4.217.004	3.198.750	3.470.000	2.680.000	2.015.000		15.580.754	
2	4.4			Abastecimento de água																			
2	4.4	2013/64		Recup.,captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016			147.000	19.500	127.500	35.000	45.000	25.000			252.000
2	4.4	2013/65		Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	04	07010407	E			04	01/2013	12/2015			296.000	41.000	255.000	70.000	50.000				416.000
2	4.4	2013/66		Construção do reservatório de água em Godinhaços	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016			60.000	3.000	57.000	80.000	150.000	10.000			300.000
2	4.4	2013/67		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	04	020121	A			04	01/2013	12/2015			8.000	8.000		50.000	100.000				158.000
2	4.4	2013/68		Construção do reservatório de água em Covas	04	07010407	E			04	01/2013	12/2015			65.000	9.750	55.250	40.000	10.000				115.000

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)											
			Ano / Nº				Ação	AC	AA		FC	Início			Fim								
2				Funções Sociais																			
2	4.4			Abastecimento de água																			
2	4.4	2013/69		Construção do reservatório de água em Gondiaães	04 07010407	E				04	01/2013	12/2014		97.500	12.500	85.000	25.000					122.500	
2	4.4	2013/70		Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	04 07010407	E				04	01/2013	12/2014		97.500	97.500		75.000					172.500	
2	4.4	2013/71		Reservatórios dos pequenos sistemas	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		90.000	15.000	75.000	250.000	200.000	75.000			615.000	
2	4.4	2013/72		Reservatórios dos pequenos sistemas	04 020121	A				04	01/2013	12/2016		32.500	32.500		150.000	100.000	75.000			357.500	
2	4.4	2013/73		Depósitos pré-fabricados	04 070115	O				04	01/2013	12/2013		1.000	1.000							1.000	
2	4.4	2013/74		Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	04 07010407	E				04	01/2013	12/2014		252.500	35.750	216.750	120.000					372.500	
2	4.4	2013/75		Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		292.500	37.500	255.000	200.000	200.000	150.000			842.500	
2	4.4	2013/76		Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		1.160.000	40.000	1.120.000	75.000	100.000	25.000			1.360.000	
2	4.4	2013/77		Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		387.500	47.500	340.000	400.000	300.000	100.000			1.187.500	
2	4.4	2013/78		Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega(captação,tratamento,C.elev.reserv.redes adut/dist)	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		50.000	7.500	42.500	175.000	100.000	75.000			400.000	
2	4.4	2013/79		Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		492.500	67.500	425.000	200.000	200.000	100.000			992.500	
2	4.4	2013/80		Abastecimento de água à freguesia de Covas	04 07010407	E				04	01/2013	12/2014		128.000	8.000	120.000	90.000					218.000	
2	4.4	2013/81		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	04 020225	O				04	01/2013	12/2015		40.000	40.000		150.000	70.000				260.000	
2	4.4	2013/82		Execução de ramais	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		8.000	8.000		10.000	12.000	12.000			42.000	
2	4.4	2013/83		Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	04 07010407	E				04	01/2013	12/2015		50.000	7.500	42.500	100.000	50.000				200.000	
2	4.4	2013/86		Obras de abastecimento de água																			
2	4.4	2013/86	1	Abastecimento de água - empreitada	04 07010407	E				04	01/2013	12/2016		1.539.018	1.539.018		600.000	625.000	525.000			3.289.018	
2	4.4	2013/86	2	Abastecimento de água - bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2016		150.000	150.000		100.000	100.000	75.000			425.000	
2	4.4	2013/86	3	Abastecimento de água - serviços	04 020225	A				04	01/2013	12/2016		13.522	13.522		10.000	10.000	10.000			43.522	
2	4.4	2013/87		Contadores volumétricos	04 07011002	O				04	01/2013	12/2016		59.960	59.960		50.000	50.000	40.000			199.960	
2	4.4	2013/88		Estudos, projetos e consultadoria	04 020214	O				04	01/2013	12/2013		16.000	16.000							16.000	
2	4.4	2013/89		Aquisição de terrenos	0103 070101	O				0103	01/2013	12/2015		8.000	8.000		120.000	75.000				203.000	
2	4.4	2013/90		Prospecção de água do GESTAL	04 020214	O				04	01/2013	12/2015		5.000	5.000		120.000	75.000				200.000	
Totais do Programa 4.4:														5.547.000	2.330.500	3.216.500	3.295.000	2.622.000	1.297.000			12.761.000	
2	4.5			Resíduos sólidos																			
2	4.5	2013/91		Resíduos sólidos urbanos	04 020225	O				04	01/2013	12/2016		359.448	359.448		350.000	350.000	350.000			1.409.448	

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2013			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)			
2				Funções Sociais																			
2	4.5			Resíduos sólidos																			
2	4.5	2013/92		Ecopontos	04	070115	O			04	01/2013	12/2016			5.000	5.000		55.000	60.000	60.000		180.000	
2	4.5	2013/93		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU	04	020121	A			04	01/2013	12/2016			21.000	21.000		45.000	55.000	55.000		176.000	
Totais do Programa 4.5:															385.448	385.448		450.000	465.000	465.000		1.765.448	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																			
2	4.6	2013/94		Cemitérios																			
2	4.6	2013/94	1	Obras de ampliação e conservação	04	07010412	E			04	01/2013	12/2015			163.491	163.491		5.000	5.000			173.491	
2	4.6	2013/94	2	Obras de ampliação e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2015			15.200	15.200		15.000	15.000			45.200	
2	4.6	2013/94	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	0103	08050102	T			0103	01/2013	12/2016			120.000	120.000		175.000	150.000	75.000		520.000	
2	4.6	2013/94	4	Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000	
2	4.6	2013/95		Requalificação ambiental - serviços	04	020220	O			04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500	
2	4.6	2013/96		Preservação/recuperação e valorização ambiental	04	07010413	E			04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500	
2	4.6	2013/97		Jardins e espaços verdes																			
2	4.6	2013/97	1	Serviços jardins	04	020225	O			04	01/2013	12/2016			17.480	17.480		15.000	15.000	20.000		67.480	
2	4.6	2013/97	2	Bens - jardins	04	020121	O			04	01/2013	12/2016			24.740	24.740		20.000	20.000	20.000		84.740	
2	4.6	2013/97	3	Ferramentas e utensílios - jardins	04	020117	O			04	01/2013	12/2016			7.000	7.000		10.000	10.000	20.000		47.000	
2	4.6	2013/98		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500	
Totais do Programa 4.6:															357.411	357.411		240.000	215.000	135.000		947.411	
2	5.1			Cultura																			
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																			
2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	05	07010301	E	20	80		01/2011	12/2013			1.054.700	1.054.700						1.054.700	
2	5.1	2011/60	2	Hardware	05	070107	O	20	80		01/2011	12/2013			734.005	734.005						734.005	
2	5.1	2011/60	3	Software	05	070108	O	20	80		01/2011	12/2013			39.840	39.840						39.840	
2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	05	020220	O	20	80		01/2011	12/2013			123.490	123.490						123.490	
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																			
2	5.1	2011/61	1	Hardware	05	070107	O	30	70		01/2011	12/2013			20.960	20.960						20.960	
2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	05	020220	O	30	70		01/2011	12/2013			36.570	36.570						36.570	
2	5.1	2011/61	3	Comunicações	05	020210	O	30	70		01/2011	12/2013			4.000	4.000						4.000	
2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	05	020214	O	30	70		01/2011	12/2013			2.584	2.584						2.584	
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																			

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)										
		AC	AA				FC	Início	Fim													
2				Funções Sociais																		
2 5.1				Cultura																		
2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	05 07010301	E		20	80		01/2012	12/2015			301.251	45.188	256.063	30.125	30.125			361.501
2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens	05 020121	O		20	80		01/2012	12/2013			1.315	1.000	315					1.315
2	5.1	2012/76	3	Apoio a atividades - serviços	05 020225	O		20	80		01/2012	12/2013			1.989	1.500	489					1.989
2	5.1	2012/76	4	Publicidade	05 020217	O		20	80		01/2012	12/2013			27.600	4.140	23.460					27.600
2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas	05 020115	O		20	80		01/2012	12/2013			1.569	1.100	469					1.569
2	5.1	2012/76	6	Locação de outros bens	05 020208	O		20	80		01/2012	12/2013			3.809	571	3.238					3.809
2	5.1	2012/76	7	Deslocações e estadas	05 020213	O		20	80		01/2012	12/2013			5.713	857	4.856					5.713
2	5.1	2012/76	8	Trabalhos especializados	05 020220	O		20	80		01/2012	12/2014			227.303	79.835	147.468	33.007				260.310
2	5.1	2013/100		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	03 07010413	E				03	01/2013	12/2014			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2013/101		Biblioteca Prof. Machado Vilela																		
2	5.1	2013/101	1	Fundos bibliográficos	05 070115	O				05	01/2013	12/2016			17.745	17.745		15.000	17.000	20.000		69.745
2	5.1	2013/101	2	Atividades da biblioteca																		
2	5.1	2013/101	2/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2016			22.894	22.894		25.000	25.000	15.000		87.894
2	5.1	2013/101	2/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2016			5.743	5.743		5.000	7.500	7.500		25.743
2	5.1	2013/102		Recuperação do edifício da Biblioteca																		
2	5.1	2013/102	1	Recuperação do edifício - empreitada	03 07010301	E				03	01/2013	12/2015			42.500	42.500		75.000	75.000			192.500
2	5.1	2013/102	2	Aquisição de bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2015			65.112	65.112		50.000	25.000			140.112
2	5.1	2013/102	3	Aquisição de serviços	04 020225	A				04	01/2013	12/2015			13.000	13.000		50.000	15.000			78.000
2	5.1	2013/103		Casa da Cultura																		
2	5.1	2013/103	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	03 07010301	E				03	01/2013	12/2016			388.000	48.000	340.000	350.000	30.000	20.000		788.000
2	5.1	2013/103	2	Recuperação do edifício - bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2015			22.500	22.500		75.000	100.000			197.500
2	5.1	2013/103	3	Recuperação do edifício - serviços	04 020225	A				04	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000				2.000
2	5.1	2013/104		Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva - observatório cultural do Minho																		
2	5.1	2013/104	1	Software	05 070108	O				05	01/2013	12/2013			1.500	1.500						1.500
2	5.1	2013/104	2	Hardware	05 070107	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2	5.1	2013/104	3	Outros bens	05 070115	O				05	01/2013	12/2013			6.000	6.000						6.000
2	5.1	2013/104	4	Centro interpretativo - empreitada	03 07010307	E				03	01/2013	12/2014			270.000	40.500	229.500	220.000				490.000
2	5.1	2013/105		Criação do Museu de Linho em Marrancos	03 07010307	E				03	01/2013	12/2013			125.000	25.000	100.000					125.000
2	5.1	2013/106		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	03 07010307	E				03	01/2013	12/2015			10.000	5.000	5.000	120.000	110.000			240.000

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total 2013 (b)=(c)+(d)				Anos seguintes											
											Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)			2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)				
							AC	AA	FC		Início	Fim										
2				Funções Sociais																		
2	5.1			Cultura																		
2	5.1	2013/107		Recuperação do edifício da adega cooperativa	03	07010307	E				03	01/2013	12/2014		72.500	72.500		200.000			272.500	
2	5.1	2013/108		Geminação																		
2	5.1	2013/108	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		3.060	3.060		3.000			6.060	
2	5.1	2013/108	2	Transportes	05	020210	O				05	01/2013	12/2014		26.944	26.944		17.500			44.444	
2	5.1	2013/108	3	Serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		10.778	10.778		10.000			20.778	
2	5.1	2013/108	4	Ofertas	05	020115	O				05	01/2013	12/2014		1.000	1.000		1.000			2.000	
2	5.1	2013/108	5	Gasóleo	05	02010202	O				05	01/2013	12/2014		500	500		500			1.000	
2	5.1	2013/109		Festas concelhias																		
2	5.1	2013/109	1	Festa concelhia de Santo António																		
2	5.1	2013/109	1/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		92.708	92.708		90.000			182.708	
2	5.1	2013/109	1/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		2.854	2.854		3.000			5.854	
2	5.1	2013/109	1/3	Aluguer	05	020208	O				05	01/2013	12/2014		12.632	12.632		13.000			25.632	
2	5.1	2013/109	1/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2013	12/2014		1.000	1.000		1.000			2.000	
2	5.1	2013/109	2	Namorar Portugal																		
2	5.1	2013/109	2/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		80.000	80.000		80.000			160.000	
2	5.1	2013/109	2/2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		1.000	1.000		1.000			2.000	
2	5.1	2013/109	2/3	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2013	12/2014		2.500	2.500		3.000			5.500	
2	5.1	2013/109	2/4	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2013	12/2014		8.000	8.000		8.000			16.000	
2	5.1	2013/109	3	"Fevereiro - mês do romance"																		
2	5.1	2013/109	3/1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		10.343	10.343		10.000			20.343	
2	5.1	2013/109	3/2	Ações de dinamização	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		1.000	1.000		1.500			2.500	
2	5.1	2013/109	3/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2013	12/2014		7.500	7.500		7.500			15.000	
2	5.1	2013/109	4	Festa das Colheitas																		
2	5.1	2013/109	4/1	Espetáculos e atividades de animação	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		10.000	10.000		13.000			23.000	
2	5.1	2013/109	4/2	Atribuição de prémios de concurso	05	020115	O				05	01/2013	12/2014		6.000	6.000		6.000			12.000	
2	5.1	2013/109	4/3	Promoção e divulgação	05	020217	O				05	01/2013	12/2014		3.500	3.500		4.000			7.500	
2	5.1	2013/109	4/4	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2014		29.000	29.000		30.000			59.000	
2	5.1	2013/109	4/5	Aluguer	05	020208	O				05	01/2013	12/2014		45.000	45.000		45.000			90.000	
2	5.1	2013/109	4/6	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		2.000	2.000		2.500			4.500	
2	5.1	2013/109	5	Vila Verde - Vila Verde criativa																		
2	5.1	2013/109	5/1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2014		500	500		500			1.000	

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)										
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim										
2		Funções Sociais																				
2	5.1	Cultura																				
2	5.1	2013/109	5/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			4.000	4.000		4.000				8.000
2	5.1	2013/109	5/3	Atribuição de prémios de concurso	05 020115	O				05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000				2.000
2	5.1	2013/109	5/4	Aluguer	05 020208	O				05	01/2013	12/2014			500	500		1.000				1.500
2	5.1	2013/109	5/5	Promoção e divulgação	05 020217	O				05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000				2.000
2	5.1	2013/109	6	Feira mensal de artesanato																		
2	5.1	2013/109	6/1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			2.000	2.000		2.500				4.500
2	5.1	2013/109	7	Feira de Natal																		
2	5.1	2013/109	7/1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			1.500	1.500						1.500
2	5.1	2013/109	8	Encontro de Reis																		
2	5.1	2013/109	8/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000
2	5.1	2013/109	8/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			6.500	6.500						6.500
2	5.1	2013/109	8/3	Atribuição de prémios	05 020115	O				05	01/2013	12/2013			3.500	3.500						3.500
2	5.1	2013/109	9	Instalação do centro interpretativo no Albergue de Peregrinos																		
2	5.1	2013/109	9/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2	5.1	2013/109	9/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			7.500	7.500						7.500
2	5.1	2013/109	10	Percurso pedestre dedicado a Sá de Miranda																		
2	5.1	2013/109	10/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000
2	5.1	2013/109	10/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2013/109	11	Espaço Museológico dedicado ao linho																		
2	5.1	2013/109	11/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2	5.1	2013/109	11/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			10.000	10.000						10.000
2	5.1	2013/109	12	Iniciativa "Sá de Miranda por Terras de Vila Verde"																		
2	5.1	2013/109	12/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2	5.1	2013/109	12/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			10.000	10.000						10.000
2	5.1	2013/109	12/3	Publicações municipais	05 020217	O				05	01/2013	12/2013			8.000	8.000						8.000
2	5.1	2013/109	12/4	Aluguer	05 020208	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2013/109	13	Casa da Cultura																		
2	5.1	2013/109	13/1	Apoio a atividades da Casa da Cultura - bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			500	500						500
2	5.1	2013/109	13/2	Apoio a atividades da Casa da Cultura - serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	5.1	2013/109	13/3	Subsídio às associações culturais e recreativas	0103 04070101	T				0103	01/2013	12/2013			102.114	102.114						102.114
2	5.1	2013/109	14	Aquisição de material honorífico																		

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes				
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)										
		AC	AA				FC	Início	Fim													
2				Funções Sociais																		
2 5.1				Cultura																		
2	5.1	2013/109	14/1	Material honorífico	0103 020119	O				0103	01/2013	12/2013			500	500						500
2	5.1	2013/109	14/2	Material honorífico para oferta	0103 020115	O				0103	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
Totais do Programa 5.1:															4.195.625	3.084.767	1.110.858	1.609.632	434.625	62.500		6.302.382
2 5.2				Desporto, recreio e lazer																		
2	5.2	2011/78		Estádio Municipal	05 07010406	E					01/2011	12/2013			503.647	503.647						503.647
2	5.2	2011/80		Construção do pavilhão da Ribeira do Neiva	05 07010406	E				03	01/2011	12/2013			84.026	84.026						84.026
2	5.2	2011/95		Pavilhão gimnodesportivo de Vade	05 07010302	E		30	70		01/2011	12/2013			832.255	832.255						832.255
2	5.2	2011/96		Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	05 07010302	E		30	70		01/2011	12/2013			822.167	822.167						822.167
2	5.2	2013/110		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	03 07010302	E				03	01/2013	12/2016			195.000	35.000	160.000	150.000	110.000	25.000		480.000
2	5.2	2013/111		Ampliação do complexo de lazer de Vila Verde	03 07010302	E				03	01/2013	12/2015			5.000	5.000		150.000	250.000			405.000
2	5.2	2013/112		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	03 07010406	E				03	01/2013	12/2016			192.225	192.225		70.000	60.000	25.000		347.225
2	5.2	2013/113		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas - bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2016			22.110	22.110		10.000	10.000	7.500		49.610
2 5.2 2013/114				Balneários do centro educativo de Atães																		
2	5.2	2013/114	1	Balneários - empreitada	03 07010406	E				03	01/2013	12/2013			20.000	20.000						20.000
2	5.2	2013/114	2	Balneários - aquisição de bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2013			21.206	21.206						21.206
2	5.2	2013/115		Parques infantis	05 07010406	O				05	01/2013	12/2015			40.000	40.000		50.000	50.000			140.000
2 5.2 2013/116				Campeonato de canoagem 2013																		
2	5.2	2013/116	1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500
2	5.2	2013/116	2	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500
2	5.2	2013/116	3	Prémios, ofertas	05 020115	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2 5.2 2013/117				Praias fluviais																		
2	5.2	2013/117	1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
2	5.2	2013/117	2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			5.731	5.731						5.731
2	5.2	2013/118		Colónia de férias	0103 04070103	T				0103	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000
2	5.2	2013/119		Campo de férias da Páscoa e Verão	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			3.500	3.500						3.500
2	5.2	2013/120		Pista de pesca - margem do Cávado	03 07010413	E				03	01/2013	12/2015			80.000	5.000	75.000	80.000	75.000			235.000
2	5.2	2013/121		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	03 07010413	E				03	01/2013	12/2014			85.000	5.000	80.000	150.000				235.000
2	5.2	2013/122		Construção de ciclovia do Homem - fase I	03 07010413	E				03	01/2013	12/2014			80.000	5.000	75.000	120.000				200.000
2	5.2	2013/123		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	03 07010413	E				03	01/2013	12/2013			45.000	5.000	40.000					45.000

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2013			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
2		Funções Sociais																					
2	5.2	Desporto, recreio e lazer																					
2	5.2	2013/124		Recuperação de margens ribeirinhas																			
2	5.2	2013/124	1	Valorização da praia fluvial do Faial	03	07010413	E			03	01/2013	12/2015		150.000	150.000		180.000	150.000		480.000			
2	5.2	2013/124	2	Edifícios de apoio	03	07010307	E			03	01/2013	12/2016		80.000	5.000	75.000	150.000	80.000	20.000	330.000			
2	5.2	2013/124	3	Construções diversas	03	07010413	E			03	01/2013	12/2016		80.000	20.000	60.000	120.000	75.000	50.000	325.000			
2	5.2	2013/124	4	Requalificação - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2013		15.000	15.000					15.000			
2	5.2	2013/124	5	Requalificação - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2013		15.000	15.000					15.000			
2	5.2	2013/124	6	Execução de projetos	05	020214	O			05	01/2013	12/2013		10.000	10.000					10.000			
2	5.2	2013/125		Programa sénior ativo																			
2	5.2	2013/125	1	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2013	12/2013		1.000	1.000					1.000			
2	5.2	2013/125	2	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2013	12/2013		2.500	2.500					2.500			
2	5.2	2013/125	3	Transportes	05	020210	O			05	01/2013	12/2013		3.000	3.000					3.000			
2	5.2	2013/126		Protocolos com freguesias	0103	08050102	T			0103	01/2013	12/2013		75.000	75.000					75.000			
2	5.2	2013/127		Protocolos com instituições	0103	080701	T			0103	01/2013	12/2013		47.698	47.698					47.698			
2	5.2	2013/128		Subsídios para atividades desportivas	0103	04070102	T			0103	01/2013	12/2013		190.000	190.000					190.000			
2	5.2	2013/129		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013		1.000	1.000					1.000			
Totais do Programa 5.2:														3.723.065	3.158.065	565.000	1.230.000	860.000	127.500		5.940.565		
Totais do Objetivo 2:														0	31.925.771	21.575.524	10.350.247	15.884.632	10.881.625	7.515.500		0	66.207.528
3		Funções Económicas																					
3	1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2013/130		Caminhos agrícolas																			
3	1.0	2013/130	1	Abertura e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		32.500	7.500	25.000	30.000	15.000	15.000	92.500			
3	1.0	2013/130	2	Abertura e conservação - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2016		42.500	12.500	30.000	25.000	25.000	15.000	107.500			
3	1.0	2013/130	3	Caminhos agrícolas - empreitadas	03	07010408	E			03	01/2013	12/2016		52.500	7.500	45.000	135.000	130.000	120.000	437.500			
3	1.0	2013/131		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2013/131	1	Projetos	04	020214	O			04	01/2013	12/2013		2.500	2.500					2.500			

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
		Ano / Nº	Ação															2013			Anos seguintes				
																		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)		2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)
3				Funções Económicas																					
3	1.0			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2013/133		Subsídio a associações	0103	04070101	T				0103	01/2013	12/2013		3.000	3.000							3.000		
														Totais do Programa 1.0:			146.000	46.000	100.000	190.000	170.000	150.000		656.000	
3	2.0			Indústria e Energia																					
3	2.0	2013/134		Loteamento industrial de Gême - fase I	03	07010413	E				03	01/2013	12/2013		290.065	290.065							290.065		
3	2.0	2013/135		Loteamento industrial de Gême - fase II	03	07010413	E				03	01/2013	12/2016		162.000	12.000	150.000	75.000	75.000	50.000			362.000		
3	2.0	2013/136		Conservação de parques industriais	04	020121	A				04	01/2013	12/2016		12.500	12.500		20.000	30.000	45.000			107.500		
3	2.0	2013/137		Acesso ao parque industrial de Gême	03	07010408	E				03	01/2013	12/2014		125.000	25.000	100.000	130.000					255.000		
3	2.0	2013/138		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	03	07010413	E				03	01/2013	12/2016		25.000	25.000		85.000	90.000	90.000			290.000		
3	2.0	2013/139		Parque de inovação e conhecimento																					
3	2.0	2013/139 1		Investimentos	03	07010307	E				03	01/2013	12/2013		500	500							500		
3	2.0	2013/139 2		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2013		500	500							500		
3	2.0	2013/139 3		Projetos	03	020214	O				03	01/2013	12/2013		500	500							500		
3	2.0	2013/140		Iluminação pública																					
3	2.0	2013/140 1		Iluminação pública - construções diversas	04	07010404	E				04	01/2013	12/2013		1.000	1.000							1.000		
3	2.0	2013/140 2		Iluminação pública - ramais	04	07010404	O				04	01/2013	12/2016		12.500	12.500		50.000	45.000	45.000			152.500		
3	2.0	2013/140 3		Iluminação pública - bens	04	020121	O				04	01/2013	12/2013		1.500	1.500							1.500		
3	2.0	2013/141		Instalação de reguladores de fluxo luminoso em Vila Verde	04	070115	O				04	01/2013	12/2016		255.000	5.000	250.000	75.000	75.000	75.000			480.000		
3	2.0	2013/142		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2013		1.000	1.000							1.000		
														Totais do Programa 2.0:			887.065	387.065	500.000	435.000	315.000	305.000		1.942.065	
3	3.1			Transportes rodoviários																					
3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	03	07010408	E				03	01/2011	12/2013		70.471	70.471							70.471		
3	3.1	2011/116		Comparticipação construção ponte Terras de Bouro	0103	08050101	T				0103	01/2011	12/2013		1.000	1.000							1.000		
3	3.1	2011/124		C.M. 1158 (Bustelo-Limite concelho)-D. Igrejas	03	07010408	E				03	01/2011	12/2013		455.448	455.448									

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2013			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)													Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)				
		AC	AA					FC	Início	Fim														
3				Funções Económicas																				
3	3.1			Transportes rodoviários																				
3	3.1	2013/147		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	04	020121	A			04	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000		
3	3.1	2013/148		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	03	07010408	E			03	01/2013	12/2014			255.000	5.000	250.000	150.000				405.000		
3	3.1	2013/149		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	03	07010408	E			03	01/2013	12/2015			125.000	5.000	120.000	100.000	75.000			300.000		
3	3.1	2013/150		Construção e reparação de abrigos de passageiros	03	07010413	E			03	01/2013	12/2016			62.500	17.500	45.000	60.000	20.000	15.000		157.500		
3	3.1	2013/151		Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	03	07010408	E			03	01/2013	12/2015			155.000	5.000	150.000	150.000	150.000			455.000		
3	3.1	2013/152		Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	03	07010408	E			03	01/2013	12/2015			157.500	7.500	150.000	200.000	250.000			607.500		
3	3.1	2013/153		Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	03	07010408	E			03	01/2013	12/2015			125.000	5.000	120.000	220.000	180.000			525.000		
3	3.1	2013/154		Sinalização e segurança rodoviária																				
3	3.1	2013/154 1		Sinalização e segurança	03	07010409	O			03	01/2013	12/2016			152.673	52.673	100.000	110.000	60.000	50.000		372.673		
3	3.1	2013/154 2		Vestuário	03	020107	O			03	01/2013	12/2014			46.000	46.000		25.000				71.000		
3	3.1	2013/155		Vias de comunicação																				
3	3.1	2013/155 1		Vias - empreitada	03	07010408	E			03	01/2013	12/2016			3.190.821	3.175.821	15.000	300.000	300.000	250.000		4.040.821		
3	3.1	2013/155 2		Modernização e construção de vias - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2014			150.049	150.049		100.000				250.049		
3	3.1	2013/155 3		Modernização e construção de vias - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2014			283.369	283.369		100.000				383.369		
3	3.1	2013/156		Transferências para juntas de freguesias																				
3	3.1	2013/156 1		Comparticipação de despesas correntes	0103	0405010204	T			0103	01/2013	12/2013			42.500	42.500						42.500		
3	3.1	2013/156 2		Comparticipação de despesas de capital	0103	08050102	T			0103	01/2013	12/2013			137.500	137.500						137.500		
3	3.1	2013/157		Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000		
Totais do Programa 3.1:															5.892.831	4.867.831	1.025.000	1.940.000	1.185.000	315.000		9.332.831		
3	4.1			Mercados e feiras																				
3	4.1	2013/158		Conservação do espaço da feira																				
3	4.1	2013/158 1		Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2014			7.500	7.500		10.000				17.500		
3	4.1	2013/158 2		Aquisição de serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2013			12.000	12.000						12.000		
3	4.1	2013/159		Mercado municipal	03	07010303	E			03	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000		
3	4.1	2013/160		Subsídio para dinamização de feiras	0103	04070106	T			0103	01/2013	12/2014			500	500		40.000				40.500		
Totais do Programa 4.1:															21.000	21.000		50.000				71.000		
3	4.2			Turismo																				
3	4.2	2011/145		Loja de turismo																				

## Grandes Opções do Plano do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)						
3				Funções Económicas																		
3	4.2			Turismo																		
3	4.2	2011/145	1	Publicidade	05 020217	O		35	65		01/2011	12/2013		5.950	5.950							5.950
3	4.2	2011/145	2	Locação de bens	05 020208	O		35	65		01/2011	12/2013		5.500	5.500							5.500
3	4.2	2011/145	3	Trabalhos especializados	05 020220	O		35	65		01/2011	12/2013		36.350	36.350							36.350
3	4.2	2011/145	4	Outros serviços	05 020225	O		35	65		01/2011	12/2013		5.000	5.000							5.000
3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens	05 020121	O					01/2011	12/2013		500	500							500
3	4.2	2011/145	6	Imobilizado	05 070115	O		35	65		01/2011	12/2013		500	500							500
3	4.2	2011/145	7	Loja interativa do turismo	05 07010301	E		35	65		01/2011	12/2013		158.321	158.321							158.321
3	4.2	2013/161		Programa municipal do Turismo																		
3	4.2	2013/161	1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013		7.000	7.000							7.000
3	4.2	2013/161	2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013		2.000	2.000							2.000
3	4.2	2013/161	3	Aluguer	05 020208	O				05	01/2013	12/2013		2.000	2.000							2.000
3	4.2	2013/162		Promoção turística	05 020217	O				05	01/2013	12/2013		6.500	6.500							6.500
Totais do Programa 4.2:														229.621	229.621							229.621
Totais do Objetivo 3:														0	7.176.517	5.551.517	1.625.000	2.615.000	1.670.000	770.000	0	12.231.517
4				Outras Funções																		
4	2.0			Transferências entre administrações																		
4	2.0	2013/163		Transferências para juntas de freguesia	0103 08050102	T				0103	01/2013	12/2013		260.000	260.000							260.000
4	2.0	2013/164		Proviver, E.M. de Vila Verde																		
4	2.0	2013/164	1	Contratos-programa - transferências correntes	0103 05010101	T				0103	01/2013	12/2013		1.053.470	1.053.470							1.053.470
4	2.0	2013/164	2	Contratos-programa - transferências de capital	0103 08010101	T				0103	01/2013	12/2013		500	500							500
Totais do Programa 2.0:														1.313.970	1.313.970						1.313.970	
Totais do Objetivo 4:														0	1.313.970	1.313.970	0	0	0	0	0	1.313.970
Total Geral:														0	42.682.438	30.274.691	12.407.747	20.169.732	13.493.325	9.241.000	0	85.586.494

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

# Grandes Opções do Plano

## Distribuição do Investimento por Funções



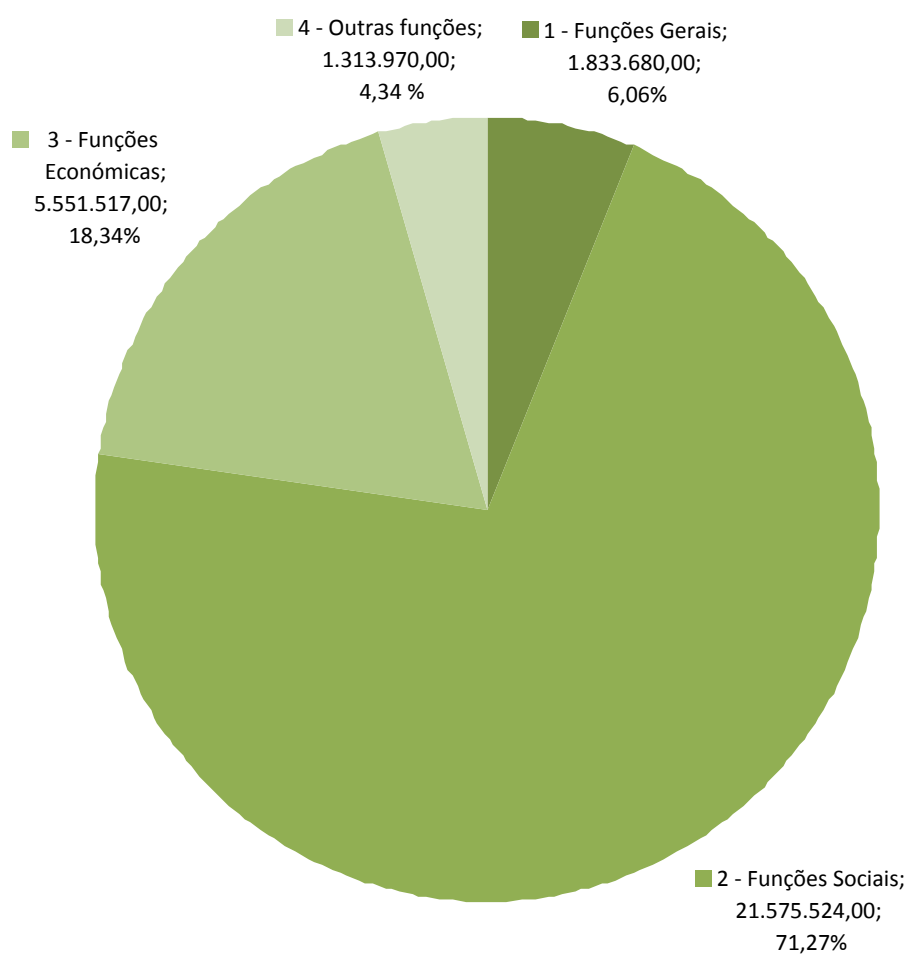
### Distribuição das Grandes Opções do Plano de 2013 por Funções:

Unidade monetária: Euro

Tipo de Funções	Investimento	%
1 - Funções Gerais	1.833.680,00	6,06%
2 - Funções Sociais	21.575.524,00	71,27%
3 - Funções Económicas	5.551.517,00	18,34%
4 - Outras funções	1.313.970,00	4,34%
<b>TOTAL</b>	<b>30.274.691,00</b>	<b>100,00%</b>

Grandes Opções do Plano e Orçamento - 2013

## Relação percentual das GOP's 2013 por Funções



# Plano Plurianual de Investimento



## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação												2013			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)		
1		Funções Gerais																					
1	1.1	Administração geral																					
1	1.1	2011/5		Modernização administrativa do município de Vila Verde - Vila Verde 2.0																			
1	1.1	2011/5	1	Hardware	0103 070107	O		15	85			01/2013 12/2013			100	100						100	
1	1.1	2011/5	2	Software infra-estrutural	0103 070108	O		15	85			01/2013 12/2013			19.000	19.000						19.000	
1	1.1	2011/5	3	Software	0103 070108	O		100				01/2013 12/2013			38.600	38.600						38.600	
1	1.1	2011/6		Cávado Digital 2																			
1	1.1	2011/6	1	Hardware	0103 070107	O		15	85			01/2013 12/2014			100	100		5.000				5.100	
1	1.1	2011/6	2	Software	0103 070108	O		15	85			01/2013 12/2013			44.590	44.590						44.590	
1	1.1	2013/1		Aquisição/reparação de imobilizado																			
1	1.1	2013/1	1	Equipamento de transporte - outro	0103 07010602	O						0103 01/2013 12/2013			159.860	159.860						159.860	
1	1.1	2013/1	2	Equipamento de transporte - recolha de resíduos	0103 07010601	O						0103 01/2013 12/2013			50.000	50.000						50.000	
1	1.1	2013/1	3	Equipamento básico	0103 07011002	O						0103 01/2013 12/2016			83.213	83.213		200.000	150.000	180.000		613.213	
1	1.1	2013/1	4	Equipamento administrativo	0103 070109	O						0103 01/2013 12/2016			20.750	20.750		15.000	17.000	15.000		67.750	
1	1.1	2013/1	5	Ferramentas e utensílios	0103 070111	O						0103 01/2013 12/2016			8.905	8.905		20.000	12.000	12.000		52.905	
1	1.1	2013/1	6	Outros investimentos	0103 070115	O						0103 01/2013 12/2016			22.771	22.771		50.000	15.000	22.000		109.771	
1	1.1	2013/1	7	Artigos objetos de valor	0103 070112	O						0103 01/2013 12/2013			500	500						500	
1	1.1	2013/1	8	Investimentos incorpóreos	0103 070113	O						0103 01/2013 12/2016			500	500		500	500	500		2.000	
1	1.1	2013/1	9	Software informático	0103 070108	O						0103 01/2013 12/2016			27.230	27.230		28.000	29.400	31.000		115.630	
1	1.1	2013/1	10	Hardware	0103 070107	O						0103 01/2013 12/2016			9.100	9.100		37.000	39.000	41.000		126.100	
1	1.1	2013/1	12	Construção / reparação - empreitada	03 07010301	E						03 01/2013 12/2016			656.000	656.000		25.000	35.000	15.000		731.000	
1	1.1	2013/2		Aquisição de terrenos	0103 070101	O						0103 01/2013 12/2013			10.000	10.000						10.000	
1	1.1	2013/4		Construção do arquivo municipal	03 07010301	E						03 01/2013 12/2015			1.000	1.000		250.000	80.000			331.000	
1	1.1	2013/5		Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	03 07010301	E						03 01/2013 12/2013			20.000	20.000						20.000	
1	1.1	2013/16		Requalificação / ampliação do quartel da GNR	03 07010307	E						03 01/2013 12/2014			300.000	10.000	290.000	400.000				700.000	
1	1.1	2013/99		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																			
1	1.1	2013/99	1	Quiosques eletrónicos	0103 070115	O						0103 01/2013 12/2014			82.500	7.500	75.000	35.000				117.500	
1	1.1	2013/99	2	Software	0103 070108	O						0103 01/2013 12/2016			20.000	20.000		65.000	40.000	15.000		140.000	
Totais do Programa 1.1:															0	1.574.719	1.209.719	365.000	1.130.500	417.900	331.500	0	3.454.619
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																					
1	2.1	2013/8		Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04 07011002	O						04 01/2013 12/2016			15.000	2.500	12.500	15.000	12.000	10.000		52.000	

# Município de Vila Verde

# Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2013			Anos seguintes											
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2014 (e)			2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)					
1				Funções Gerais																			
1	2.1			Protecção civil e luta contra incêndios																			
1	2.1	2013/12		Infraestruturas florestais	04	07010413	E				04	01/2013	12/2016			35.000	10.000	25.000	32.000	30.000	30.000	127.000	
1	2.1	2013/15		Planeamento e gestão de riscos naturais e tecnológicos																			
1	2.1	2013/15	3	Aquisição de equipamento operacional de protecção civil	04	07011002	O				04	01/2013	12/2013			1.000	1.000					1.000	
															0	51.000	13.500	37.500	47.000	42.000	40.000	0	180.000
															0	1.625.719	1.223.219	402.500	1.177.500	459.900	371.500	0	3.634.619
2				Funções Sociais																			
2	1.1			Ensino não superior																			
2	1.1	2011/18		Ensino Básico																			
2	1.1	2011/18	3	Complexos escolares educativos	05	07010305	E					01/2013	12/2013			1.144.391	1.144.391					1.144.391	
2	1.1	2011/18	4	Centro educativo de Ribeira do Neiva	05	07010305	E					01/2013	12/2013			233.518	233.518					233.518	
2	1.1	2011/18	5	Centro educativo de Moure																			
2	1.1	2011/18	5/4	Centro educativo de Moure	03	07010305	E				03	01/2013	12/2013			206.393	206.393					206.393	
2	1.1	2011/18	6	Centro educativo de Vila de Prado																			
2	1.1	2011/18	6/1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85		01/2011	12/2013			15.778	15.778					15.778	
2	1.1	2011/18	6/2	Equipamento informático - hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013			38.250	38.250					38.250	
2	1.1	2011/18	6/3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85		01/2011	12/2013			21.994	21.994					21.994	
2	1.1	2011/18	6/4	Centro educativo da vila de Prado	05	07010305	E		15	85		01/2011	12/2013			1.167.250	1.167.250					1.167.250	
2	1.1	2011/18	8	Ampliação do centro educativo de Turiz																			
2	1.1	2011/18	8/1	Material didático-pedagógico	05	070115	O		15	85		01/2011	12/2013			12.551	12.551					12.551	
2	1.1	2011/18	8/2	Equipamento informático - hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013			10.161	10.161					10.161	
2	1.1	2011/18	8/3	Equipamento administrativo	05	070109	O		15	85		01/2011	12/2013			13.507	13.507					13.507	
2	1.1	2011/18	8/4	Ampliação do centro educativo de Turiz	05	07010305	E		15	85		01/2011	12/2013			558.898	558.898					558.898	
2	1.1	2011/18	14	Plano tecnológico da educação do Vale do Cávado																			
2	1.1	2011/18	14/1	Equipamento informático - Hardware	05	070107	O		15	85		01/2011	12/2013			5.000	5.000					5.000	
2	1.1	2011/18	14/2	Outro equipamento	05	07011002	O		15	85		01/2011	12/2013			5.000	5.000					5.000	
2	1.1	2013/17		Pré-escolar																			
2	1.1	2013/17	2	Construção e reconstrução de edifícios	03	07010305	E				03	01/2013	12/2016			45.695	45.695		40.000	45.000	45.000	175.695	
2	1.1	2013/17	3	Aquisição de equipamento	05	07011002	O				05	01/2013	12/2016			18.000	18.000		40.000	40.000	35.000	133.000	

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2013			Anos seguintes											
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2014 (e)			2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)					
2				Funções Sociais																			
2	1.1			Ensino não superior																			
2	1.1	2013/17	4	Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2013	12/2016			5.000	5.000		45.000	15.000	7.500		72.500
2	1.1	2013/17	5	Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2013	12/2016			5.000	5.000		1.000				6.000
2	1.1	2013/17	7	Parques infantis																			
2	1.1	2013/17	7/1	Parques infantis - aquisição	05	07010406	O				05	01/2013	12/2016			100.000	100.000		50.000	45.000	45.000		240.000
2	1.1	2013/18		Ensino Básico																			
2	1.1	2013/18	2	Equipamento para escolas	05	07011002	O				05	01/2013	12/2016			52.678	52.678		90.000	75.000	75.000		292.678
2	1.1	2013/18	3	Equipamento informático	05	070107	O				05	01/2013	12/2016			10.000	10.000		45.000	25.000	25.000		105.000
2	1.1	2013/19		Centro educativo de Parada de Gatim	03	07010305	E				03	01/2013	12/2013			9.381	9.381						9.381
2	1.1	2013/20		Centro educativo de Soutelo																			
2	1.1	2013/20	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2013	12/2014			11.080	1.662	9.418	10.000				21.080
2	1.1	2013/20	2	Hardware	05	070107	O				05	01/2013	12/2014			9.600	1.440	8.160	12.000				21.600
2	1.1	2013/20	3	Equipamento administrativo	05	070109	O				05	01/2013	12/2014			23.320	3.498	19.822	7.000				30.320
2	1.1	2013/20	4	Centro educativo de Soutelo	03	07010305	E				03	01/2013	12/2014			682.250	100.000	582.250	250.000				932.250
2	1.1	2013/21		Centro educativo da Lage																			
2	1.1	2013/21	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2013	12/2014			21.900	3.285	18.615	10.000				31.900
2	1.1	2013/21	2	Hardware	05	070107	O				05	01/2013	12/2014			17.000	2.550	14.450	12.000				29.000
2	1.1	2013/21	3	Equipamento administrativo	05	070109	O				05	01/2013	12/2014			29.800	4.470	25.330	10.000				39.800
2	1.1	2013/21	4	Centro educativo da Lage	03	07010305	E				03	01/2013	12/2014			882.000	100.000	782.000	280.000				1.162.000
2	1.1	2013/22		Centro educativo de Cervães																			
2	1.1	2013/22	1	Material didático-pedagógico	05	070115	O				05	01/2013	12/2014			8.200	1.230	6.970	10.000				18.200
2	1.1	2013/22	2	Hardware	05	070107	O				05	01/2013	12/2014			6.900	1.035	5.865	7.500				14.400
2	1.1	2013/22	3	Equipamento administrativo	05	070109	O				05	01/2013	12/2014			18.540	2.781	15.759	11.000				29.540
2	1.1	2013/22	4	Centro educativo de Cervães	03	07010305	E				03	01/2013	12/2014			720.500	100.000	620.500	220.000				940.500
2	1.1	2013/23		Geral																			
2	1.1	2013/23	1	Aquisição de Terrenos	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000
Totais do Programa 1.1:															0	6.110.535	4.001.396	2.109.139	1.150.500	245.000	232.500	0	7.738.535
2	1.2			Serviços auxiliares de ensino																			
2	1.2	2013/24		Aquecimento escolar	05	070115	O				05	01/2013	12/2016			8.131	8.131		15.000	15.000	10.000		48.131
Totais do Programa 1.2:															0	8.131	8.131	0	15.000	15.000	10.000	0	48.131

# Município de Vila Verde

# Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		2013										Anos seguintes													
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)												
2		Funções Sociais																							
2	4.1	Habitação																							
2	4.1	2011/27		Construção de habitação social em Parada de Gatim	05	07010201	E					01/2011	12/2013		7.074	7.074							7.074		
															Totais do Programa 4.1:	0	7.074	7.074	0	0	0	0	0	0	7.074
2	4.2	Ordenamento do território																							
2	4.2	2013/40		Urbanização																					
2	4.2	2013/40	1	Infraestruturas para urbanizações	03	07010401	E					03	01/2013	12/2013		6.000	6.000						6.000		
2	4.2	2013/40	2	Revitalização de centros urbanos	03	07010401	E					03	01/2013	12/2016		419.753	269.753	150.000	100.000	150.000	120.000		789.753		
2	4.2	2013/40	4	Mobiliário Urbano	03	070115	O					03	01/2013	12/2013		15.000	15.000						15.000		
2	4.2	2013/40	5	Parque urbano de Vila Verde	03	07010401	E					03	01/2013	12/2015		25.000	25.000		180.000	250.000			455.000		
2	4.2	2013/40	6	Execução de Plano de Pormenor	03	07010413	E					03	01/2013	12/2013		500	500						500		
2	4.2	2013/40	7	Requalificação urbana do largo de S. Sebastião da Vila de Prado	03	07010401	E					03	01/2013	12/2014		100.000	100.000		450.000				550.000		
2	4.2	2013/40	8	Requalificação urbanística de Portela do Vade	03	07010401	E					03	01/2013	12/2013		8.000	8.000						8.000		
															Totais do Programa 4.2:	0	574.253	424.253	150.000	730.000	400.000	120.000		0	1.824.253
2	4.3	Saneamento																							
2	4.3	2013/42		Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais																					
2	4.3	2013/42	1	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - empreitada	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		1.317.210	967.210	350.000	350.000	300.000	300.000		2.267.210		
2	4.3	2013/43		Rede de saneamento na freguesia de Cabanelas	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		602.500	50.000	552.500	250.000	200.000	75.000		1.127.500		
2	4.3	2013/44		Rede de saneamento da Ribeira do Porço (Parada de Gatim, Cervães, Escariz S. Martinho, S.Mamede e Freiriz)	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		197.500	27.500	170.000	200.000	100.000	30.000		527.500		
2	4.3	2013/45		Rede de saneamento na freguesia de Soutelo	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		270.000	15.000	255.000	150.000	200.000	150.000		770.000		
2	4.3	2013/46		Rede de saneamento na freguesia de Esqueiros	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		190.000	20.000	170.000	200.000	100.000	100.000		590.000		
2	4.3	2013/47		Rede de saneamento de Turiz	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		50.000	7.500	42.500	150.000	60.000	70.000		330.000		
2	4.3	2013/48		Rede de saneamento da Lage	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		95.000	10.000	85.000	100.000	100.000	20.000		315.000		
2	4.3	2013/49		Rede de saneamento de Moure	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		67.500	25.000	42.500	150.000	170.000	20.000		407.500		
2	4.3	2013/50		Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		47.500	5.000	42.500	150.000	200.000	150.000		547.500		
2	4.3	2013/51		Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte S. Vicente	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		48.500	6.000	42.500	150.000	50.000	75.000		323.500		
2	4.3	2013/52		Rede sanea. de Gondiaães, Mós, Pico de Regalados, Pico S. Crist. e Gême	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		47.500	5.000	42.500	150.000	50.000	75.000		322.500		
2	4.3	2013/53		Rede san. R. Neiva( Azões, Rio Mau, Goães, D. Igrejas, Pedregais e Godinhaços)	04	07010402	E					04	01/2013	12/2016		47.500	5.000	42.500	220.000	150.000	120.000		537.500		

# Município de Vila Verde

# Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2013			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)												
2				Funções Sociais																				
2	4.3			Saneamento																				
2	4.3	2013/54		Rede de saneamento de Oleiros e Atiães	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		50.000	7.500	42.500	100.000	50.000	50.000		250.000			
2	4.3	2013/55		Rede de saneamento do Vade	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		146.250	40.000	106.250	125.000	50.000	50.000		371.250			
2	4.3	2013/56		Rede de saneamento na Vila de Prado	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		242.500	30.000	212.500	150.000	150.000	75.000		617.500			
2	4.3	2013/57		Rede de saneamento da Loureira	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		50.000	7.500	42.500	150.000	75.000	60.000		335.000			
2	4.3	2013/58	1	Rede de saneamento																				
2	4.3	2013/58		Ramais domiciliários - empreitada	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		295.000	40.000	255.000	100.000	100.000	100.000		595.000			
2	4.3	2013/59		Ampliação das redes de saneamento	04	07010402	E			04	01/2013	12/2016		2.778.249	2.480.749	297.500	100.000	50.000	75.000		3.003.249			
2	4.3	2013/60		Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	04	07010403	E			04	01/2013	12/2016		290.000	35.000	255.000	150.000	100.000	50.000		590.000			
2	4.3	2013/62		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013		7.000	7.000						7.000			
2	4.3	2013/84		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	07010413	E			04	01/2013	12/2016		25.000	25.000		80.000	80.000	80.000		265.000			
														Totais do Programa 4.3:	0	6.864.709	3.815.959	3.048.750	3.175.000	2.335.000	1.725.000		0	14.099.709
2	4.4			Abastecimento de água																				
2	4.4	2013/64		Recup.captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		147.000	19.500	127.500	35.000	45.000	25.000		252.000			
2	4.4	2013/65		Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	04	07010407	E			04	01/2013	12/2015		296.000	41.000	255.000	70.000	50.000			416.000			
2	4.4	2013/66		Construção do reservatório de água em Godinhaços	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		60.000	3.000	57.000	80.000	150.000	10.000		300.000			
2	4.4	2013/68		Construção do reservatório de água em Covas	04	07010407	E			04	01/2013	12/2015		65.000	9.750	55.250	40.000	10.000			115.000			
2	4.4	2013/69		Construção do reservatório de água em Gondiaes	04	07010407	E			04	01/2013	12/2014		97.500	12.500	85.000	25.000				122.500			
2	4.4	2013/70		Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	04	07010407	E			04	01/2013	12/2014		97.500	97.500		75.000				172.500			
2	4.4	2013/71		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		90.000	15.000	75.000	250.000	200.000	75.000		615.000			
2	4.4	2013/73		Depósitos pré-fabricados	04	070115	O			04	01/2013	12/2013		1.000	1.000						1.000			
2	4.4	2013/74		Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E			04	01/2013	12/2014		252.500	35.750	216.750	120.000				372.500			
2	4.4	2013/75		Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		292.500	37.500	255.000	200.000	200.000	150.000		842.500			
2	4.4	2013/76		Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		1.160.000	40.000	1.120.000	75.000	100.000	25.000		1.360.000			
2	4.4	2013/77		Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		387.500	47.500	340.000	400.000	300.000	100.000		1.187.500			
2	4.4	2013/78		Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega(captação,tratamento,C.elev.reserv.redes adut/dist)	04	07010407	E			04	01/2013	12/2016		50.000	7.500	42.500	175.000	100.000	75.000		400.000			

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		2013										Anos seguintes												
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)											
2				Funções Sociais																				
2	4.4			Abastecimento de água																				
2	4.4	2013/79		Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	04	07010407	E				04	01/2013	12/2016			492.500	67.500	425.000	200.000	200.000	100.000		992.500	
2	4.4	2013/80		Abastecimento de água à freguesia de Covas	04	07010407	E				04	01/2013	12/2014			128.000	8.000	120.000	90.000				218.000	
2	4.4	2013/82		Execução de ramais	04	07010407	E				04	01/2013	12/2016			8.000	8.000		10.000	12.000	12.000		42.000	
2	4.4	2013/83		Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	04	07010407	E				04	01/2013	12/2015			50.000	7.500	42.500	100.000	50.000			200.000	
2	4.4	2013/86		Obras de abastecimento de água																				
2	4.4	2013/86	1	Abastecimento de água - empreitada	04	07010407	E				04	01/2013	12/2016			1.539.018	1.539.018		600.000	625.000	525.000		3.289.018	
2	4.4	2013/87		Contadores volumétricos	04	07011002	O				04	01/2013	12/2016			59.960	59.960		50.000	50.000	40.000		199.960	
2	4.4	2013/89		Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2015			8.000	8.000		120.000	75.000			203.000	
Totais do Programa 4.4:															0	5.281.978	2.065.478	3.216.500	2.715.000	2.167.000	1.137.000	0	11.300.978	
2	4.5			Resíduos sólidos																				
2	4.5	2013/92		Ecopontos	04	070115	O				04	01/2013	12/2016			5.000	5.000		55.000	60.000	60.000		180.000	
Totais do Programa 4.5:															0	5.000	5.000	0	55.000	60.000	60.000	0	180.000	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																				
2	4.6	2013/94		Cemitérios																				
2	4.6	2013/94	1	Obras de ampliação e conservação	04	07010412	E				04	01/2013	12/2015			163.491	163.491		5.000	5.000			173.491	
2	4.6	2013/94	4	Aquisição de terrenos	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000	
2	4.6	2013/96		Preservação/recuperação e valorização ambiental	04	07010413	E				04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500	
Totais do Programa 4.6:															0	167.991	167.991	0	5.000	5.000	0	0	177.991	
2	5.1			Cultura																				
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																				
2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	05	07010301	E		20	80		01/2011	12/2013			1.054.700	1.054.700						1.054.700	
2	5.1	2011/60	2	Hardware	05	070107	O		20	80		01/2011	12/2013			734.005	734.005						734.005	
2	5.1	2011/60	3	Software	05	070108	O		20	80		01/2011	12/2013			39.840	39.840						39.840	
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																				
2	5.1	2011/61	1	Hardware	05	070107	O		30	70		01/2011	12/2013			20.960	20.960						20.960	
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																				
2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	05	07010301	E		20	80		01/2012	12/2015			301.251	45.188	256.063	30.125	30.125			361.501	

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2013			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)											
		AC	AA					FC	Início	Fim														
2 Funções Sociais																								
2 5.1		Cultura																						
2	5.1	2013/100		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	03	07010413	E			03	01/2013	12/2014			1.000	1.000						1.000		
2	5.1	2013/101		Biblioteca Prof. Machado Vilela																				
2	5.1	2013/101	1	Fundos bibliográficos	05	070115	O			05	01/2013	12/2016			17.745	17.745		15.000	17.000	20.000		69.745		
2	5.1	2013/102		Recuperação do edifício da Biblioteca																				
2	5.1	2013/102	1	Recuperação do edifício - empreitada	03	07010301	E			03	01/2013	12/2015			42.500	42.500		75.000	75.000			192.500		
2	5.1	2013/103		Casa da Cultura																				
2	5.1	2013/103	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	03	07010301	E			03	01/2013	12/2016			388.000	48.000	340.000	350.000	30.000	20.000		788.000		
2	5.1	2013/104		Centro Interpretativo da Ribeira do Neiva - observatório cultural do Minho																				
2	5.1	2013/104	1	Software	05	070108	O			05	01/2013	12/2013			1.500	1.500						1.500		
2	5.1	2013/104	2	Hardware	05	070107	O			05	01/2013	12/2013			5.000	5.000						5.000		
2	5.1	2013/104	3	Outros bens	05	070115	O			05	01/2013	12/2013			6.000	6.000						6.000		
2	5.1	2013/104	4	Centro interpretativo - empreitada	03	07010307	E			03	01/2013	12/2014			270.000	40.500	229.500	220.000				490.000		
2	5.1	2013/105		Criação do Museu de Linho em Marrancos	03	07010307	E			03	01/2013	12/2013			125.000	25.000	100.000					125.000		
2	5.1	2013/106		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	03	07010307	E			03	01/2013	12/2015			10.000	5.000	5.000	120.000	110.000			240.000		
2	5.1	2013/107		Recuperação do edifício da adega cooperativa	03	07010307	E			03	01/2013	12/2014			72.500	72.500		200.000				272.500		
Totais do Programa 5.1:														0	3.090.001	2.159.438	930.563	1.010.125	262.125	40.000	0	4.402.251		
2 5.2 Desporto, recreio e lazer																								
2	5.2	2011/78		Estádio Municipal	05	07010406	E				01/2011	12/2013			503.647	503.647						503.647		
2	5.2	2011/80		Construção do pavilhão da Ribeira do Neiva	05	07010406	E			03	01/2011	12/2013			84.026	84.026						84.026		
2	5.2	2011/95		Pavilhão gimnodesportivo de Vade	05	07010302	E	30	70		01/2011	12/2013			832.255	832.255						832.255		
2	5.2	2011/96		Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	05	07010302	E	30	70		01/2011	12/2013			822.167	822.167						822.167		
2	5.2	2013/110		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	03	07010302	E			03	01/2013	12/2016			195.000	35.000	160.000	150.000	110.000	25.000		480.000		
2	5.2	2013/111		Ampliação do complexo de lazer de Vila Verde	03	07010302	E			03	01/2013	12/2015			5.000	5.000		150.000	250.000			405.000		
2	5.2	2013/112		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	03	07010406	E			03	01/2013	12/2016			192.225	192.225		70.000	60.000	25.000		347.225		
2	5.2	2013/114		Balneários do centro educativo de Atães																				
2	5.2	2013/114	1	Balneários - empreitada	03	07010406	E			03	01/2013	12/2013			20.000	20.000						20.000		
2	5.2	2013/115		Parques infantis	05	07010406	O			05	01/2013	12/2015			40.000	40.000		50.000	50.000			140.000		
2	5.2	2013/120		Pista de pesca - margem do Cávado	03	07010413	E			03	01/2013	12/2015			80.000	5.000	75.000	80.000	75.000			235.000		

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		Anos seguintes												
											2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
2 Funções Sociais																							
2 5.2		Desporto, recreio e lazer																					
2	5.2	2013/121		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	03	07010413	E			03	01/2013	12/2014		85.000	5.000	80.000	150.000						235.000
2	5.2	2013/122		Construção de ciclovia do Homem - fase I	03	07010413	E			03	01/2013	12/2014		80.000	5.000	75.000	120.000						200.000
2	5.2	2013/123		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	03	07010413	E			03	01/2013	12/2013		45.000	5.000	40.000							45.000
2	5.2	2013/124		Recuperação de margens ribeirinhas																			
2	5.2	2013/124	1	Valorização da praia fluvial do Faial	03	07010413	E			03	01/2013	12/2015		150.000	150.000		180.000	150.000					480.000
2	5.2	2013/124	2	Edifícios de apoio	03	07010307	E			03	01/2013	12/2016		80.000	5.000	75.000	150.000	80.000	20.000				330.000
2	5.2	2013/124	3	Construções diversas	03	07010413	E			03	01/2013	12/2016		80.000	20.000	60.000	120.000	75.000	50.000				325.000
2	5.2	2013/129		Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013		1.000	1.000								1.000
Totais do Programa 5.2:														0	3.295.320	2.730.320	565.000	1.220.000	850.000	120.000	0	5.485.320	
Totais do Objetivo 2:														0	25.404.992	15.385.040	10.019.952	10.075.625	6.339.125	3.444.500	0	45.264.242	
3 Funções Económicas																							
3 1.0		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																					
3	1.0	2013/130		Caminhos agrícolas																			
3	1.0	2013/130	3	Caminhos agrícolas - empreitadas	03	07010408	E			03	01/2013	12/2016		52.500	7.500	45.000	135.000	130.000	120.000				437.500
3	1.0	2013/131		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2013/131	2	Investimento	04	07010413	E			04	01/2013	12/2013		1.500	1.500								1.500
3	1.0	2013/132		Caminhos rurais	03	07010408	E			03	01/2013	12/2013		10.000	10.000								10.000
Totais do Programa 1.0:														0	64.000	19.000	45.000	135.000	130.000	120.000	0	449.000	
3 2.0		Indústria e Energia																					
3	2.0	2013/134		Loteamento industrial de Gême - fase I	03	07010413	E			03	01/2013	12/2013		290.065	290.065								290.065
3	2.0	2013/135		Loteamento industrial de Gême - fase II	03	07010413	E			03	01/2013	12/2016		162.000	12.000	150.000	75.000	75.000	50.000				362.000
3	2.0	2013/137		Acesso ao parque industrial de Gême	03	07010408	E			03	01/2013	12/2014		125.000	25.000	100.000	130.000						255.000
3	2.0	2013/138		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	03	07010413	E			03	01/2013	12/2016		25.000	25.000		85.000	90.000	90.000				290.000
3	2.0	2013/139		Parque de inovação e conhecimento																			
3	2.0	2013/139	1	Investimentos	03	07010307	E			03	01/2013	12/2013		500	500								500
3	2.0	2013/139	2	Aquisição de terrenos	0103	070101	O			0103	01/2013	12/2013		500	500								500
3	2.0	2013/140		Iluminação pública																			
3	2.0	2013/140	1	Iluminação pública - construções diversas	04	07010404	E			04	01/2013	12/2013		1.000	1.000								1.000
3	2.0	2013/140	2	Iluminação pública - ramais	04	07010404	O			04	01/2013	12/2016		12.500	12.500		50.000	45.000	45.000				152.500

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		2013														Anos seguintes								
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)													Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)				
3				Funções Económicas																				
3	2.0			Indústria e Energia																				
3	2.0	2013/141		Instalação de reguladores de fluxo luminoso em Vila Verde	04	070115	O				04	01/2013	12/2016			255.000	5.000	250.000	75.000	75.000	75.000		480.000	
3	2.0	2013/142		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	0103	070101	O				0103	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 2.0:															0	872.565	372.565	500.000	415.000	285.000	260.000	0	1.832.565	
3	3.1			Transportes rodoviários																				
3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	03	07010408	E				03	01/2011	12/2013			70.471	70.471						70.471	
3	3.1	2011/124		C.M. 1158 (Bustelo-Limite concelho)-D. Igrejas	03	07010408	E				03	01/2011	12/2013			455.448	455.448						455.448	
3	3.1	2012/112		Requalificação do arruamento da ER 205 à igreja de Cabanelas	03	07010408	E				03	01/2012	12/2013			145.000	145.000						145.000	
3	3.1	2013/143		Variante à ER 205 - Vila de Prado - Oleiros	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			50.000	50.000		350.000	30.000			430.000	
3	3.1	2013/144		Requalificação da rua Luís Vaz de Camões	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			80.000	5.000	75.000	75.000	120.000			275.000	
3	3.1	2013/145		Acessos a centros educativos	03	07010408	E				03	01/2013	12/2013			60.000	60.000						60.000	
3	3.1	2013/146		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	03	07010408	E				03	01/2013	12/2013			145.000	145.000						145.000	
3	3.1	2013/148		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	03	07010408	E				03	01/2013	12/2014			255.000	5.000	250.000	150.000				405.000	
3	3.1	2013/149		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			125.000	5.000	120.000	100.000	75.000			300.000	
3	3.1	2013/150		Construção e reparação de abrigos de passageiros	03	07010413	E				03	01/2013	12/2016			62.500	17.500	45.000	60.000	20.000	15.000		157.500	
3	3.1	2013/151		Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			155.000	5.000	150.000	150.000	150.000			455.000	
3	3.1	2013/152		Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			157.500	7.500	150.000	200.000	250.000			607.500	
3	3.1	2013/153		Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	03	07010408	E				03	01/2013	12/2015			125.000	5.000	120.000	220.000	180.000			525.000	
3	3.1	2013/154		Sinalização e segurança rodoviária																				
3	3.1	2013/154	1	Sinalização e segurança	03	07010409	O				03	01/2013	12/2016			152.673	52.673	100.000	110.000	60.000	50.000		372.673	
3	3.1	2013/155		Vias de comunicação																				
3	3.1	2013/155	1	Vias - empreitada	03	07010408	E				03	01/2013	12/2016			3.190.821	3.175.821	15.000	300.000	300.000	250.000		4.040.821	
Totais do Programa 3.1:															0	5.229.413	4.204.413	1.025.000	1.715.000	1.185.000	315.000	0	8.444.413	
3	4.1			Mercados e feiras																				
3	4.1	2013/159		Mercado municipal	03	07010303	E				03	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 4.1:															0	1.000	1.000	0	0	0	0	0	1.000	
3	4.2			Turismo																				
3	4.2	2011/145		Loja de turismo																				

## Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)		
3				Funções Económicas																			
3	4.2			Turismo																			
3	4.2	2011/145	6	Imobilizado	05	070115	O		35	65		01/2011	12/2013			500	500						500
3	4.2	2011/145	7	Loja interativa do turismo	05	07010301	E		35	65		01/2011	12/2013			158.321	158.321						158.321
Totais do Programa 4.2:														0	158.821	158.821	0	0	0	0	0	158.821	
Totais do Objetivo 3:														0	6.325.799	4.755.799	1.570.000	2.265.000	1.600.000	695.000	0	10.885.799	
Total Geral:														0	33.356.510	21.364.058	11.992.452	13.518.125	8.399.025	4.511.000	0	59.784.660	

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## Atividades Mais Relevantes



## Atividades mais Relevantes do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC								2013			Anos seguintes					
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)		
1		Funções Gerais																						
1	1.1	Administração geral																						
1	1.1	2011/5		Modernização administrativa do município de Vila Verde - Vila Verde 2.0	02	020225	O		100			01/2013	12/2013			100	100							
1	1.1	2011/5	4	Serviços	02	020220	O		40	60		01/2013	12/2013			100	100							
1	1.1	2011/5	7	Implementação de um sistema de arquivo digital	02	020220	O		40	60		01/2013	12/2013			100	100							
1	1.1	2011/5	9	Serviços especializados	02	020220	O		40	60		01/2013	12/2013			100	100							
1	1.1	2011/5	10	Estudos, projetos e consultoria	02	020214	O					01/2013	12/2013			3.400	3.400							
1	1.1	2011/6		Cávado Digital 2																				
1	1.1	2011/6	3	Serviços	02	020225	O		15	85		01/2013	12/2013			100	100							
1	1.1	2011/7		e-participation																				
1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	02	020214	O		15	85	02	01/2013	12/2013			12.476	12.476							
1	1.1	2013/1		Aquisição/reparação de imobilizado																				
1	1.1	2013/1	11	Construção/reparação - serviços	04	020203	O				0103	01/2013	12/2016			220.435	220.435		100.000	150.000	175.000			
1	1.1	2013/1	13	Aquisição de bens	0103	020121	O				0103	01/2013	12/2016			139.300	139.300		160.000	100.000	180.000			
1	1.1	2013/3		Estudos, projetos e consultadoria	0103	020214	O				0103	01/2013	12/2016			60.000	60.000		15.000	27.000	21.000			
1	1.1	2013/6		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	0103	020220	O				0103	01/2013	12/2016			6.000	6.000		8.400	8.800	9.200			
1	1.1	2013/7		Divulgação de suporte a jornadas	0103	020216	O				0103	01/2013	12/2016			5.000	5.000		5.200	5.500	5.800			
1	1.1	2013/99		Modernização administrativa do Município de Vila Verde																				
1	1.1	2013/99	3	Serviços	0103	020220	O				0103	01/2013	12/2015			1.000	1.000		1.000	1.000				
Totais do Programa 1.1:															0	448.011	448.011	0	289.600	292.300	391.000	0	1.420.911	
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																						
1	2.1	2013/9		Serviço municipal de protecção civil																				
1	2.1	2013/9	1	Bens	04	020121	O				04	01/2013	12/2016			4.050	4.050		4.000	6.000	4.000			
1	2.1	2013/9	2	Vestuário	04	020107	O				04	01/2013	12/2016			3.460	3.460		2.000	2.000	2.000			
1	2.1	2013/9	3	Serviços	04	020225	O				04	01/2013	12/2016			17.600	10.100	7.500	25.000	18.000	18.000			
1	2.1	2013/10		Instituições humanitárias	0103	04070104	T				0103	01/2013	12/2016											

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
1		Funções Gerais																					
1	2.1	Protecção civil e luta contra incêndios																					
1	2.1	2013/12	2	Caminhos e pontos de água - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		11.000	11.000		12.000	15.000	15.000	53.000			
1	2.1	2013/12	3	Caminhos e pontos de água - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2016		33.000	18.000	15.000	35.000	35.000	30.000	133.000			
1	2.1	2013/13		Operações de silvicultura	04	020220	O			04	01/2013	12/2016		6.500	6.500		10.000	7.500	7.500	31.500			
1	2.1	2013/14		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2013	12/2016		1.000	1.000		2.000	1.000	1.000	5.000			
1	2.1	2013/15		Planeamento e gestão de riscos naturais e tecnológicos																			
1	2.1	2013/15	1	Serviços especializados	04	020220	O			04	01/2013	12/2013		1.000	1.000					1.000			
1	2.1	2013/15	2	Publicidade	04	020217	O			04	01/2013	12/2013		1.500	1.500					1.500			
Totais do Programa 2.1:														0	192.450	162.450	30.000	203.000	189.500	193.000	0	777.950	
Totais do Objetivo 1:														0	640.461	610.461	30.000	492.600	481.800	584.000	0	2.198.861	
2		Funções Sociais																					
2	1.1	Ensino não superior																					
2	1.1	2013/17		Pré-escolar																			
2	1.1	2013/17	1	Ampliação e conservação de jardins de infância	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		104.890	104.890		50.000	50.000	50.000	254.890			
2	1.1	2013/17	6	Funcionamento de jardins de infância	0103	0405010201	T			0103	01/2013	12/2014		196.516	196.516		400.000			596.516			
2	1.1	2013/17	7	Parques infantis																			
2	1.1	2013/17	7/2	Parques infantis - bens	04	020121	O			04	01/2013	12/2014		5.000	5.000		5.000			10.000			
2	1.1	2013/18		Ensino Básico																			
2	1.1	2013/18	1	Ampliação / conservação de edifícios	04	020121	A			04	01/2013	12/2016		274.856	274.856		250.000	80.000	75.000	679.856			
2	1.1	2013/23		Geral																			
2	1.1	2013/23	2	Apoio a atividades gerais de instituições	0103	04070104	T			0103	01/2013	12/2016		8.000	8.000		10.000	15.000	15.000	48.000			
2	1.1	2013/23	3	Funcionamento dos agrupamentos	0103	04070105	T			0103	01/2013	12/2016		50.165	50.165		60.000	50.000	50.000	210.165			
2	1.1	2013/23	4	Estudos, Projetos e consultadoria	05	020214	O			05	01/2013	12/2016		10.000	10.000		12.000	10.000	8.000	40.000			
2	1.1	2013/23	5	Sociedade Amar Terra Verde, Lda																			
2	1.1	2013/23	5/1	Transferências de capital	0103	08010103	T			0103	01/2013	12/2013		100.000	100.000					100.000			
2	1.1	2013/23	5/2	Transferências correntes	0103	05010102	T			0103	01/2013	12/2013		5.000	5.000								

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
																2013			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)												
			Ano / Nº					Ação	AC	AA		FC	Início			Fim									
2				Funções Sociais																					
2	1.2			Serviços auxiliares de ensino																					
2	1.2	2013/25	2	1º ciclo	05	020210	O				05	01/2013	12/2016		308.125	308.125		350.000	350.000	350.000		1.358.125			
2	1.2	2013/25	3	2º, 3º ciclo e secundário	05	020210	O				05	01/2013	12/2016		760.000	760.000		950.000	850.000	850.000		3.410.000			
2	1.2	2013/25	4	Componente de apoio à família	05	020210	O				05	01/2013	12/2016		70.915	70.915		55.000	55.000	55.000		235.915			
2	1.2	2013/25	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	0103	04070104	T				0103	01/2013	12/2014		10.000	10.000		7.500				17.500			
2	1.2	2013/26		Cantinas escolares																					
2	1.2	2013/26	1	Pré-escolar	0103	0405010201	T				0103	01/2013	12/2016		190.000	190.000		180.000	160.000	160.000		690.000			
2	1.2	2013/26	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas	05	020105	O				0103	01/2013	12/2016		123.907	123.907		125.000	125.000	130.000		503.907			
2	1.2	2013/26	3	Ensino básico - agrupamento de escolas	0103	04070105	T				0103	01/2013	12/2016		82.783	82.783		50.000	55.000	50.000		237.783			
2	1.2	2013/26	4	Ensino básico - juntas de freguesia	0103	0405010202	T				0103	01/2013	12/2016		185.000	185.000		250.000	250.000	240.000		925.000			
2	1.2	2013/26	5	Ensino básico - Instituições	0103	04070104	T				0103	01/2013	12/2016		53.000	53.000		45.000	45.000	188.000		331.000			
2	1.2	2013/26	6	Ensino básico - serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016		57.473	57.473		200.000	200.000	200.000		657.473			
2	1.2	2013/26	7	Ensino básico - refeições confeccionadas	05	020105	O				05	01/2013	12/2016		166.500	166.500		170.000	170.000	170.000		676.500			
2	1.2	2013/27		Concessão de bolsas de estudo	0103	040802	T				0103	01/2013	12/2016		48.000	48.000		55.000	55.000	55.000		213.000			
2	1.2	2013/28		Apoio a estratos sociais desfavorecidos	0103	040802	T				0103	01/2013	12/2016		73.749	73.749		60.000	60.000	55.000		248.749			
2	1.2	2013/29		Regime de fruta escolar	05	020105	O				05	01/2013	12/2016		36.210	36.210		35.000	35.000	35.000		141.210			
2	1.2	2013/30		Apoio às juntas de freguesia para despesas de funcionamento das EB1	0103	0405010204	T				0103	01/2013	12/2013		7.800	7.800						7.800			
Totais do Programa 1.2:															0	2.275.848	2.275.848	0	2.632.500	2.500.000	2.628.000	0	10.036.348		
2	2.1			Serviços Individuais de Saúde																					
2	2.1	2013/31		Comparticipação na construção de novos centros de saúde	0103	08050102	T				0103	01/2013	12/2013		5.000	5.000						5.000			
Totais do Programa 2.1:															0	5.000	5.000	0	0	0	0	0	5.000		
2	3.2			Acção Social																					
2	3.2	2012/28		Igualdade na diferença																					
2	3.2	2012/28	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	05	010107	O		30	70		01/2012	12/2013		3.196	3.196						3.196			
2	3.2	2012/28	2	Encargos diretos com preparação projeto	05	020225	O		30	70		01/2012	12/2013		10.504	10.504						10.504			
2	3.2	2012/28	3	Encargos gerais do projeto	05	020214	O		30	70		01/2012	12/2013		2.627	2.627						2.627			
2	3.2	2012/28	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	05	020217	O		30	70		01/2012	12/2013		1.637	1.637						1.637			
2	3.2	2012/28	5	Rendas e alugueres	05	020208	O		30	70		01/2012	12/2013		3.003	3.003						3.003			
2	3.2	2012/28	6	Encargos com destinatários diretos	05	020225	O		30	70		01/2012	12/2013		1.877	1.877						1.877			
2	3.2	2013/32		Implementar lojas sociais																					

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		AC	AA					FC	2013			Anos seguintes												
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2014 (e)			2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)						
2				Funções Sociais																				
2	3.2			Ação Social																				
2	3.2	2013/32	1	Aquisição de Bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2016			5.738	5.738		5.000	7.500	5.000		23.238	
2	3.2	2013/32	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			5.000	5.000		5.000	7.500	5.000		22.500	
2	3.2	2013/33		Apoio à habitação de famílias carenciadas																				
2	3.2	2013/33	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2016			103.287	103.287		100.000	90.000	90.000		383.287	
2	3.2	2013/33	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			15.000	15.000		10.000	10.000	10.000		45.000	
2	3.2	2013/34		Festa do Idoso																				
2	3.2	2013/34	1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2016			15.000	15.000		15.000	15.000	15.000		60.000	
2	3.2	2013/34	2	Transporte	05	020210	O				05	01/2013	12/2013			68.000	68.000						68.000	
2	3.2	2013/35		Apoio a Instituições de Solidariedade Social																				
2	3.2	2013/35	1	Transferências de capital	0103	080701	T				0103	01/2013	12/2013			120.000	120.000						120.000	
2	3.2	2013/35	2	Transferências correntes	0103	04070104	T				0103	01/2013	12/2013			22.500	22.500						22.500	
2	3.2	2013/36		Cabaz de Natal - apoio a famílias carenciadas																				
2	3.2	2013/37		Realização de atividades culturais																				
2	3.2	2013/37	1	Comemoração do Dia Mundial da Criança	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
2	3.2	2013/37	2	Baile de Máscaras	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
2	3.2	2013/37	3	Festa da Família	05	020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
Totais do Programa 3.2:															0	389.369	389.369	0	145.000	140.000	135.000	0	809.369	
2	4.1			Habitação																				
2	4.1	2013/38		Recuperação de habitações sociais																				
Totais do Programa 4.1:															0	20.000	20.000	0	10.000	10.000	0	0	40.000	
2	4.2			Ordenamento do território																				
2	4.2	2013/39		Urbanismo																				
2	4.2	2013/39	1	PDM, PU e Planos de Pormenor	03	020220	O				03	01/2013	12/2013			33.830	33.830						33.830	
2	4.2	2013/39	2	Execução de cartografia de base e sua homologação	03	020220	O				03	01/2013	12/2013			16.760	16.760						16.760	
2	4.2	2013/39	3	Serviços especializados para revisão de PDM	03	020220	O				03	01/2013	12/2013			9.490	9.490						9.490	
2	4.2	2013/39	4	Aquisição de ortofotomapas de todo o concelho	03	020220	O				03	01/2013	12/2013			8.000	8.000						8.000	
2	4.2	2013/39	5	Elaboração do Plano de redução de ruído para o Concelho	03	020220	O				03	01/2013	12/2013			15.000	15.000						15.000	
2	4.2	2013/40		Urbanização																				
2	4.2	2013/40	3	Revitalização de centros urbanos - bens	04	020121	A				04	01/2013	12/2016			33.751	33.751		75.000	90.000	90.000		288.751	

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)												Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)				
		AC	AA				FC	Início	Fim														
2				Funções Sociais																			
2	4.2			Ordenamento do território																			
2	4.2	2013/41		Geral																			
2	4.2	2013/41	1	Estudos, projetos e consultadoria	03	020214		O		03	01/2013	12/2014			40.000	40.000		45.000				85.000	
Totais do Programa 4.2:														0	156.831	156.831	0	120.000	90.000	90.000	0	456.831	
2	4.3			Saneamento																			
2	4.3	2013/42		Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais																			
2	4.3	2013/42	2	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - Bens	04	020121		A		04	01/2013	12/2016			222.081	72.081	150.000	200.000	250.000	200.000		872.081	
2	4.3	2013/42	3	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - serviços	04	020225		A		04	01/2013	12/2013			1.000	1.000						1.000	
2	4.3	2013/58		Rede de saneamento																			
2	4.3	2013/58	2	Ramais domiciliários - bens	04	020121		A		04	01/2013	12/2016			22.500	22.500		25.000	25.000	25.000		97.500	
2	4.3	2013/61		Lamas de depuração de efluentes	04	020225		O		04	01/2013	12/2013			260.000	260.000						260.000	
2	4.3	2013/63		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214		O		04	01/2013	12/2016			25.464	25.464		20.000	20.000	15.000		80.464	
2	4.3	2013/85		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	04	020121		A		04	01/2013	12/2016			20.000	20.000		50.000	50.000	50.000		170.000	
Totais do Programa 4.3:														0	551.045	401.045	150.000	295.000	345.000	290.000	0	1.481.045	
2	4.4			Abastecimento de água																			
2	4.4	2013/67		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	04	020121		A		04	01/2013	12/2015			8.000	8.000		50.000	100.000			158.000	
2	4.4	2013/72		Reservatórios dos pequenos sistemas	04	020121		A		04	01/2013	12/2016			32.500	32.500		150.000	100.000	75.000		357.500	
2	4.4	2013/81		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	04	020225		O		04	01/2013	12/2015			40.000	40.000		150.000	70.000			260.000	
2	4.4	2013/86		Obras de abastecimento de água																			
2	4.4	2013/86	2	Abastecimento de água - bens	04	020121		A		04	01/2013	12/2016			150.000	150.000		100.000	100.000	75.000		425.000	
2	4.4	2013/86	3	Abastecimento de água - serviços	04	020225		A		04	01/2013	12/2016			13.522	13.522		10.000	10.000	10.000		43.522	
2	4.4	2013/88		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214		O		04	01/2013	12/2013			16.000	16.000						16.000	
2	4.4	2013/90		Prospecção de água do GESTAL	04	020214		O		04	01/2013	12/2015			5.000	5.000		120.000	75.000			200.000	
Totais do Programa 4.4:														0	265.022	265.022	0	580.000	455.000	160.000	0	1.460.022	
2	4.5			Resíduos sólidos																			
2	4.5	2013/91		Resíduos sólidos urbanos	04	020225		O		04	01/2013	12/2016			359.448	359.448		350.000	350.000	350.000		1.409.448	

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
																2013			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)													Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)				
		AC	AA					FC	Início	Fim														
2				Funções Sociais																				
2	4.5			Resíduos sólidos																				
2	4.5	2013/93		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU	04	020121	A			04	01/2013	12/2016			21.000	21.000		45.000	55.000	55.000		176.000		
Totais do Programa 4.5:															0	380.448	380.448	0	395.000	405.000	405.000	0	1.585.448	
2	4.6			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza																				
2	4.6	2013/94		Cemitérios																				
2	4.6	2013/94	2	Obras de ampliação e conservação - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2015			15.200	15.200		15.000	15.000			45.200		
2	4.6	2013/94	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	0103	08050102	T			0103	01/2013	12/2016			120.000	120.000		175.000	150.000	75.000		520.000		
2	4.6	2013/95		Requalificação ambiental - serviços	04	020220	O			04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500		
2	4.6	2013/97		Jardins e espaços verdes																				
2	4.6	2013/97	1	Serviços jardins	04	020225	O			04	01/2013	12/2016			17.480	17.480		15.000	15.000	20.000		67.480		
2	4.6	2013/97	2	Bens - jardins	04	020121	O			04	01/2013	12/2016			24.740	24.740		20.000	20.000	20.000		84.740		
2	4.6	2013/97	3	Ferramentas e utensílios - jardins	04	020117	O			04	01/2013	12/2016			7.000	7.000		10.000	10.000	20.000		47.000		
2	4.6	2013/98		Estudos, projetos e consultadoria	04	020214	O			04	01/2013	12/2013			2.500	2.500						2.500		
Totais do Programa 4.6:															0	189.420	189.420	0	235.000	210.000	135.000	0	769.420	
2	5.1			Cultura																				
2	5.1	2011/60		Regeneração do centro urbano de Vila Verde																				
2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	05	020220	O	20	80		01/2011	12/2013			123.490	123.490						123.490		
2	5.1	2011/61		Constituição e implementação da rede de Casas do Conhecimento																				
2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	05	020220	O	30	70		01/2011	12/2013			36.570	36.570						36.570		
2	5.1	2011/61	3	Comunicações	05	020210	O	30	70		01/2011	12/2013			4.000	4.000						4.000		
2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	05	020214	O	30	70		01/2011	12/2013			2.584	2.584						2.584		
2	5.1	2012/76		Centro de dinamização artesanal - Aliança artesanal																				
2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens	05	020121	O	20	80		01/2012	12/2013			1.315	1.000	315					1.315		
2	5.1	2012/76	3	Apoio a atividades - serviços	05	020225	O	20	80		01/2012	12/2013			1.989	1.500	489					1.989		
2	5.1	2012/76	4	Publicidade	05	020217	O	20	80		01/2012	12/2013			27.600	4.140	23.460					27.600		
2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas	05	020115	O	20	80		01/2012	12/2013			1.569	1.100	469					1.569		
2	5.1	2012/76	6	Locação de outros bens	05	020208	O	20	80		01/2012	12/2013			3.809	571	3.238					3.809		
2	5.1	2012/76	7	Deslocações e estadas	05	020213	O	20	80		01/2012	12/2013			5.713	857	4.856					5.713		
2	5.1	2012/76	8	Trabalhos especializados	05	020220	O	20	80		01/2012	12/2014			227.303	79.835	147.468	33.007				260.310		
2	5.1	2013/101		Biblioteca Prof. Machado Vilela																				

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
																2013			Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)					Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)		2016 (g)	Outros (h)													
		Ano / Nº	Ação					AC	AA	FC		Início	Fim													
2		Funções Sociais																								
2	5.1	Cultura																								
2	5.1	2013/101	2	Atividades da biblioteca						05	020121	O			05	01/2013	12/2016		22.894	22.894		25.000	25.000	15.000		87.894
2	5.1	2013/101	2/1	Aquisição de bens		05	020121	O			05	01/2013	12/2016			5.743	5.743		5.000	7.500	7.500					25.743
2	5.1	2013/101	2/2	Aquisição de serviços		05	020225	O			05	01/2013	12/2016													
2	5.1	2013/102		Recuperação do edifício da Biblioteca																						
2	5.1	2013/102	2	Aquisição de bens		04	020121	A			04	01/2013	12/2015			65.112	65.112		50.000	25.000						140.112
2	5.1	2013/102	3	Aquisição de serviços		04	020225	A			04	01/2013	12/2015			13.000	13.000		50.000	15.000						78.000
2	5.1	2013/103		Casa da Cultura																						
2	5.1	2013/103	2	Recuperação do edifício - bens		04	020121	A			04	01/2013	12/2015			22.500	22.500		75.000	100.000						197.500
2	5.1	2013/103	3	Recuperação do edifício - serviços		04	020225	A			04	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000							2.000
2	5.1	2013/108		Geminação																						
2	5.1	2013/108	1	Aquisição de bens		05	020121	O			05	01/2013	12/2014			3.060	3.060		3.000							6.060
2	5.1	2013/108	2	Transportes		05	020210	O			05	01/2013	12/2014			26.944	26.944		17.500							44.444
2	5.1	2013/108	3	Serviços		05	020225	O			05	01/2013	12/2014			10.778	10.778		10.000							20.778
2	5.1	2013/108	4	Ofertas		05	020115	O			05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000							2.000
2	5.1	2013/108	5	Gasóleo		05	02010202	O			05	01/2013	12/2014			500	500		500							1.000
2	5.1	2013/109		Festas concelhias																						
2	5.1	2013/109	1	Festa concelhia de Santo António																						
2	5.1	2013/109	1/1	Aquisição de serviços		05	020225	O			05	01/2013	12/2014			92.708	92.708		90.000							182.708
2	5.1	2013/109	1/2	Aquisição de bens		05	020121	O			05	01/2013	12/2014			2.854	2.854		3.000							5.854
2	5.1	2013/109	1/3	Aluguer		05	020208	O			05	01/2013	12/2014			12.632	12.632		13.000							25.632
2	5.1	2013/109	1/4	Promoção e divulgação		05	020217	O			05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000							2.000
2	5.1	2013/109	2	Namorar Portugal																						
2	5.1	2013/109	2/1	Aquisição de serviços		05	020225	O			05	01/2013	12/2014			80.000	80.000		80.000							160.000
2	5.1	2013/109	2/2	Aquisição de bens		05	020121	O			05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000							2.000
2	5.1	2013/109	2/3	Atribuição de prémios de concurso		05	020115	O			05	01/2013	12/2014			2.500	2.500		3.000							5.500
2	5.1	2013/109	2/4	Promoção e divulgação		05	020217	O			05	01/2013	12/2014			8.000	8.000		8.000							16.000
2	5.1	2013/109	3	"Fevereiro - mês do romance"																						
2	5.1	2013/109	3/1	Aquisição de serviços		05	020225	O			05	01/2013	12/2014			10.343	10.343		10.000							20.343
2	5.1	2013/109	3/2	Ações de dinamização		05	020121	O			05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.500							2.500
2	5.1	2013/109	3/3	Promoção e divulgação		05	020217	O			05	01/2013	12/2014			7.500	7.500		7.500							15.000
2	5.1	2013/109	4	Festa das Colheitas																						

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado  (a)	Despesas							Total previsto  (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação				Total	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)						
							(b)=(c)+(d)															
2 Funções Sociais																						
2 5.1		Cultura																				
2	5.1	2013/109	4/1	Espetáculos e atividades de animação	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			10.000	10.000		13.000			23.000	
2	5.1	2013/109	4/2	Atribuição de prémios de concurso	05 020115	O				05	01/2013	12/2014			6.000	6.000		6.000			12.000	
2	5.1	2013/109	4/3	Promoção e divulgação	05 020217	O				05	01/2013	12/2014			3.500	3.500		4.000			7.500	
2	5.1	2013/109	4/4	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			29.000	29.000		30.000			59.000	
2	5.1	2013/109	4/5	Aluguer	05 020208	O				05	01/2013	12/2014			45.000	45.000		45.000			90.000	
2	5.1	2013/109	4/6	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2014			2.000	2.000		2.500			4.500	
2	5.1	2013/109	5	Vila Verde - Vila Verde criativa																		
2	5.1	2013/109	5/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2014			500	500		500			1.000	
2	5.1	2013/109	5/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			4.000	4.000		4.000			8.000	
2	5.1	2013/109	5/3	Atribuição de prémios de concurso	05 020115	O				05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000			2.000	
2	5.1	2013/109	5/4	Aluguer	05 020208	O				05	01/2013	12/2014			500	500		1.000			1.500	
2	5.1	2013/109	5/5	Promoção e divulgação	05 020217	O				05	01/2013	12/2014			1.000	1.000		1.000			2.000	
2	5.1	2013/109	6	Feira mensal de artesanato																		
2	5.1	2013/109	6/1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2014			2.000	2.000		2.500			4.500	
2	5.1	2013/109	7	Feira de Natal																		
2	5.1	2013/109	7/1	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			1.500	1.500					1.500	
2	5.1	2013/109	8	Encontro de Reis																		
2	5.1	2013/109	8/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			2.000	2.000					2.000	
2	5.1	2013/109	8/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			6.500	6.500					6.500	
2	5.1	2013/109	8/3	Atribuição de prémios	05 020115	O				05	01/2013	12/2013			3.500	3.500					3.500	
2	5.1	2013/109	9	Instalação do centro interpretativo no Albergue de Peregrinos																		
2	5.1	2013/109	9/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000					5.000	
2	5.1	2013/109	9/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			7.500	7.500					7.500	
2	5.1	2013/109	10	Percurso pedestre dedicado a Sá de Miranda																		
2	5.1	2013/109	10/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			2.000	2.000					2.000	
2	5.1	2013/109	10/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			1.000	1.000					1.000	
2	5.1	2013/109	11	Espaço Museológico dedicado ao linho																		
2	5.1	2013/109	11/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000					5.000	
2	5.1	2013/109	11/2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013			10.000	10.000					10.000	
2	5.1	2013/109	12	Iniciativa "Sá de Miranda por Terras de Vila Verde"																		
2	5.1	2013/109	12/1	Aquisição de bens	05 020121	O				05	01/2013	12/2013			5.000	5.000					5.000	

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental		Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado  (a)	Despesas							Total previsto  (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
																2013			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação					Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
2		Funções Sociais																						
2	5.1	Cultura																						
2	5.1	2013/109	12/2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2013		10.000	10.000				10.000				
2	5.1	2013/109	12/3	Publicações municipais	05	020217	O				05	01/2013	12/2013		8.000	8.000				8.000				
2	5.1	2013/109	12/4	Aluguer	05	020208	O				05	01/2013	12/2013		1.000	1.000				1.000				
2	5.1	2013/109	13	Casa da Cultura																				
2	5.1	2013/109	13/1	Apoio a atividades da Casa da Cultura - bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2013		500	500				500				
2	5.1	2013/109	13/2	Apoio a atividades da Casa da Cultura - serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2013		1.000	1.000				1.000				
2	5.1	2013/109	13/3	Subsídio às associações culturais e recreativas	0103	04070101	T				0103	01/2013	12/2013		102.114	102.114				102.114				
2	5.1	2013/109	14	Aquisição de material honorífico																				
2	5.1	2013/109	14/1	Material honorífico	0103	020119	O				0103	01/2013	12/2013		500	500				500				
2	5.1	2013/109	14/2	Material honorífico para oferta	0103	020115	O				0103	01/2013	12/2013		1.000	1.000				1.000				
															Totais do Programa 5.1:	0	1.105.624	925.329	180.295	599.507	172.500	22.500	0	1.900.131
2	5.2	Desporto, recreio e lazer																						
2	5.2	2013/113		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas - bens	04	020121	A				04	01/2013	12/2016		22.110	22.110		10.000	10.000	7.500	49.610			
2	5.2	2013/114		Balneários do centro educativo de Atões																				
2	5.2	2013/114	2	Balneários - aquisição de bens	04	020121	A				04	01/2013	12/2013		21.206	21.206					21.206			
2	5.2	2013/116		Campeonato de canoagem 2013																				
2	5.2	2013/116	1	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2013		2.500	2.500					2.500			
2	5.2	2013/116	2	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2013		2.500	2.500					2.500			
2	5.2	2013/116	3	Prémios, ofertas	05	020115	O				05	01/2013	12/2013		5.000	5.000					5.000			
2	5.2	2013/117		Praias fluviais																				
2	5.2	2013/117	1	Aquisição de bens	05	020121	O				05	01/2013	12/2013		1.000	1.000					1.000			
2	5.2	2013/117	2	Aquisição de serviços	05	020225	O				05	01/2013	12/2013		5.731	5.731					5.731			
2	5.2	2013/118		Colónia de férias	0103	04070103	T				0103	01/2013	12/2013		5.000	5.000					5.000			
2	5.2	2013/119		Campo de férias da Páscoa e Verão	05	020225	O				05	01/2013	12/2013		3.500	3.500					3.500			
2	5.2	2013/124		Recuperação de margens ribeirinhas					</															

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	(b) Despesas (c) = (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g) + (h)								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2013			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
2				Funções Sociais																			
2 5.2				Desporto, recreio e lazer																			
2	5.2	2013/125	2	Aquisição de serviços	05 020225	O				05	01/2013	12/2013		2.500	2.500							2.500	
2	5.2	2013/125	3	Transportes	05 020210	O				05	01/2013	12/2013		3.000	3.000							3.000	
2	5.2	2013/126		Protocolos com freguesias	0103 08050102	T				0103	01/2013	12/2013		75.000	75.000							75.000	
2	5.2	2013/127		Protocolos com instituições	0103 080701	T				0103	01/2013	12/2013		47.698	47.698							47.698	
2	5.2	2013/128		Subsídios para atividades desportivas	0103 04070102	T				0103	01/2013	12/2013		190.000	190.000							190.000	
Totais do Programa 5.2:															0	427.745	427.745	0	10.000	10.000	7.500	0	455.245
Totais do Objetivo 2:															0	6.520.779	6.190.484	330.295	5.809.007	4.542.500	4.071.000	0	20.943.286
3				Funções Económicas																			
3 1.0				Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca																			
3	1.0	2013/130		Caminhos agrícolas																			
3	1.0	2013/130	1	Abertura e conservação - bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2016		32.500	7.500	25.000	30.000	15.000	15.000			92.500	
3	1.0	2013/130	2	Abertura e conservação - serviços	04 020225	A				04	01/2013	12/2016		42.500	12.500	30.000	25.000	25.000	15.000			107.500	
3	1.0	2013/131		Dinamização do tecido agro-florestal																			
3	1.0	2013/131	1	Projetos	04 020214	O				04	01/2013	12/2013		2.500	2.500							2.500	
3	1.0	2013/131	3	Aquisição de bens	04 020121	A				04	01/2013	12/2013		1.500	1.500							1.500	
3	1.0	2013/133		Subsídio a associações	0103 04070101	T				0103	01/2013	12/2013		3.000	3.000							3.000	
Totais do Programa 1.0:															0	82.000	27.000	55.000	55.000	40.000	30.000	0	207.000
3 2.0				Indústria e Energia																			
3	2.0	2013/136		Conservação de parques industriais	04 020121	A				04	01/2013	12/2016		12.500	12.500		20.000	30.000	45.000			107.500	
3	2.0	2013/139		Parque de inovação e conhecimento																			
3	2.0	2013/139	3	Projetos	03 020214	O				03	01/2013	12/2013		500	500							500	
3	2.0	2013/140		Iluminação pública																			
3	2.0	2013/140	3	Iluminação pública - bens	04 020121	O				04	01/2013	12/2013		1.500	1.500							1.500	
Totais do Programa 2.0:															0	14.500	14.500	0	20.000	30.000	45.000	0	109.500
3 3.1				Transportes rodoviários																			
3	3.1	2011/116		Comparticipação construção ponte Terras de Bouro	0103 08050101	T				0103	01/2011	12/2013		1.000	1.000							1.000	
3	3.1	2013/147		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	04 020121	A				04	01/2013	12/2013		1.000	1.000							1.000	
3	3.1	2013/154		Sinalização e segurança rodoviária																			

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / Nº	Ação				2013				Anos seguintes												
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)		2014 (e)	2015 (f)			2016 (g)	Outros (h)							
3 Funções Económicas																							
3	3.1			Transportes rodoviários																			
3	3.1	2013/154	2	Vestuário	03	020107	O			03	01/2013	12/2014			46.000	46.000		25.000				71.000	
3	3.1	2013/155		Vias de comunicação																			
3	3.1	2013/155	2	Modernização e construção de vias - bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2014			150.049	150.049		100.000				250.049	
3	3.1	2013/155	3	Modernização e construção de vias - serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2014			283.369	283.369		100.000				383.369	
3	3.1	2013/156		Transferências para juntas de freguesias																			
3	3.1	2013/156	1	Comparticipação de despesas correntes	0103	0405010204	T			0103	01/2013	12/2013			42.500	42.500						42.500	
3	3.1	2013/156	2	Comparticipação de despesas de capital	0103	08050102	T			0103	01/2013	12/2013			137.500	137.500						137.500	
3	3.1	2013/157		Estudos, projetos e consultadoria	03	020214	O			03	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000	
Totais do Programa 3.1:														0	663.418	663.418	0	225.000	0	0	0	0	888.418
3 4.1 Mercados e feiras																							
3	4.1	2013/158		Conservação do espaço da feira																			
3	4.1	2013/158	1	Aquisição de bens	04	020121	A			04	01/2013	12/2014			7.500	7.500		10.000				17.500	
3	4.1	2013/158	2	Aquisição de serviços	04	020225	A			04	01/2013	12/2013			12.000	12.000						12.000	
3	4.1	2013/160		Subsídio para dinamização de feiras	0103	04070106	T			0103	01/2013	12/2014			500	500		40.000				40.500	
Totais do Programa 4.1:														0	20.000	20.000	0	50.000	0	0	0	0	70.000
3 4.2 Turismo																							
3	4.2	2011/145		Loja de turismo																			
3	4.2	2011/145	1	Publicidade	05	020217	O		35	65	01/2011	12/2013			5.950	5.950						5.950	
3	4.2	2011/145	2	Locação de bens	05	020208	O		35	65	01/2011	12/2013			5.500	5.500						5.500	
3	4.2	2011/145	3	Trabalhos especializados	05	020220	O		35	65	01/2011	12/2013			36.350	36.350						36.350	
3	4.2	2011/145	4	Outros serviços	05	020225	O		35	65	01/2011	12/2013			5.000	5.000						5.000	
3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens	05	020121	O				01/2011	12/2013			500	500						500	
3	4.2	2013/161		Programa municipal do Turismo																			
3	4.2	2013/161	1	Aquisição de bens	05	020121	O			05	01/2013	12/2013			7.000	7.000						7.000	
3	4.2	2013/161	2	Aquisição de serviços	05	020225	O			05	01/2013	12/2013			2.000	2.000						2.000	
3	4.2	2013/161	3	Aluguer	05	020208	O																

## Atividades mais Relevantes do ano 2013

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2013			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)	Outros (h)		
4		Outras Funções																					
4	2.0	Transferências entre administrações																					
4	2.0	2013/163		Transferências para juntas de freguesia	0103 08050102	T				0103	01/2013	12/2013			260.000	260.000						260.000	
4	2.0	2013/164		Proviver, E.M. de Vila Verde																			
4	2.0	2013/164	1	Contratos-programa - transferências correntes	0103 05010101	T				0103	01/2013	12/2013			1.053.470	1.053.470						1.053.470	
4	2.0	2013/164	2	Contratos-programa - transferências de capital	0103 08010101	T				0103	01/2013	12/2013			500	500						500	
Totais do Programa 2.0:														0	1.313.970	1.313.970	0	0	0	0	0	0	1.313.970
Totais do Objetivo 4:														0	1.313.970	1.313.970	0	0	0	0	0	0	1.313.970
Total Geral:														0	9.325.928	8.910.633	415.295	6.651.607	5.094.300	4.730.000	0	25.801.835	

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

# Resumo Orçamental



**Município de Vila Verde**

**RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2013**

<b>Receitas</b>	<b>Montante (€)</b>		<b>Despesas</b>	<b>Montante (€)</b>	
Correntes .....	20.718.632		Correntes .....	20.608.205	
Capital .....	24.634.385		Capital .....	24.744.812	
Total:		45.353.017	Total:		45.353.017
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		45.353.017	Total Geral:		45.353.017

**ORGÃO EXECUTIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

**ORGÃO DELIBERATIVO**

Em ..... de ..... de .....

.....

# Normas Regulamentares para Execução do Orçamento



## **NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2013**

### **CAPÍTULO I**

#### **ARTIGO 1º DEFINIÇÃO E OBJECTO**

1. As presentes normas estabelecem regras e procedimentos aplicáveis à execução do orçamento do município, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.
2. É objecto deste documento a criação de condições para a integração da atividade financeira desenvolvida pelos serviços municipais, numa contabilidade pública moderna conjugando a contabilidade orçamental com a contabilidade patrimonial.
3. A contabilidade da autarquia executar-se-á nos termos contidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e demais legislação aplicável.

#### **ARTIGO 2º EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios de utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
3. Deverá ser assegurado e implementado durante o ano de 2013 o sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objectivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

4. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afectos às respectivas áreas de actividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesas e de gestão orçamental definidas pelo executivo municipal.

#### **ARTIGO 3º REGISTO CONTABILÍSTICO**

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta arrecadação da receita e pela realização da despesa, bem como pela entrega atempada, junto dos respectivos serviços, dos correspondentes documentos justificativos.
2. O registo da Receita, da Despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios, pelos serviços competentes.
3. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do Regulamento do Controlo Interno, aprovado nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

#### **ARTIGO 4º GESTÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA AUTARQUIA.**

- 1.- A Gestão do Património Municipal executar – se - á nos termos do Regulamento do Cadastro e Inventário dos bens da autarquia.
- 2.- O Município goza do direito de preferência na aquisição de bens imóveis, situados na área territorial concelhia, pertencentes ao Estado ou organismos públicos, nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2013.

#### **ARTIGO 5º DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS**

1. Durante o ano de 2013, a Câmara Municipal, no âmbito da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e nos termos do artigo 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, fica autorizada a proceder à transferência de atribuições e competências para as Freguesias, nos seguintes domínios:

- a) Educação:  
Gestão de Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo;  
Conservação e reparação de edifícios dos Jardins de Infância e pequenas obras de reparação nas Escolas do 1º Ciclo;
- b) Desporto e Tempos Livres:  
Fomento do desporto nas escolas do ensino básico – 1º ciclo e gestão e manutenção dos parques infantis;
- c) Ambiente, Arruamentos e Trânsito:  
Gestão e manutenção de jardins e espaços ajardinados;
- d) Higiene Pública e Serviços de Actividades Económicas;
- e) Gestão e conservação dos lavadouros e de mercados da freguesia.

2. A Câmara Municipal fica autorizada a estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia, para a realização de obras ou de outras actividades, nos termos da lei.

## **CAPÍTULO II**

### **ARTIGO 6º RECURSOS HUMANOS**

- 1.- Os encargos de pessoal, que deverão ser aprovados pela Assembleia Municipal, integram a proposta do orçamento para o ano económico de 2013.
- 2.- Os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o Município carece para o desenvolvimento das respetivas actividades, tendo em conta o disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, diploma que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.
- 3.- Os mapas de pessoal detêm características dinâmicas, podendo ser mantidos ou alterados, consoante as necessidades dos órgãos executivos, dentro dos parâmetros definidos pela Lei nº 12-A de 27 de fevereiro; pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei do Orçamento de Estado para 2013, evitando

eventuais aumentos de despesa.

### **ARTIGO 7º CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS**

- 1.- Face aos mapas de pessoal, se se encontrarem trabalhadores em número insuficiente, o Município pode promover o recrutamento dos necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.
- 2.- O recrutamento referido no número anterior, para ocupação dos postos necessários à execução das actividades, opera-se com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.
- 3.- Poderá recorrer-se à constituição de relações públicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, quando o recrutamento se destina à satisfação de necessidades de natureza temporária ou transitória.
- 4.- A abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público encontra-se sujeita à observância do disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2013.

### **ARTIGO 8º CARREIRAS**

- 1.- Os trabalhadores contratados por tempo indeterminado exercem as suas funções integrados em carreiras.
- 2.- As carreiras são unicategoriais ou pluricategoriais, correspondendo a cada uma um conteúdo funcional.
- 3.- Os trabalhadores têm direito à percepção da remuneração base, respetivos suplementos e, quando a lei o não suspender ou permitir, à atribuição de prémios de desempenho, a processar de acordo com o disposto nos artigos 74º a 76º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

### **ARTIGO 9º PUBLICIDADE**

- 1.- Os mapas de pessoal aprovados e/ou alterados são tornados públicos por afixação em locais apropriados dos serviços e inseridos na página eletrónica do Município.

- 2.- A publicitação das modalidades de vinculação são as determinadas nos artigos 37º e 38º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

#### **ARTIGO 10º DESPESAS**

- 1.- As despesas com pessoal deverão respeitar o estatuído no artigo 19º do presente diploma, bem como os normativos aplicáveis da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, da Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro, e ainda as normas do Orçamento de Estado para 2013.
- 2.- As despesas a que se reporta o número anterior inserem-se na categoria de despesas correntes, devendo ser pagas pelas correspondentes rubricas orçamentais.

#### **ARTIGO 11º EMPRESAS MUNICIPAIS**

- 1.- Na execução do Orçamento da Autarquia para o ano 2013 o executivo, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2011 e da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, analisará as estruturas do SEL – Sector Empresarial Local, mediante critérios decorrentes do setor de atividade, das utilidades geradas em sede de serviço público, da sustentabilidade financeira, da composição orçamental e da estrutura de receitas próprias e proporá a continuação ou reestruturação das entidades do setor empresarial local.
- 2.- A manutenção em atividade da empresa municipal permitirá a celebração de contratos de variada índole, a outorgar com as entidades necessárias à prossecução dos respectivos objetivos.
- 3.- A Câmara Municipal fica autorizada a diligenciar pela adesão a formas de associativismo municipal, quer se trate de associações de fins múltiplos ou de fins específicos, dentro do quadro normativo resultante da Lei nº 45/2008, de 27 de agosto.

#### **ARTIGO 12º OUTRAS ENTIDADES**

1. A subscrição, por parte do Município, de candidaturas aos fundos comunitários cuja execução física fique a cargo de terceiras entidades, deverá ser precedida de elaboração do respectivo Contrato-Programa.

2. A transferência de verba para terceiros, correspondentes à contrapartida nacional a cargo do Município, nas candidaturas referidas no ponto 1, somente poderá ser disponibilizada após a homologação das respectivas participações externas.

#### **ARTIGO 13º CANDIDATURAS A FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTRAS PARTICIPAÇÕES**

Os serviços serão responsáveis pela apresentação atempada de todas as candidaturas e programas de apoio ao desenvolvimento de atividades relevantes, nomeadamente as que se reportam a Fundos Comunitários.

#### **ARTIGO 14º MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO E AO PPI**

1. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só pode ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.
2. As importâncias provenientes de empréstimos só poderão ser consideradas no Orçamento, com a sua efetiva contratação.
3. O executivo é autorizado a contrair e a inscrever no respectivo Orçamento, empréstimos até aos limites consignados na lei.

#### **CAPÍTULO III RECEITA ORÇAMENTAL**

#### **ARTIGO 15º PRINCÍPIOS GERAIS PARA A ARRECADAÇÃO DE RECEITAS**

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A arrecadação de receitas será efectuada com~ base no regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais e respetiva tabela de taxas e licenças, que integra o anexo I do citado regulamento e demais instrumentos em vigor.

**ARTIGO 16º****ENTREGA DE RECEITAS COBRADAS**

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações, mediante guias de receita a imitar pelo serviço a que as mesmas digam respeito, pelo responsável pelo serviço que as cobrar.
2. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança), a receita poderá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local da cobrança, sendo o número da conta indicado pela Tesouraria.
3. No caso do referido no número anterior, deverão os serviços municipais remeter de imediato à Tesouraria, a guia resumo referente às cobranças acompanhada de cada uma das guias de receita que lhe deu origem e os talões comprovativos do depósito bancário correspondente.
4. Poderá a receita ser liquidada e arrecadada, nas diversas unidades orgânicas, sempre que daí resulte vantagem para o utente, bem como eficácia e celeridade para os serviços.
5. As receitas cobradas nos termos do número anterior deverão, depois de conferidas, ser entregues na tesouraria municipal, no próprio dia do recebimento.
6. A entrega da receita na tesouraria deverá ser acompanhada pelo guia resumo referente às cobranças e das guias de receita que lhe deram origem.

**ARTIGO 17º****ENTREGA DE VALORES TITULADOS**

1. As importâncias a depositar no cofre municipal, a título de caução ou garantia de qualquer responsabilidade ou obrigação, deverão ser entregues com observância do disposto no presente regulamento.
2. Os serviços por onde correr o expediente relativo a prestação de garantias de execução de infra-estruturas ou quaisquer outras obras, deverão remeter esse expediente ou dar notícia do mesmo, de imediato, à Divisão de Administração e Finanças, para proceder ao competente registo.

3. Na Divisão de Administração e Finanças, serão criadas contas-correntes, a fim de poder ser exercida a necessária fiscalização do movimento dos respectivos depósitos e sua restituição, quando para tal estiverem cumpridas e documentadas as correspondentes situações.
4. As garantias referidas no ponto 2 anterior ficarão à guarda da Tesouraria.

**ARTIGO 18º****DOCUMENTOS DE RECEITA**

1. É da exclusiva competência da Divisão de Administração e Finanças a gestão e controlo de todos os documentos necessários ao registo e cobrança das receitas municipais.
2. A concessão ou criação de documentos de receita a utilizar pelos serviços, deverá ser objeto de parecer prévio da Divisão de Administração e Finanças.
3. A emissão dos documentos de suporte ao registo da receita são da responsabilidade da Divisão de Administração e Finanças, que efectuará a respectiva distribuição pelos diferentes serviços.
4. Em cada serviço municipal deverá existir, quando necessário, uma conta corrente com todo o movimento de receita contabilizado nesse serviço, sendo o lançamento informático elaborado posteriormente pela Divisão de Administração e Finanças.

**CAPÍTULO IV****DESPESA ORÇAMENTAL****ARTIGO 19º****PRINCÍPIOS GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS**

1. Na execução do orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, nomeadamente:
  - 1.1 As despesas só podem ser cativadas assumidas, autorizadas e pagas, se para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e no PPI, no caso dos investimentos, com dotação igual ou superior ao cabimento e compromisso, respetivamente;
  - 1.2 As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.

- 1.3 As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte, nas seguintes condições:
  - a) O credor pode requerer o pagamento dos encargos, no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de dezembro, do ano a que respeita o crédito.
  - b) Os serviços, no prazo improrrogável definido na alínea anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.
2. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com competência própria ou delegada para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada pela Divisão de Administração e Finanças, que também apreciará a adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.
3. Em caso de reconhecida necessidade, poderá ser autorizada pelo órgão executivo ou pelo Presidente da Câmara, a constituição de fundos de maneo por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
4. Cada um dos fundos referidos no ponto anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.
5. Sem prejuízo do consignado nos números e alíneas anteriores, as matérias relativas à cabimentação e assunção de compromissos deverão observar a imperatividade das normas do Orçamento Geral do Estado para 2013, e respectiva portaria de regulamentação.
2. A alienação de bens móveis que se tornam dispensáveis é da competência do órgão executivo, nos termos do disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, devendo recorrer-se à hasta pública, quando aplicável, para a alienação de bens imóveis, em conformidade com o prescrito no Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto.
3. A atribuição de subsídios e/ou transferências de verbas para outras entidades, sem contrapartida em serviços prestados, carecem sempre de autorização da Câmara Municipal.
4. Igualmente, os encargos a assumir para anos financeiros seguintes, independentemente do seu valor, carecem sempre de autorização do Órgão Executivo, exceto quando se verifique alguma das seguintes situações:
  - 4.1 A despesa não exceda o limite de 99.759,57 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não ultrapasse três anos;
  - 4.2 A despesa resulte de adjudicação, efetuada nos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, de qualquer aquisição de serviços ou bens, ou de celebração de contratos de arrendamento a efetuar no começo do ano económico imediato e cuja finalidade corresponde à satisfação de necessidades certas e absolutamente indispensáveis;
  - 4.3 A despesa resulte da impossibilidade de satisfação de encargos cabimentados e comprometidos em anos anteriores, ou em curso;
  - 4.4 Qualquer encargo resultante da aplicação do disposto nas alíneas anteriores, só poderá ser assumido desde que previamente registado o compromisso da importância correspondente à despesa a realizar no ano em curso.

## **ARTIGO 20º**

### **AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS**

1. As competências para autorizar despesas no âmbito da contratação pública – empreitadas de obras públicas, concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços – constam dos artigos 16º a 22º e 29º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho.
- a) A delegação e subdelegação pelo presidente nos vereadores e dirigentes municipais será restrita à autorização de despesas em contratos de empreitada e de aquisição de bens e serviços, no âmbito de atos de administração ordinária, nos termos do nº 2 do art.º 35º do Código do Procedimento Administrativo.

5. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, subsídio familiar a crianças e jovens, gratificações, pensões de aposentação e outras, encargos de empréstimos, rendas, contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, luz, energia elétrica, telefones, prémios de seguros, taxas de conservação de saneamento, prémios de transferência e quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por operação de tesouraria.

#### **ARTIGO 21.º** **PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA**

1. Os procedimentos para a formação de contratos, devem adoptar, por escolha e dentro dos limites impostos por lei, as modalidades de ajuste direto, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação e diálogo concorrencial, procedimentos estes previstos no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos.
2. Os limiares comunitários fixados no âmbito da contratação pública, a que se reporta o artigo 2º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, aplicáveis para o corrente ano, constam do Regulamento (CE) nº 1177/2009 da Comissão Europeia, que alterou as Directivas nºs 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE.
3. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontram afetadas por qualquer dos impedimentos referidos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
4. A divisão em lotes de prestações do mesmo tipo, suscetíveis de constituírem objeto de um único contrato, em contratos separados, é regulada pelo artigo 22º do citado Código.
5. Os processos de formalização e respetivos contratos, bem como os procedimentos a adotar para a realização das respetivas despesas com empreitadas de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação ou aquisição de bens móveis, aquisição de serviços e sociedade, regem-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
6. As normas previstas no Código dos Contratos Públicos relativas à formação de contratos de

empreitada de obras públicas, são também aplicáveis no caso de formação de empreitada celebradas por entidades não referidas no artigo 2º ou no nº 1 do artigo 7º, desde que:

- a) Sejam financiados diretamente em mais de 50% por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º, e;
  - b) O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do artigo 19º do C.C.P.
7. As normas previstas no Código dos Contratos Públicos relativas à formação de contratos de aquisição de serviços, são também aplicáveis no caso de formação de contratos de aquisição de serviços celebrados por entidades não referidas no artigo 2º ou no nº 1 do artigo 7º, desde que:
- a) Sejam financiados directamente em mais de 50% por qualquer das entidades adjudicantes referidas no artigo 2º;
  - b) O respetivo preço contratual seja igual ou superior ao valor referido na alínea b) do nº 1 do artigo 20º do C.C.P., e;
  - c) Sejam complementares, dependentes ou se encontrem, por qualquer forma, relacionados com o objeto de um contrato de empreitada a cuja formação é aplicável o C.C.P., nos termos do número anterior.
8. As reposições de vencimentos e abonos indevidamente pagos, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:
- a) Os reembolsos e reposições de dinheiros do Município, só podem efetuar-se por meio de guia de receita ou reposição abatida no pagamento.
  - b) Os reembolsos e reposições, devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
  - c) Em casos especiais, devidamente informados pela Divisão de Administração e Finanças, poderá o Presidente autorizar a reposição em prestações mensais, cujo número será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
  - d) Não serão permitidas as reposições ou reembolsos em prestações, quando se trate de importâncias indevidamente abonadas há mais de um ano, ou quando tenham sido recebidas em duplicado.
9. Cada serviço que tenha a seu cargo a execução de obras, deverá ter uma conta corrente da obra, de forma a que, em qualquer momento se possa conhecer o seu custo.

10. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta no âmbito daquela, que ultrapassem os 250 euros mensais, despendidos de uma só vez, ou fracionadamente, carecem de autorização do Presidente da Câmara. As de valor inferior, carecem de autorização do respetivo Vereador do pelouro.

11. Todos os processos de operações de tesouraria serão organizados pela Divisão de Administração e Finanças.

## **ARTIGO 22º CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

1. A celebração de contrato escrito é obrigatória, salvo nas seguintes situações:

- a) Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços, cujo preço contratual não exceda € 10.000,00;
- b) Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;
- c) Quando se trate de locar ou adquirir bens móveis ou serviços nos termos constantes das alíneas i), ii) e iii) do nº 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15.000,00.

2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada, mediante decisão, quando:

- a) A segurança pública interna ou externa o justifique;
- b) Seja adoptado um concurso público urgente, ou;
- c) Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução do contrato.

3. A competência para a dispensa de contrato escrito impende sobre o órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada.

4. Os contratos administrativos, no âmbito dos diplomas supra referidos, deverão ser

formalizados e celebrados na Divisão de Administração e Finanças, cabendo ao Presidente da Câmara nos termos da Lei, nomear o oficial público encarregue da respetiva exaração.

5. Os contratos a celebrar no âmbito da contratação pública, deverão ser precedidos da elaboração da competente minuta, que deverá ser notificada ao co-contratante.

6. Todos os contratos exarados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser numerados, registados e arquivados em livro próprio.

7.- A celebração de contratos de prestação de serviços, nas modalidades de contrato de tarefa e de avença, incluindo a respetiva renovação, encontra-se sujeita à observância do disposto nos artigos 26º, 46º e 65º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 e futuro Orçamento de Estado para 2013

- a) Para o efeito, deverão os serviços exarar informação, onde conste, de forma fundamentada, a necessidade de contratação ou renovação, com reporte para as respetivas normas permissivas, sobre a qual recairá despacho autorizador, para imediata remessa à Divisão de Administração e Finanças.
- b) Após a verificação de todos os requisitos legais permissivos da contratação, nomeadamente a nota de cabimentação e findo o procedimento concursal, deverá ser exarada a competente minuta contratual e o respetivo contrato definitivo.

8. Em todos os contratos deverá constar a cláusula que obrigue à emissão das respetivas facturas em nome da Câmara Municipal de Vila Verde, ao cuidado da Divisão de Administração e Finanças, com indicação do serviço responsável pela correspondente contratação e referência aos documentos que lhe deram origem.

9. De todos os contratos celebrados, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, deverão ser extraídas fotocópias e remetidas à Divisão de Administração e Finanças para inserção no correspondente processo.

10. Os contratos de prestação de serviços, nas modalidades de avença e tarefa, deverão ser registados, numerados e arquivados, também, na Divisão de Administração e Finanças.

## **ARTIGO 23º**

### **FISCALIZAÇÃO PRÉVIA**

1. Devem ser remetidos ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, os documentos que representem, titulem ou dêem execução aos atos e contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto com a abrangência da nova redação introduzida pela lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.
2. São dispensados de fiscalização prévia, os contratos cujo valor contratual não exceda o montante de 350.000 euros estipulado no artigo 184º da Lei do Orçamento do Estado para 2012, por força do disposto no artigo 48º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
3. Nenhum ato, contrato ou instrumento poderá começar a produzir efeitos financeiros, em data anterior à do Visto do Tribunal de Contas, exceto se verificado o circunstancialismo constante do artigo 45º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
4. Visado um contrato de obra pública e havendo necessidade de trabalhos a mais, deverá ser formalizado o respetivo documento nos termos do artigo 375º do Código dos Contratos Públicos e remetido ao Tribunal de Contas, no prazo de quinze dias, a contar do início da sua execução, nos termos consignados no nº 2 do artigo 47º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na redação que lhe foi introduzida pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto.
5. Decorrido o prazo de 30 dias da remessa ao Tribunal de Contas dos processos para visto prévio, ficarão os mesmos tacitamente visados se não tiverem sido devolvidos nesse período de tempo, podendo iniciar-se a execução dos atos e contratos se, decorridos 5 dias úteis sobre o termo daquele prazo, não tiverem recebido qualquer comunicação.
6. Os processos submetidos à apreciação do Tribunal de Contas obedecerão às instruções a que se refere a Lei nº 98/97 de 26 de agosto e às Resoluções nº7/98/MAI. 19/1ª S/PL, de 26 de junho, e 14/2011, de 16 de agosto.
2. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, a remeter à DAF, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações, e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outras descontados nas mesmas folhas.
3. O valor anual dos contratos de prestação de serviços, efectuados ao abrigo do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, será equivalente ao das categorias de admissão para os quais os prestadores de serviços tenham as necessárias qualificações.
  - 3.1 Poderá ser estabelecida uma remuneração de categoria imediatamente superior, quando haja experiência profissional com suficiente relevância.
  - 3.2 Só serão praticados valores superiores aos mencionados no ponto anterior, para categorias profissionais de difícil recrutamento, ou em situações excecionais em que a natureza das tarefas a desempenhar aconselhe o recurso a maior experiência profissional.
4. As despesas decorrentes de deslocações, em serviço no País, carecem de autorização prévia, dos responsáveis máximos de cada setor. A utilização de viatura própria e o transporte aéreo, carece sempre de autorização prévia do Presidente da Câmara.
5. As deslocações ao estrangeiro, seja qual for o montante das despesas decorrentes e/ou a sua duração, carecem de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara.
6. Os trabalhadores abonados de ajudas de custo e de verbas para deslocação no país ou no estrangeiro ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 10 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.
7. Se dentro do prazo referido no número anterior, os documentos em apreço não tiverem sido entregues, deverá esta emitir guias de receita para reposição dos abonos concedidos.

## **ARTIGO 24º**

### **RESPONSABILIDADES NA REALIZAÇÃO DA DESPESA**

1. As despesas relativas a abonos do pessoal serão processadas através da DAF, de acordo com as normas e instruções em vigor.
8. A adjudicação, em contratação pública, deverá ser precedida de análise das propostas, nos seus atributos, representados pelos factores e subfactores que justificam aquela mesma adjudicação, conduzida por um júri nomeado pelo órgão com competência para a decisão de contratar.

9. A comunicação da adjudicação deverá ser feita pela Divisão de Administração e Finanças até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, conforme decorre do artigo 76º do Código dos Contratos Públicos.
10. Os dirigentes ou equiparados que assumam compromissos ou emitam notas de encomenda ou documentos análogos que não exibam o número de cabimento incorrem em responsabilidade disciplinar, financeira, civil e criminal, nos termos do da Lei do Orçamento de Estado.

#### **ARTIGO 25º**

#### **CONFERÊNCIA, VERIFICAÇÃO E REGISTO DE DESPESA**

1. A conferência, verificação e registo inerentes à realização de despesas efectuadas pelos serviços municipais, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis de um modo geral ( Lei nº 98/97, de 26 de agosto; Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e demais dispositivos legais e regulamentares ), bem como Instruções e Resoluções do Tribunal de Contas.
2. A conferência, verificação e registo referidos no número anterior serão efectuados, consoante a especificidade e a fase da realização da despesa, pela DAF e abrangerá o seguinte: registo das operações de cabimento, compromisso, tratamento de faturas e liquidação de despesas.
3. A Divisão dos Recursos Humanos assegura o processamento das folhas de despesas com pessoal, devendo os respetivos processos dar entrada na Divisão de Administração e Finanças, até ao dia 23 de cada mês.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **ARTIGO 26º**

#### **CONSULTA DE PROCESSOS**

A Divisão de Administração e Finanças poderá consultar nos Departamentos e Divisões, ou requisitar, para exame e verificação, toda a documentação relacionada com a arrecadação da receita e a realização da despesa, devolvendo-a depois de consultada.

#### **ARTIGO 27º**

#### **DÚVIDAS SOBRE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação destas normas , serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.

Vila Verde, Dezembro de 2012

## Anexos



# Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano

AnexoI



**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
0103	020115	Prémios, condecorações e ofertas					
		2	5.1	2013/109	14	Material honorífico para oferta	1.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					1.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					50.000,00
0103	020119	Artigos honoríficos e de decoração					
		2	5.1	2013/109	14	Material honorífico	500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					500,00
		Total da Classificação Orçamental:					700,00
0103	020121	Outros bens					
		1	1.1	2013/1	13	Aquisição de bens	139.300,00
		Total dos Projetos de GOP's:					139.300,00
		Total da Classificação Orçamental:					260.292,00
0103	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		1	1.1	2013/3		Estudos, projetos e consultadoria	60.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					60.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					61.000,00
0103	020216	Seminários, exposições e similares					
		1	1.1	2013/7		Divulgação de suporte a jornadas	5.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					5.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					5.000,00
0103	020220	Outros trabalhos especializados					
		1	1.1	2013/6		Auditoria, inquéritos e outros serviços necessários ao sistema de gestão da qualidade	6.000,00
		1	1.1	2013/99	3	Serviços	1.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					7.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					283.000,00
0103	0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar					
		2	1.1	2013/17	6	Funcionamento de jardins de infância	196.516,00
		2	1.2	2013/26	1	Pré-escolar	190.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					386.516,00
		Total da Classificação Orçamental:					386.516,00
0103	0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo					

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		2	1.2	2013/26	4	Ensino básico - juntas de freguesia	185.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	185.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	185.000,00
0103	0405010204	Outros					
		2	1.2	2013/30		Apoio às juntas de freguesia para despesas de funcionamento das EB1	7.800,00
		3	3.1	2013/156	1	Comparticipação de despesas correntes	42.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	50.300,00
						Total da Classificação Orçamental:	54.800,00
0103	04070101	Associações - Actividades gerais					
		2	5.1	2013/109	13	Subsídio às associações culturais e recreativas	102.114,00
		3	1.0	2013/133		Subsidio a associações	3.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	105.114,00
						Total da Classificação Orçamental:	105.114,00
0103	04070102	Associações - Desporto					
		2	5.2	2013/128		Subsídios para atividades desportivas	190.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	190.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	190.000,00
0103	04070103	Colónias balneares					
		2	5.2	2013/118		Colónia de férias	5.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	5.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	5.000,00
0103	04070104	Instituições					
		1	2.1	2013/10		Instituições humanitárias	43.000,00
		1	2.1	2013/11	2	Sapadores florestais	55.000,00
		2	1.1	2013/23	2	Apoio a atividades gerais de instituições	8.000,00
		2	1.2	2013/25	5	PIEF - programa integrado de educação e formação	10.000,00
		2	1.2	2013/26	5	Ensino básico - Instituições	53.000,00
		2	3.2	2013/35	2	Transferências correntes	22.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	191.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	191.500,00
0103	04070105	Agrupamentos de Escolas					

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		2	1.1	2013/23	3	Funcionamento dos agrupamentos	50.165,00
		2	1.2	2013/26	3	Ensino básico - agrupamento de escolas	82.783,00
Total dos Projetos de GOP's:							132.948,00
Total da Classificação Orçamental:							132.948,00
0103	04070106	Outros					
		3	4.1	2013/160		Subsídio para dinamização de feiras	500,00
Total dos Projetos de GOP's:							500,00
Total da Classificação Orçamental:							5.300,00
0103	040802	Outras					
		2	1.2	2013/27		Concessão de bolsas de estudo	48.000,00
		2	1.2	2013/28		Apoio a estratos sociais desfavorecidos	73.749,00
Total dos Projetos de GOP's:							121.749,00
Total da Classificação Orçamental:							121.749,00
0103	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais					
		4	2.0	2013/164	1	Contratos-programa - transferências correntes	1.053.470,00
Total dos Projetos de GOP's:							1.053.470,00
Total da Classificação Orçamental:							1.053.470,00
0103	05010102	Outras					
		2	1.1	2013/23	5	Transferências correntes	5.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							5.000,00
Total da Classificação Orçamental:							5.000,00
0103	070101	Terrenos					
		1	1.1	2013/2		Aquisição de terrenos	10.000,00
		2	1.1	2013/23	1	Aquisição de Terrenos	1.000,00
		2	4.3	2013/62		Aquisição de terrenos	7.000,00
		2	4.4	2013/89		Aquisição de terrenos	8.000,00
		2	4.6	2013/94	4	Aquisição de terrenos	2.000,00
		2	5.2	2013/129		Aquisição de terrenos	1.000,00
		3	2.0	2013/139	2	Aquisição de terrenos	500,00
		3	2.0	2013/142		Aquisição de terrenos para criação de zonas industriais	1.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							30.500,00
Total da Classificação Orçamental:							30.500,00

## Município de Vila Verde

## Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
0103	07010601	Recolha de resíduos					
		1	1.1	2013/1	2	Equipamento de transporte - recolha de resíduos	50.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	50.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	50.000,00
0103	07010602	Outro					
		1	1.1	2013/1	1	Equipamento de transporte - outro	159.860,00
						Total dos Projetos de GOP's:	159.860,00
						Total da Classificação Orçamental:	159.860,00
0103	070107	Equipamento de informática					
		1	1.1	2011/5	1	Hardware	100,00
		1	1.1	2011/6	1	Hardware	100,00
		1	1.1	2013/1	10	Hardware	9.100,00
						Total dos Projetos de GOP's:	9.300,00
						Total da Classificação Orçamental:	9.300,00
0103	070108	Software informático					
		1	1.1	2011/5	2	Software infra-estrutural	19.000,00
		1	1.1	2011/5	3	Software	38.600,00
		1	1.1	2011/6	2	Software	44.590,00
		1	1.1	2013/1	9	Software informático	27.230,00
		1	1.1	2013/99	2	Software	20.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	149.420,00
						Total da Classificação Orçamental:	149.420,00
0103	070109	Equipamento administrativo					
		1	1.1	2013/1	4	Equipamento administrativo	20.750,00
						Total dos Projetos de GOP's:	20.750,00
						Total da Classificação Orçamental:	20.750,00
0103	07011002	Outro					
		1	1.1	2013/1	3	Equipamento básico	83.213,00
						Total dos Projetos de GOP's:	83.213,00
						Total da Classificação Orçamental:	83.213,00
0103	070111	Ferramentas e utensílios					

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		1	1.1	2013/1	5	Ferramentas e utensílios	8.905,00
						Total dos Projetos de GOP's:	8.905,00
						Total da Classificação Orçamental:	8.905,00
0103	070112	Artigos e objectos de valor					
		1	1.1	2013/1	7	Artigos objetos de valor	500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	500,00
						Total da Classificação Orçamental:	500,00
0103	070113	Investimentos incorpóreos					
		1	1.1	2013/1	8	Investimentos incorpóreos	500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	500,00
						Total da Classificação Orçamental:	500,00
0103	070115	Outros investimentos					
		1	1.1	2013/1	6	Outros investimentos	22.771,00
		1	1.1	2013/99	1	Quiosques eletrónicos	7.500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	30.271,00
						Total da Classificação Orçamental:	30.271,00
0103	08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais					
		4	2.0	2013/164	2	Contratos-programa - transferências de capital	500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	500,00
						Total da Classificação Orçamental:	500,00
0103	08010103	Outras					
		2	1.1	2013/23	5	Transferências de capital	100.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	100.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	100.000,00
0103	08050101	Municípios					
		3	3.1	2011/116		Comparticipação construção ponte Terras de Bouro	1.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	1.000,00
0103	08050102	Freguesias					
		2	2.1	2013/31		Comparticipação na construção de novos centros de saúde	5.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		2	4.6	2013/94	3	Ampliação/conservação de cemitérios - freguesias	120.000,00
		2	5.2	2013/126		Protocolos com freguesias	75.000,00
		3	3.1	2013/156	2	Comparticipação de despesas de capital	137.500,00
		4	2.0	2013/163		Transferências para juntas de freguesia	260.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	597.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	602.500,00
0103	080701					Instituições sem fins lucrativos	
		2	3.2	2013/35	1	Transferências de capital	120.000,00
		2	5.2	2013/127		Protocolos com instituições	47.698,00
						Total dos Projetos de GOP's:	167.698,00
						Total da Classificação Orçamental:	167.698,00
02	020214					Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	
		1	1.1	2011/5	10	Estudos, projetos e consultoria	3.400,00
		1	1.1	2011/7	2	Estudos, projetos e consultadoria	12.476,00
						Total dos Projetos de GOP's:	15.876,00
						Total da Classificação Orçamental:	15.876,00
02	020220					Outros trabalhos especializados	
		1	1.1	2011/5	7	Implementação de um sistema de arquivo digital	100,00
		1	1.1	2011/5	9	Serviços especializados	100,00
						Total dos Projetos de GOP's:	200,00
						Total da Classificação Orçamental:	60.200,00
02	020225					Outros serviços	
		1	1.1	2011/5	4	Serviços	100,00
		1	1.1	2011/6	3	Serviços	100,00
						Total dos Projetos de GOP's:	200,00
						Total da Classificação Orçamental:	2.200,00
03	020107					Vestuário e artigos pessoais	
		3	3.1	2013/154	2	Vestuário	46.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	46.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	49.000,00
03	020214					Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	
		2	4.2	2013/41	1	Estudos, projetos e consultadoria	40.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		3	2.0	2013/139	3	Projetos	500,00
		3	3.1	2013/157		Estudos, projetos e consultadoria	2.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	42.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	43.500,00
03	020220	Outros trabalhos especializados					
		2	4.2	2013/39	1	PDM, PU e Planos de Pormenor	33.830,00
		2	4.2	2013/39	2	Execução de cartografia de base e sua homologação	16.760,00
		2	4.2	2013/39	3	Serviços especializados para revisão de PDM	9.490,00
		2	4.2	2013/39	4	Aquisição de ortofotomapas de todo o concelho	8.000,00
		2	4.2	2013/39	5	Elaboração do Plano de redução de ruído para o Concelho	15.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	83.080,00
						Total da Classificação Orçamental:	87.080,00
03	07010301	Instalações de serviços					
		1	1.1	2013/1	12	Construção / reparação - empreitada	656.000,00
		1	1.1	2013/4		Construção do arquivo municipal	1.000,00
		1	1.1	2013/5		Conclusão do edifício dos Paços do Concelho	20.000,00
		2	5.1	2013/102	1	Recuperação do edifício - empreitada	42.500,00
		2	5.1	2013/103	1	Recuperação do edifício da Casa da Cultura - empreitada	48.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	767.500,00
						Total da Classificação Orçamental:	767.500,00
03	07010302	Instalações desportivas e recreativas					
		2	5.2	2013/110		Complexo desportivo da Ribeira do Neiva	35.000,00
		2	5.2	2013/111		Ampliação do complexo de lazer de Vila Verde	5.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	40.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	40.000,00
03	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária					
		3	4.1	2013/159		Mercado municipal	1.000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	1.000,00
						Total da Classificação Orçamental:	1.000,00
03	07010305	Escolas					
		2	1.1	2011/18	5	Centro educativo de Moure	206.393,00
		2	1.1	2013/17	2	Construção e reconstrução de edifícios	45.695,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	2	1.1	2013/19		Centro educativo de Parada de Gatim	9.381,00
	2	1.1	2013/20	4	Centro educativo de Soutelo	100.000,00
	2	1.1	2013/21	4	Centro educativo da Lage	100.000,00
	2	1.1	2013/22	4	Centro educativo de Cervães	100.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	561.469,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>561.469,00</b>
<b>03</b>	<b>07010307</b>	Outros				
	1	1.1	2013/16		Requalificação / ampliação do quartel da GNR	10.000,00
	2	5.1	2013/104	4	Centro interpretativo - empreitada	40.500,00
	2	5.1	2013/105		Criação do Museu de Linho em Marrancos	25.000,00
	2	5.1	2013/106		Centro Interpretativo de artesanato em Cerâmica - Vila de Prado	5.000,00
	2	5.1	2013/107		Recuperação do edifício da adega cooperativa	72.500,00
	2	5.2	2013/124	2	Edifícios de apoio	5.000,00
	3	2.0	2013/139	1	Investimentos	500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	158.500,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>158.500,00</b>
<b>03</b>	<b>07010401</b>	Viadutos, arruamentos e obras complementares				
	2	4.2	2013/40	1	Infraestruturas para urbanizações	6.000,00
	2	4.2	2013/40	2	Revitalização de centros urbanos	269.753,00
	2	4.2	2013/40	5	Parque urbano de Vila Verde	25.000,00
	2	4.2	2013/40	7	Requalificação urbana do largo de S. Sebastião da Vila de Prado	100.000,00
	2	4.2	2013/40	8	Requalificação urbanística de Portela do Vade	8.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	408.753,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>408.753,00</b>
<b>03</b>	<b>07010406</b>	Instalações desportivas e recreativas				
	2	5.2	2013/112		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas	192.225,00
	2	5.2	2013/114	1	Balneários - empreitada	20.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	212.225,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>212.225,00</b>
<b>03</b>	<b>07010408</b>	Viação rural				
	3	1.0	2013/130	3	Caminhos agrícolas - empreitadas	7.500,00
	3	1.0	2013/132		Caminhos rurais	10.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação
	3	2.0	2013/137		Acesso ao parque industrial de Gême	25.000,00
	3	3.1	2011/115		Via intermunicipal Homem-Lima	70.471,00
	3	3.1	2011/124		C.M. 1158 (Bustelo-Limite concelho)-D. Igrejas	455.448,00
	3	3.1	2012/112		Requalificação do arruamento da ER 205 à igreja de Cabanelas	145.000,00
	3	3.1	2013/143		Variante à ER 205 - Vila de Prado - Oleiros	50.000,00
	3	3.1	2013/144		Requalificação da rua Luís Vaz de Camões	5.000,00
	3	3.1	2013/145		Acessos a centros educativos	60.000,00
	3	3.1	2013/146		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	145.000,00
	3	3.1	2013/148		Acesso ao centro escolar de Vila Verde - 2ª fase	5.000,00
	3	3.1	2013/149		Ligação entre o bairro do Sol e o lugar das Cruzes - Pico de Regalados	5.000,00
	3	3.1	2013/151		Requalificação da EM 566-2 (Loureira-Lage)	5.000,00
	3	3.1	2013/152		Requalificação da EM Coucieiro-Sande-Pico S. Cristóvão	7.500,00
	3	3.1	2013/153		Requalificação do CM 1179-1 - Freiriz-Parada de Gatim	5.000,00
	3	3.1	2013/155	1	Vias - empreitada	3.175.821,00
Total dos Projetos de GOP's:						4.176.740,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>4.176.740,00</b>
<b>03</b>	<b>07010409</b>	Sinalização e trânsito				
	3	3.1	2013/154	1	Sinalização e segurança	52.673,00
Total dos Projetos de GOP's:						52.673,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>52.673,00</b>
<b>03</b>	<b>07010413</b>	Outros				
	2	4.2	2013/40	6	Execução de Plano de Pormenor	500,00
	2	5.1	2013/100		Rede de comunicações eletrónicas de alta velocidade de Vila Verde	1.000,00
	2	5.2	2013/120		Pista de pesca - margem do Cávado	5.000,00
	2	5.2	2013/121		Construção de ciclovia do Cávado - fase I	5.000,00
	2	5.2	2013/122		Construção de ciclovia do Homem - fase I	5.000,00
	2	5.2	2013/123		Construção de ciclovia de Vila Verde - fase I	5.000,00
	2	5.2	2013/124	1	Valorização da praia fluvial do Faial	150.000,00
	2	5.2	2013/124	3	Construções diversas	20.000,00
	3	2.0	2013/134		Loteamento industrial de Gême - fase I	290.065,00
	3	2.0	2013/135		Loteamento industrial de Gême - fase II	12.000,00
	3	2.0	2013/138		Outras infraestruturas de loteamentos industriais	25.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	3	3.1	2013/150		Construção e reparação de abrigos de passageiros	17.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	536.065,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>536.065,00</b>
<b>03</b>	<b>070115</b>	Outros investimentos				
	2	4.2	2013/40	4	Mobiliário Urbano	15.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	15.000,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>15.000,00</b>
<b>04</b>	<b>020107</b>	Vestuário e artigos pessoais				
	1	2.1	2013/9	2	Vestuário	3.460,00
	1	2.1	2013/11	3	Vestuário	2.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	5.960,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>8.460,00</b>
<b>04</b>	<b>020117</b>	Ferramentas e utensílios				
	1	2.1	2013/11	1	Ferramentas e utensílios	5.340,00
	2	4.6	2013/97	3	Ferramentas e utensílios - jardins	7.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	12.340,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>14.340,00</b>
<b>04</b>	<b>020121</b>	Outros bens				
	1	2.1	2013/9	1	Bens	4.050,00
	1	2.1	2013/12	2	Caminhos e pontos de água - bens	11.000,00
	2	1.1	2013/17	1	Ampliação e conservação de jardins de infância	104.890,00
	2	1.1	2013/17	7	Parques infantis - bens	5.000,00
	2	1.1	2013/18	1	Ampliação / conservação de edifícios	274.856,00
	2	4.1	2013/38		Recuperação de habitações sociais	20.000,00
	2	4.2	2013/40	3	Revitalização de centros urbanos - bens	33.751,00
	2	4.3	2013/42	2	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - Bens	72.081,00
	2	4.3	2013/58	2	Ramais domiciliários - bens	22.500,00
	2	4.3	2013/85		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	20.000,00
	2	4.4	2013/67		Reservatório em Godinhaços, estação elevatória e adutora	8.000,00
	2	4.4	2013/72		Reservatórios dos pequenos sistemas	32.500,00
	2	4.4	2013/86	2	Abastecimento de água - bens	150.000,00
	2	4.5	2013/93		Colocação/construção de pontos de recolha de RSU	21.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	2	4.6	2013/94	2	Obras de ampliação e conservação - bens	15.200,00
	2	4.6	2013/97	2	Bens - jardins	24.740,00
	2	5.1	2013/102	2	Aquisição de bens	65.112,00
	2	5.1	2013/103	2	Recuperação do edifício - bens	22.500,00
	2	5.2	2013/113		Construção e manutenção de infraestruturas desportivas - bens	22.110,00
	2	5.2	2013/114	2	Balneários - aquisição de bens	21.206,00
	2	5.2	2013/124	4	Requalificação - bens	15.000,00
	3	1.0	2013/130	1	Abertura e conservação - bens	7.500,00
	3	1.0	2013/131	3	Aquisição de bens	1.500,00
	3	2.0	2013/136		Conservação de parques industriais	12.500,00
	3	2.0	2013/140	3	Iluminação pública - bens	1.500,00
	3	3.1	2013/147		Acesso ao lar de idosos de Escariz S. Martinho	1.000,00
	3	3.1	2013/155	2	Modernização e construção de vias - bens	150.049,00
	3	4.1	2013/158	1	Aquisição de bens	7.500,00
Total dos Projetos de GOP's:						1.147.045,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>1.217.045,00</b>
<b>04</b>	<b>020203</b>	Conservação de bens				
	1	1.1	2013/1	11	Construção/reparação - serviços	220.435,00
Total dos Projetos de GOP's:						220.435,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>220.435,00</b>
<b>04</b>	<b>020214</b>	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria				
	1	2.1	2013/14		Estudos, projetos e consultadoria	1.000,00
	2	4.3	2013/63		Estudos, projetos e consultadoria	25.464,00
	2	4.4	2013/88		Estudos, projetos e consultadoria	16.000,00
	2	4.4	2013/90		Prospecção de água do GESTAL	5.000,00
	2	4.6	2013/98		Estudos, projetos e consultadoria	2.500,00
	3	1.0	2013/131	1	Projetos	2.500,00
Total dos Projetos de GOP's:						52.464,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>52.964,00</b>
<b>04</b>	<b>020217</b>	Publicidade				
	1	2.1	2013/15	2	Publicidade	1.500,00
Total dos Projetos de GOP's:						1.500,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>4.000,00</b>

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
04	020220	Outros trabalhos especializados					
		1	2.1	2013/13		Operações de silvicultura	6.500,00
		1	2.1	2013/15	1	Serviços especializados	1.000,00
		2	4.6	2013/95		Requalificação ambiental - serviços	2.500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					10.000,00
		Total da Classificação Orçamental:					54.500,00
04	020225	Outros serviços					
		1	2.1	2013/9	3	Serviços	10.100,00
		1	2.1	2013/12	3	Caminhos e pontos de água - serviços	18.000,00
		2	4.3	2013/42	3	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - serviços	1.000,00
		2	4.3	2013/61		Lamas de depuração de efluentes	260.000,00
		2	4.4	2013/81		Implementação de tratamento de pequenos sist. locais de abastecimento de água	40.000,00
		2	4.4	2013/86	3	Abastecimento de água - serviços	13.522,00
		2	4.5	2013/91		Resíduos sólidos urbanos	359.448,00
		2	4.6	2013/97	1	Serviços jardins	17.480,00
		2	5.1	2013/102	3	Aquisição de serviços	13.000,00
		2	5.1	2013/103	3	Recuperação do edifício - serviços	1.000,00
		2	5.2	2013/124	5	Requalificação - serviços	15.000,00
		3	1.0	2013/130	2	Abertura e conservação - serviços	12.500,00
		3	3.1	2013/155	3	Modernização e construção de vias - serviços	283.369,00
		3	4.1	2013/158	2	Aquisição de serviços	12.000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					1.056.419,00
		Total da Classificação Orçamental:					1.076.419,00
04	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais					
		2	4.3	2013/42	1	Drenagem e tratamento de águas residuais/pluviais - empreitada	967.210,00
		2	4.3	2013/43		Rede de saneamento na freguesia de Cabanelas	50.000,00
		2	4.3	2013/44		Rede de saneamento da Ribeira do Poriço (Parada de Gatim, Cervães, Escariz S. Martinho, S.Mamede e Freiriz)	27.500,00
		2	4.3	2013/45		Rede de saneamento na freguesia de Soutelo	15.000,00
		2	4.3	2013/46		Rede de saneamento na freguesia de Esqueiros	20.000,00
		2	4.3	2013/47		Rede de saneamento de Turiz	7.500,00
		2	4.3	2013/48		Rede de saneamento da Lage	10.000,00
		2	4.3	2013/49		Rede de saneamento de Moure	25.000,00
		2	4.3	2013/50		Rede de saneamento de Marrancos e Arcozelo	5.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's	Dotação
	2	4.3	2013/51	Rede de saneamento de Sabariz, Lanhas, Coucieiro e Ponte S. Vicente	6.000,00
	2	4.3	2013/52	Rede sanea. de Gondiaes, Mós, Pico de Regalados, Pico S. Crist. e Gême	5.000,00
	2	4.3	2013/53	Rede san. R. Neiva( Azões, Rio Mau, Goães, D. Igrejas, Pedregais e Godinhaços)	5.000,00
	2	4.3	2013/54	Rede de saneamento de Oleiros e Atiães	7.500,00
	2	4.3	2013/55	Rede de saneamento do Vade	40.000,00
	2	4.3	2013/56	Rede de saneamento na Vila de Prado	30.000,00
	2	4.3	2013/57	Rede de saneamento da Loureira	7.500,00
	2	4.3	2013/58	1 Ramais domiciliários - empreitada	40.000,00
	2	4.3	2013/59	Ampliação das redes de saneamento	2.480.749,00
				Total dos Projetos de GOP's:	3.748.959,00
				<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>3.748.959,00</b>
<b>04</b>	<b>07010403</b>	Estações de tratamento de águas residuais			
	2	4.3	2013/60	Ligação das redes de saneamento em baixa aos interceptores e ETAR's	35.000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	35.000,00
				<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>35.000,00</b>
<b>04</b>	<b>07010404</b>	Iluminação pública			
	3	2.0	2013/140	1 Iluminação pública - construções diversas	1.000,00
	3	2.0	2013/140	2 Iluminação pública - ramais	12.500,00
				Total dos Projetos de GOP's:	13.500,00
				<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>13.500,00</b>
<b>04</b>	<b>07010407</b>	Captação e distribuição de água			
	2	4.4	2013/64	Recup., captações e implem. tratamento peq. sist. locais abastec. água	19.500,00
	2	4.4	2013/65	Construção reservatório da Lage/Turiz e conduta adutora e distribuidora	41.000,00
	2	4.4	2013/66	Construção do reservatório de água em Godinhaços	3.000,00
	2	4.4	2013/68	Construção do reservatório de água em Covas	9.750,00
	2	4.4	2013/69	Construção do reservatório de água em Gondiaes	12.500,00
	2	4.4	2013/70	Const. reserv. M. Santa, central elevat. Gême, condutas adutoras e distribuidoras	97.500,00
	2	4.4	2013/71	Reservatórios dos pequenos sistemas	15.000,00
	2	4.4	2013/74	Substituição de condutas da rede de abastecimento de água municipal	35.750,00
	2	4.4	2013/75	Prolongamento e reforço da rede de abastecimento de água municipal	37.500,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	2	4.4	2013/76		Construção/ampliação/beneficiação de depósitos existentes	40.000,00
	2	4.4	2013/77		Abastec.água-P. Cabras, Carreiras S.Miguel/S. Tiago, Nevogilde e Dossãos	47.500,00
	2	4.4	2013/78		Sist. abastec. de água Aboim da Nóbrega(captação, tratamento, C.elev.reserv.redes adut/dist)	7.500,00
	2	4.4	2013/79		Ampliação da estação de captação e tratamento de água do rio Homem	67.500,00
	2	4.4	2013/80		Abastecimento de água à freguesia de Covas	8.000,00
	2	4.4	2013/82		Execução de ramais	8.000,00
	2	4.4	2013/83		Execução de ramais domiciliários de abastecimento de água	7.500,00
	2	4.4	2013/86	1	Abastecimento de água - empreitada	1.539.018,00
					Total dos Projetos de GOP's:	1.996.518,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>1.996.518,00</b>
<b>04</b>	<b>07010412</b>	Cemitérios				
	2	4.6	2013/94	1	Obras de ampliação e conservação	163.491,00
					Total dos Projetos de GOP's:	163.491,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>163.491,00</b>
<b>04</b>	<b>07010413</b>	Outros				
	1	2.1	2013/12	1	Caminhos e pontos de água	10.000,00
	2	4.3	2013/84		Obra de recolha/armazenam. de águas pluviais p/ sist. rega de jardins	25.000,00
	2	4.6	2013/96		Preservação/recuperação e valorização ambiental	2.500,00
	3	1.0	2013/131	2	Investimento	1.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	39.000,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>39.000,00</b>
<b>04</b>	<b>07011002</b>	Outro				
	1	2.1	2013/8		Aquisição de equipamento operacional de proteção civil	2.500,00
	1	2.1	2013/15	3	Aquisição de equipamento operacional de proteção civil	1.000,00
	2	4.4	2013/87		Contadores volumétricos	59.960,00
					Total dos Projetos de GOP's:	63.460,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>63.460,00</b>
<b>04</b>	<b>070115</b>	Outros investimentos				
	2	4.4	2013/73		Depósitos pré-fabricados	1.000,00
	2	4.5	2013/92		Ecopontos	5.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	3	2.0	2013/141		Instalação de reguladores de fluxo luminoso em Vila Verde	5.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	11.000,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>11.000,00</b>
<b>05</b>	<b>010107</b>	Pessoal em regime de tarefa ou avença				
	2	3.2	2012/28	1	Encargos com pessoal afeto ao projeto	3.196,00
					Total dos Projetos de GOP's:	3.196,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>3.196,00</b>
<b>05</b>	<b>02010202</b>	Gasóleo				
	2	5.1	2013/108	5	Gasóleo	500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	500,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>600,00</b>
<b>05</b>	<b>020105</b>	Alimentação-Refeições confeccionadas				
	2	1.2	2013/26	2	Pré-escolar - refeições confeccionadas	123.907,00
	2	1.2	2013/26	7	Ensino básico - refeições confeccionadas	166.500,00
	2	1.2	2013/29		Regime de fruta escolar	36.210,00
					Total dos Projetos de GOP's:	326.617,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>326.617,00</b>
<b>05</b>	<b>020115</b>	Prémios, condecorações e ofertas				
	2	3.2	2013/36		Cabaz de Natal - apoio a famílias carenciadas	9.000,00
	2	5.1	2012/76	5	Prémios, condecorações e ofertas	1.100,00
	2	5.1	2013/108	4	Ofertas	1.000,00
	2	5.1	2013/109	2	Atribuição de prémios de concurso	2.500,00
	2	5.1	2013/109	4	Atribuição de prémios de concurso	6.000,00
	2	5.1	2013/109	5	Atribuição de prémios de concurso	1.000,00
	2	5.1	2013/109	8	Atribuição de prémios	3.500,00
	2	5.2	2013/116	3	Prémios, ofertas	5.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	29.100,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>34.100,00</b>
<b>05</b>	<b>020121</b>	Outros bens				
	2	3.2	2013/32	1	Aquisição de Bens	5.738,00
	2	3.2	2013/33	1	Aquisição de bens	103.287,00
	2	5.1	2012/76	2	Aquisição de bens	1.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	5.1	2013/101	2	Aquisição de bens	22.894,00
	2	5.1	2013/108	1	Aquisição de bens	3.060,00
	2	5.1	2013/109	1	Aquisição de bens	2.854,00
	2	5.1	2013/109	2	Aquisição de bens	1.000,00
	2	5.1	2013/109	3	Ações de dinamização	1.000,00
	2	5.1	2013/109	4	Aquisição de bens	2.000,00
	2	5.1	2013/109	5	Aquisição de bens	500,00
	2	5.1	2013/109	8	Aquisição de bens	2.000,00
	2	5.1	2013/109	9	Aquisição de bens	5.000,00
	2	5.1	2013/109	10	Aquisição de bens	2.000,00
	2	5.1	2013/109	11	Aquisição de bens	5.000,00
	2	5.1	2013/109	12	Aquisição de bens	5.000,00
	2	5.1	2013/109	13	Apoio a atividades da Casa da Cultura - bens	500,00
	2	5.2	2013/116	2	Aquisição de bens	2.500,00
	2	5.2	2013/117	1	Aquisição de bens	1.000,00
	2	5.2	2013/125	1	Aquisição de bens	1.000,00
	3	4.2	2011/145	5	Aquisição de bens	500,00
	3	4.2	2013/161	1	Aquisição de bens	7.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						174.833,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>242.833,00</b>
<b>05</b>	<b>020208</b>	Locação de outros bens				
	2	3.2	2012/28	5	Rendas e alugueres	3.003,00
	2	5.1	2012/76	6	Locação de outros bens	571,00
	2	5.1	2013/109	1	Aluguer	12.632,00
	2	5.1	2013/109	4	Aluguer	45.000,00
	2	5.1	2013/109	5	Aluguer	500,00
	2	5.1	2013/109	12	Aluguer	1.000,00
	3	4.2	2011/145	2	Locação de bens	5.500,00
	3	4.2	2013/161	3	Aluguer	2.000,00
Total dos Projetos de GOP's:						70.206,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>88.206,00</b>
<b>05</b>	<b>020210</b>	Transportes				
	2	1.2	2013/25	1	Pré-escolar	102.386,00
	2	1.2	2013/25	2	1º ciclo	308.125,00
	2	1.2	2013/25	3	2º, 3º ciclo e secundário	760.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		2	1.2	2013/25	4	Componente de apoio à família	70.915,00
		2	3.2	2013/34	2	Transporte	68.000,00
		2	5.1	2011/61	3	Comunicações	4.000,00
		2	5.1	2013/108	2	Transportes	26.944,00
		2	5.2	2013/125	3	Transportes	3.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							1.343.370,00
Total da Classificação Orçamental:							1.483.370,00
05	020213	Deslocações e estadas					
		2	5.1	2012/76	7	Deslocações e estadas	857,00
Total dos Projetos de GOP's:							857,00
Total da Classificação Orçamental:							957,00
05	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		2	1.1	2013/23	4	Estudos, Projetos e consultadoria	10.000,00
		2	3.2	2012/28	3	Encargos gerais do projeto	2.627,00
		2	5.1	2011/61	4	Estudos e pareceres	2.584,00
		2	5.2	2013/124	6	Execução de projetos	10.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							25.211,00
Total da Classificação Orçamental:							25.211,00
05	020217	Publicidade					
		2	3.2	2012/28	4	Encargos com a promoção de seminários temáticos	1.637,00
		2	5.1	2012/76	4	Publicidade	4.140,00
		2	5.1	2013/109	1	Promoção e divulgação	1.000,00
		2	5.1	2013/109	2	Promoção e divulgação	8.000,00
		2	5.1	2013/109	3	Promoção e divulgação	7.500,00
		2	5.1	2013/109	4	Promoção e divulgação	3.500,00
		2	5.1	2013/109	5	Promoção e divulgação	1.000,00
		2	5.1	2013/109	12	Publicações municipais	8.000,00
		3	4.2	2011/145	1	Publicidade	5.950,00
		3	4.2	2013/162		Promoção turística	6.500,00
Total dos Projetos de GOP's:							47.227,00
Total da Classificação Orçamental:							54.427,00
05	020220	Outros trabalhos especializados					
		2	5.1	2011/60	4	Serviços especializados	123.490,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	5.1	2011/61	2	Serviços especializados	36.570,00
	2	5.1	2012/76	8	Trabalhos especializados	79.835,00
	3	4.2	2011/145	3	Trabalhos especializados	36.350,00
Total dos Projetos de GOP's:						276.245,00
<b>Total da Classificação Orçamental:</b>						<b>291.745,00</b>
<b>05</b>	<b>020225</b>					
			Outros serviços			
	2	1.2	2013/26	6	Ensino básico - serviços	57.473,00
	2	3.2	2012/28	2	Encargos diretos com preparação projeto	10.504,00
	2	3.2	2012/28	6	Encargos com destinatários diretos	1.877,00
	2	3.2	2013/32	2	Aquisição de serviços	5.000,00
	2	3.2	2013/33	2	Aquisição de serviços	15.000,00
	2	3.2	2013/34	1	Aquisição de serviços	15.000,00
	2	3.2	2013/37	1	Comemoração do Dia Mundial da Criança	1.000,00
	2	3.2	2013/37	2	Baile de Máscaras	1.000,00
	2	3.2	2013/37	3	Festa da Família	1.000,00
	2	5.1	2012/76	3	Apoio a atividades - serviços	1.500,00
	2	5.1	2013/101	2	Aquisição de serviços	5.743,00
	2	5.1	2013/108	3	Serviços	10.778,00
	2	5.1	2013/109	1	Aquisição de serviços	92.708,00
	2	5.1	2013/109	2	Aquisição de serviços	80.000,00
	2	5.1	2013/109	3	Aquisição de serviços	10.343,00
	2	5.1	2013/109	4	Aquisição de serviços	29.000,00
	2	5.1	2013/109	4	Espetáculos e atividades de animação	10.000,00
	2	5.1	2013/109	5	Aquisição de serviços	4.000,00
	2	5.1	2013/109	6	Aquisição de serviços	2.000,00
	2	5.1	2013/109	7	Aquisição de serviços	1.500,00
	2	5.1	2013/109	8	Aquisição de serviços	6.500,00
	2	5.1	2013/109	9	Aquisição de serviços	7.500,00
	2	5.1	2013/109	10	Aquisição de serviços	1.000,00
	2	5.1	2013/109	11	Aquisição de serviços	10.000,00
	2	5.1	2013/109	12	Aquisição de serviços	10.000,00
	2	5.1	2013/109	13	Apoio a atividades da Casa da Cultura - serviços	1.000,00
	2	5.2	2013/116	1	Aquisição de serviços	2.500,00
	2	5.2	2013/117	2	Aquisição de serviços	5.731,00
	2	5.2	2013/119		Campo de férias da Páscoa e Verão	3.500,00
	2	5.2	2013/125	2	Aquisição de serviços	2.500,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		3	4.2	2011/145	4	Outros serviços	5.000,00
		3	4.2	2013/161	2	Aquisição de serviços	2.000,00
Total dos Projetos de GOP's:							412.657,00
Total da Classificação Orçamental:							431.657,00
05	07010201	Construção					
		2	4.1	2011/27		Construção de habitação social em Parada de Gatim	7.074,00
Total dos Projetos de GOP's:							7.074,00
Total da Classificação Orçamental:							7.074,00
05	07010301	Instalações de serviços					
		2	5.1	2011/60	1	Construção da Casa do Conhecimento	1.054.700,00
		2	5.1	2012/76	1	Recuperação / ampliação do edifício da aliança artesanal	45.188,00
		3	4.2	2011/145	7	Loja interativa do turismo	158.321,00
Total dos Projetos de GOP's:							1.258.209,00
Total da Classificação Orçamental:							1.258.209,00
05	07010302	Instalações desportivas e recreativas					
		2	5.2	2011/95		Pavilhão gimnodesportivo de Vade	832.255,00
		2	5.2	2011/96		Pavilhão gimnodesportivo de Cervães	822.167,00
Total dos Projetos de GOP's:							1.654.422,00
Total da Classificação Orçamental:							1.654.422,00
05	07010305	Escolas					
		2	1.1	2011/18	3	Complexos escolares educativos	1.144.391,00
		2	1.1	2011/18	4	Centro educativo de Ribeira do Neiva	233.518,00
		2	1.1	2011/18	6	Centro educativo da vila de Prado	1.167.250,00
		2	1.1	2011/18	8	Ampliação do centro educativo de Turiz	558.898,00
Total dos Projetos de GOP's:							3.104.057,00
Total da Classificação Orçamental:							3.104.057,00
05	07010406	Instalações desportivas e recreativas					
		2	1.1	2013/17	7	Parques infantis - aquisição	100.000,00
		2	5.2	2011/78		Estádio Municipal	503.647,00
		2	5.2	2011/80		Construção do pavilhão da Ribeira do Neiva	84.026,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	5.2	2013/115		Parques infantis	40.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	727.673,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>727.673,00</b>
<b>05</b>	<b>070107</b>	Equipamento de informática				
	2	1.1	2011/18	6	Equipamento informático - hardware	38.250,00
	2	1.1	2011/18	8	Equipamento informático - hardware	10.161,00
	2	1.1	2011/18	14	Equipamento informático - Hardware	5.000,00
	2	1.1	2013/17	4	Equipamento informático	5.000,00
	2	1.1	2013/18	3	Equipamento informático	10.000,00
	2	1.1	2013/20	2	Hardware	1.440,00
	2	1.1	2013/21	2	Hardware	2.550,00
	2	1.1	2013/22	2	Hardware	1.035,00
	2	5.1	2011/60	2	Hardware	734.005,00
	2	5.1	2011/61	1	Hardware	20.960,00
	2	5.1	2013/104	2	Hardware	5.000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	833.401,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>833.401,00</b>
<b>05</b>	<b>070108</b>	Software informático				
	2	5.1	2011/60	3	Software	39.840,00
	2	5.1	2013/104	1	Software	1.500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	41.340,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>41.340,00</b>
<b>05</b>	<b>070109</b>	Equipamento administrativo				
	2	1.1	2011/18	6	Equipamento administrativo	21.994,00
	2	1.1	2011/18	8	Equipamento administrativo	13.507,00
	2	1.1	2013/20	3	Equipamento administrativo	3.498,00
	2	1.1	2013/21	3	Equipamento administrativo	4.470,00
	2	1.1	2013/22	3	Equipamento administrativo	2.781,00
					Total dos Projetos de GOP's:	46.250,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>46.250,00</b>
<b>05</b>	<b>07011002</b>	Outro				
	2	1.1	2011/18	14	Outro equipamento	5.000,00
	2	1.1	2013/17	3	Aquisição de equipamento	18.000,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2013**

Classif. Orçamental				Projeto de GOP's		Dotação
	2	1.1	2013/18	2	Equipamento para escolas	52.678,00
					Total dos Projetos de GOP's:	75.678,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>75.678,00</b>
<b>05</b>	<b>070115</b>	Outros investimentos				
	2	1.1	2011/18	6	Material didático-pedagógico	15.778,00
	2	1.1	2011/18	8	Material didático-pedagógico	12.551,00
	2	1.1	2013/17	5	Material didático-pedagógico	5.000,00
	2	1.1	2013/20	1	Material didático-pedagógico	1.662,00
	2	1.1	2013/21	1	Material didático-pedagógico	3.285,00
	2	1.1	2013/22	1	Material didático-pedagógico	1.230,00
	2	1.2	2013/24		Aquecimento escolar	8.131,00
	2	5.1	2013/101	1	Fundos bibliográficos	17.745,00
	2	5.1	2013/104	3	Outros bens	6.000,00
	3	4.2	2011/145	6	Imobilizado	500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	71.882,00
					<b>Total da Classificação Orçamental:</b>	<b>71.882,00</b>

# Orçamento por Capítulos para 2012

AnexoII



# Resumo do orçamento por Capítulo para 2013

Receitas	Montante
01 Impostos directos	3.781.050
02 Impostos indirectos	125.261
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	603.878
05 Rendimentos da propriedade	1.648.525
06 Transferências correntes	11.029.268
07 Venda de bens e serviços correntes	3.529.150
08 Outras receitas correntes	1.500
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>20.718.632</b>
09 Venda de bens de investimento	2.440.501
10 Transferências de capital	7.219.171
11 Activos financeiros	
12 Passivos financeiros	14.968.897
13 Outras receitas de capital	2.000
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	3.816
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>24.634.385</b>

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	7.335.842
02 Aquisição de bens e serviços	9.756.476
03 Juros e outros encargos	845.490
04 Transferências correntes	1.403.927
05 Subsídios	1.058.470
06 Outras despesas correntes	208.000
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>20.608.205</b>
07 Aquisição de bens de capital	21.364.058
08 Transferências de capital	871.698
09 Activos financeiros	229.726
10 Passivos financeiros	2.279.330
11 Outras despesas de capital	
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>24.744.812</b>

**Total das Receitas: 45.353.017**

**Total das Despesas: 45.353.017**

ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

# Resumo da Despesa Por Classificação Económica

AnexoIII



**Município de Vila Verde**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2013)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
01	Despesas com o pessoal	7.335.842,00
0101	Remunerações certas e permanentes	5.721.387,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	134.380,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	4.164.839,00
01010401	Pessoal em funções	4.164.639,00
01010404	Recrutamento de pessoal novos postos de trabalho	200,00
010106	Pessoal contratado a termo	141.229,00
01010601	Pessoal em funções	140.829,00
01010604	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	400,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	35.912,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	400,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	237.803,00
010111	Representação	51.485,00
010113	Subsidio de refeição	429.873,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	522.566,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.900,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	152.554,00
010202	Horas extraordinárias	37.600,00
010204	Ajudas de custo	1.800,00
010205	Abono para falhas	16.574,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	5.000,00
010213	Outros suplementos e prémios	91.580,00
01021302	Outros	91.580,00
0103	Segurança social	1.461.901,00
010301	Encargos com a saúde	389.971,00
010302	Outros encargos com a saúde	110.615,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	44.970,00
010304	Outras prestações familiares	9.980,00
010305	Contribuições para a segurança social	850.951,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.436,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	848.515,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	645.781,00
0103050202	Regime Geral	202.734,00
010309	Seguros	55.414,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	55.414,00
02	Aquisição de bens e serviços	9.756.476,00
0201	Aquisição de bens	3.166.891,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	732.050,00
02010201	Gasolina	23.225,00
02010202	Gasóleo	679.450,00
02010299	Outros	29.375,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	200,00
020104	Limpeza e higiene	35.000,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	326.717,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	27.170,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	57.760,00
020108	Material de escritório	93.663,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2013)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
020115	Prémios, condecorações e ofertas	84.500,00
020117	Ferramentas e utensílios	20.440,00
020118	Livros e documentação técnica	2.196,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	700,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	1.000,00
020121	Outros bens	1.785.495,00
0202	Aquisição de serviços	6.589.585,00
020201	Encargos das instalações	1.500.000,00
020202	Limpeza e higiene	2.100,00
020203	Conservação de bens	221.435,00
020204	Locação de edifícios	13.000,00
020205	Locação de material de informática	76.300,00
020206	Locação de material de transporte	300,00
020208	Locação de outros bens	97.306,00
020209	Comunicações	131.800,00
020210	Transportes	1.508.343,00
020212	Seguros	65.000,00
020213	Deslocações e estadas	5.307,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	198.551,00
020215	Formação	15.800,00
020216	Seminários, exposições e similares	5.000,00
020217	Publicidade	78.842,00
020218	Vigilância e segurança	60.300,00
020219	Assistência técnica	7.500,00
020220	Outros trabalhos especializados	776.525,00
020222	Serviços de saúde	100,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	168.000,00
020225	Outros serviços	1.658.076,00
03	Juros e outros encargos	845.490,00
0301	Juros da dívida pública	626.733,00
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	415.226,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	415.226,00
030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	207.028,00
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	207.028,00
030106	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	4.479,00
03010602	Empréstimos de médio e longo prazos	4.479,00
0303	Juros de locação financeira	100,00
030305	Material de transporte	50,00
030308	Outros investimentos	50,00
0305	Outros juros	209.657,00
030502	Outros	209.657,00
0306	Outros encargos financeiros	9.000,00
030601	Outros encargos financeiros	9.000,00
04	Transferências correntes	1.403.927,00
0405	Administração local	652.316,00
040501	Continente	652.316,00
04050102	Freguesias	626.316,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2013)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
0405010201	Acordo de cooperação pré-escolar	386.516,00
0405010202	Acordo de cooperação 1º ciclo	185.000,00
0405010204	Outros	54.800,00
04050104	Associações de municípios	26.000,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	629.862,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	629.862,00
04070101	Associações - Actividades gerais	105.114,00
04070102	Associações - Desporto	190.000,00
04070103	Colónias balneares	5.000,00
04070104	Instituições	191.500,00
04070105	Agrupamentos de Escolas	132.948,00
04070106	Outros	5.300,00
0408	Famílias	121.749,00
040802	Outras	121.749,00
05	Subsídios	1.058.470,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.058.470,00
050101	Públicas	1.058.470,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	1.053.470,00
05010102	Outras	5.000,00
06	Outras despesas correntes	208.000,00
0602	Diversas	208.000,00
060201	Impostos e taxas	500,00
060203	Outras	207.500,00
06020301	Outras restituições	92.500,00
06020302	IVA pago	25.000,00
06020304	Serviços bancários	5.000,00
06020305	Outras	85.000,00
Total das Despesas Correntes:		20.608.205,00
07	Aquisição de bens de capital	21.364.058,00
0701	Investimentos	21.364.058,00
070101	Terrenos	30.500,00
070102	Habitações	7.074,00
07010201	Construção	7.074,00
070103	Edifícios	7.545.157,00
07010301	Instalações de serviços	2.025.709,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.694.422,00
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	1.000,00
07010305	Escolas	3.665.526,00
07010307	Outros	158.500,00
070104	Construções diversas	12.110.597,00
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	408.753,00
07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	3.748.959,00
07010403	Estações de tratamento de águas residuais	35.000,00
07010404	Iluminação pública	13.500,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	939.898,00
07010407	Captação e distribuição de água	1.996.518,00

**Município de Vila Verde**  
**Resumo da Despesa por Classificação Económica (2013)**

<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Dotação</b>
07010408	Viação rural	4.176.740,00
07010409	Sinalização e trânsito	52.673,00
07010412	Cemitérios	163.491,00
07010413	Outros	575.065,00
070106	Material de transporte	209.860,00
07010601	Recolha de resíduos	50.000,00
07010602	Outro	159.860,00
070107	Equipamento de informática	842.701,00
070108	Software informático	190.760,00
070109	Equipamento administrativo	67.000,00
070110	Equipamento básico	222.351,00
07011002	Outro	222.351,00
070111	Ferramentas e utensílios	8.905,00
070112	Artigos e objectos de valor	500,00
070113	Investimentos incorpóreos	500,00
070115	Outros investimentos	128.153,00
08	Transferências de capital	871.698,00
0801	Sociedades e quase sociedades não financeiras	100.500,00
080101	Públicas	100.500,00
08010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	500,00
08010103	Outras	100.000,00
0805	Administração local	603.500,00
080501	Continente	603.500,00
08050101	Municípios	1.000,00
08050102	Freguesias	602.500,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	167.698,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	167.698,00
09	Activos financeiros	229.726,00
0907	Ações e outras participações	229.726,00
090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	229.726,00
10	Passivos financeiros	2.279.330,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	2.279.330,00
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	1.507.931,00
100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	765.636,00
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	5.763,00
Total das Despesas de Capital:		24.744.812,00
<b>Total do Orçamento da Despesa:</b>		<b>45.353.017,00</b>

# Resumo da Despesa por Classificação Orgânica

AnexoIV



**Município de Vila Verde**  
**Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2013)**

Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
0101 OPERAÇÕES FINANCEIRAS	845.490,00	2.279.330,00	3.124.820,00
0102 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	85.978,00	0,00	85.978,00
0103 ÓRGÃOS DE AUTARQUIA	7.883.895,00	1.644.643,00	9.528.538,00
02 ÁREA DE SUPORTE	1.190.461,00	0,00	1.190.461,00
03 ÁREA OPERACIONAL DE PLANEAMENTO	1.220.966,00	6.929.925,00	8.150.891,00
04 ÁREA OPERACIONAL DE OBRAS E AMBIENTE	5.169.528,00	6.070.928,00	11.240.456,00
05 ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO	4.211.887,00	7.819.986,00	12.031.873,00
<b>Total Geral:</b>	<b>20.608.205,00</b>	<b>24.744.812,00</b>	<b>45.353.017,00</b>

# Passivos Financeiros

Anexo V



MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	Ponto 8.3.6.1
---	---------------

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
-------------------------

MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS EM 2013
---

Data de aprovação na Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS DO ANO				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro de 2013	Dívida em 31 de Dezembro de 2013	BANCO
				N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização*	Juros *	Total	Juros de Mora				
									( % )	( % )								
98/07/06	98/07/30	15	14		98/10/15	Abast. de Água ao Conc.-Res.-R2 I	39.554,67	39.554,67	1,00%	2,80%	3.564,10	67,39	3.631,49	----	----	3.564,10	0,00	C.G.D.
98/07/06	98/07/30	15	14		98/10/15	Nova Feira, Mercado e acessos I	81.403,82	81.403,82	1,00%	2,80%	7.334,97	138,69	7.473,66	----	----	7.334,97	0,00	C.G.D.
98/07/06	98/10/23	15	14	033355	98/10/15	Inv.-Ensino Básico e Secund. I	187.049,21	187.049,210	1,00%	3,02%	16.760,18	271,76	17.031,94	----	----	16.760,18	0,00	C.G.D.
98/07/06	98/10/23	15	14	033354	98/10/15	Complexo Lazer V.V e Pisc.Prado I	321.325,61	321.325,61	1,00%	3,02%	28.791,74	466,85	29.258,59	----	----	28.791,74	0,00	C.G.D.
98/02/21	99/12/30	15	13	624	00/05/15	Loteamento Industrial de Gême I	210.243,10	210.243,10	3,52%	2,68%	18.280,16	727,00	19.007,16	----	----	36.972,45	18.692,29	C.G.D.
98/02/21	99/12/30	15	13	625	00/05/15	Repavimentação da E.M. 531 I	172.085,27	172.085,27	3,52%	2,68%	14.962,41	595,05	15.557,46	----	----	30.262,15	15.299,74	C.G.D.
98/02/21	99/12/30	15	13	626	00/05/15	R1 - R2 e Abastº Água a Freiriz, Escariz S.M., Escariz S.M.Parada Gatim I	173.032,99	173.032,99	3,52%	2,68%	15.044,83	598,33	15.643,16	----	----	30.428,83	15.384,00	C.G.D.
99/12/27	00/02/07	17	12	616	00/03/30	INVESTIMENTOS I	1.496.393,69	1.496.393,69	3,49%	0,65%	92.385,60	880,66	93.266,26	----	----	400.337,34	307.951,74	C.G.D.
99/12/27	00/02/07	17	13	627	00/03/30	INVESTIMENTOS I	1.496.393,69	1.496.393,69	3,54%	0,222%	99.759,48	982,18	100.741,66	----	----	490.484,11	390.724,63	B.P.I.
02/04/26	02/05/24	20	10	1143	02/05/31	INVESTIMENTOS N	3.000.000,00	3.000.000,00	4,31822%	2,22%	169.261,24	29.307,96	198.569,20	----	----	1.732.326,67	1.563.065,43	C.G.D.

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	Ponto 8.3.6.1
---	---------------

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
-------------------------

MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS EM 2013
---

Data de aprovação na Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS DO ANO				Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 1 de Janeiro de 2013	Divida em 31 de Dezembro de 2013	BANCO
				N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização*	Juros *	Total	Juros de Mora				
									( % )	( % )								
02/04/26	02/05/06	20	9	1145	02/05/31	INVESTIMENTOS N	2.000.000,00	1.972.223,00	4,58740%	1,86%	111.108,00	19.780,18	130.888,18	----	----	1.064.841,00	953.733,00	B.E.S.
02/04/26	02/05/09	20	10	1146	02/05/31	INVESTIMENTOS N	4.964.000,00	4.649.953,85	4,47940%	1,115%	258.330,72	26.646,85	284.977,57	----	----	2.497.196,96	2.238.866,24	B.P.I.
02/04/26	02/10/20	15	10	2504	02/10/17	E.M.531-Conclusão I	258.172,80	245.264,00	1,00%	2,03%	18.208,52	1.175,40	19.383,92	----	----	91.042,65	72.834,13	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	15	10	2502	02/10/17	E.M.532 e E.M. 532-1 I	351.253,48	351.253,48	1,00%	2,03%	25.740,18	1.661,59	27.401,77	----	----	128.700,85	102.960,67	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	15	10	2503	02/10/17	E.M. 566-2 e 1184-1 e Vias Convergentes I	324.318,39	308.102,00	1,00%	2,03%	22.577,98	1.457,47	24.035,45	----	----	112.889,95	90.311,97	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	10	10	3441	03/01/23	Abastecimento de Água ao concelho-Fase III I	83.331,00	83.331,00	1,00%	1,65%	5.208,19	43,07	5.251,26	----	----	5.208,19	0,00	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	12	10	3429	03/01/09	Requalificação Urbana de Vila Verde I	160.613,92	141.620,64	1,00%	1,81%	14.162,07	512,88	14.674,95	----	----	35.405,18	21.243,11	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	12	10	3430	03/01/09	Requalificação Urbanística de Vila de Prado I	152.387,50	144.768,00	1,00%	1,81%	14.476,80	524,28	15.001,08	----	----	36.192,00	21.715,20	C.G.D.
02/04/26	02/10/20	10	10	3432	03/01/09	Rede de Saneamento a diversas freguesias - 1ª fase I	119.454,12	119.454,12	1,00%	1,81%	7.465,88	67,57	7.533,45	----	----	7.465,88	0,00	C.G.D.
02/04/26	02/04/22	15	10	3517	03/01/16	Revitalização do Centro Urbano de Vila Verde I	973.749,26	891.662,20	1,00%	1,82%	67.589,40	7.315,67	74.905,07	----	----	403.562,08	335.972,68	B.E.S.
99/09/26	03/08/21	10	10	2721	03-07-24	Expansão da Rede Pré-Escolar I	149.639,37	149.639,37	1,92021%	1,43%	18.704,93	142,28	18.847,21	----	----	18.704,93	0,00	C.G.D.

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	Ponto 8.3.6.1
---	---------------

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
-------------------------

MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS EM 2013
---

Data de aprovação na Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS DO ANO				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro de 2013	Dívida em 31 de Dezembro de 2013	BANCO
				N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização*	Juros *	Total	Juros de Mora				
									( % )	( % )								
99/09/26	03/08/21	10	10	2721	03-07-24	Expansão da Rede Pré-Escolar I	149.639,37	149.639,37	1,92021%	1,43%	18.704,93	142,28	18.847,21	----	----	18.704,93	0,00	C.G.D.
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Empº 82823 N Req. EM 548	5.000.000,00	540.944,71	4,47530%	1,455%	29.997,60	6.191,64	36.189,24	----	----	326.027,20	296.029,60	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82831 N Req. EM 541	" "	1.427.744,63	4,47530%	1,455%	78.867,84	16.666,32	95.534,16	----	----	782.820,64	703.952,80	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82849 N Caminho S. Bartolomeu	" "	84.023,00	4,47530%	1,455%	4.659,36	961,80	5.621,16	----	----	45.981,56	41.322,20	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82856 N C. Cardal	" "	110.104,34	4,47530%	1,455%	6.105,72	1.260,24	7.365,96	----	----	66.358,84	60.253,12	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 82864 N Req. Rua Chelo	" "	18.300,00	4,47530%	1,455%	1.014,72	209,52	1.224,24	----	----	11.029,84	10.015,12	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos  Emp. 82914 N  Mod. CM 1142	" "	65.805,50	4,47530%	1,455%	3.649,20	753,12	4.402,32	----	----	39.661,40	36.012,20	Santander Totta
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 83508 N Inf. EB 2,3 Moure	" "	387.412,80	4,47530%	1,455%	21.483,60	4.434,36	25.917,96	----	----	212.008,60	190.525,00	Santander Totta



MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	Ponto 8.3.6.1
---	---------------

MUNICÍPIO DE VILA VERDE
-------------------------

MAPA PREVISIONAL DOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS EM 2013
---

Data de aprovação na Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	VISTO DO T.C.		Finalidade do empréstimo	CAPITAL		TAXA DE JURO		ENCARGOS DO ANO				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro de 2013	Dívida em 31 de Dezembro de 2013	BANCO	
				N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização*	Juros *	Total	Juros de Mora					
									( % )	( % )									
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Emp. 84019 N Ref. Águas Cabanelas	" "	30.663,50	4,47530%	1,455%	1.700,40	351,00	2.051,40	----	----	18.492,80	16.792,40	Santander Totta	
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84761 N Mod. CM 1141	" "	195.822,42	4,47530%	1,455%	10.859,04	2.241,48	13.100,52	----	----	118.021,88	107.162,84	Santander Totta	
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84779 N Dren. Águas res. EM 566	" "	97.600,03	4,47530%	1,455%	5.412,24	1.117,20	6.529,44	----	----	58.823,28	53.411,04	Santander Totta	
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84787 N Dren.águas Coturela	" "	41.246,89	4,47530%	1,455%	2.287,32	472,08	2.759,40	----	----	24.859,04	22.571,72	Santander Totta	
02-04-26	02-05-06	20	9	1144	02-05-31	Investimentos Emp. 84795 N Rede águas Ramalha	" "	86.424,17	4,47530%	1,455%	4.792,56	989,16	5.781,72	----	----	52.087,32	47.294,76	Santander Totta	
10-12-15	11-07-21	25	2	665	04-08-2011	6 Habitações Sociais em Parada de Gatim N		185.284,00	1,22%	1,23%	5.762,42	4.478,75	10.241,17	----	----	179.521,58	173.759,16	I.H.R.U.	
01-10-2012	16-11-2012	14	0	aguarda	aguarda	PAEL		10.718.896,85	2,60%	2,60%	765.635,48	207.027,84	972.663,32	--	--	0,00	9.953.261,37		
26-11-2012	30-11-2012	12	0	aguarda	aguarda	Saneamento financeiro		4.250.000,00	6,195%	6,195%	194.798,35	266.694,68	461.493,03	--	--	0,00	4.055.201,65		
XXXXXX	XXXXXX	Total.....						37.018.222,11	36.317.584,15	XXXXX	XXXXXX	2.279.327,28	626.731,82	2.906.059,10	XXX	XXXX	10.140.771,80	22.830.341,37	XXX

EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS DO CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO	1.393.090,16
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO 2012	10.049.439,00

# Mapa de Pessoal / Organograma

Anexo VI





# REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

## **ÍNDICE**

<i>Preâmbulo</i> .....	6
Capítulo I	
Disposições gerais .....	8
Artigo 1.º	
Âmbito de aplicação .....	8
Artigo 2.º	
Superintendência .....	8
Artigo 3.º	
Objetivos gerais .....	8
Artigo 4.º	
Princípios orientadores .....	9
Artigo 5.º	
Princípio do planeamento .....	9
Artigo 6.º	
Modelo de estrutura orgânica .....	10
Artigo 7.º	
Princípios deontológicos .....	10
Artigo 8.º	
Macroestrutura .....	10
Artigo 9.º	
Anexos .....	11
Artigo 10.º	
Dirigentes e Chefias .....	11
Artigo 11.º	
Competências dos titulares de direção intermédia .....	11
Artigo 12.º	
Despesas de representação .....	13
Capítulo II	
Disposições finais .....	13
Artigo 13.º	
Regulamentos internos .....	13
Artigo 14.º	
Afetação e mobilidade do pessoal .....	13
Artigo 15.º	
Unidades e subunidades orgânicas .....	14
Artigo 16.º	
Lacunas e omissões .....	14
Artigo 17.º	
Norma revogatória .....	14
Artigo 18.º	
Entrada em vigor .....	14
ANEXO I – Estrutura flexível .....	15
Artigo 1.º	
Composição da estrutura flexível .....	15
Capítulo I	

Gabinetes .....	16
Artigo 2.º	
Gabinete de Apoio à Presidência.....	16
Artigo 3.º	
Gabinete de Proteção Civil .....	17
Artigo 4.º	
Gabinete de Assessoria Técnica .....	18
Capítulo II	
Divisões.....	19
Artigo 5.º	
Divisão de Recursos Humanos .....	19
Artigo 6.º	
Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho .....	20
Artigo 7.º	
Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho .....	21
Artigo 8.º	
Serviço de Vencimentos e Cadastro.....	21
Artigo 9.º	
Divisão Jurídica .....	22
Artigo 10.º	
Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo.....	23
Artigo 11.º	
Serviço de Expropriações e Notariado .....	24
Artigo 12.º	
Serviço de Execuções Fiscais .....	24
Artigo 13.º	
Serviço de Contraordenações .....	24
Artigo 14.º	
Divisão de Administração e Finanças .....	25
Artigo 15.º	
Secção de Administrativa .....	27
Artigo 16.º	
Secção de Atendimento e Apoio ao Município .....	27
Artigo 17.º	
Serviço de Arquivo.....	29
Artigo 18.º	
Serviço de Contabilidade .....	30
Artigo 19.º	
Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública.....	31
Artigo 20.º	
Serviço de Tesouraria.....	32
Artigo 21.º	
Divisão de Educação e Promoção Social.....	32
Artigo 22.º	
Serviço de Educação e Ação Social .....	33
Artigo 23.º	
Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística.....	37
Artigo 24.º	
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela.....	41
Artigo 25.º	

Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Vila Verde .....	42
Artigo 26.º	
Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas .....	43
Artigo 27.º	
Serviço de Qualificação e Inserção Profissional .....	44
Artigo 28.º	
Divisão de Ambiente e Obras .....	45
Artigo 29.º	
Secção Administrativa .....	47
Artigo 30.º	
Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho .....	48
Artigo 31.º	
Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes .....	49
Artigo 32.º	
Serviço Agroflorestal .....	51
Artigo 33.º	
Serviço de Promoção Ambiental e Ciclo da Água .....	56
Artigo 34.º	
Serviço de Construção .....	58
Artigo 35.º	
Serviço de Logística .....	61
Artigo 36.º	
Divisão de Urbanização e Edificação .....	62
Artigo 37.º	
Secção Administrativa .....	63
Artigo 38.º	
Serviço de Apreciação Liminar .....	64
Artigo 39.º	
Serviço de Apreciação Técnica .....	64
Artigo 40.º	
Serviço de Suporte à Gestão de Processos .....	65
Artigo 41.º	
Divisão de Projetos e Obras .....	65
Artigo 42.º	
Serviço de Topografia .....	66
Artigo 43.º	
Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito .....	66
Artigo 44.º	
Serviço de Fiscalização e Vistorias .....	67
Artigo 45.º	
Serviço de Mobilidade e Trânsito .....	69
Artigo 46.º	
Divisão de Ordenamento do Território .....	70
Capítulo III	
Unidades .....	71
Artigo 47.º	
Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade .....	71
Artigo 48.º	
Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica .....	72
Artigo 49.º	

Serviço de Gestão de Sistemas de Informação .....	72
Artigo 50.º	
Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas .....	73
Artigo 51.º	
Unidade de Inovação e Conhecimento .....	73
ANEXO II – Tabela da sucessão das unidades orgânicas flexíveis .....	75
ANEXO III – Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau .....	76
Artigo 1.º	
Objeto e âmbito .....	76
Artigo 2.º	
Cargos de direção intermédia .....	76
Artigo 3.º	
Missão .....	76
Artigo 4.º	
Princípios gerais de ética .....	76
Artigo 5.º	
Princípios de gestão.....	77
Artigo 6.º	
Competências dos dirigentes intermédios.....	77
Artigo 7.º	
Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau .....	79
Artigo 8.º	
Seleção e provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau .....	79
Artigo 9.º	
Decisão de renovação da comissão de serviço de 3.º grau .....	80
Artigo 10.º	
Cessação da comissão de serviço de 3.º grau .....	80
Artigo 11.º	
Estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau .....	80
Artigo 12.º	
Responsabilidade dos dirigentes intermédios de 3.º grau .....	80
Artigo 13.º	
Apoio judiciário.....	80
ANEXO IV – Organograma .....	81
ANEXO V – Mapa de Pessoal para 2013 .....	82

### ***Preâmbulo***

No contexto de mudança atual, gerado pelas dinâmicas da concretização das várias linhas de reforma da Administração Pública, é intenção da Câmara Municipal de Vila Verde o acompanhamento das mesmas de forma congruente e eficaz.

A consolidação da autonomia do poder local democrático nas últimas décadas, traduzida numa forte aposta na descentralização de atribuições, em diversos domínios, para as Autarquias Locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos em padrões que lhes permitam dar uma melhor e mais rápida resposta às solicitações decorrentes da delimitação de novas atribuições e competências.

A publicação Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro veio abrir caminhos para a implementação de novos processos de reengenharia, traduzindo-se em novas formas de funcionamento dos órgãos e serviços autárquicos, bem como, a sua adaptação a novas realidades organizativas, que permitam o exercício das respetivas funções de acordo com um modelo mais operativo e flexível.

Por outro lado, e no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), foi fixada a redução do número de dirigentes em funções na administração local.

Neste sentido, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado) procedeu-se à definição de regras e critérios para o provimento de dirigentes das câmaras municipais, de forma a alcançar esse desiderato.

Os critérios definidos, no que tange à população, cuidam de englobar não só a população residente, mas igualmente a população que trabalha ou estuda em determinado município, ainda que no mesmo não resida.

Introduziu-se, igualmente, um critério há muito reclamado: atender à população sazonal, isto é, às dormidas turísticas, o qual visa permitir melhor adequar as estruturas orgânicas dos municípios com a sua concreta realidade de vida e dinâmica económico-social.

Manteve-se, ainda que com ajustamentos, o critério concernente à participação no montante total dos fundos a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Esta nova alteração orgânica, elaborada em cumprimento daqueles critérios, mantém nos seus princípios basilares como a anterior, uma melhor resposta aos cidadãos cumprindo o grande desígnio que é servir o público. Pretende-se, por conseguinte, conceber um modelo de funcionamento e repartição de competências que supere os estrangulamentos diagnosticados e apetreche a instituição para responder com zelo, solicitude e eficiência ao catálogo de atribuições que perfazem o seu âmbito de intervenção.

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro estipula que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo da estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projeto.

O presente Regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea n), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro e do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

## **Capítulo I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito de aplicação**

1. O presente regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal de Vila Verde, bem como, os princípios que os regem, e estabelece os níveis de direção e de hierarquia que articulam os serviços municipais dentro da Câmara bem como o respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.
2. O presente regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal de Vila Verde, mesmo quando desconcentrados.

#### **Artigo 2.º**

##### **Superintendência**

1. A superintendência e a coordenação dos serviços competem ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor.
2. Os Vereadores terão nesta matéria os poderes que lhe forem delegados pelo Presidente da Câmara Municipal.

#### **Artigo 3.º**

##### **Objetivos gerais**

No desempenho das suas atribuições e competências, os serviços municipais prosseguem os seguintes objetivos:

1. Alargar e melhorar as respostas às necessidades e aspirações da comunidade, através da obtenção de índices sempre crescentes da prestação de serviços às populações.
2. Realizar plena, oportuna e eficientemente as ações e tarefas definidas no sentido do desenvolvimento socioeconómico do Concelho, designadamente as constantes dos planos estratégicos de investimento, dos planos municipais de ordenamento do território, das grandes opções do plano e dos objetivos estratégicas plurianuais.
3. Maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, no quadro de uma gestão racionalizada e moderna.
4. Obter os melhores padrões de qualidade nos serviços prestados às populações.

5. Promover a participação organizada e empenhada dos agentes sociais e económicos e da população em geral na atividade municipal.
6. Dignificar e valorizar profissionalmente os trabalhadores municipais.

#### **Artigo 4.º**

##### **Princípios orientadores**

Os serviços municipais regem-se pelos seguintes princípios:

1. Da prossecução do interesse público.
2. Da administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos munícipes através do conhecimento dos processos e procedimentos que lhes digam respeito.
3. Da eficácia e da eficiência.
4. Da desburocratização, de forma a tornar célere o procedimento e, desta forma, satisfazer em tempo útil as necessidades das populações.
5. Do sentido do serviço à população em geral.
6. Do respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei.
7. Da transparência, diálogo e participação expressos numa atitude permanente de interação com as populações.
8. Da qualidade, quer na procura contínua de procedimentos inovadores, racionais e desburocratizantes, quer na gestão assente em critérios técnicos, económicos e financeiros perfeitamente eficazes e eficientes potenciadores de uma maior solidariedade social.

#### **Artigo 5.º**

##### **Princípio do planeamento**

1. A atividade dos serviços municipais será referenciada a planos globais ou sectoriais, definidos pelos órgãos autárquicos, em função da necessidade de promover a melhoria das condições de vida das populações e o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho.
2. Os serviços colaborarão com os órgãos municipais na formulação dos diferentes instrumentos de planeamento e programação que, uma vez aprovados, assumem carácter vinculativo.

## **Artigo 6.º**

### **Modelo de estrutura orgânica**

A organização interna dos serviços municipais adota o modelo de estrutura hierarquizada, constituída por:

- Unidades orgânicas flexíveis;
- Subunidades orgânicas.

## **Artigo 7.º**

### **Princípios deontológicos**

Os trabalhadores municipais exercem a sua atividade profissional, em obediência aos preceitos constitucionais e aos princípios gerais da atividade administrativa.

## **Artigo 8.º**

### **Macroestrutura**

Ao nível da macroestrutura, os serviços do Município de Vila Verde organizam-se em unidades orgânicas estruturais, a saber:

1. Divisão – unidade orgânica de carácter flexível com atribuições de âmbito operativo e instrumental integradas numa mesma área funcional, constituindo-se fundamentalmente como unidade técnica de organização, execução e controlo de recursos e atividades, liderada por dirigente intermédio de 2.º grau.
2. Unidade – unidade orgânica de carácter flexível com atribuições de âmbito operativo e instrumental, liderada por dirigente intermédio de 3.º grau.
3. Secção – subunidade orgânica de carácter técnico-administrativo e logístico que agrega atividades instrumentais nas áreas do sistema de gestão municipal, de secretariado, tratamento de documentos, administração e de apoio logístico, liderada por pessoal com funções de coordenação.
4. Gabinete – unidades de apoio e assessoria aos órgãos municipais.
5. Serviço – unidade orgânica de carácter funcional que agrega atividades operativas e instrumentais, coordenada preferencialmente por técnico superior.

## **Artigo 9.º**

### **Anexos**

1. O Anexo I define a estrutura flexível dos serviços municipais e a competência das respetivas unidades orgânicas e gabinetes.
2. O Anexo II apresenta a tabela de sucessão das unidades orgânicas flexíveis.
3. O Anexo III estabelece a área, requisitos de recrutamento, competências e estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau.
4. O Anexo IV apresenta o organograma da estrutura organizacional dos serviços municipais.
5. O Anexo V define o mapa de pessoal para o ano 2013.

## **Artigo 10.º**

### **Dirigentes e chefias**

1. As divisões são dirigidas por pessoal dirigente provido, nos termos da lei, pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. As restantes unidades orgânicas de carácter flexível são dirigidas por cargos de direcção intermédia providos pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do regulamento dos cargos de direcção intermédia de 3.º grau, constante do Anexo III.
3. Os cargos de coordenador técnico serão exercidos por titulares da respetiva categoria, nos termos da lei.
4. Aos titulares dos cargos de direcção e chefia são atribuídos os poderes necessários ao pleno exercício das funções executivas atribuídas à unidade orgânica ou subunidade orgânica, de acordo com a lei e com as decisões e deliberações dos órgãos municipais.

## **Artigo 11.º**

### **Competências dos titulares dos cargos de direcção intermédia**

1. Os titulares dos cargos de direcção exercem, na respetiva unidade orgânica, as seguintes competências:
  - a) Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
  - b) Receber a fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
  - c) Propor ao presidente da câmara tudo o que seja do interesse do órgão;

- d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios de contas;
- e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente do órgão executivo e propor as soluções adequadas;
- f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações do órgão executivo nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.

2. Compete ainda aos titulares de cargos de direção:

- a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
- c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
- d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- e) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- f) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- g) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- h) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;

- i) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- j) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;
- k) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

### **Artigo 12.º**

#### **Despesas de representação**

Aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau serão abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

## **Capítulo II**

### **Disposições finais**

### **Artigo 13.º**

#### **Regulamentos internos**

Para além das competências e atribuições atrás enumeradas, a Câmara Municipal de Vila Verde poderá elaborar regulamentos internos e manuais de procedimentos para cada serviço, os quais, em estrita observância ao disposto no presente regulamento, pormenorizarão as respetivas tarefas e responsabilidades.

### **Artigo 14.º**

#### **Afetação e mobilidade de pessoal**

A afetação e a mobilidade de pessoal aos serviços serão determinadas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competência delegada para o efeito, nos termos dos lugares existentes no mapa de pessoal.

### **Artigo 15.º**

#### **Unidades e subunidades orgânicas**

1. Ao Presidente da Câmara Municipal compete a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, nos termos da lei.
2. Compete à Câmara Municipal de Vila Verde, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal de Vila Verde, criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas flexíveis.
3. Compete à Assembleia Municipal de Vila Verde criar, alterar ou extinguir unidades orgânicas nucleares.

### **Artigo 16.º**

#### **Lacunas e omissões**

As lacunas e omissões deste Regulamento serão resolvidas, nos termos gerais do direito, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde.

### **Artigo 17.º**

#### **Norma revogatória**

Com a publicação do presente regulamento fica expressamente revogado o anterior regulamento, publicado na 2ª Série, n.º 12, do Diário da República, em 18 de janeiro de 2011.

### **Artigo 18.º**

#### **Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, nos termos legais.

## **ANEXO I**

### **Estrutura flexível dos serviços municipais, atribuições e competência das respetivas unidades orgânicas, subunidades e gabinetes**

---

#### **Artigo 1.º**

##### **Composição da estrutura flexível**

A estrutura flexível tem a seguinte composição:

1. Gabinete de Apoio à Presidência.
2. Gabinete de Proteção Civil.
3. Gabinete de Assessoria Técnica.
4. Divisão de Recursos Humanos:
  - 4.1. Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho;
  - 4.2. Serviço Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho;
  - 4.3. Serviço de Vencimentos e Cadastro.
5. Divisão Jurídica:
  - 5.1. Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo;
  - 5.2. Serviço de Expropriações e Notariado;
  - 5.3. Serviço de Execuções Fiscais;
  - 5.4. Serviço de Contraordenações.
6. Divisão de Administração e Finanças:
  - 6.1. Secção Administrativa;
  - 6.2. Secção de Atendimento e Apoio ao Munícipe;
  - 6.3. Serviço de Arquivo;
  - 6.4. Serviço de Contabilidade;
  - 6.5. Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública;
  - 6.6. Serviço de Tesouraria.
7. Divisão de Educação e Promoção Social:
  - 7.1. Serviço de Educação e Ação Social;
  - 7.2. Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística;
  - 7.3. Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela;
  - 7.4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde;
  - 7.5. Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas;
  - 7.6. Serviço de Qualificação e Inserção Profissional.

- 8. Divisão de Ambiente e Obras:
  - 8.1. Secção Administrativa;
  - 8.2. Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho;
  - 8.3. Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes;
  - 8.4. Serviço Agroflorestal;
  - 8.5. Serviço de Promoção Ambiental e Ciclo da Água;
  - 8.6. Serviço de Construção;
  - 8.7. Serviço de Logística.
- 9. Divisão de Urbanização e Edificação:
  - 9.1. Secção Administrativa;
  - 9.2. Serviço de Apreciação Liminar;
  - 9.3. Serviço de Apreciação Técnica;
  - 9.4. Serviço de Suporte à Gestão de Processos.
- 10. Divisão de Projetos e Obras:
  - 10.1. Serviço de Topografia.
- 11. Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito:
  - 11.1. Serviço de Fiscalização e Vistorias;
  - 11.2. Serviço de Mobilidade e Trânsito.
- 12. Divisão de Ordenamento de Território.
- 13. Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade:
  - 13.1. Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica;
  - 13.2. Serviço de Gestão de Sistemas de Informação;
  - 13.3. Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas.
- 14. Unidade de Inovação e Conhecimento.

## **Capítulo I**

### **Gabinetes**

#### **Artigo 2.º**

##### **Gabinete de Apoio à Presidência**

No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Apoio à Presidência compete:

- 1. Coadjuvar o Presidente da Câmara Municipal nos domínios da preparação da sua intervenção política e administrativa, coligindo e tratando os elementos necessários

para a rentabilização das propostas por si subscritas a submeter aos órgãos do Município de Vila Verde ou para a tomada de decisão no âmbito dos seus poderes próprios ou delegados.

2. Secretariar o Presidente da Câmara Municipal no que se refere ao atendimento do público e marcação de contactos com entidades externas.
3. Preparar contactos exteriores do Presidente da Câmara Municipal, fornecendo os elementos que permitam a sua documentação prévia.
4. Estabelecer os contactos institucionais da presidência com outras entidades articulando com o Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas as questões relacionadas com o protocolo.
5. Apoiar o Presidente da Câmara Municipal no relacionamento com os órgãos de comunicação social.
6. Elaborar e encaminhar o expediente organizando o arquivo sectorial da presidência.
7. Registar e promover a divulgação dos despachos, ordens de serviço e outras decisões do Presidente da Câmara Municipal.

### **Artigo 3.º**

#### **Gabinete de Proteção Civil**

1. O Gabinete de Proteção Civil tem como missão a coordenação das operações de prevenção, socorro e assistência, em situações de catástrofe e de calamidade pública.
2. No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Proteção Civil compete:
  - a) Assegurar a coordenação das atribuições cometidas à Autarquia em matérias de segurança e bem-estar públicos;
  - b) Colaborar com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outros organismos, na análise e no estudo de situações de risco, para pessoas e bens, na área do concelho;
  - c) Colaborar com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outros organismos, na inventariação, disponibilidade e facilidade de mobilização de meios de proteção e socorro, em caso de emergência ou catástrofe;
  - d) Colaborar com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outros organismos no estudo e preparação de planos de defesa das populações em caso de emergência, bem como em exercícios para testar as capacidades de execução e de avaliação dos mesmos;

- e) Organizar, propor e executar medidas de ação preventiva, designadamente de fiscalização de construções em zonas de risco, fiscalização de condições proporcionadoras de incêndios e explosões ou outras catástrofes;
- f) Promover a prevenção dos serviços municipais, bem como estabelecer os contactos com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outros organismos, em casos de eminência de catástrofe;
- g) Colaborar com o Serviço Nacional de Proteção Civil e outros organismos, em ações de socorro e salvamento de pessoas e bens, em casos de emergência ou catástrofe;
- h) Promover campanhas de educação e sensibilização da população sobre perigos eminentes de carácter público e de medidas em caso de emergência;
- i) Emitir parecer sobre planos de ordenamento;
- j) Promover o levantamento, previsão e avaliação de riscos;
- k) Apoiar tecnicamente e desenvolver formas de cooperação e apoios de natureza financeira no âmbito do socorro, emergência e proteção civil, em especial com os corpos de bombeiros e as associações humanitárias de bombeiros;
- l) Dar parecer sobre a homologação de novos corpos de bombeiros;
- m) Articular operacionalmente os agentes de proteção civil do concelho;
- n) Inventariar os meios e recursos existentes no concelho, necessários ao socorro e emergência;
- o) Fomentar e apoiar atividades em todos os domínios em que se desenvolve a proteção civil;
- p) Estruturar e enquadrar as redes de voluntariado para a proteção civil ao nível municipal.

#### **Artigo 4.º**

##### **Gabinete de Assessoria Técnica**

No âmbito das suas atribuições, ao Gabinete de Assessoria Técnica compete:

1. Prestar assessoria técnica ao Executivo Municipal.
2. Emitir pareceres técnicos.
3. Definir estratégias para promover o bom aproveitamento de fundos comunitários.
4. Coordenar e acompanhar processos relacionados com candidaturas a fundos comunitários.

5. Garantir a prestação da informação técnico-jurídica sobre quaisquer questões ou processos que lhe sejam submetidos pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal.
6. Prestar apoio técnico-administrativo e esclarecimentos aos órgãos das freguesias.
7. Elaborar, organizar, acompanhar e controlar todos os instrumentos de colaboração ou delegação nas Juntas de Freguesia, nomeadamente, protocolos e acordos de colaboração.
8. Assegurar, em articulação com o Gabinete de Apoio à Presidência, o atendimento e todos os contactos e relações institucionais com os órgãos das Juntas de Freguesia.
9. Articular, com as demais estruturas, o apoio necessário ao suporte de trabalhos e iniciativas das Juntas de Freguesia.

## **Capítulo II**

### **Divisões**

#### **Artigo 5.º**

##### **Divisão de Recursos Humanos**

1. A Divisão de Recursos Humanos tem como missão:
  - a) Atrair, reter e desenvolver pessoas, designadamente, através de um sistema de recrutamento, acolhimento e integração, de mobilidade eficiente e eficaz e de uma correta gestão da carreira profissional, tendo em vista a prestação de um serviço de qualidade;
  - b) Conseguir melhor desempenho dos trabalhadores, nomeadamente, procedendo ao diagnóstico de necessidades de formação orientada para as competências de cada trabalhador, com vista a uma prestação eficaz e eficiente dos serviços, tendo como finalidade a satisfação do cliente interno e externo;
  - c) Planear e monitorizar a formação ministrada e avaliar o desempenho do colaborador dentro da sua área de atuação.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Recursos Humanos compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Expediente e Saúde no Trabalho; Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho; e, Vencimentos e Cadastro;
  - b) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;

- c) Conceber, propor e incrementar um sistema integrado de Gestão de Recursos Humanos;
- d) Gerir a organização dos serviços e o mapa de pessoal;
- e) Assegurar, na parte que lhe compete, as operações relacionadas com a avaliação de desempenho;
- f) Gerir um adequado sistema de formação profissional;
- g) Acompanhar a evolução das despesas com pessoal da autarquia;
- h) Promover, em articulação com os restantes serviços, uma adequada afetação dos Recursos Humanos, tendo em vista os objetivos definidos e o perfil de competências profissionais;
- i) Gerir o sistema de assiduidade;
- j) Elaborar o Plano e o Relatório de Atividades da DRH;
- k) Proceder à estimativa anual das verbas a orçamentar em despesas com pessoal.

### **Artigo 6.º**

#### **Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho**

Ao Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho compete:

1. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
2. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas da Autarquia.
3. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
4. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
5. Instruir os procedimentos relativos à mobilidade e cedência de interesse público.
6. Instruir os procedimentos de aposentação e cessação de funções dos trabalhadores.
7. Participar os acidentes de trabalho à companhia seguradora.
8. Assegurar a Medicina no trabalho aos trabalhadores.
9. Assegurar as operações de registo de documentos, informar irregularidades e proceder ao encaminhamento dos respetivos documentos.
10. Assegurar o controlo da assiduidade dos trabalhadores para efeitos de vencimentos, registo digital e respetivo cartão de identificação.
11. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
12. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.

## **Artigo 7.º**

### **Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho**

Ao Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho compete:

1. Assegurar os procedimentos relativos ao recrutamento dos trabalhadores.
2. Apoiar técnica e administrativamente o processo de avaliação de desempenho, bem como o processo de indigitação e eleição da comissão paritária.
3. Colaborar no procedimento de formação profissional: levantamento de necessidades de formação; elaboração da proposta ou plano de formação; elaboração de relatórios semestrais das ações de formação desenvolvidas; preparação dos dossiers técnico-pedagógicos; avaliação da eficácia da formação.
4. Assegurar os procedimentos relacionados com o programa de estágios profissionais na administração local (PEPAL).
5. Colaborar na organização e alteração dos mapas de pessoal e regulamento dos serviços municipais.
6. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas com pessoal da Autarquia.
7. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
8. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
9. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
10. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.

## **Artigo 8.º**

### **Serviço de Vencimentos e Cadastro**

Ao Serviço de Vencimentos e Cadastro compete:

1. Processar e atualizar as remunerações, abonos e proteção social dos trabalhadores (ADSE), horas extraordinárias e outros suplementos.
2. Colaborar na gestão de carreiras em função das avaliações de desempenho.
3. Elaborar o expediente relativo a seguros com pessoal.
4. Elaborar o balanço social e enviar às entidades competentes.
5. Informar pedidos dos trabalhadores para decisão superior.
6. Colaborar no acompanhamento da evolução das despesas com pessoal da Autarquia.
7. Instruir todos os processos referentes a prestações sociais (abono de família, ADSE, segurança social).

8. Organizar e manter atualizado o cadastro dos trabalhadores do Município (físico e informático).
9. Elaborar e conferir os mapas e relações de descontos, facultativos ou obrigatórios, processados nos vencimentos e remete-los às entidades destinatárias nos prazos legais.
10. Prestar atendimento aos colaboradores na parte que lhe compete.
11. Proceder ao arquivo (físico e informático) dos documentos que lhe competem.
12. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
13. Reportar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) de informação referente aos recursos humanos.

### **Artigo 9.º**

#### **Divisão Jurídica**

1. A Divisão Jurídica tem como missão assegurar o suporte jurídico e a legalidade na atuação no Município de Vila Verde, garantindo o reconhecimento e prestígio da função e contribuindo para a agilização e simplificação do Regime Jurídico Autárquico, nas diversas áreas da sua competência, por forma a garantir a segurança jurídica na atuação dos diversos serviços do Município de Vila Verde.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão Jurídica compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo; Expropriações e Notariado; Execuções Fiscais; e, Contraordenações;
  - b) Prestar assessoria jurídica aos Órgãos e Serviços Municipais;
  - c) Organizar e assegurar a instrução dos processos de contraordenação;
  - d) Instruir processos de execução fiscal;
  - e) Dar execução material aos despachos superiores, bem como às deliberações dos Órgãos do Município de Vila Verde, de acordo com as atribuições da divisão;
  - f) Organizar os processos respeitantes à aquisição e alienação de bens imóveis;
  - g) Praticar o expediente necessário ao registo predial e à inscrição na matriz e propriedade imobiliária e respetivo ónus, articulando essas ações com o solicitador ao serviço do Município de Vila Verde;
  - h) Instruir e acompanhar os processos de expropriação e de desafetação do domínio público;
  - i) Coordenar e acompanhar a elaboração e atualização de Regulamentos e Posturas Municipais;

- j) Instruir processos disciplinares, de averiguações, de inquérito e de sindicância;
- k) Assegurar o arquivo de todos os documentos adstritos a estes serviços, mantendo sempre atualizado o arquivo corrente;
- l) Elaborar os procedimentos no âmbito da certificação dos serviços da unidade orgânica;
- m) Administrar os bens de consumo corrente existentes na divisão e proceder à sua distribuição pelos trabalhadores, propondo medidas tendentes a racionalizar as aquisições de material e os consumos;
- n) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

### **Artigo 10.º**

#### **Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo**

Ao Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo compete:

1. Emitir pareceres de natureza jurídica sobre matérias respeitantes aos serviços Municipais.
2. Acompanhar os processos de contencioso administrativo.
3. Proceder à seleção, distribuição e classificação de legislação, com vista a habilitar os Serviços à boa execução das leis e à uniformidade da sua interpretação.
4. Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos do Município de Vila Verde e Juntas de Freguesia.
5. Coordenar e acompanhar a elaboração e atualização de posturas e regulamentos municipais.
6. Instruir processos de processos disciplinares, de averiguações, de inquérito e de sindicância, bem como emitir pareceres quanto à regularidade formal dos processos, existência material dos factos, qualificação dos mesmos como infração disciplinar, circunstâncias dirimentes, gravidade da infração e pena aplicável.
7. Formular junto do Ministério Público participações, quando haja indícios da prática de crime.
8. Tratamento de reclamações apresentadas perante o Município de Vila Verde relativamente a atribuições concedidas da divisão.
9. Organizar os processos de desafetação de domínio público municipal.

## **Artigo 11.º**

### **Serviço de Expropriações e Notariado**

Ao Serviço de Expropriações e Notariado compete:

1. Preparar e acompanhar todos os atos e contratos em que o Município de Vila Verde seja outorgante, bem como outros atos formais, mesmo aqueles para os quais não é exigida a forma de documento autêntico, organizando os processos respetivos.
2. Instruir os processos respeitantes à declaração de utilidade pública para expropriação, intervindo nas fases subsequentes, designadamente posse administrativa, se for caso disso, expropriação amigável ou litigiosa, constituição e funcionamento da arbitragem, indemnizações e recurso.
3. Assegurar todo o expediente e arquivo do notariado.
4. Extrair fotocópias e passar certidões de escrituras, de registos e de outros documentos notariais.

## **Artigo 12.º**

### **Serviço de Execuções Fiscais**

Ao Serviço de Execuções Fiscais compete:

1. Promover a cobrança coerciva através da instauração dos competentes processos de execução fiscal, executando todo o expediente necessário ao exercício da competência e das funções cometidas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário e demais legislação conexa, na parte aplicável aos Municípios.
2. Assegurar a emissão de guias referentes ao pagamento das dívidas exequendas e respetivas custas fiscais.
3. Prestar informações na sequência das citações para reclamação de créditos.

## **Artigo 13.º**

### **Serviço de Contraordenações**

Ao Serviço de Contraordenações compete:

1. Instruir e acompanhar os processos de contraordenação respeitantes a contraordenações decorrentes da violação de posturas e regulamentos municipais, bem como, de normativos legais que atribuam a competência para a aplicação de coimas às Câmaras Municipais.
2. Prestar informações sobre as impugnações judiciais apresentadas no âmbito dos processos de contraordenação.

3. Informar e encaminhar para o Ministério Público os processos de contraordenação, tendo em vista a cobrança coerciva das coimas e das custas.
4. Emitir as guias para pagamento de coimas e de custas.
5. Iniciar e organizar os processos de contraordenação de trânsito e encaminhá-los para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.
6. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.
7. Assegurar a gestão operacional do Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito das atribuições da Divisão Jurídica, executando todas as atividades desenvolvidas nos processos nele contemplados.

### **Artigo 14.º**

#### **Divisão de Administração e Finanças**

1. A Divisão de Administração e Finanças tem como missão assegurar a prestação de todos os serviços de apoio que garantam o regular funcionamento da atividade municipal, garantir o cumprimento das linhas estratégicas da gestão financeira, económica e orçamental do Município de Vila Verde, assim como da gestão do património, da contratação de bens e serviços e de incentivo a candidaturas a programas de financiamento.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Administração e Finanças compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Secção de Atendimento e Apoio ao Munícipe; Contabilidade; Aprovisionamento e Contratação Pública; e, Tesouraria;
  - b) Prestar o apoio técnico-administrativo às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Município de Vila Verde;
  - c) Executar as tarefas inerentes à receção, registo, expediente e arquivo da documentação;
  - d) Instruir processos de licenciamento que sejam da sua competência, emitir as respetivas licenças e liquidar as competentes taxas;
  - e) Coordenar a elaboração e a apresentação dos documentos previsionais e de prestação de contas e do relatório de gestão do Município de Vila Verde;
  - f) Elaborar as Grandes Opções do Plano e do Orçamento, respetivas alterações e revisões, bem como, controlar a sua execução;
  - g) Elaborar o relatório de Prestação de Contas;

- h) Elaborar as propostas para a recolha de impostos e outras receitas municipais;
- i) Adotar procedimentos de controlo que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável;
- j) Acompanhar os limites ao endividamento municipal;
- k) Elaborar estudos e relatórios diversos da sua especialidade, designadamente sobre evolução da situação financeira municipal;
- l) Controlar o grau de utilização da capacidade legal de endividamento municipal;
- m) Elaborar reconciliações bancárias, planos de pagamentos e processar ordens de pagamento;
- n) Elaborar a proposta de revisão anual da tabela de taxas e licenças;
- o) Gerir a carteira de seguros e garantias bancárias;
- p) Assegurar os processos relativos à contratação pública de bens e serviços, locação e apoio burocrático nas empreitadas;
- q) Proceder ao inventário de bens móveis e imóveis, mantendo-o devidamente atualizado;
- r) Assegurar todo o expediente relativo à aquisição e alienação de bens do Município;
- s) Proceder ao pagamento, através das instituições bancárias, de vencimentos e outros abonos de pessoal, bem como das remunerações devidas por serviços prestados;
- t) Promover a regularização das despesas superiormente autorizadas e das receitas legalmente devidas;
- u) Proceder à escrituração do IVA, processar juros e amortizações de empréstimos contraídos pela Autarquia;
- v) Remeter às entidades competentes toda a informação relativa à situação económica e financeira do Município de Vila Verde;
- w) Contabilizar a receita diária e apuramento do saldo diário de caixa e bancos;
- x) Proceder à reconciliação de custos na contabilidade analítica;
- y) Executar o cadastro do imobilizado.

## **Artigo 15.º**

### **Secção Administrativa**

À Secção Administrativa compete:

1. Gerir o expediente relacionado com as reuniões camarárias, nelas incluindo-se a exarcação de minutas e atas.
2. Transmitir aos serviços as deliberações tomadas com interesse para o Município de Vila Verde.
3. Apoiar as tarefas necessárias ao recenseamento eleitoral e à realização de censos e inquéritos.
4. Elaborar e registar avisos, anúncios e editais, bem como promover a sua publicação.
5. Registar e distribuir o correio e demais expediente, promovendo a desmaterialização, e estabelecer o encaminhamento para tratamento nos diversos serviços.
6. Suportar a gestão dos processos relativos ao licenciamento de automóveis ligeiros de passageiros de aluguer, bem como as atividades diversas, previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, nomeadamente: guarda-noturno; venda ambulante de lotarias; e arrumador de automóveis.
7. Assegurar o encaminhamento dos pedidos relativos às cartas de caçador para a entidade competente.
8. Gerir a informação afixada no espaço de receção, no sentido de garantir a sua atualização.

## **Artigo 16.º**

### **Secção de Atendimento e Apoio ao Município**

1. A Secção de Atendimento e Apoio ao Município destina-se a apoiar os cidadãos no seu relacionamento com o Município de Vila Verde ao nível do atendimento e informação geral e no que se refere ao tratamento de assuntos do seu interesse. Tem como missão prosseguir o princípio de satisfação total do munícipe, através do desenvolvimento da política da qualidade no atendimento presencial, telefónico e eletrónico, no sentido da aproximação e facilitação da relação com o cidadão. Integra as áreas de receção, atendimento único presencial, atendimento telefónico, manutenção e limpeza das instalações, as quais no âmbito das suas atribuições, compete coordenar.
2. A esta secção em matéria de atendimento em regime de balcão único incumbem as seguintes funções:

- a) Atender, informar e orientar os munícipes sobre os serviços prestados pelo Município de Vila Verde, presencial ou telefonicamente;
  - b) Diligenciar junto dos serviços municipais as informações necessárias, no sentido de garantir o direito à informação, sobre o estado e andamento dos processos;
  - c) Tratar as solicitações que possam ser efetuadas no imediato, no sentido da rápida e adequada satisfação dos munícipes;
  - d) Assegurar o atendimento personalizado, fornecendo requerimentos, formulários e modelos e prestando apoio no seu preenchimento;
  - e) Receber, conferir, registar e encaminhar os requerimentos e documentos dos munícipes, para os respetivos serviços;
  - f) Registar e encaminhar todas as reclamações, com vista à sua rápida resolução;
  - g) Auxiliar à referenciação na emissão de plantas de localização;
  - h) Emitir e entregar documentos (guias de receita, contratos de fornecimento de água, comprovativos de entrega, licenças diversas, alvarás, cartões, certidões, atestados, avisos, plantas, e demais documentação que deva ser entregue ao munícipe presencialmente);
  - i) Receber dos munícipes as liquidações de taxas, tarifas ou outros pagamentos;
  - j) Propor e dinamizar, em articulação com o serviço de modernização administrativa, medidas de correção e de melhoria do serviço de atendimento prestado que se revelem necessárias à satisfação dos munícipes;
  - k) Disponibilizar o acesso mediado ao Balcão do Empreendedor, para a submissão dos formulários eletrónicos, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 48/2011.
3. Compete também a esta secção providenciar o atendimento telefónico e colaborar na manutenção das instalações, nomeadamente cumprindo as seguintes funções:
- a) Receber, informar e agendar os pedidos de marcação de atendimento técnico específico;
  - b) Encaminhar, telefónica ou presencialmente os cidadãos para as respetivas áreas mediante os assuntos em causa;
  - c) Efetuar e registar as chamadas telefónicas para o exterior, solicitadas pelos diversos serviços;
  - d) Receber e encaminhar as sugestões e opiniões depositadas na receção;
  - e) Identificar, registar e promover a resolução das anomalias de funcionamento das instalações em articulação com a Divisão de Ambiente e Obras;

- f) Gerir e controlar o chaveiro do edifício, bem como o acesso de pessoas externas aos serviços;
  - g) Garantir o permanente funcionamento das câmaras de vigilância, no sentido da promoção da segurança do edifício;
  - h) Manter atualizada a lista de contactos internos.
4. Esta secção é ainda responsável por garantir o adequado estado de limpeza e higiene das instalações, zelando pela arrumação dos espaços comuns e integridade do mobiliário e dos equipamentos.

### **Artigo 17.º**

#### **Serviço de Arquivo**

1. O Serviço de Arquivo está organizado em 3 setores:
  - a) Gestão Documental – exerce a sua atividade numa dupla missão: prestação dos serviços aos clientes externos (municípios) – Atendimento e prestação de serviços aos clientes internos (outras unidades orgânicas), tendo por base a implementação do Sistema Integrado de Gestão de Arquivos que tem por objetivo efetuar a gestão documental através do recenseamento e descrição e aplicação da tabela de temporalidade a todos os documentos, em formato papel ou digital, produzidos ou recebidos pela Câmara Municipal no âmbito das suas atividades.
  - b) Arquivo Histórico – exerce a sua atividade sobre toda a documentação que após o processo de seleção e avaliação documental nele é incorporada, procedendo, também, à recolha e tratamento de conjuntos documentais com valor patrimonial e histórico com interesse municipal pertencentes a outras entidades concelhias.
  - c) Serviço de Digitalização e Arquivo Digital – responsável pelo projeto de digitalização documental dos documentos produzidos e/ou recebidos pelo Município e a implementação do Arquivo Digital, tornando possível para todos os técnicos e administrativos, bem como aos municípios, o acesso aos seus processos em formato digital, reduzindo o consumo e circulação de documentos em suporte papel. Este projeto, estando dependente de recursos materiais e humanos, será implementado ao longo deste ano de forma faseada, de acordo com o respetivo projeto.

2. Assim, de uma forma genérica, e de acordo com o Regulamento do Arquivo Municipal de Vila Verde, ao Serviço Arquivo compete:

- a) Gerir na sua integridade os arquivos dos diferente órgãos e serviços da Câmara Municipal, independentemente da idade ou fase, forma ou suporte material dos documentos que os compõem;
- b) Recolher e tratar tecnicamente os arquivos e conjuntos documentais pertencentes a outras entidades do concelho de Vila Verde com interesse histórico, patrimonial, arquivístico e ou informativo, sempre que solicitado para esse efeito;
- c) Conceder apoio técnico-arquivístico àquelas entidades, a sua solicitação, nas diversas matérias que se prendem com a criação, organização, gestão documental, preservação e acesso aos seus arquivos;
- d) Facultar aos utilizadores certidões e cópias dos documentos de arquivo à sua guarda, salvo quando estiverem em causa limitações do direito de acesso às informações neles contidas ou a sua preservação, devendo, neste último caso, ser facultada a consulta, na medida do possível, de uma reprodução das espécies acauteladas;
- e) Fomentar o conhecimento dos acervos documentais, quer dos arquivos próprios, quer dos existentes no concelho, através do seu recenseamento e da elaboração dos respetivos guias, inventários e catálogos;
- f) Divulgar o património documental e recursos informativos do concelho, mediante a promoção de iniciativas culturais de natureza diversa;
- g) Executar tudo o mais que se encontrar relacionado com este serviço e for superiormente determinado.

### **Artigo 18.º**

#### **Serviço de Contabilidade**

Ao Serviço de Contabilidade compete:

1. Lançar movimentos de caixa e organizar o arquivo das ordens de pagamento.
2. Processar a despesa fixa mensal, bem como despesas relativas às transferências para as freguesias.
3. Organizar a documentação comprovativa da despesa com transportes, refeições e prolongamento escolar.
4. Realizar o processamento do factoring.

5. Processar guias de receita para arrecadação de valores.
6. Conduzir a tramitação dos respetivos procedimentos administrativos.
7. Emitir certidões das importâncias entregues pela Câmara Municipal Vila Verde a outras entidades.
8. Manter atualizadas as contas-correntes de fornecedores.
9. Assegurar o atendimento ao público do respetivo serviço.

### **Artigo 19.º**

#### **Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública**

1. Ao Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública compete:
  - a) Assegurar os procedimentos relacionados com contratação pública, designadamente quanto à aquisição de bens e serviços, bem como das empreitadas de obras públicas: publicações, disponibilização de procedimentos, comunicações e gestão da tramitação processual;
  - b) Efetuar pedidos de preços, cabimentos, compromissos, requisições internas e externas;
  - c) Proceder à junção da faturação às respetivas requisições e arquivo das mesmas;
  - d) Proceder ao lançamento contabilístico da faturação em programa informático;
  - e) Proceder à separação da faturação pelos serviços requisitantes para posterior confirmação do bem/serviço;
  - f) Processar ordens de pagamento a fornecedores e outras entidades;
  - g) Assegurar a gestão administrativa do material armazenado;
  - h) Prestar atendimento ao público e apoio à tesouraria.
2. Aos Assistentes Operacionais afetos ao bar compete:
  - a) Prestar assistência ao bar da Câmara Municipal de Vila Verde e zelar pelas respetivas instalações e equipamentos;
  - b) Entregar aos colaboradores os géneros alimentares por eles solicitados, mediante o recebimento das respetivas importâncias;
  - c) Entregar na tesouraria as importâncias recebidas;
  - d) Identificar os géneros alimentares em falta no bar, proceder à respetiva requisição, recebê-los dos fornecedores e guardá-los nos devidos locais.

## **Artigo 20.º**

### **Serviço de Tesouraria**

Ao Serviço de Tesouraria compete:

1. Arrecadar receitas virtuais e eventuais.
2. Efetuar a liquidação de despesas e cobrança de receitas, depois de devidamente autorizadas.
3. Promover a entrada e saída de fundos por operações de tesouraria.
4. Manter à sua guarda os fundos, valores e documentos pertencentes ao Município de Vila Verde.
5. Manter atualizada a conta corrente com instituições de crédito.
6. Registrar e entregar diariamente na Divisão de Administração e Finanças o diário de tesouraria, o resumo diário de tesouraria e a conta corrente de documentos.
7. Transferir diariamente para a Divisão de Administração e Finanças todos os documentos de despesa e de receita, anulações, guias de débito e outras escrituradas no respetivo diário de tesouraria e resumo diário de tesouraria.
8. Manter devidamente informado o Chefe da Divisão de Administração e Finanças sobre qualquer anomalia de tesouraria.
9. Executar outras tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhe sejam superiormente solicitadas.
10. Assegurar o atendimento ao público do respetivo serviço.

## **Artigo 21.º**

### **Divisão de Educação e Promoção Social**

1. A Divisão de Educação e Promoção Social tem como missão desenvolver estratégias de intervenção e assegurar o planeamento e gestão dos serviços e equipamentos educativos, coordenar e promover o desenvolvimento das atividades culturais, gerir os programas e projetos municipais nas áreas da intervenção social e assegurar a realização das políticas e dos programas municipais nas áreas do turismo, da juventude e do desenvolvimento desportivo, promovendo o desenvolvimento sustentado do Município de Vila Verde, nos princípios da equidade, da cultura democrática e da qualidade, numa lógica de proximidade com os munícipes e instituições.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Educação e Promoção Social compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Educação e Ação Social; Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística; Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela; Comissão de

Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde; Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas; e, Serviço de Qualificação e Inserção Profissional;

- b) Programar e executar tarefas de planeamento, administração e gestão educativa da rede escolar;
- c) Articular com os estabelecimentos de ensino e com os organismos da tutela na implementação de ações de intervenção no território;
- d) Gerir implementar as medidas de ação social escolar e os transportes escolares;
- e) Promover ações de desenvolvimento educacional e de formação socioprofissional;
- f) Encetar ações de desenvolvimento da educação de base e de formação de adultos;
- g) Assegurar o cumprimento dos objetivos e ações enunciados na Carta Educativa Concelhia;
- h) Implementar e executar programas de animação cultural no concelho;
- i) Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelo conhecimento;
- j) Promover ações que estimulem a criatividade, o diálogo e a diversidade cultural;
- k) Efetuar e colaborar em ações de defesa, preservação e valorização do património histórico, paisagístico e urbanístico do Município de Vila Verde;
- l) Divulgar e promover as potencialidades turísticas do Concelho;
- m) Organizar feiras, exposições e outros certames que potenciem os recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, o património, a etnografia, os usos e costumes tradicionais;
- n) Organizar e desenvolver produtos turísticos destinados a determinados grupos sociais e faixas etárias;
- o) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

## **Artigo 22.º**

### **Serviço de Educação e Ação Social**

1. Ao Serviço de Educação e Ação Social, em particular no âmbito da educação compete:

- a) Assegurar a receção, estudo, análise e encaminhamento de solicitações dos munícipes na área socioeducativa;
- b) Executar tarefas de planeamento, administração e gestão educativa da rede escolar, no âmbito das competências municipais – diagnóstico e aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais educativos; candidaturas à construção ou ampliação de edifícios escolares;
- c) Colaborar com estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares, nas ações de incentivo e melhoria do sucesso escolar;
- d) Diagnosticar insuficiências económicas e sociais ao nível do ensino pré-escolar e do ensino básico, propondo medidas adequadas à sua resolução;
- e) Executar as atividades programadas na área da ação social escolar;
- f) Promover e apoiar ações de educação de base e fomento cultural destinadas a adultos;
- g) Promover e apoiar ações de desenvolvimento educacional e de formação socioprofissional;
- h) Promover ações no sentido da implementação das medidas previstas na Carta Educativa Concelhia;
- i) Garantir a implementação de Programas de índole socioeducativa que sejam assumidos pelo Município de Vila Verde no âmbito de competências próprias ou protocoladas com o Ministério da Educação, garantindo a elaboração das respetivas candidaturas anuais, o estabelecimento de protocolos com vista à sua boa execução e a sua gestão diária;
- j) Implementar e acompanhar o fornecimento de refeições no 1º ciclo, garantindo a elaboração de candidatura anual, o estabelecimento de protocolos e o envio trimestral de dados e correspondente recebimento de verbas;
- k) Implementar e acompanhar o desenvolvimento da componente de apoio à família no pré-escolar, articulando com os serviços centrais competentes, quer o envio de dados, quer a transferência de verbas;
- l) Elaborar e acompanhar a implementação dos protocolos de cooperação anual com os Agrupamentos de Escolas com vista à resolução de necessidades várias e acompanhamento de projetos educativos;
- m) Gerir, implementar e acompanhar todo o processo de atribuição de auxílios económicos no 1º ciclo do ensino básico;

- n) Acompanhar os Agrupamentos de Escolas, as escolas e jardins de infância no que respeita ao parque informático e ligações á Internet, nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância;
  - o) Propor e/ou apoiar a implementação de projetos educativos e/ou ações, nas mais diversas áreas, a implementar nas escolas;
  - p) Operacionalizar e dinamizar a Plataforma de Gestão Escolar (PEA).
2. Os Assistentes Operacionais que se encontram a desempenhar funções nas instituições de apoio educativo integram este serviço, competindo-lhes:
- a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
  - b) Exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola e controlar entradas e saídas da escola;
  - c) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola;
  - d) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização dos espaços e das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
  - e) Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar;
  - f) Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde;
  - g) Estabelecer ligações telefónicas, prestar informações e receber e transmitir mensagens;
  - h) Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação;
  - i) Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo e efetuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas;
  - j) Assegurar o controlo de gestão de stocks necessários ao funcionamento da reprografia;
  - k) Efetuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços;
  - l) Exercer, quando necessário, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares.

3. Ao Serviço de Educação e Ação Social, em particular no âmbito da ação social compete:

- a) Assegurar o cumprimento das atribuições do Município de Vila Verde no âmbito do sistema de ação social;
- b) Colaborar na deteção das carências da população em serviços de saúde, bem como em ações de promoção e profilaxia;
- c) Estudar e identificar as causas de marginalidade e delinquência, específicas ou de maior relevo na área do Município de Vila Verde, propondo as medidas adequadas com vista à sua eliminação;
- d) Desenvolver ações de apoio a grupos de indivíduos específicos, às famílias e à comunidade, no sentido de desenvolver o bem-estar social;
- e) Desenvolver e implementar ações de apoio à infância e terceira idade, de forma a melhorar o seu bem-estar;
- f) Colaborar na inventariação de necessidade de construção de equipamentos e instalações destinadas a apoiar a primeira infância, a terceira idade e os organismos juvenis;
- g) Colaborar, no âmbito da habitação social, no acompanhamento dos munícipes a realojar;
- h) Promover e acompanhar as atividades que visem, especificamente, categorias de munícipes aos quais se reconhecem necessidades particulares de apoio ou assistência;
- i) Realizar programas de ocupação de tempos livres;
- j) Concretizar as medidas definidas pela Câmara Municipal de Vila Verde no domínio da saúde;
- k) Promover o apoio às associações de caráter humanitário, filantrópico e de intervenção social, em particular as sedeadas no Concelho;
- l) Promover, no âmbito da rede social, a integração e coordenação das intervenções a nível concelhio;
- m) Promover a racionalidade na adequação das respostas/equipamentos, recursos e agentes às necessidades locais e induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- n) Colaborar com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com vista ao desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovens;

- o) Promover e apoiar os projetos de fomento da habitação social e cooperativa;
- p) Colaborar nos projetos de autoconstrução apoiados pela Câmara Municipal;
- q) Propor as medidas adequadas em relação às habitações degradadas e/ ou clandestinas detetadas, sugerindo medidas convenientes;
- r) Propor os programas de ação tendentes à resolução dos problemas de habitação e colaborar com organismos congéneres e outros serviços municipais na resolução do problema habitacional do Concelho;
- s) Manter atualizado o cadastro das habitações sociais pertencentes ao Município de Vila Verde;
- t) Estudar e acompanhar a execução de programas de reconversão e renovação urbana, através de ações de alojamento e integração dos habitantes desalojados;
- u) Às Assistentes Operacionais afetas a este serviço compete essencialmente assegurar a limpeza e arranjo diário das instalações, mobiliário e equipamento da Casa Municipal da Cultura.

### **Artigo 23.º**

#### **Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística**

Ao Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística compete:

1. Elaborar a realização continuada do inventário geral do património móvel, imóvel e intangível.
2. Promover o estudo e a investigação sobre o património cultural concelhio, fomentando o desenvolvimento de parcerias de âmbito local e nacional.
3. Conservar, valorizar, promover e difundir o património escrito, em especial o que concerne à história do Município de Vila Verde, contribuindo para reforçar a identidade cultural da região.
4. Conhecer e registar em diversos suportes o património etnofolclórico do concelho, nomeadamente dos grupos folclóricos, dos artesãos, das festas, feiras, romarias e usos e costumes.
5. Proceder à inventariação e classificação do património histórico-cultural (monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de interesse concelhio).
6. Emitir pareceres e elaborar programas para a conservação e recuperação do património.
7. Emitir pareceres no âmbito das intervenções em zonas históricas e classificadas.
8. Propor e estabelecer parcerias para a defesa e promoção do património histórico-cultural do Município de Vila Verde.

9. Promover e apoiar iniciativas das associações e instituições culturais do concelho.
10. Elaborar candidaturas a programas de valorização e preservação do património histórico-cultural.
11. Difundir e facilitar documentação e informação útil e atualizada, em diversos suportes sobre o património cultural concelhio com inclusão do património intangível.
12. Propor a aquisição ou implementação de novas infraestruturas e bens culturais.
13. Conceber e apoiar a execução de projetos museológicos.
14. Elaborar pareceres, recomendações e especificações técnicas de projeto, de materiais e de equipamentos, tendo em vista a adequada instalação e utilização de projetos museológicos.
15. Criar e organizar um centro de documentação promovendo o seu enriquecimento e divulgação.
16. Criar espaços de diálogo com as escolas, associações e outras instituições, procurando oferecer novas formas de olhar o património cultural.
17. Incentivar projetos de criação artística e de enriquecimento cultural.
18. Coordenar a atividade dos diversos serviços municipais, no sentido de uma ação concertada e coerente, visando a promoção das condições ambientais e gerais para o desenvolvimento turístico sustentável do Concelho.
19. Atualizar e organizar a informação do IRT – Inventário dos Recursos Turísticos do concelho de Vila Verde e promover a respetiva divulgação.
20. Coordenar o acolhimento de turistas e visitantes no posto de turismo municipal e promover o destino junto dos mesmos, dos profissionais e do público em geral, em articulação com as várias entidades privadas e públicas do setor.
21. Assegurar, em articulação com outros serviços municipais e entidades externas, uma gestão integrada e sistemática das áreas do concelho com vista à sua permanente qualificação como equipamento de uso coletivo e promoção turística.
22. Desenvolver e criar redes de trabalho ao nível local, regional, nacional e até internacional no âmbito da aplicação das políticas definidas para o desenvolvimento turístico e económico do Concelho.
23. Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores hoteleiros, comerciais e industriais que se distingam pelo espírito de serviço público e pela adoção de práticas de qualidade que prestigiem e valorizem o Município de Vila Verde.

24. Disponibilizar e realizar estudos de mercado, com o objetivo de aumentar a competitividade da oferta turística, valorizar a atratividade do destino e proporcionar ao turista/visitante experiências únicas, que façam prolongar a sua estadia e repetir a visita.
25. Realizar e participar, em parceria com outros operadores no país e no estrangeiro, ações promocionais do Concelho, da região e das suas atividades económicas, colaborando neste domínio com o Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas.
26. Organizar eventos e iniciativas de natureza turística e de lazer nas áreas - entre outras - do artesanato, restauração/gastronomia, turismo social, animação de espaços públicos e programas e circuitos turísticos temáticos (infância, adolescência e terceira idade) no Concelho de Vila Verde e colaborar nas que envolvam a representação exterior do Município.
27. Desenvolver estreitas relações com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, ao qual se acresce o objetivo de criação de sinergias ao nível regional entre todos os municípios que compõe esta Região.
28. Realizar investigação nas áreas do turismo e do lazer locais e a recolha e tratamento de dados estatísticos acerca da procura turística.
29. Participar e integrar projetos, planos e iniciativas que interajam com o desenvolvimento do turismo local, regional e nacional.
30. Contribuir, em conjunto com os serviços da autarquia competentes, para a valorização, qualificação e dinamização do património histórico-cultural e natural do Concelho de Vila Verde.
31. Realizar estudos e projetos conducentes à definição e concretização das políticas do Município de Vila Verde na área do turismo.
32. Participar em ações de inspeção e licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas.
33. Emitir pareceres com vista ao licenciamento dos empreendimentos de turismo em espaço rural.
34. Coordenar e superintender a atividade de outros profissionais do setor, se de tal for incumbido.
35. Analisar e prestar informação de interesse turístico.
36. Elaborar propostas de textos turísticos, mediante o levantamento de conteúdos e investigação bibliográfica.

37. Orientar e acompanhar processos de investimento nas suas fases de licenciamento e financiamento, prestando os esclarecimentos que o investidor, ou potencial investidor, necessite relativamente à modalidade e os corretos procedimentos legais.
38. Reunir com os promotores, onde se toma conhecimento das intenções de investimento.
39. Esclarecer sobre as possibilidades de investimento de financiamento, tentando aproximar a ideia de investimento dos requisitos legais de modo a viabilizar os projetos de investimento.
40. Criar e manter atualizado um cadastro de todos os empreendimentos turísticos, bem como do alojamento local.
41. Efetuar a receção e entrega de expediente e encomendas, prestar informações verbais ou telefónicas, expediente geral e arquivo de documentos, bem como efetuar a gestão material promocional em termos turísticos.
42. Desenvolver outras ações que se venham a entender essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo local.
43. Programar e organizar, em parceria com Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho, ações de dinamização sócio-cultural, desportiva e de recreio e lazer.
44. Inventariar as necessidades das coletividades e dos equipamentos destinados à prática desportiva.
45. Analisar e prestar apoio às associações culturais e desportivas no desenvolvimento das suas atividades e projetos.
46. Promover o acesso de todos os cidadãos aos programas e atividades de índole desportiva e cultural.
47. Lançar campanhas de sensibilização para a prática do desporto de lazer.
48. Promover e apoiar atividades lúdico-recreativas adaptadas a certos grupos de risco (idosos, pessoas portadoras de deficiência ou com problemas de saúde).
49. Planear e desenvolver atividades de natureza desportiva no âmbito da ação escolar.
50. Elaborar e manter atualizado o cadastro das associações do Concelho.
51. Assegurar o regular funcionamento e manutenção dos equipamentos municipais (Complexo de Lazer de Vila Verde, Piscinas de Vila de Prado, Estádio Cruz do Reguengo e Estádio Municipal).

## **Artigo 24.º**

### **Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela**

#### **1. À Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela compete:**

- a) Propor a aplicação de critérios de organização e funcionamento do serviço.
- b) Manter adequados os ficheiros incluindo os de consulta pública.
- c) Estabelecer ligações com departamentos do Estado e outros organismos responsáveis pela leitura pública.
- d) Conceber e operacionalizar programas de animação cultural tendentes a promoverem o desenvolvimento do nível cultural das populações.
- e) Criar e fortalecer hábitos de leitura e desenvolver atividades que promovam o gosto pela mesma.
- f) Apoiar a educação individual, a autoformação e a educação formal a todos os níveis.
- g) Promover o conhecimento sobre a herança cultural e o apreço pelas artes, pelo conhecimento e pela inovação científica.
- h) Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural e fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural.
- i) Recolher, tratar, preservar e divulgar os fundos documentais de carácter local.
- j) Selecionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra, desenvolvendo e adaptando sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades.
- k) Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação.
- l) Promover ações de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária.
- m) Dinamizar a utilização de equipamentos e suportes informáticos.
- n) Articular ações com a rede de Leitura Pública e propor o estabelecimento de parcerias com as autarquias e outras entidades.
- o) Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local.
- p) Apoiar e orientar os utilizadores no âmbito da disponibilização de documentos, da pesquisa de bibliografia e da gestão do circuito documental.
- q) Assegurar a gestão do expediente, arquivo de correspondência e outra documentação.
- r) Assegurar a gestão do SELESE (Serviço de Leitura em Suportes Especiais).

- s) Preparar e executar contos direcionados para a população concelhia do pré-escolar e 1.º Ciclo.
2. Às Assistentes Operacionais afetas à Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela compete, essencialmente, proceder à limpeza e manutenção diária da biblioteca, observando princípios de asseio e poupança e transportar, arrumar e armazenar o material necessário às atividades dos serviços da biblioteca.

### **Artigo 25.º**

#### **Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Vila Verde**

À Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde compete:

1. Diagnosticar situações de risco/perigo.
2. Acompanhar os processos identificados como de perigo que integram, entre outras diligências: o contacto com as famílias; as visitas domiciliárias; os diversos atendimentos; as reuniões e/ou contactos com entidades que diretamente ou indiretamente possam ser envolvidas nos processos de Promoção e Proteção.
3. Estabelecer Acordos de Promoção e Proteção junto dos menores e a respetiva execução da medida aplicada.
4. Preparar relatórios sociais para o Tribunal de Família e Menores de Braga, bem como a comparência no tribunal sempre que solicitada.
5. Elaborar informações sociais e outras para as diversas entidades (CPCJ'S, escolas, tribunal, segurança social, centro de saúde, entre outros).
6. Participar nas reuniões da Comissão Restrita e Alargada.
7. Elaborar o relatório anual de atividades.
8. Proceder à dinamização de ações de formação parental junto das famílias com processo na CPCJ.
9. Sensibilizar e divulgar as ações da CPCJ no âmbito da promoção dos direitos das crianças e dos jovens.
10. Promover atividades junto das crianças/jovens do Concelho em parceria com várias entidades concelhias.
11. Prestar apoio às consultas de psicologia (encaminhamento de crianças/jovens; marcação de consultas).
12. Promover ações direcionadas especificamente para a infância, nomeadamente: divulgação dos direitos da criança; identificação e prevenção dos direitos da criança;

identificação e prevenção de situações maltratantes; divulgação da própria CPCJ e da sua função.

13. Desenvolver ações junto da população no sentido de prevenir situações de risco/perigo.

### **Artigo 26.º**

#### **Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas**

Ao Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas compete:

1. Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do Município de Vila Verde, bem como, as funções relacionadas com a prestação de serviços de receção/atendimento e das relações públicas.
2. Preparar, elaborar e divulgar publicações periódicas municipais de informação geral.
3. Assegurar as relações com os órgãos de comunicação social.
4. Recolher e promover a divulgação interna das matérias noticiosas de interesse para a Câmara Municipal.
5. Divulgar as atividades prosseguidas e promovidas pela Câmara Municipal, junto da comunicação social.
6. Apoiar o Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente nas áreas das relações institucionais.
7. Organizar receções e outros eventos promocionais análogos.
8. Promover ações no âmbito da cooperação com outros Municípios ou agências de desenvolvimento.
9. Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a receção e estada de convidados oficiais do Município de Vila Verde.
10. Providenciar e assegurar o hastear das bandeiras nos locais próprios nos dias e datas indicadas para o efeito.
11. Criar, executar e acompanhar todo o processo inerente à produção de materiais gráficos, como: plano de atividades, prestação de contas, publicações municipais, livros, cartazes, brochuras, panfletos, convites, campanhas de comunicação, logótipos, decoração de espaços e exposições.
12. Recolher, tratar e difundir informação turística.
13. Aconselhar a Câmara Municipal nas áreas de imagem e comunicação.
14. Promover a imagem pública dos serviços e instalações municipais e do espaço público em geral.

15. Recolher, tratar e produzir informação, bem como proceder à sua divulgação, através de iniciativas junto da comunicação social local, regional, nacional e internacional, com vista à difusão de informação municipal.
16. Produzir e difundir publicações e outros suportes de comunicação (impressos, audiovisuais e outros) de carácter informativo e ou de carácter promocional (cartazes, stands, exposições).
17. Cooperar na preparação da saída para o estrangeiro de portugueses que desejem emigrar, prestando-lhes a informação e o apoio adequado.
18. Cooperar no acolhimento de imigrantes, prestando-lhes a informação e o apoio adequado.
19. Cooperar na prevenção de atividades ilícitas referentes à emigração.
20. Prestar apoio aos portugueses residentes no estrangeiro e seus familiares regressados temporária ou definitivamente a Portugal e facilitar o seu contacto com outros serviços.
21. Estabelecer os contactos com as cidades e vilas geminadas e desenvolver todos os processos administrativos relacionados com o processo de geminação.
22. Prestar assessoria na área das relações internacionais, nomeadamente promover, gerir e executar todas as iniciativas nascidas no âmbito dos protocolos de geminação.
23. Organizar o acompanhamento das comitivas do Município de Vila Verde em deslocações às vilas e cidades geminadas.
24. Prestar todo o apoio logístico e organizar iniciativas que envolvam a receção de comitivas provenientes das vilas e cidades geminadas.

## **Artigo 27.º**

### **Serviço de Qualificação e Inserção Profissional**

Ao Serviço de Qualificação e Inserção Profissional compete:

1. Proceder à inscrição de utentes na base de dados, como candidatos a emprego e/ou formação e manutenção constante da base dados (contactos, moradas, percurso profissional).
2. Apoiar empresários em processos relacionados com contratações e realização de estágios profissionais, entre outros.
3. Manter contactos com empresas visando a prospeção de ofertas de emprego.
4. Proceder à divulgação e apoio no encaminhamento para estágios profissionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).
5. Informar, seleccionar e encaminhar candidatos para Programas Ocupacionais.

6. Prestar apoio às escolas do concelho, designadamente no âmbito da informação/orientação profissional.
7. Efetuar contactos com entidades formadoras da região com vista à recolha e divulgação de oferta formativa, pesquisa de candidatos para emprego e/ou formação.
8. Efetuar uma pré-seleção e encaminhamento de candidatos para colocação em emprego e/ou formação, realização das entrevistas de pré-seleção e colaboração com empresas na realização de entrevistas.
9. Requisitar declarações para utentes do Centro de Emprego.
10. Dinamizar sessões coletivas de técnicas de procura de emprego.
11. Colaborar com o Centro de Emprego de Braga no desenvolvimento de ações de promoção do emprego e formação profissional.

## **Artigo 28.º**

### **Divisão de Ambiente e Obras**

1. A Divisão de Ambiente e Obras tem como missão promover a qualidade ambiental do concelho, garantir os serviços de abastecimento de água, de recolha de águas residuais e da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição, conceber os meios e acionar as medidas de proteção do ambiente, da gestão e manutenção dos espaços verdes e a promoção da higiene pública e assegurar a manutenção, conservação e reabilitação dos edifícios e equipamentos municipais, designadamente os escolares, os culturais, os desportivos e de habitação social, bem como a conservação, manutenção e execução de vias e espaços públicos, mantendo em boas e regulares condições de utilização todo o património municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Ambiente e Obras compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Apoio Técnico e Segurança no Trabalho; Promoção Ambiental e Ciclo de Água; Agroflorestal; Higiene, Limpeza e Espaços Verdes; Construção; e, Logística;
  - b) Definir objetivos de atuação dos serviços e assegurar o cumprimento dos planos de atividades, os resultados obtidos e a eficiência dos serviços dependentes;
  - c) Promover a preservação da qualidade ambiental;
  - d) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura que privilegie a sustentabilidade;
  - e) Representar o órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores;

- f) Emitir pareceres sobre projetos de infraestruturas de saneamento básico e abastecimento de água;
- g) Emitir parecer sobre obras de urbanização, nomeadamente no que concerne às soluções propostas, compatibilidade com as redes existentes, eventual sobrecarga e, ainda, a fixação do valor da caução a prestarem de forma a garantir a sua execução.
- h) Participar na gestão do cemitério municipal e informar os processos de concessão de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos;
- i) Dirigir e informar processos no âmbito do regulamento geral do ruído;
- j) Dirigir processos de licenciamento de atividades diversas, previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na parte referente a “Queimadas” e “Queima de Sobrantes de Exploração”;
- k) Proceder à requisição de explosivos, nos termos legais;
- l) Informar / conceder autorização prévia para utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos;
- m) Planear a limpeza das praias fluviais e demais espaços públicos;
- n) Garantir a eficácia do fornecimento dos sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais;
- o) Coordenar o serviço de distribuição de água e zelar pela qualidade da mesma junto dos consumidores;
- p) Promover novas obras de abastecimento de água e saneamento de forma a aumentar os níveis de atendimento destes serviços à população e assegurar a manutenção de toda a rede;
- q) Elaborar pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão;
- r) Cooperar com o Serviço de Atendimento e outros serviços nomeadamente no que concerne à prestação de esclarecimentos sobre os processos em instrução;
- s) Coordenar e organizar os processos dos consumidores de água e de utilizadores da rede de saneamento e do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos;
- t) Coordenar o processamento de recibos e mapas relativos aos consumidores de água e utilizadores da rede de saneamento;
- u) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;
- v) Promover a beneficiação dos arruamentos, estradas e caminhos municipais;

- w) Promover as ações necessárias à conservação e reparação de edifícios municipais ou sob a responsabilidade do Município, nomeadamente edifícios escolares;
- x) Organizar e manter atualizado o cadastro de máquinas e veículos pertencentes ao Município, colhendo os elementos necessários junto do responsável pelo parque de máquinas municipal;
- y) Organizar e manter atualizados todos os documentos relativos às máquinas e viaturas, nomeadamente livretes, títulos de propriedade e seguros;
- z) Manter informação atualizada sobre consumos de combustíveis lubrificantes, pneus e custos de reparação para posterior tratamento financeiro;
- aa) Colaborar com as Juntas de Freguesia na realização de obras cuja execução for delegada nas mesmas, informando em conformidade os processos respeitantes à transferência das correspondentes dotações financeiras;
- bb) Assegurar os processos de concursos para aquisição bens e serviços;
- cc) Prestar apoio técnico nas obras a executar de beneficiação, manutenção e reparação de património municipal a levar a efeito por administração direta;
- dd) Avaliar e prestar apoio técnico na beneficiação dos arruamentos, estradas e caminhos municipais;
- ee) Organizar e manter atualizado o cadastro das existências pertencentes ao Município de Vila Verde, colhendo os elementos necessários junto dos responsáveis por cada setor;
- ff) Manter informação atualizada sobre consumos, custos e necessidades para posterior tratamento financeiro;
- gg) Colaborar com as Juntas de Freguesia na realização de obras cuja execução for delegada nas mesmas, informando em conformidade os processos respeitantes à transferência das correspondentes dotações financeiras;
- hh) Auxiliar na elaboração dos processos de concursos para aquisição bens, serviços e empreitadas;
- ii) Auxiliar as equipas operacionais na elaboração de registos, requisições e controlo de custos de obras por administração direta.

## **Artigo 29.º**

### **Secção Administrativa**

À Secção Administrativa compete:

1. Assegurar todo o expediente relativo às atribuições da divisão e respetivos serviços.
2. Manter atualizados os registos relacionados com a gestão do cemitério municipal.
3. Organizar os processos dos consumidores de água e de utilizadores da rede de saneamento e do serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos.
4. Processar recibos e mapas relativos aos consumidores de água e utilizadores da rede de saneamento.
5. Organizar contas correntes com os cobradores.
6. Elaborar as guias de débito dos recibos de água e saneamento não pagos dentro dos prazos legais e remetê-los à tesouraria.
7. Elaborar listas de consumidores que não efetuaram o pagamento das taxas de água ou saneamento nos prazos legais.
8. Fornecer os dados necessários para a cobrança das taxas de ligação e utilização da rede de esgotos.
9. Cooperar com o Serviço de Atendimento e outros serviços nomeadamente no que concerne à prestação de esclarecimentos sobre os processos em instrução.
10. Examinar e conferir elementos constantes dos processos, anotando faltas ou anomalias e providenciando pela sua correção e andamento, através de ofícios, informações ou notas, em conformidade com a legislação existente.
11. Reorganizar o arquivo dos processos de água e saneamento.

### **Artigo 30.º**

#### **Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho**

Ao Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho compete:

1. Elaborar estudos e projetos de segurança no trabalho, nomeadamente planos de emergência interno, planos de segurança e saúde, planos de segurança contra incêndios e de medições de projeto.
2. Assegurar a coordenação de segurança em obra.
3. Aplicar princípios, modelos e técnicas de diagnóstico, planeamento, organização e avaliação da intervenção em segurança do trabalho.
4. Assegurar ao Município de Vila Verde a organização da documentação necessária ao desenvolvimento da prevenção e integração da prevenção no sistema de comunicação do Município.
5. Avaliar Riscos Profissionais e Controlo desses riscos; Avaliar a Segurança do Trabalho; Avaliar a Ergonomia dos postos de trabalho.

6. Colaborar nos processos de informação e formação dos trabalhadores e demais intervenientes nos locais de trabalho.
7. Elaborar estudos e projectos relativos à divisão na área da construção e redes hídricas.
8. Elaborar processos concursais para aquisição de bens e serviços bem como de empreitadas.
9. Elaborar mapas previsionais.
10. Elaborar mapas de medição.
11. Elaborar mapas de controlo de atividade.
12. Assegurar coordenação e de obra.
13. Fiscalizar obras.

### **Artigo 31.º**

#### **Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes**

1. No setor de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana compete:
  - a) Promover e coordenar os serviços de limpeza pública;
  - b) Fixar o itinerário para a recolha e transporte de lixo, para a varredura e lavagens das ruas, praças públicas e logradouros;
  - c) Promover a distribuição e colocação nas vias públicas de contentores de lixo;
  - d) Promover a colaboração dos utentes na limpeza e conservação dos escoadouros das águas pluviais;
  - e) Participar na gestão do cemitério municipal e feiras;
  - f) Informar processos relativos a pedidos de concessão de terrenos para sepulturas e de lugares de venda em feiras;
  - g) Assegurar a limpeza das grelhas das sarjetas da rede de drenagem de águas pluviais;
  - h) Promover o aumento de recolha seletiva de resíduos – aumento de ecopontos e participação em campanhas de sensibilização ambiental.
2. Os Assistentes Operacionais do setor de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana deverão:
  - a) Assegurar a recolha integral dos resíduos sólidos urbanos (RSU) nos circuitos definidos, no horário estabelecido;
  - b) Garantir a lavagem e desinfeção da viatura utilizada na recolha de RSU;

- c) Cuidar do cemitério municipal no que se refere à limpeza do recinto e gestão de sepulturas: abertura e aterro de sepulturas, depósito e levantamento de restos mortais;
  - d) Assegurar a limpeza e asseio de toda a área afeta ao cemitério municipal;
  - e) Assegurar a limpeza dos espaços públicos – varredura e recolha de resíduos sólidos urbanos, e recolha de monstros;
  - f) Assegurar a limpeza e desinfecção de contentores, papeleiras e mobiliário urbano;
  - g) Assegurar a limpeza de sarjetas e outros órgãos de captação de águas pluviais.
3. No setor de Jardins compete:
- a) Colaborar com outros serviços municipais com vista à convergência de ações para a maximização da qualidade ambiental e turística do Concelho;
  - b) Promover a construção e manutenção dos espaços verdes do Município de Vila Verde, coordenando a execução de tarefas adequadas a cada local;
  - c) Colaborar na elaboração, acompanhamento e fiscalização de projetos de defesa da floresta contra incêndios e de desenvolvimento da agricultura concelhia, nomeadamente de infraestruturas florestais, silvicultura preventiva e valorização de regadios tradicionais;
  - d) Atuar preventivamente no levantamento e análise de situações de risco, elaboração e revisão dos planos municipais de proteção civil;
  - e) Organizar e manter viveiros das espécies mais utilizadas na região;
  - f) Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes do Município;
  - g) Zelar pela conservação dos equipamentos a seu cargo e controlar a sua utilização.
4. Os Assistentes Operacionais do setor de Jardins deverão:
- a) Participar na construção e manutenção dos espaços verdes do Município de Vila Verde, mediante a execução de tarefas adequadas a cada local, nomeadamente preparação dos terrenos para as sementeiras e plantações, cortes de relva, adubações e tratamentos fitossanitários;
  - b) Executar podas das árvores e arbustos existentes nas ruas, parques, praças e demais locais sob responsabilidade do Município de Vila Verde, assegurando a total remoção dos materiais cortados, antes da saída do local;
  - c) Participar na manutenção dos sistemas de rega automática;

- d) Fazer a manutenção de máquinas e equipamentos coletivos de trabalho.
- 5. No setor de limpeza e manutenção de vias municipais compete:
  - a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
  - b) Proceder à limpeza e conservação de vias municipais – corte de vegetação herbívora e arbustiva de taludes e bermas de vias municipais, limpeza de bermas e valetas, desobstrução aquedutos, sarjetas e de travessias em continuidade de valetas, proceder à carga dos entulhos para posterior transporte a vazadouro;
  - c) Proceder à recolha e transporte a vazadouro dos entulhos resultantes da limpeza e conservação de vias municipais e efetuar a manutenção do respetivo trator;
  - d) Colaborar com a proteção civil nas situações de emergência que tenham a ver com a segurança nas vias municipais.

### **Artigo 32.º**

#### **Serviço Agroflorestal**

Ao Serviço Agroflorestal compete:

- 1. No setor agrícola:
  - a) Apoiar aos agricultores em geral;
  - b) Realizar atividades que contribuam para o desenvolvimento agrícola e rural do Concelho;
  - c) Estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para o desenvolvimento da sua atividade;
  - d) Organizar sessões informativas sobre o setor e sobre os apoios comunitários;
  - e) Colaborar na elaboração de candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente de caminhos agrícolas e regadios tradicionais;
  - f) Apoiar os agricultores para a elaboração de candidaturas a fundos comunitários e de projetos para que estes tenham o melhor enquadramento possível no ordenamento do território;
  - g) Colaborar na organização de eventos relacionados com o setor agrícola;
  - h) Colaborar na construção do site oficial do Município de Vila Verde na promoção do potencial agrícola do Concelho;
  - i) Apoiar o desenvolvimento da agricultura biológica;
  - j) Colaborar no desenvolvimento no concelho dos produtos locais como fator de promoção turística.

2. No setor florestal:

- a) Elaborar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio (DFCI);
- b) Centralizar informação relativa aos incêndios florestais (áreas ardidas e pontos de início);
- c) Relacionamento com as entidades públicas e privadas, de defesa da floresta contra incêndios (Estado, Municípios, associações de produtores);
- d) Coadjuvar o Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio e do Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil em reuniões e em situações de emergência, quando relacionados com incêndios florestais e, designadamente, na gestão dos meios municipais associados a DFCI e a combate de incêndios florestais;
- e) Colaborar na construção e gestão de SIG's de DFCI;
- f) Emissão de propostas e de pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCI;
- g) Participação de ações e treino no âmbito da DFCI, designadamente nas promovidas pela Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais;
- h) Atuar preventivamente no levantamento e análise de situações de risco, colaborando na elaboração e revisão dos planos municipais de proteção civil;
- i) Prestar informações em processos relativos ao licenciamento de queimadas e fiscalização da limpeza de matas;
- j) Prestar colaboração na elaboração, acompanhamento e fiscalização de projetos Agroflorestais, objeto de candidaturas a fundos comunitários, referentes à proteção da floresta contra incêndios.

3. Os Assistentes Operacionais afetos ao setor florestal deverão promover ações de silvicultura preventiva, nomeadamente:

- a) Roçar mato junto às infraestruturas florestais municipais e em outras áreas municipais tidas por convenientes;
- b) Proceder à beneficiação de infraestruturas florestais;
- c) Reparar os caminhos florestais;
- d) Promover ações de vigilância e apoiar o combate aos incêndios florestais;
- e) Participar em outras ações de proteção civil quando assim for solicitado pelo CMPC.

4. No setor de Saúde Pública Veterinária e da Higiene e Segurança Alimentar:

- a) Inspeccionar a nível sanitário as carnes frescas em matadouros (normalmente de fraca capacidade), salas de desmancha, corte e desossa e em entrepostos frigoríficos (quando protocolado com as DGV);
- b) Inspeccionar a nível sanitário os alimentos de origem animal comercializados em todas as feiras e mercados municipais; e em todas as freguesias do Município de Vila Verde;
- c) Inspeccionar a higiene sanitária dos alimentos e das instalações onde se manipulam alimentos, em Escolas do Ensino Pré-Escolar e Básico e em cantinas, públicas e privadas;
- d) Inspeccionar a nível sanitário os animais para efeitos de “Autoconsumo” (ex. suínos);
- e) Inspeccionar os animais em montarias e as “Peças de Caça Selvagem” (maiores e menores), excetuando, quando se destinam a Autoconsumo;
- f) Colaborar no licenciamento e controlo dos feirantes e vendedores ambulantes de alimentos de origem animal, nomeadamente em: quiosques, veículos, outras unidades amovíveis, bancas, entre outros;
- g) Colaborar no controlo e inspeção higio-sanitária dos veículos e das condições de transporte de produtos alimentares de origem animal;
- h) Controlar a rotulagem dos géneros alimentícios de origem animal expostos à venda, nomeadamente quanto à origem;
- i) Participar nos processos de licenciamento e controlo dos estabelecimentos industriais (indústrias do tipo 4) e comerciais (grossistas e retalhistas), com carácter obrigatório e vinculativo, e inspeção sanitária dos respetivos alimentos, onde se produzem, preparam, transformam, armazenam, transportam, vendam ou se coloquem de alguma forma à disposição do público consumidor, nomeadamente em estabelecimentos especializados ou não, de comércio a retalho de alimentos de origem animal, nomeadamente: talhos, peixarias, charcutarias, e outros;
- j) Participar nos processos de licenciamento e controlo de estabelecimentos de fabrico para venda direta de produtos alimentares de origem animal (ex. queijarias e salsicharias) e venda direta anexa a talhos;
- k) Participar nos processos de licenciamento (não obrigatório) dos estabelecimentos de restauração e bebidas;

- l) Colaborar com os serviços de saúde concelhios e participar em ações de formação, informação e vulgarização junto da população, das regras gerais e específicas de Higiene Pública Veterinária e de Higiene, Salubridade e Segurança Alimentar em toda a cadeia alimentar, ou seja, “do prado ao prato”;
  - m) Executar peritagens médico veterinárias e a solicitar por parte das forças policiais e por determinação do Ministério Público ou por quaisquer outras Autoridades Judiciárias, no âmbito da inspeção sanitária e do controlo da higiene e segurança dos alimentos de origem animal;
  - n) Levantar autos de notícia e instauração de processos de contraordenação por infrações relacionadas com a Higiene e Segurança dos Géneros Alimentícios de Origem Animal;
  - o) Colaborar na elaboração de regulamentos ou posturas municipais, na área da Higiene e Segurança dos Alimentos de Origem Animal.
5. No setor de Higiene, Saúde e Sanidade Animal e do Bem-Estar Animal:
- a) Aplicar os regulamentos de saúde animal, em conformidade com os diplomas legais em vigor (nacionais e comunitários);
  - b) Dirigir e coordenar a nível técnico os Canis e Gatis Municipais;
  - c) Coordenar a nível técnico as ações de recolha e captura de animais, no âmbito da salvaguarda das condições de saúde e de bem-estar animal;
  - d) Executar medidas de profilaxia médica e sanitária determinadas oficialmente pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional Competente, quer em animais de companhia, quer em espécies de produção, incluindo as campanhas sanitárias de vacinação antirrábica e outras zoonoses e de identificação eletrónica de canídeos;
  - e) Notificar quarentenas de animais suspeitos e sequestros sanitários de animais agressores de pessoas e animais;
  - f) Avaliar as condições de alojamento e de bem-estar dos animais de companhia e de animais de espécies de produção, entre outros;
  - g) Avaliar/inspecionar a nível higio-sanitário, as situações causadoras de Intranquilidade e Insalubridade provocadas por animais;
  - h) Levantar autos de notícia e instauração de processos de contraordenação por infrações relacionadas com animais;
  - i) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento Nosocronológico dos animais;

- j) Recensear animais e explorações agropecuárias, para efeitos de cadastro, na área do Município Vila Verde;
- k) Participar, com carácter obrigatório e vinculativo, nos processos de licenciamento e controlo de estabelecimentos comerciais para venda de animais e de alimentos para animais, bem como, de qualquer alojamento/hospedagem para animais de companhia (incluindo hotéis e centros de treino para animais) e dos Centros de Atendimento Médico Veterinários;
- l) Emitir pareceres técnicos e controlo higio-sanitário das condições das instalações e dos alojamento de animais de espécies pecuárias, e avaliação dos seus reflexos sobre, saúde e o bem-estar dos animais, bem como, sobre a saúde e a tranquilidade pública;
- m) Inspeccionar animais vivos, para avaliação de doenças infetocontagioso (microbianas e parasitárias) transmissíveis a outros animais e ao homem, e seus reflexos sobre a saúde pública e notificação de doenças de declaração obrigatória e tomada de medidas imediatas e urgentes de profilaxia, determinadas pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional, sempre que sejam detetados casos de doenças de carácter epizootico;
- n) Controlar e fiscalizar o estado sanitário feiras, mercados, exposições e concursos de animais, por ex. “Feiras e Mercados de Aves / Gripe das Aviária”;
- o) Controlar oficialmente as condições higio-sanitárias, de saúde e de bem-estar, dos animais alojados em circos, parques zoológicos ou outros;
- p) Executar peritagens médico veterinárias, solicitar as forças policiais e por determinação do Ministério Público ou por quaisquer outras Autoridades Judiciárias, quer na área da saúde, sanidade e bem-estar dos animais, quer na área da higiene e segurança da alimentação animal e humana e da saúde pública veterinária;
- q) Promover e executar ações de formação, informação e vulgarização junto da população sobre matérias relacionadas com animais e com a proteção da saúde e do bem-estar animal, bem como, sobre a proteção da saúde e tranquilidade pública e salvaguarda da segurança de pessoas, animais e bens, e ainda, sobre a salvaguarda e defesa do meio ambiente e das espécies animais protegidas ou em vias de extinção;
- r) Colaborar, em articulação com outros serviços da Câmara Municipal, na elaboração de regulamentos ou posturas municipais, na área da saúde e bem-

estar animal e na área da higiene pública veterinária em matérias relacionadas com animais.

### **Artigo 33.º**

#### **Serviço de Promoção Ambiental e Ciclo da Água**

Ao Serviço de Promoção Ambiental e Ciclo de Água compete:

1. Analisar e informar requerimentos e reclamações.
2. Coordenar o serviço de distribuição de água e zelar pela qualidade da mesma junto dos consumidores.
3. Realizar medições acústicas e elaborar estudos de ruído ambiental que visem o licenciamento de atividades, a caracterização de paisagens sonoras e a resolução de problemas de poluição sonora.
4. Avaliar e dar resposta a queixas apresentadas pelos munícipes nas diversas áreas ambientais.
5. Emitir pareceres técnicos na área do ambiente que visem o licenciamento de atividades ou a tomada de decisão de projetos.
6. Colaborar com as entidades oficiais no fornecimento de informação e na recolha de dados que respeitem ao ambiente.
7. Elaborar o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para a rede pública de águas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, submetendo-o à aprovação do ERSAR.
8. Comunicar ao ERSAR os resultados do PCQA, garantindo a reciprocidade de comunicações com o centro de saúde, relativamente ao controlo da qualidade das águas e poluição em geral.
9. Informar o serviço e/ou esclarecer devidamente os munícipes nas questões que lhe são solicitadas na área do ambiente, nomeadamente, no que respeita a resíduos, águas de consumo humano, águas residuais, qualidade do ar, ruído, impacto ambiental e no licenciamento de atividades.
10. Propor ações e projetos no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade; da educação e sensibilização ambiental e; da promoção de divulgação do património natural do concelho, colaborando com entidades da área.
11. Promover a utilização de energias alternativas.
12. Desenvolver iniciativas tendentes à conservação da qualidade da água.

13. Proteger e valorizar o recurso água enquanto bem essencial à vida e valor económico concelhio.
14. Potenciar o aproveitamento dos recursos hídricos numa perspetiva de fruição coletiva.
15. Intervir na área do ambiente no que respeita a resíduos, águas de consumo humano, águas residuais, qualidade do ar, ruído e impacto ambiental, bem como colaborar com os serviços municipais de proteção civil.
16. Os trabalhadores afetos ao abastecimento de água/saneamento deverão:
  - a) Informar processos relativos ao fornecimento de água e de ligação de águas residuais domésticas;
  - b) Aplicar programas de operação / manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Águas), Reservatórios e Estações Elevatórias e de esgotos;
  - c) Promover ligações domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento quando requeridas;
  - d) Assegurar o abastecimento de água e recolha de águas residuais domésticas à população servida;
  - e) Promover novas obras de abastecimento de água e saneamento de forma a aumentar os níveis de prestação destes serviços à população;
  - f) Assegurar a manutenção dos sistemas de abastecimento de água e saneamento e respetivos ramais.
17. Os Assistentes Operacionais afetos ao abastecimento de água/saneamento deverão:
  - a) Executar redes de recolha de águas residuais domésticas e respetivos ramais de ligação, assentamento de tubagens e acessórios;
  - b) Executar tarefas de desobstrução, limpeza de coletores e caixas de visita, utilizando ferramentas adequadas;
  - c) Proceder à abertura de caboucos e valas, essencialmente destinadas à instalação de tubagens no subsolo, incluindo aterro dos mesmos, tendo em conta a compactação e referência sinalizadora;
  - d) Assegurar a limpeza dos terrenos e zelar pelas instalações da Estação de Tratamento de Água;
  - e) Proceder ao transporte de diversos materiais de acordo com as necessidades dos serviços, predominantemente materiais destinados ao abastecimento das obras em execução, colaborando, quando necessário, nas operações de carga e descarga, cuidando da limpeza e lubrificação do veículo;

- f) Realizar operações de corte, maquinação e soldadura de tubagens para funcionamento em pressão, segundo medidas e projetos.
18. Os trabalhadores afetos à leitura de consumos e cobrança da água deverão:
- a) Fazer a leitura de consumos de água em contadores, e efetuar cobrança da faturação;
  - b) Informar os serviços de factos anómalos (avarias de contadores, fugas);
  - c) Organizar e prestar contas das cobranças efetuadas;
  - d) Prestar assistência aos consumidores/utilizadores tendo em vista a plena satisfação dos clientes;
  - e) Organizar os processos dos clientes, elaborar ficheiros, fornecer os dados necessários à faturação de água e saneamento e organizar contas correntes.
19. Os trabalhadores afetos ao laboratório municipal deverão:
- a) Recolher amostras de águas e efetuar análises no laboratório municipal;
  - b) Acompanhar as visitas dos técnicos dos laboratórios externos aos pontos de amostragem previstas no PCQA aprovado pelo ERSAR para cada ano;
  - c) Manter em bom estado de funcionamento o laboratório municipal;
  - d) Participar em operações de tratamento de captações públicas (limpeza e desinfeção);
  - e) Fazer a monitorização dos parâmetros Cloro residual livre e pH da água da rede pública;
  - f) Participar na vigilância analítica de praias fluviais nos parâmetros pH, Condutividade, Turvação, Cor, Cheiro, Coliformes Totais, Coliformes Fecais;
  - g) Apoiar todas as operações efetuadas pelo laboratório.

### **Artigo 34.º**

#### **Serviço de Construção**

Para operacionalizar as suas atividades este serviço encontra-se organizado nas seguintes equipas operacionais:

1. Equipa de construção e carpintaria, à qual compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
  - b) Executar trabalhos de reparação de avarias em redes prediais de águas e esgotos pertença do Município de Vila Verde e executar trabalhos de pichelaria nas obras promovidas pelo Município por administração direta;

- c) Executar trabalhos de carpintaria de limpos, quer seja para manutenção e reparação de equipamentos existentes, quer para edifícios novos – trabalhos em madeira (portas e janelas, soalhos, estruturas para coberturas, tetos falsos, armários, lambrins, rodapés e estruturas de apoio a atividades culturais);
- d) Executar trabalhos pintura de construção civil, quer seja para manutenção e reparação de equipamentos existentes, quer para edifícios novos;
- e) Executar trabalhos de reparação, restauro, manutenção e conservação de edifícios do Município de Vila Verde, bem como ampliações e construção de novos edifícios por administração direta – corte, dobragem e montagem de ferro para estruturas de betão, execução de moldes, cofragens e escoramentos de estruturas de betão, assentamento de alvenaria e cantarias, assentamentos de ladrilhos, mosaicos e azulejos, execução de rebocos e areados, assentamento de telhados e muros de vedação de logradouros dos edifícios.

2. Equipa de estruturas, à qual compete:

- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
- b) Executar trabalhos de pedreiro, quer se trate de reparação conservação e manutenção de obras existentes, quer se trate de obras novas;
- c) Executar muros em pedra seca e pedra argamassada, muros em betão ciclópico, em betão armado, ou em blocos de cimento;
- d) Proceder ao assentamento de capeados;
- e) Construir pontões em betão armado e passagens hidráulicas em betão.

3. Equipa de vias de comunicação, área de manutenção e betuminosos, à qual compete:

- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
- b) Executar trabalhos de pavimentação em massas asfálticas, quer se trate de reparação conservação e manutenção de obras existentes, quer se trate de obras novas;
- c) Executar regas em asfalto para execução de pavimentos betuminosos e assegurar o regular aquecimento do asfalto;
- d) Executar espalhamento de britas, e trabalhos acessórios para a pavimentação como aquedutos e sarjetas;

- e) Executar trabalhos de reparação, conservação e manutenção de obras existentes em betuminoso – proceder ao tapamento de buracos e correções de depressões em pavimentos;
  - f) Executar trabalhos de natureza diversa como sejam elevação de tampas de saneamento e águas pluviais e tetos móveis de proteção às válvulas das redes existentes;
  - g) Executar trabalhos de compactação com cilindro da caixa de fundação e pavimentos em betuminoso;
  - h) Proceder à regularização de plataforma e limpeza da via a pavimentar, espalhamento de britas e sua regularização, cobertura com gravilhas das regas betuminosas;
  - i) Assegurar o serviço de motorista para a equipa de reparação, conservação e manutenção de obras existentes em betuminoso, bem como assegurar a manutenção da respetiva viatura.
4. Equipa de vias de comunicação, área de manutenção e calçadas, à qual compete:
- a) Informar e/ou requisitar materiais e equipamentos para a execução dos trabalhos que lhe estão adstritos;
  - b) Executar pavimentações em calçada dos mais variados tipos, utilizando como material o granito, basalto, calcário e pedras artificiais de cimento hidráulico, bem como manutenção e reparação de pavimentos utilizando os referidos materiais;
  - c) Executar assentamento de guias, preparação de caixa para fundação de pavimento, drenagens de redes de águas pluviais, pré-instalação para rede enterrada de eletricidade e telefones.
5. Equipa de redes elétricas/IP, à qual compete:
- a) Assegurar a execução e exploração das infraestruturas elétricas e telefónicas mediante a inscrição pessoal na Direção Geral de Energia e ANACOM;
  - b) Gerir a iluminação pública e as despesas em Baixa Tensão das Instalações do Município de Vila Verde;
  - c) Executar de forma autónoma e no respeito das normas de higiene e segurança, a instalação elétrica de edificações, bem como o controlo, a colocação em serviço e a manutenção dos equipamentos elétricos;
  - d) Montar, desmontar e diagnosticar avarias, reparar e testar fontes ininterruptas de energia e equipamentos de calor;

- e) Executar trabalhos de manutenção e quadros de distribuição de energia em baixa tensão.

### **Artigo 35.º**

#### **Serviço de Logística**

Para operacionalizar as suas atividades este serviço encontra-se organizado nas seguintes equipas operacionais:

1. Equipa de máquinas e mecânica, à qual compete:
  - a) Assegurar o serviço de manutenção e revisão de viaturas do Município de Vila Verde;
  - b) Executar serviços com máquina rectro-escavadora procedendo a trabalhos de movimentos de terras, manobra de autobetoneira e outras máquinas especiais;
  - c) Proceder a pequenas reparações, substituição de peças e baterias e manutenção de algumas viaturas afetas ao parque de máquinas.
2. Equipa de gestão do estaleiro e viaturas, à qual compete:
  - a) Garantir a escala de serviços em termos de transportes de materiais e pessoal;
  - b) Garantir os serviços de despejo de fossas sépticas, coordenar o serviço de serralharia e assegurar os meios para guarda das instalações;
  - c) Conduzir o trator com cisterna para recolha de águas residuais de fossas sépticas e seu transporte para a ETAR e assegurar a manutenção primária da respetiva viatura;
  - d) Executar trabalhos de serralharia de pequena dimensão – grelhas para sarjetas, balizas, vedações em rede e ferro, grades, serviços de reparações na área de serralharia, pequenas estruturas metálicas para apoio a outros serviços promovidos pelo Município de Vila Verde;
  - e) Proceder a pequenas reparações de pinturas em veículos e colocação de sinais, mudanças de óleo, limpeza de viaturas e prestar apoio à execução de tarefas diversas na manutenção do parque de máquinas;
  - f) Efetuar a manutenção primária das viaturas pesadas de passageiros e de mercadorias;
  - g) Transportar materiais para as obras por administração direta e materiais sobrantes das obras para os estaleiros do Município de Vila Verde;
  - h) Transportar pessoas em serviços do Município de Vila Verde ou em serviços de instituições para os quais haja expressa autorização do executivo camarário;

- i) Assegurar o transporte do Presidente de Câmara Municipal ou de outros colaboradores nas suas deslocações de serviço quer sejam de curto ou longo curso;
- j) Efetuar a vigilância e receção de viaturas.

### **Artigo 36.º**

#### **Divisão de Urbanização e Edificação**

1. A Divisão de Urbanização e Edificação tem como missão executar todas as funções de carácter administrativo relacionadas com as obras de urbanização e edificação, pondo em execução um modelo de atendimento suportado num sistema de informação adequado, em articulação com as áreas da qualidade e dos sistemas de informação, instruir e emitir pareceres sobre todas as pretensões no domínio dos loteamentos e dos processos de edificação das obras particulares e outras operações abrangidas por legislação específica, procurando garantir a qualidade arquitetónica e construtiva de edifícios ou conjuntos urbanos, zelando pela melhoria da gestão e ocupação do território municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Urbanização e Edificação compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Secção Administrativa; Apreciação Liminar; Apreciação Técnica; e, Suporte à Gestão de Processos;
  - b) Apreciar os pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação;
  - c) Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, sujeitos a controlo prévio nos termos da lei;
  - d) Apreciar os pedidos de realização de operações urbanísticas, abrangidas pelo regime jurídico de urbanização e edificação, não sujeitos a controlo prévio nos termos da lei, quando tal se mostre necessário;
  - e) Apreciar os pedidos de constituição de propriedade horizontal e a emissão dos respetivos certificados;
  - f) Atribuir os números de polícia;
  - g) Apreciar os pedidos de outras operações abrangidas por legislação específica nomeadamente, estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos de comércio, estabelecimentos de armazenamento e abastecimento de combustíveis, empreendimentos turísticos, indústrias, recintos de espetáculos e

divertimentos públicos, infraestruturas de suporte de instalações de radiocomunicações e respetivos acessórios;

- h) Gerir todos os procedimentos administrativos associados às operações urbanísticas atrás previstas;
- i) Fornecer medições e outros indicadores técnicos ao serviço municipal competente para a liquidação das taxas devidas por atos praticados pelos serviços da unidade;
- j) Exercer, em geral, as competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município de Vila Verde relacionadas com as descritas nas alíneas anteriores;
- k) Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade;
- l) Elaborar pareceres tendentes à emissão de certidões de reconhecimento do interesse municipal que visem a instrução de procedimentos incluídas no âmbito do RJUE.

### **Artigo 37.º**

#### **Secção Administrativa**

À Secção Administrativa compete:

1. Assegurar o expediente da divisão.
2. Gestor de processos.
3. Proceder ao tratamento administrativo dos requerimentos para juntar a processos.
4. Produzir documentação nos processos (ofícios, convocatórias, alvarás, certidões).
5. Realizar a manutenção dos dados e estabelecer regras de utilização e manutenção para a aplicação de gestão de processos SPO em articulação com os outros serviços.
6. Manter a gestão de arquivo corrente pessoal.
7. Fazer o tratamento de dados para entidades externas (INE, Finanças, IMOPPI).
8. Fornecer os elementos solicitados por outros serviços com vista à emissão de parecer sobre pretensões dos particulares.
9. Cooperar com o atendimento ao público e com outros serviços, nomeadamente através de esclarecimentos sobre os processos em instrução.
10. Dar apoio administrativo à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito na área relativa à urbanização e edificação.

11. Tramitação dos processos através das plataformas eletrónicas disponibilizadas pela administração central relativas aos procedimentos de licenciamento (SIRJUE, REAI e outras de uso obrigatório).
12. Realizar o transporte físico de processos a solicitação dos órgãos da DUE e executivo.
13. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

### **Artigo 38.º**

#### **Serviço de Apreciação Liminar**

Ao Serviço de Apreciação Liminar compete:

1. Apreciar liminarmente os pedidos, através da validação dos elementos instrutórios.
2. Informar os pedidos de licenciamento e de emissão de alvarás das diferentes operações urbanísticas.
3. Prestar apoio a: medir áreas, aplicar taxas de acordo com as tabelas em vigor, atribuir numeração policial na área urbana de Vila Verde, auxiliar na aferição de áreas a constar dos alvarás de utilização.
4. Informar os pedidos relativos à atribuição de número de polícia e certidões de compropriedade.
5. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

### **Artigo 39.º**

#### **Serviço de Apreciação Técnica**

Ao Serviço de Apreciação Técnica compete:

1. Efetuar apreciação técnica de processos.
2. Assumir a figura de “Gestor Processo” em processos de licenciamento industrial.
3. Interagir com a Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito no controlo de obras em execução no concelho, visando a qualidade da intervenção no território.
4. Tramitação dos processos através das plataformas eletrónicas disponibilizadas pela administração central relativas aos procedimentos de licenciamento (SIRJUE, REAI e outras de uso obrigatório).
5. Colaborar, na parte que lhe compete, na elaboração de procedimentos e requerimentos no âmbito do SGQ.

## **Artigo 40.º**

### **Serviço de Suporte à Gestão de Processos**

Ao Serviço de Suporte à Gestão de Processos compete:

1. Enquadrar os diversos tipos de pedido e separar registos novos ou a juntar a processo.
2. Dar apoio na área administrativa à gestão dos processos.
3. Elaborar os relatórios da atividade desenvolvida na divisão e documentação de apoio no âmbito do SGQ.
4. Atualizar em função das alterações legislativas dos diferentes requerimentos utilizados na divisão.
5. Proceder ao tratamento administrativo dos processos novos (encapar, etiquetar, numerar, introduzir no SPO e remeter ofício de abertura).
6. Distribuir para os gestores administrativos os requerimentos entrados, para junção a processo.
7. Realizar o transporte físico de processos a solicitação dos órgãos da Divisão de Urbanização e Edificação e executivo.

## **Artigo 41.º**

### **Divisão de Projetos e Obras**

No âmbito das suas atribuições compete à Divisão de Projetos e Obras:

1. Proceder á elaboração de estudos e projetos na área de edifícios, arranjos urbanísticos e vias de comunicação.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução de empreitadas, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares.
3. Elaborar documentos e informações que suportam o lançamento de procedimentos para contratação pública.
4. Elaborar de projetos no âmbito do apoio social a famílias carenciadas.
5. Emitir parecer sobre processos enviados à divisão pelo executivo e/ou outras unidades orgânicas.
6. Emissão de certidões acometidas á unidade orgânica.
7. Elaborar candidaturas a programas nacionais e comunitários.
8. Fiscalização de obras em espaços públicos, promovidas por entidades externas ao município (por ex. EDP, EDP gás, Telecom).
9. Coordenar o Serviço de Topografia.

## **Artigo 42.º**

### **Serviço de Topografia**

Ao Serviço de Topografia compete:

1. Executar os levantamentos topográficos e do edificado necessários ao desenvolvimento de estudos e projetos a desenvolver pelo Município de Vila Verde.
2. Elaborar estudos e traçados de vias de comunicação.
3. Elaborar componentes gráficas de projetos de arquitetura e organizar o processo.
4. Reproduzir dossiers para concurso ou outro tipo de documentos.
5. Efetuar implantações de projetos.
6. Fazer verificação de alinhamentos, cotas de soleira e implantações por solicitação do executivo e ou outras unidades orgânicas.

## **Artigo 43.º**

### **Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito**

1. A Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito tem como missão garantir o controlo regular e preventivo através de ações de fiscalização de todas matérias que sejam de âmbito e competência municipal e a sensibilização de forma a criar as condições para uma construção de qualidade, bem como, elaborar e executar projetos de intervenção na área do trânsito, contribuindo para o seu ordenamento, e zelar pela contínua melhoria da funcionalidade do espaço urbano, com vista à mobilidade de pessoas e à acessibilidade motorizada no território municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Fiscalização e Vistorias; e, Mobilidade e Trânsito;
  - b) Informar os pedidos de redução de caução e efetuar as respetivas receções;
  - c) Coordenar e realizar os diversos pedidos de vistoria em articulação com as entidades intervenientes no processo;
  - d) Coordenar o processo de fiscalização, inspeção e gestão das obras licenciadas ou admitidas a comunicação prévia;
  - e) Fiscalizar e fazer cumprir regulamentos, posturas e demais normas aplicáveis em matéria de higiene e limpeza pública, ocupação de bens do domínio público, publicidade, trânsito, sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, parques de sucata, exploração de massas minerais, vacarias, suiniculturas e recursos hídricos, e mercados e feiras, bem como as atividades diversas,

- previstas nas alíneas d), e) e f) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, nomeadamente: realização de acampamentos ocasionais; exploração de máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão; realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
- f) Promover o estudo e elaboração de posturas e regulamentos de trânsito, bem como, a respetiva aprovação;
  - g) Implementar a sinalização necessária e prover a sua adequada conservação e manutenção;
  - h) Participar todas as deficiências ou danos provocados nos sinais de trânsito;
  - i) Informar pedidos de toponímia e de outros para colocação de placas indicativas ou informativas;
  - j) Conceber e executar medidas de segurança e prevenção rodoviária;
  - k) Colaborar com o Gabinete de Proteção Civil e outros, na esfera da respetiva competência e no âmbito das inerentes responsabilidades;
  - l) Informar os processos relacionados com acidentes de viação e trânsito;
  - m) Emitir certidões sobre obras de urbanização – infraestruturas concluídas ou prestação de caução;
  - n) Emitir certidões de autorização de utilização;
  - o) Informar assuntos relacionados com a fiscalização de estacionamento da área concessionada;
  - p) Organizar e gerir os processos relativos ao licenciamento da publicidade.

#### **Artigo 44.º**

##### **Serviço de Fiscalização e Vistorias**

Ao Serviço de Fiscalização e Vistorias compete:

1. Informar os pedidos de autorização e alteração de utilização de todas as operações urbanísticas sujeitas a este procedimento.
2. Promover uma fiscalização sistemática do cumprimento das ações licenciadas ou autorizadas em todo o território municipal, com vista a impor o respeito pelos projetos aprovados, e garantir o respeito pelas normas regulamentares aplicáveis.
3. Promover a realização das vistorias e ações necessárias tendentes à resolução da situação de construções que ameacem ruína ou constituem perigo para a saúde e segurança das pessoas.

4. Informar sobre os pedidos de prorrogação de prazos de execução de obra respeitantes a operações urbanísticas.
5. Informar os averbamentos dos técnicos de obra e empreiteiro.
6. Informar pedidos de licença especial para obras inacabadas.
7. Verificar e analisar sobre comunicação de início dos trabalhos.
8. Controlar e informar os pedidos de inspeção periódica dos elevadores.
9. Verificar declarações de registo de atividade.
10. Detetar operações urbanísticas clandestinas (fiscalização preventiva).
11. Proceder aos embargos administrativos e promover a demolição de obras ilegais e não legalizáveis.
12. Executar mandados de notificação e elaborar autos de notícia e de embargo.
13. Informar exposições, queixas, reclamações ou outras petições apresentadas pelos munícipes (fiscalização reativa).
14. Fiscalizar o exercício das atividades económicas na área do Município de Vila Verde.
15. Prestar informações sobre publicidade, o seu licenciamento, isenção, alteração de titular, renovação, reativação ou cancelamento da licença e alteração da mensagem publicitária.
16. Informar pedidos de autorização de alargamento, redução, meras comunicações prévias e comunicações prévias com prazo de horários de funcionamento.
17. Fiscalizar quanto ao levantamento de estaleiro e à limpeza da área, remoção de materiais, entulhos e demais detritos que se hajam acumulado no decorrer da execução dos trabalhos e reparação de quaisquer estragos e deteriorações que possam ter sido causados em infraestruturas públicas ou noutros edifícios, quando concluídas as obras.
18. Fiscalizar a existência do livro de obra no local da execução dos trabalhos e a colocação de avisos de publicitação nos locais adequados, a que respeitam os pedidos ou alvarás de licenciamentos ou comunicação prévia das operações urbanísticas.
19. Realizar vistorias para redução de caução, receção provisória e definitiva de obras de urbanização.
20. Realizar vistorias para classificação de empreendimentos turísticos.
21. Informar sobre pedidos de instalação, modificação e encerramento de comércio, serviços, estabelecimentos de restauração e bebidas, empreendimentos turísticos e postos de combustíveis.
22. Informar e fiscalizar o cumprimento de todos os pedidos de ocupação do espaço público que impliquem a intervenção dos serviços desta divisão, nomeadamente com

mensagens publicitárias, toldos e sanefas, vitrinas, quiosques, máquinas de venda de produtos, esplanadas, estrados, guarda-ventos, floreiras, expositores, arcas e máquinas de gelados, divertimentos públicos, recintos improvisados e itinerantes.

23. Prestar informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais.
24. Informar sobre a existência de anomalias nos pavimentos e passeios pertencentes às vias inclusas na zona de estacionamento concessionado.
25. Informar os serviços sobre a sinalização de trânsito nas vias pertencentes à zona de estacionamento concessionada.
26. Proceder à fiscalização do estacionamento condicionado no Concelho de Vila Verde.
27. Garantir o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.

#### **Artigo 45.º**

##### **Serviço de Mobilidade e Trânsito**

Ao Serviço de Mobilidade e Trânsito compete:

1. Promover o estudo e elaboração de posturas e regulamentos de trânsito, bem como, a respetiva aprovação.
2. Implementar a sinalização necessária e prover a sua adequada conservação e manutenção.
3. Participar todas as deficiências ou danos provocados nos sinais de trânsito.
4. Informar sobre a colocação de placas toponímicas e de outras placas indicativas ou informativas.
5. Conceber e executar medidas de segurança e prevenção rodoviária.
6. Colaborar com o Gabinete de Proteção Civil e outros, na esfera da respetiva competência e no âmbito das inerentes responsabilidades.
7. Dar pareceres sobre infraestruturas viárias e de trânsito.
8. Informar os processos relacionados com acidentes de viação e trânsito.
9. Executar todas as tarefas inerentes à concretização da regulamentação de trânsito previamente aprovada.
10. Proceder à manutenção e conservação da sinalização existente.
11. Informar pedidos de ocupação de espaço público para colocação de betoneiras, tapumes, andaimes, amassadouros, contentores de resíduos de construção/demolição e guias e outras atividades que necessitem da intervenção deste serviço.

## **Artigo 46.º**

### **Divisão de Ordenamento do Território**

1. A Divisão de Ordenamento do Território tem como missão elaborar, acompanhar e monitorizar planos municipais de ordenamento do território considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável do Município de Vila Verde bem como assegurar um sistema de informação geográfica que permita a disponibilização contínua e atualizada da informação sobre todo o território municipal.
2. No âmbito das suas atribuições, à Divisão de Ordenamento do Território compete:
  - a) Elaborar e / ou acompanhar os Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na área geográfica do Município de Vila Verde;
  - b) Assegurar o acompanhamento da elaboração de planos e estudos desenvolvidos por outras entidades externas ao Município de Vila Verde;
  - c) Monitorizar os Planos Municipais de Ordenamento do Território;
  - d) Assumir a responsabilidade pela estratégia de desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica, competindo à divisão a recolha, tratamento e validação da informação;
  - e) Modelar e aprovar os fluxos de informação cuja integração no SIG seja considerada útil pelas restantes unidades/serviços bem como propor modelos de acesso à informação de acordo com perfis, necessidades e níveis de segurança;
  - f) Assegurar, em colaboração com outras unidades/serviços do Município de Vila Verde, o desenvolvimento e definição das plataformas a usar, desenho das bases de dados próprias do SIG, bem como dos processos de extração, transformação e carregamento de informação alfanumérica para integração com informação georeferenciada;
  - g) Integrar equipas multidisciplinares para o desenvolvimento interno de software com vista a autonomizar o Município de Vila Verde na disponibilização de informação geográfica;
  - h) Articular as opções, encargos e produto das atividades do SIG, com as outras unidades/serviços, em particular com a USIQ, de forma a garantir a coesão e consistência da estratégia global dos sistemas de informação bem como para rentabilizar o conhecimento e a capacidade técnica dos vários serviços;
  - i) Proceder, em colaboração com outras unidades orgânicas, à atualização do registo cadastral dos bens patrimoniais do Município de Vila Verde;

- j) Enviar regularmente às entidades competentes neste domínio em formato digital ou papel, os elementos definidores das toponímias aprovadas das freguesias;
- k) Elaborar pareceres sobre processos solicitados por outras unidades orgânicas, bem como sobre outros documentos e dossiers que lhe sejam enviados pelo executivo municipal;
- l) Prestar atendimento técnico a munícipes e/ou entidades que procuram o Município de Vila Verde, na área do Planeamento e Ordenamento do Território;
- m) Elaborar pareceres tendentes à emissão de certidões solicitadas por munícipes, na área do Planeamento e Ordenamento do Território;
- n) Elaborar documentos e informações que suportam o lançamento de procedimentos para contratação pública;
- o) Elaborar informações de avaliação de bens prediais com vista à sua aquisição pela Câmara Municipal de Vila Verde para fins diversos;
- p) Elaborar pareceres, recomendações e outros documentos no âmbito das suas funções.

### **Capítulo III**

#### **Unidades**

#### **Artigo 47.º**

##### **Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade**

1. A Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade tem como missão criar o alinhamento estratégico, eclético, entre o executivo e os sistemas de informação, ferramentas e modelos de gestão que orientam a organização no sentido da melhoria contínua, do amadurecimento da organização e do combate ao desperdício e ineficiência.
2. No âmbito das suas atribuições, à Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade compete:
  - a) Coordenar os Serviços de: Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica; Gestão de Sistemas de Informação; e, Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas;
  - b) Apoiar na conceção, execução e avaliação de projetos financiados;

- c) Prestar apoio à atividade económica: receção e encaminhamento de contatos prospetivos e serviço de intermediação entre a administração e investidores no Concelho.

### **Artigo 48.º**

#### **Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica**

Ao Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica compete:

1. Promover as metodologias de gestão mais atuais e com maiores indicações de sucesso.
2. Constituir uma carteira de indicadores gerais para a organização em torno de vários modelos de gestão.
3. Promover de forma transversal a melhoria contínua, promovendo o conceito a todos os serviços.
4. Coordenar os esforços do Município de Vila Verde nas iniciativas de modernização administrativa.
5. Assegurar a gestão operacional do Sistema de Gestão da Qualidade, supervisionando todas as atividades desenvolvidas no âmbito dos processos nele contemplados de modo a garantir a sua execução e controlo.
6. Otimizar fluxos de trabalho através da reengenharia sistemática de processos, detetando constrangimentos e exceções.
7. Organizar a base de conhecimento partilhada pelos diversos serviços.
8. Avaliar a organização seguindo critérios de maturidade organizacional, eficiência, satisfação do cliente e eficácia do combate ao desperdício.

### **Artigo 49.º**

#### **Serviço de Gestão de Sistemas de Informação**

Ao Serviço de Gestão de Sistemas de Informação compete:

1. Conceber e rever continuamente o plano estratégico de sistemas de informação com vista a consolidar sistemas eficientes, rentabilizando a sua utilização em contexto de trabalho.
2. Proceder à manutenção de aplicações, configuração e limpeza de dados.
3. Prestar suporte de primeira linha a utilizadores finais no âmbito dos sistemas informáticos.
4. Detetar anomalias e recolher pedidos de intervenção gerindo a relação com as entidades responsáveis pela manutenção de software.

5. Definir e publicar regras na utilização das aplicações que assegurem qualidade de dados, conformidade com os processos e métodos de trabalho e articulação entre vários serviços ou entidades.
6. Colaborar em ações de formação interna para disseminar boas práticas na exploração de aplicações.
7. Criar as especificações para sistemas e aplicações a desenvolver ou adquirir.
8. Desenvolver aplicações, estruturar e programar, quando viável, soluções ou complementos aos sistemas, dando preferência a metodologias ou ferramentas abertas.

### **Artigo 50.º**

#### **Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas**

Ao Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas compete:

1. Garantir a conformidade da componente física da arquitetura de sistemas de informação gerindo o parque informático enquanto conjunto de computadores, impressoras, periféricos, sistemas de transmissão de dados e software base.
2. Manter a rede local de dados do Município de Vila Verde e ligações desta a outras redes, gerindo regras nos acessos e a necessária monitorização.
3. Atualizar configurações e pacotes de segurança que mantenham o funcionamento dos serviços com fiabilidade e eficiência.
4. Ser proactivo na deteção e purga de vírus informáticos e software malicioso.
5. Resolver falhas de sistema diagnosticando, reparando ou contactando fornecedores externos, substituindo caso necessário equipamentos ou peças
6. Instalar equipamentos, computadores e periféricos e respetivo software de base.
7. Criar e administrar bases de dados à escala departamental ou municipal.
8. Elaborar planos e executar procedimentos de segurança das aplicações informáticas.

### **Artigo 51.º**

#### **Unidade de Inovação e Conhecimento**

1. A Unidade de Inovação e Conhecimento tem como missão a gestão, conceção, planeamento e desenvolvimento de projetos inovadores no âmbito da Sociedade do Conhecimento e Inovação e a concretização de iniciativas e atividades em parceria com outras unidades orgânicas e entidades externas, que contribuam para o objetivo da modernidade, da inovação nas suas vertentes tecnológica, pública e social, para o

fomento do desenvolvimento económico e social local bem como para a promoção da imagem do Município de Vila Verde.

2. No âmbito das suas atribuições, à Unidade de Inovação e Conhecimento compete:

- a) Planear, gerir e coordenar a implementação e funcionamento da Casa do Conhecimento;
- b) Gerir e supervisionar as instalações, equipamentos e equipa de trabalho da Casa do Conhecimento;
- c) Articular e operacionalizar a parceria com a Universidade do Minho, o Centro de Computação Gráfica e outras instituições que contribuam para a sua missão;
- d) Elaborar, gerir e executar o plano de atividades da Casa do Conhecimento com vista à prossecução dos objetivos estratégicos e operacionais, conforme definido no plano estratégico;
- e) Garantir a atualização permanentemente do Plano Estratégico da Casa do Conhecimento;
- f) Coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades, garantindo o cumprimento dos objetivos propostos;
- g) Elaborar relatórios sobre as atividades desenvolvidas;
- h) Garantir o cumprimento do regulamento interno de funcionamento e utilização das instalações e dos recursos da Casa do Conhecimento;
- i) Garantir a gestão da inovação no âmbito do projeto Casa do Conhecimento;
- j) Detetar e gerir apoios e financiamentos;
- k) Promover a prospeção, estabelecimento e manutenção de parcerias;
- l) Representar ao nível técnico o Município de Vila Verde no IEMinho, enquadrado por diretivas e orientações superiores, participando nas reuniões de Direção do IEMinho reportando superiormente as atividades desenvolvidas e as decisões e deliberações tomadas, acompanhando ao nível estratégico e operacional as suas atividades, contribuindo com orientações e propostas, enquadradas por diretivas e orientações superiores do executivo municipal, para o seu desenvolvimento estratégico e operacional;
- m) Planear, gerir e administrar a presença do Município de Vila Verde na Internet ao nível da gestão dos conteúdos e serviços on-line, particularmente ao nível do reforço dos mecanismos de auscultação e participação, em articulação com outras unidades orgânicas e de forma integrada com as iniciativas e projetos de modernização administrativa implementados ou a implementar.

## **ANEXO II**

### **Tabela da sucessão das unidades orgânicas flexíveis**

---

1.	À Divisão Jurídica sucede a Divisão Jurídica
2.	À Divisão de Recursos Humanos sucede a Divisão de Recursos Humanos
3.	À Divisão de Educação e Promoção Social sucede a Divisão de Educação e Promoção Social
4.	À Divisão Administração e Finanças sucede a Divisão de Administração e Finanças
5.	À Divisão de Ambiente sucede a Divisão de Ambiente e Obras
6.	À Divisão de Obras por Administração Direta sucede a Divisão de Ambiente e Obras
7.	À Divisão de Projetos e Obras sucede a Divisão de Projetos e Obras
8.	À Divisão de Ordenamento do Território sucede a Divisão de Ordenamento do Território
9.	À Divisão de Urbanização e Edificação sucede a Divisão de Urbanização e Edificação
10.	À Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito sucede a Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito
11.	À Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade sucede a Unidade de Sistemas de Informação e Qualidade
12.	À Unidade Inovação e Conhecimento sucede a Unidade de Inovação e Conhecimento

## **ANEXO III**

### **Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau**

---

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto e âmbito**

O presente regulamento estabelece os níveis de direção intermédia de 3.º grau do Município de Vila Verde, bem como as respetivas funções, competências, formas de recrutamento, seleção e estatuto remuneratório.

#### **Artigo 2.º**

##### **Cargos de direção intermédia de 3.º grau**

São cargos de direção intermédia de 3.º grau os que nos termos dos estatutos e regulamentos orgânicos do Município de Vila Verde correspondam a funções de direção, gestão, coordenação e controlo de serviços ou unidades funcionais, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada.

#### **Artigo 3.º**

##### **Missão**

É missão do pessoal dirigente garantir a prossecução das atribuições cometidas ao respetivo serviço, assegurando o seu bom desempenho através da otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e promovendo a satisfação dos destinatários da sua atividade, de acordo com a lei, as orientações contidas nos Planos Estratégicos de Investimento, dos Planos Municipais de Ordenamento do Território e das Grandes Opções do Plano e as determinações recebidas do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador.

#### **Artigo 4.º**

##### **Princípios gerais de ética**

Os titulares de cargos dirigentes intermédios de 3.º grau devem observar os valores e princípios fundamentais, designadamente os do serviço público, legalidade e justiça e imparcialidade, igualdade, colaboração e boa-fé, informação e qualidade, lealdade, integridade, competência e responsabilidade.

## **Artigo 5.º**

### **Princípios de gestão**

1. Os titulares dos cargos dirigentes intermédios de 3.º grau devem promover uma gestão orientada para resultados, de acordo com os objetivos anuais a atingir, definindo os recursos a utilizar e os programas a desenvolver, aplicando de forma sistemática mecanismos de controlo e avaliação dos resultados.
2. A atuação dos titulares de cargos dirigentes de 3.º grau deve ser orientada por critérios de qualidade, eficácia e eficiência, simplificação de procedimentos, cooperação, comunicação eficaz e aproximação ao cidadão.
3. Na sua atuação, o pessoal dirigente deve liderar, motivar e empenhar os seus funcionários para o esforço conjunto de melhorar e assegurar o bom desempenho e imagem do serviço.
4. Os titulares dos cargos dirigentes de 3.º grau devem adotar uma política de formação que contribua para a valorização profissional dos funcionários e para o reforço da eficiência no exercício das competências dos serviços no quadro das suas atribuições.

## **Artigo 6.º**

### **Competências dos dirigentes intermédios de 3.º grau**

1. Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau exercem, na respetiva unidade orgânica, as seguintes competências:
  - a) Submeter a despacho do Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
  - b) Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
  - c) Propor ao Presidente da Câmara Municipal ou Vereadores tudo o que seja do interesse dos órgão referido;
  - d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas;
  - e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo Presidente da Câmara Municipal ou vereadores e propor as soluções adequadas;
  - f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações do órgão executivo nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.
2. Compete ainda aos titulares de cargos de direção de 3.º grau:

- a) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- b) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
- c) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
- d) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- e) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- f) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- g) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- h) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
- i) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- j) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

- k) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

### **Artigo 7.º**

#### **Recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau**

Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados, por procedimento concursal, nos termos do artigo seguinte, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. No mínimo formação superior graduada de licenciatura pré-Bolonha ou mestrado integrado pós-Bolonha;
2. Dois anos de experiência profissional em funções que seja exigível a formação referida na alínea anterior.

### **Artigo 8.º**

#### **Seleção e provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau**

1. A seleção do titular do cargo será precedida de publicitação da vaga na Bolsa de Emprego Público disponível na internet e em órgão de imprensa de expansão nacional, com indicação, nomeadamente, da área de atuação, requisitos legais de provimento e perfil pretendido.
2. A escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos do serviço.
3. Os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.
4. O provimento nos cargos de direção intermédia de 3.º grau é feito por urgente conveniência de serviço a partir da data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente fixada.
5. O despacho de nomeação, devidamente fundamentado, é publicado no Diário da República juntamente com uma nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

### **Artigo 9.º**

#### **Decisão da renovação da comissão de serviço de 3.º grau**

É aplicável, com as devidas adaptações, à decisão sobre a renovação da comissão de serviço a que se refere o artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o disposto no artigo 24.º do mesmo diploma.

### **Artigo 10.º**

#### **Cessação da comissão de serviço de 3.º grau**

1. A comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes das câmaras municipais cessa, com as necessárias adaptações, nos termos do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com exceção do disposto na subalínea ii) da alínea e) do seu n.º 1.
2. É aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

### **Artigo 11.º**

#### **Estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 3.º grau**

A remuneração dos dirigentes intermédios de 3.º grau é fixada na 6.ª posição remuneratória, da carreira geral de técnico superior, acrescida de subsídio de refeição igual ao da Administração Pública.

### **Artigo 12.º**

#### **Responsabilidade dos dirigentes intermédios de 3.º grau**

No exercício das suas funções, os titulares de cargos dirigentes são responsáveis civil, criminal, disciplinar e financeiramente nos termos da Lei e respeitantes estatutos.

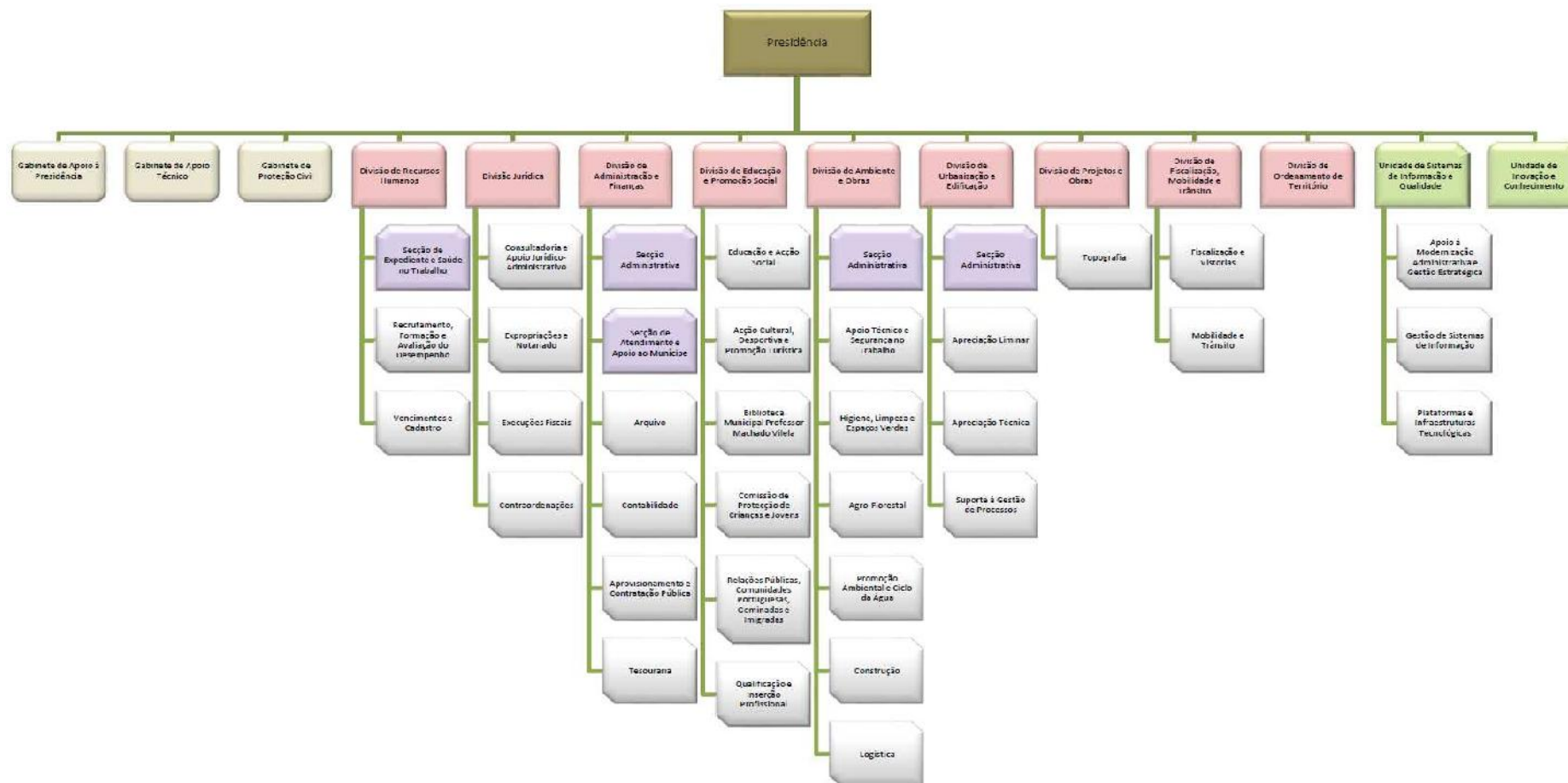
### **Artigo 13.º**

#### **Apoio judiciário**

Aos titulares de cargos dirigentes intermédios de 3.º grau do Município de Vila Verde é aplicável o regime de assistência e patrocínio judiciário previsto no Decreto-Lei n.º 148/2000, de 19 de julho e no Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.

## ANEXO IV

### Organograma



#### Legenda



## ANEXO V

### Mapa de Pessoal para 2013

Atribuições / Competências / Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de trabalho existentes	CBS	Postos de trabalho propostos para 2013
-	Direcção Intermédia de 2.º grau (1)	-	9		
-	Direcção Intermédia de 3.º grau (1)	-	2		
<b>Gabinete de Protecção Civil</b>					
art. 3.º					
<b>Gabinete de Assessoria Técnica</b>					
art. 4.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	2		
	Técnico Superior	Direito	1		
<b>Divisão de Recursos Humanos - art. 5.º</b>					
Serviço de Expediente e Saúde no Trabalho - art. 6.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		2		
Serviço de Recrutamento, Formação e Avaliação do Desempenho - art. 7.º	Técnico Superior	Recursos Humanos	1		
Serviço de Vencimentos e Cadastro - art. 8.º	Técnico Superior	Administração Pública	1		
	Assistente Técnico		1		
<b>Divisão Jurídica - art. 9.º</b>					
Serviço de Consultadoria e Apoio Jurídico-Administrativo - art. 10.º	Técnico Superior	Direito	2		
Serviço de Expropriações e Notariado - art. 11.º	Assistente Técnico		1		
Serviço de Execuções Fiscais - art. 12.º	Assistente Técnico		2		
Serviço de Contraordenações - art. 13.º	Assistente Técnico		2		
<b>Divisão de Administração e Finanças - art. 14.º</b>					
Secção Administrativa - art. 15.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		5		
Secção de Atendimento e Apoio ao Município - art. 16.º	Coordenador Técnico		1		
	Assistente Técnico	Recepção e Atendimento	1		
	Assistente Técnico		6		
	Assistente Operacional		7	1 CTD	
Serviço de Arquivo - art. 17.º	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		

Serviço de Contabilidade - art. 18.º	Assistente Técnico	Topógrafo	1		
	Assistente Técnico		3		
	Técnico Superior	Economia	1		
	Técnico Superior	Gestão	1		
	Técnico Superior	Fiscalidade	1		
Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública - art. 19.º	Técnico Superior	Contabilidade e Finanças Públicas	1		
	Assistente Técnico		1		
	Técnico Superior		1		
	Técnico Superior	Licenciatura e Especialização em Administração Pública	1		
	Educadora Infância (2)		1		
	Assistente Técnico	Contabilidade	1		
	Assistente Técnico		2		
Serviço de Tesouraria - art. 20.º	Assistente Operacional		1		
	Assistente Técnico		2		
<b>Divisão de Educação e Promoção Social - art. 21.º</b>					
Serviço de Educação e Ação Social - art. 22.º	Técnico Superior	Educação	1		
	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Técnico Superior	Serviço Social	1		
	Educadora Infância (2)		3		
	Assistente Técnico	Serviço Social	1		
	Assistente Técnico		3	1 exerce funções de secretário	
	Assistente Operacional		2		
	Assistente Operacional		23		
	(AO a desempenham funções nos Agrupamentos Escolares)				
Serviço de Ação Cultural, Desportiva e Promoção Turística - art. 23.º	Técnico Superior	História - Ramo Património	1		
	Técnico Superior	Desporto	1		
	Educadora Infância (2)		3		
	Técnico Superior	Turismo			
	Assistente Técnico	Turismo	1		
	Assistente Técnico		5		
	Técnico Superior		1		
	Encarregado Operacional		1		

	Assistente Operacional		5		
	Técnico Superior	Relações Internacionais			1 CTI - a)
	Técnico Superior	Gestão Desportiva			1 CTI - b)
	Técnico Superior	Desporto e Educação Física			1 CTI - b)
	Técnico Superior	Relações Públicas			1 CTI - b)
	Técnico Superior	Gestão			1 CTI - b)
	Assistente Técnico				1 CTI - b)
	Assistente Operacional				5 CTI - b)
Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela - art. 24.º	Técnico Superior	Ciências Documentais	1		
	Educadora Infância (2)		3		
	Assistente Técnico	BAD / Biblioteca e Documentação	4		
	Assistente Técnico	Museografia	1		
	Assistente Técnico		1		
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens - art. 25.º	Assistente Operacional		2	1 CTD	
	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Relações Públicas, Comunidades Portuguesas, Geminadas e Imigradas - art. 26.º	Técnico Superior	Relações Públicas	2	1 exerce funções do secretário	
	Técnico Superior	Design	1		
	Técnico Superior	Turismo	1		
	Educadora Infância (2)		1		
Serviço de Qualificação e Inserção Profissional - art. 27.º	Técnico Superior	Sociologia	1		
	Educadora Infância (2)		1		
<b>Divisão de Ambiente e obras - art. 28.º</b>					
Secção Administrativa - art. 29.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		4		
Serviço de Apoio Técnico e Segurança no Trabalho - art. 30.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Higiene e Segurança no Trabalho			1 CTI
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Higiene, Limpeza e Espaços Verdes - art. 31.º	Técnico Superior	Engenharia Agrária	1		

	Encarregado Geral Operacional		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Operacional		2	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Operacional		53	1 coordena 1 equipa	5 CTI
Serviço Agro-Florestal - art. 32.º	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1		
	Técnico Superior	Medicina Veterinária	1		
	Assistente Operacional		4	CTD	3 CTI
Serviço de Promoção Ambiental e Ciclo da Água - art. 33.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
	Assistente Técnico	Anaísta	1		
	Encarregado Geral Operacional		1		
	Encarregado Operacional		1		
	Assistente Operacional		20		3 CTI
Serviço de Construção - art. 34.º	Técnico Superior		1	Coordena 1 equipa	
	Encarregado Geral Operacional		2	Coordenam 1 equipa cada	
	Encarregado Operacional		5	1 coordena 1 equipa	
	Assistente Técnico	Manutenção	1		
	Assistente Operacional		86	1 coordena 1 equipa 8 CTD	10 CTI
Serviço de Logística - art. 35.º	Assistente Técnico				1 CTI - c)
	Encarregado Operacional		3	2 coordenam 1 equipa cada	
	Assistente Operacional		20		
<b>Divisão de Urbanização e Edificação - art. 36.º</b>					
Secção Administrativa - art. 37.º	Técnico Superior		1		
	Assistente Técnico		4		
Serviço de Apreciação Liminar - art. 38.º	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	1		
	Assistente Técnico		1		
Serviço de Apreciação Técnica - art. 39.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	Técnico Superior	Arquitectura			1 CTI - c)
Serviço de Suporte à Gestão de Processos - art. 40.º	Assistente Técnico		1		
	Assistente Operacional		1		
<b>Divisão de Projetos e Obras - art. 41.º</b>					
	Técnico Superior	Engenharia Civil	4	1 CTD	

	Técnico Superior	Arquitectura	2		
	Técnico Superior	Engenharia Electrotécnica			
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	2	1 meio tempo 1 CTD	
	Assistente Operacional		1		
Serviço de Topografia - art. 42.º	Assistente Técnico	Topógrafo	1		
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	3		
	Assistente Operacional		1		
<b>Divisão de Fiscalização, Mobilidade e Trânsito - art. 43.º</b>					
Serviço de Fiscalização e Vistorias - art. 44.º	Técnico Superior	Engenharia Civil	1		
	TP Fiscal Municipal Especialista Principal (2)		2		
	TP Fiscal Municipal Especialista (2)		1		
	TP Fiscal Municipal Principal (2)		1		
	TP Fiscal Municipal 2.ª Classe (2)	Curso específico CEFA	1		1 CTI
	Assistente Técnico		1		1 CTI - d)
	Assistente Operacional		2		
	AUX. Fiscal Obras (2)		1		
Serviço de Mobilidade e Trânsito - art. 45.º	Técnico Superior	Engenharia Ambiente	1		
<b>Divisão de Ordenamento do Território - art. 46.º</b>					
	Técnico Superior	Geografia	1		
	Assistente Técnico	Construção Civil / Desenho	2		
<b>Unidade de Sistemas de Informação e de Qualidade - art. 47.º</b>					
Serviço de Apoio à Modernização Administrativa e Gestão Estratégica - art. 48.º	Técnico Superior	Administração Pública / conhecimentos Normas ISO (ISO 9001:2008)	1		
Serviço Gestão de Sistemas de Informação - art. 49.º	Especialista de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Informática	1		
	Técnico de Informática, Grau 1 Nível 1 (2)	Nível III - Informática	1		
Serviço de Infraestruturas e Plataformas Tecnológicas - art. 50.º	Técnico de Informática, Grau 2 Nível 2 (2)	Nível III - Informática	1		
<b>Unidade de Inovação e Conhecimento - art. 51.º</b>					
			<b>total</b>	<b>396</b>	<b>37</b>

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria			
Cargo/carreira/categoria	nº postos de trabalho	observações	postos trabalho propostos

Direcção Intermédia de 2.º grau	9		
Direcção Intermédia de 3.º grau	2		
Técnico superior área jurídica	3		
Técnico superior área economia	1		
Técnico superior área fiscalidade	1		
Técnico superior área gestão	1		1 CTI - b)
Técnico superior área recursos humanos	1		
Técnico superior área educação	1		
Técnico superior área relações públicas	2	1 exerce funções de secretário	1 CTI - b)
Técnico superior área design	1		
Técnico superior área turismo	1		
Técnico superior área engenharia civil	9	1 CTD	
Técnico superior área arquitectura	2		1 CTI - e)
Técnico superior área geografia	1		
Técnico superior área engenharia ambiente	2		
Técnico superior área engenharia agrícola/agrónomo	1		
Técnico superior área engenharia florestal	1		
Técnico superior área ciências documentais	2		
Técnico superior área sociologia	3		
Técnico superior área serviço social	1		
Técnico superior área administração pública	2		
Técnico superior área história - ramo património	1		
Técnico superior área desporto	1		
Técnico superior área contabilidade e finanças públicas	1		
Técnico superior área higiene e segurança no trabalho			1 CTI
Técnico superior - Médico Veterinário	1		
Técnico superior - com especialização em administração pública	1		
Técnico superior área relações internacionais			1 CTI - a)
Técnico superior área gestão desportiva			1 CTI - b)
Técnico superior área desporto e educação física			1 CTI - b)
Técnico superior	7	1 coordena 1 equipa	
Especialista de informática	1		
Técnico de informática	2		
Educadoras de infância	13		
Comandante operacional municipal			

Coordenador técnico	1		
Assistente técnico	47	1 exerce funções de secretário	3 1 CTI - b) e 2 CTI - c)
Assistente técnico área construção civil/desenho	9	1 meio tempo; 1 CTD	
Assistente técnico área topografia	2		
Assistente técnico área BAD/biblioteca e documentação	5		
Assistente técnico área museografia	1		
Assistente técnico área serviço social	1		
Assistente técnico área turismo	1		
Assistente técnico área contabilidade	1		
Assistente técnico área recepção e atendimento	1		
Assistente técnico área analista	1		
Assistente técnico área manutenção	1		
Técnico profissional fiscal municipal	5		1 CTI
Encarregado geral operacional	4	3 Coordenam 1 equipa cada	
Encarregado operacional	12	4 coordenam 1 equipa cada	
Fiscal de obras	1		
Assistente operacional	228	2 coordenam 1 equipa cada; 14 CTD	26 21 CTI e 5 CTI - b)
<b>total</b>	<b>396</b>		<b>37</b>

Legenda:

CTD - contrato de trabalho por tempo determinado ou determinável

CTI - contrato por tempo indeterminado

(1) diploma legal que criou o cargo - Lei n.º 49/2012, de 29/08 (diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15/01, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30/08, 64-A/2008, de 31/12, 3-B/2010, de 28/04 e 64/2011, de 22/12)

(2) Carreiras que não constam do processo de transição e que mantêm a sua estrutura actual, aguardando futura regulamentação.

a) Lugares a prover através de mobilidade interna entre órgãos.

b) Lugares a prover através de acordo de cedência de interesse público, nos termos do art. 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08 (plano de internalização).

c) Lugares a prover através de mobilidade interna no órgão (não há aumento de efetivos).